

# O DIREITO DE SER ADOLESCENTE

Oportunidade para reduzir vulnerabilidades  
e superar desigualdades

# REALIZAÇÃO

## Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

**Marie-Pierre Poirier**

*Representante do UNICEF no Brasil*

**Antonella Scolamiero**

*Representante-adjunta do UNICEF no Brasil*

### Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510, Bloco A, 2º Andar

Brasília/DF – 70750-521

[www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br)

[brasil@unicef.org](mailto:brasil@unicef.org)

## Situação da Adolescência Brasileira 2011

### EQUIPE UNICEF

**Coordenação Geral:** Ludimila Palazzo e Mário Volpi

**Colaboração:** Adriana Alvarenga, Alexandre Magno Amorim, Ana Cristina Matos, Ana Márcia Lima, Andréia Neri, Carla Perdiz, Casimira Bengue, Claudia Fernandes, Cristina Albuquerque, Helena Silva, Ilaria Favero, Immaculada Pietro, Jacques Schwarzstein, Jane Santos, Jucilene Rocha, Júlia Ribeiro, Letícia Sobreira, Luciana Phebo, Lucio Gonçalves, Maria de Saete Silva, Maria Estela Caparelli, Rui Aguiar, Ruy Pavan, Silvio Kaloustian

**Coordenação e edição:** Patrícia Andrade e Rachel Mello

**Textos:** Marta Avancini, Patrícia Andrade e Rachel Mello

**Reportagem:** Ana Flávia Flôres, Fernanda Peregrino e Patu Antunes

**Consultoria estatística:** Vanessa Nespoli

**Diagramação e arte final:** André Cardoso

**Foto da Capa:** Acervo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC)/Luqman Patel

*A reprodução desta publicação, na íntegra ou em parte, é permitida desde que citada a fonte. Texto adaptado à nova ortografia da Língua Portuguesa.*

**Fundo das Nações Unidas para a Infância.**

Impresso no Brasil

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

182pp.

1. Direito da criança e do adolescente. 2. Adolescência. 3. Gravidez na adolescência. 4. Crime contra o adolescente. I. Título. II. Título 2: Situação da Adolescência Brasileira, 2011.

F981d

CDU: 362.7-053.6(81)

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Situação da Adolescência Brasileira 2011



# O DIREITO DE SER ADOLESCENTE

Oportunidade para reduzir vulnerabilidades  
e superar desigualdades

Brasília, 2011

## APRESENTAÇÃO

Foto: Leonardo Ramos Chaves



*Por Marie-Pierre Poirier*

Com este relatório sobre a *Situação da Adolescência Brasileira 2011*, o UNICEF convida para uma reflexão sobre um novo olhar para a adolescência, que desloca o discurso que só vê a adolescência como um “problema” para vê-la com uma oportunidade de desenvolvimento.

Propomos aqui resgatar um direito, o direito de ser adolescente. Os estudos mais recentes sobre desenvolvimento cognitivo destacam a adolescência como uma das mais ricas fases da vida humana, repleta de possibilidades de aprendizagem, de experimentação, de inovação. Uma etapa da vida que precisa ser vivida de forma plena, saudável, estimulante, protegida pelos direitos assegurados na Convenção sobre os Direitos da Criança e, no Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os 21 milhões de adolescentes representam para o País um quadro singular de energias e possibilidades. Mas para realizá-las deve-se conhecer e reconhecer que um conjunto de vulnerabilidades, presentes na sociedade, afetam de maneira mais grave os adolescentes. Além disso, o relatório aponta as desigualdades que fazem com que, entre os adolescentes, há os que sofrem as maiores violações aos seus direitos. Nascer branco, negro ou indígena, viver no Semiárido, na Amazônia ou numa comunidade popular nos grandes centros urbanos, ser menino ou menina, ter deficiência ainda determinam de

forma cruel as possibilidades que os adolescentes têm de exercer seus direitos à saúde, à educação, à proteção integral, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar e comunitária. Tais vulnerabilidades e desigualdades precisam ser enfrentadas e superadas.

O Brasil não será um país de oportunidades para todos enquanto um adolescente negro continuar a conviver com a desigualdade que faz com que ele tenha quase quatro vezes mais possibilidades de ser assassinado do que um adolescente branco; enquanto os adolescentes indígenas continuarem tendo três vezes mais possibilidades de ser analfabeto do que os outros meninos e meninas; ou ainda enquanto a média nacional das meninas de 12 a 17 anos que já engravidaram for de 2,8% e na Amazônia essa média continuar sendo de 4,6%. Enfrentar as desigualdades e reduzir as vulnerabilidades é, portanto, uma tarefa urgente.

Isso só se faz, com escala e sustentabilidade, por meio de políticas públicas universais, para todos os adolescentes, e também de políticas específicas, desenhadas para essa fase especial da vida e para as diferentes condições de se viver as adolescências que hoje temos no Brasil. Neste relatório, apontamos algumas políticas já desenhadas e efetivadas no País, dirigidas aos adolescentes, como contribuição para a análise de conquistas e desafios e para reafirmar a importância dessas políticas.

Tratamos ainda de uma condição fundamental para a realização do direito de ser adolescente, o direito de cada menina e menino à participação cidadã. Uma participação que promove o conhecimento e a ação, a mobilização e a transformação. Porque, além de um direito, a participação é uma poderosa aliada na geração de oportunidades de desenvolvimento e de enfrentamento das vulnerabilidades. Também é um caminho privilegiado para encontrarmos, junto com os adolescentes, respostas para as complexas questões que emergem para cada um de nós e para o mundo em que vivemos neste século 21.

Este relatório traz ainda um capítulo denominado *Chamada para a ação*, uma contribuição para a identificação de temas e políticas que vão ajudar a fazer valer os direitos desses meninos e meninas com sua participação cidadã.

O Brasil já mostrou que sabe e pode fazê-lo. Nos últimos 20 anos, implementou políticas fundamentais para a melhoria das condições de vida na infância, reduzindo a mortalidade infantil, combatendo a exploração da mão de obra de crianças e quase universalizando o acesso ao ensino fundamental. É chegada a hora de se ampliar e de se aprofundar essas conquistas, incluindo na agenda de prioridades dada às crianças, os adolescentes.

Para o UNICEF, não há tempo como este. O Brasil tem diante de si a possibilidade de uma escolha transformadora: garantir o direito de ser adolescente a esses 21 milhões de cidadãos é assentar as bases para um País ainda mais forte, mais inovador e mais respeitado, porque mais justo e com mais equidade, na realização dos direitos dos cidadãos de até 18 anos.

# INTRODUÇÃO

O relatório *Situação da Adolescência Brasileira 2011– O Direito de Ser Adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades* está estruturado em cinco capítulos. O primeiro deles apresenta um convite para que a sociedade brasileira construa e lance um novo olhar à adolescência, compreendendo essa etapa como uma fase única na vida, rica e cheia de potencialidades. Trata também do importante papel dos adultos, que devem orientar, incentivar e proteger os adolescentes, ajudando a criar relações de diálogo, respeito e confiança entre gerações. E aponta a urgência de se investir nessa fase da vida, consolidando os avanços obtidos nos últimos anos em áreas como educação, saúde, inclusão, proteção e participação. Afinal, o Brasil nunca teve e não voltará a ter tão grande população de adolescentes em sua história. Por isso, o UNICEF propõe um novo marco de direitos: o direito de ser adolescente, em toda a sua plenitude, com estímulo e segurança, em toda sua diversidade.

No segundo capítulo, o relatório mostra como vulnerabilidades, produzidas pelo contexto social, e desigualdades, resultantes dos processos históricos de exclusão e discriminação, ainda representam obstáculos para o pleno desenvolvimento e para realização dos direitos dos adolescentes brasileiros. Entre as vulnerabilidades apontadas aqui, estão a pobreza e pobreza extrema, a baixa escolaridade, a exploração no trabalho, a privação da convivência familiar e comunitária, os homicídios, a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e aids, o abuso e a exploração sexual e o abuso de drogas. Essas vulnerabilidades afetam sobremaneira os adolescentes, seja por uma incidência maior do que nas outras faixas etárias da população brasileira, seja pelos impactos negativos que têm no processo de desenvolvimento desses meninos e meninas. Mas essas vulnerabilidades não afetam da mesma forma os 21 milhões de adolescentes brasileiros. Elas são agravadas por desigualdades: nascer branco, negro ou indígena, viver no Semiárido, na Amazônia, ou em comunidades populares de grandes centros urbanos, ser menino ou menina, ter ou não deficiência são fatores que ainda determinam as oportunidades na vida desses adolescentes. É urgente superar essas vulnerabilidades e desigualdades.

O terceiro capítulo apresenta um panorama e as tendências das políticas públicas atuais voltadas para a realização dos direitos dos adolescentes à educação, à saúde, à proteção, ao lazer, ao esporte e à cultura. Aqui são apresentados os principais desafios para a universalização das políticas, para seu desenho e implementação, considerando as especificidades das demandas dos adolescentes e a necessidade de integração dessas políticas. O ponto de

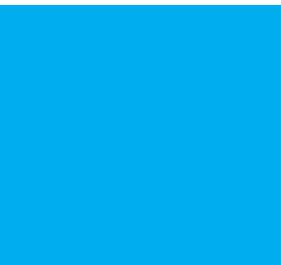
observação aqui é a existência no País de um dos mais complexos e completos sistemas de garantia de direitos voltados à infância e à adolescência em todo o mundo, e a necessidade latente de se integrar, especificar e universalizar políticas para realizar os direitos de cada um e de todos os adolescentes brasileiros. O capítulo traz ainda uma entrevista inédita e exclusiva, concedida a uma adolescente, pela ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, sobre políticas universais e integradas para os adolescentes.

O quarto capítulo aborda um direito crucial para os adolescentes: a participação cidadã. Mostra como participação e cidadania são conceitos que se sobrepõem no Brasil e analisa iniciativas, projetos e programas que tomam a participação como um direito, mas também como uma oportunidade para o desenvolvimento e para a superação de vulnerabilidades. O capítulo está ilustrado por experiências que mostram como os direitos dos adolescentes têm sido efetivados no País, com a participação dos próprios meninos e meninas. E lembra como fortalecer esses canais de participação é tarefa de todos e um desafio especial para o Poder Público, a sociedade civil organizada, educadores e famílias.

No quinto e último capítulo, a chamada para a ação. Uma convocatória a adolescentes e adultos – pais, educadores, gestores, autoridades – sobre a importância e a urgência de se colocar em prática uma nova pauta de prioridades, voltadas para a realização do direito de ser adolescente de todos e de cada adolescente. Lembrando que, na construção dessa nova pauta e desse novo olhar, é preciso reconhecer os adolescentes como um grupo em si, não são crianças grandes e nem pequenos adultos. São sujeitos de direito que vivem uma fase extraordinária de desenvolvimento que precisa ser vivida com apoio, estímulo e proteção. Apresentam-se assim estratégias para fazer valer o direito de ser adolescente e ainda ações imediatas que permitiriam a superação das violações dos direitos de milhões de adolescentes brasileiros, entre elas, a adoção de políticas que possam dar respostas às situações de grupos específicos de adolescentes mais vulneráveis a violações de seus direitos. Esse capítulo lembra ainda como a participação cidadã dos adolescentes é condição fundamental para a construção dessa nova agenda de prioridades para o País.

Ao longo desses cinco capítulos, é possível sentir e ver o inestimável valor das contribuições dos 41 adolescentes, ouvidos ao longo do processo de desenvolvimento deste relatório, suas palavras e opiniões. São meninos e meninas de todas as partes do País, com diferentes histórias, conquistas e lutas para compartilhar. Há ainda neste documento a contribuição de 72 especialistas e gestores de políticas públicas ouvidos para esta publicação.





*“O direito de ser adolescente é o direito de participar do Brasil, de tudo o que o Brasil constrói, possui e de, com liberdade, opinar sobre a construção do País, de viver o hoje com direitos e de construir o amanhã também com direitos”.*

Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, em entrevista à adolescente Thalita de Oliveira, 17 anos, em junho de 2011

## **CAPÍTULO 1 - ADOLESCÊNCIA: UM NOVO OLHAR..... 12**



O DIREITO DE SER ADOLESCENTE .....	15
ADOLESCÊNCIAS.....	17
O PAPEL DOS ADULTOS.....	19
CONHECER PARA GARANTIR DIREITOS.....	21

## **CAPÍTULO 2 - ENFRENTAR VULNERABILIDADES E DESIGUALDADES PARA REALIZAR DIREITOS..... 26**



VULNERABILIDADES, OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES.....	28
POBREZA E EXTREMA POBREZA .....	29
BAIXA ESCOLARIDADE.....	31
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO .....	32
PRIVAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	35
ASSASSINATO DE ADOLESCENTES.....	39
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA .....	41
EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL.....	44
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS .....	46
ABUSO DE DROGAS .....	47
DESIGUALDADES APROFUNDAM VULNERABILIDADES .....	50
O IMPACTO DA COR DA PELE .....	51
O IMPACTO DE SER MENINO OU MENINA.....	57
O IMPACTO DA CONDIÇÃO PESSOAL.....	58
O IMPACTO DO LUGAR ONDE SE VIVE .....	60
O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NO SEMIÁRIDO .....	64
O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NA AMAZÔNIA .....	67
O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NOS GRANDES CENTROS URBANOS .....	70



### **CAPÍTULO 3 - FAZER VALER OS DIREITOS DOS ADOLESCENTES ..... 74**

O DIREITO DE APRENDER DOS ADOLESCENTES.....	80
ENSINO MÉDIO COM CARA DE ADOLESCENTE.....	86
O DIREITO À SAÚDE DOS ADOLESCENTES .....	90
O DIREITO DOS ADOLESCENTES À PROTEÇÃO .....	94
A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O DIREITO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL .....	95
A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES DIANTE DA VIOLÊNCIA.....	97
A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES DIANTE DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL .	99
A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI .....	103
O DIREITO DOS ADOLESCENTES AO ESPORTE, LAZER E À CULTURA .....	105
ESPORTE SEGURO E INCLUSIVO.....	107
O DIREITO DOS ADOLESCENTES À CULTURA .....	112
CONSOLIDAR CONQUISTAS, SUPERAR DESAFIOS.....	115



### **CAPÍTULO 4 - PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM DIREITO DOS ADOLESCENTES .. 116**

TRÊS ABORDAGENS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	121
UM DIREITO .....	122
UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO .....	124
UMA ESTRATÉGIA PARA REDUZIR VULNERABILIDADES .....	126
A VOZ DOS ADOLESCENTES EM FÓRUMS INTERNACIONAIS DE DEBATE .....	137
FORTALECER A PARTICIPAÇÃO, FORTALECER O DIREITO DE SER ADOLESCENTE .....	138



### **CAPÍTULO 5 - UMA AGENDA PARA A AÇÃO ..... 140**

REFLEXÃO E AÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA UM NOVO OLHAR.....	142
AÇÕES IMEDIATAS PARA SUPERAR AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS .....	144
OS ADOLESCENTES E A CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS MELHOR.....	145

MAPAS E TABELAS .....	146
LISTA DE FONTES E ORGANIZAÇÕES CONSULTADAS.....	170
ADOLESCENTES ENTREVISTADOS PARA ESTE RELATÓRIO.....	174
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	180





# ADOLESCÊNCIA: UM NOVO OLHAR

O Brasil vive hoje o que vem sendo chamado de bônus demográfico. Com 11% de sua população vivendo a adolescência, o País tem uma oportunidade única: nunca houve e não haverá no futuro tamanho contingente de adolescentes. Um universo de 21.083.635<sup>1</sup> de meninos e meninas, um momento inédito de possibilidades reais para se fortalecer os importantes avanços das últimas duas décadas nas áreas da saúde, da educação, da inclusão, já realizadas para as crianças. Sem deixar de investir na garantia dos direitos da primeira e segunda infância, é chegada a hora de se avançar em conquistas para os adolescentes brasileiros. Não há tempo como este. O presente do Brasil é um presente.

**O**s adolescentes de hoje integram a primeira geração nascida sob a chamada revolução de prioridades – um conjunto de conquistas legais de grande relevo, formado, no âmbito internacional, pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o documento de direitos humanos mais ratificado da história; e, no âmbito nacional, pela Constituição de 1988, que estabeleceu em seu artigo 227 a infância e a adolescência como prioridade absoluta e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que consolidou os preceitos da Convenção e da Carta Magna brasileira.

Esses meninos e meninas cresceram enquanto o País ampliava e fortalecia políticas públicas voltadas à primeira infância e à segunda infância, ou seja, do nascimento ao 11º ano de vida. Eles foram beneficiados, por exemplo, pela redução da taxa de mortalidade infantil de 52,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, para 19,3 por mil, em 2007<sup>2</sup>; pela queda nos índices de exploração da mão de obra infanto-juvenil – desde o início da década de 1990, foram retirados do trabalho precoce cerca de 4 milhões de meninos e meninas<sup>3</sup> –; e pelo aumento do acesso ao ensino fundamental, que atualmente alcança 97,9% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos<sup>4</sup>. Chegam, portanto, à adolescência, em sua maioria, mais saudáveis e com maior escolaridade que as gerações anteriores.

Representam, hoje, para o Brasil uma oportunidade singular. O País conta com a energia, a criatividade e a presença desses cidadãos, com idades entre 12 e 17 anos, para estabelecer novas prioridades, para criar novas relações sociais, avançar em visões inovadoras sobre os desafios dos próximos anos, estabelecer novas formas de expressão, ampliar a consciência de seus cidadãos sobre questões ambientais e da diversidade e para exercer, enfim, uma curiosidade mais aguça-

da tanto para inventar quanto para usufruir dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação.

Para aproveitar esse momento, é fundamental reconhecer que os adolescentes são um grupo em si. Não são crianças grandes nem futuros adultos. Têm suas trajetórias, suas histórias. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos, que vivem uma fase de desenvolvimento extraordinária. O que experimentam nessa etapa determinará sua vida adulta. Hoje, os adolescentes estão presentes na sociedade com um jeito próprio de ser, se expressar e conviver e, portanto, precisam ser vistos como o que são: adolescentes. São criativos, têm enorme vontade e capacidade de aprender e de contribuir.

**É fundamental reconhecer que os adolescentes são um grupo em si. Não são crianças grandes nem futuros adultos. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos, que vivem uma fase de desenvolvimento extraordinária. O que experimentam nessa etapa determinará sua vida adulta**

É preciso ainda entender que, num país tão diverso, são muitas as formas de se viver a adolescência e que, portanto, essas adolescências são, acima de tudo, tempos de oportunidade. Oportunidade para os próprios adolescentes, que vivenciam uma fase de construção de autonomia, identidade, aprendizagens e descobertas. Oportunidade para as famílias, que têm a chance de se relacionar de uma maneira diferenciada com seus filhos, baseada no diálogo franco e aberto, na troca de ideias e na crescente participação dos adolescentes nas decisões familiares, o que pode resultar num interessante processo

de amadurecimento para todos. Oportunidade também para as políticas públicas, com a adoção de estratégias inovadoras, específicas e multissetoriais, capazes de enxergar os adolescentes como atores de sua própria história, e não como objeto da expectativa dos adultos. Oportunidade para se transformar o País sob o prisma da equidade.

Não há tempo como este para a construção de um novo olhar sobre e para a adolescência, e para os processos de desenvolvimento que acontecem nessa fase da vida. Um momento tão especial e tão importante que este relatório apresenta a ideia de um direito até hoje não reconhecido plenamente: o direito de ser adolescente.

## O DIREITO DE SER ADOLESCENTE

Foto: Rafaela Feliciano



É preciso garantir a cada adolescente brasileiro o direito de viver essa fase sob a lógica da equidade

Cada adolescente, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem direito à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura, à formação para o trabalho, à convivência familiar e comunitária, à proteção especial. Tem direito de viver essa etapa da vida de forma plena, e de ter oportunidades para canalizar positivamente sua energia, sua capacidade crítica e seu desejo de transformar a realidade em que vive.

Ao reafirmar esses direitos, o UNICEF convoca o Estado, a sociedade brasileira e as famílias a garantirem para cada um desses meninos e meninas o direito de viver essa etapa de sua vida sob a lógica da equidade. Ou seja: livres da desigualdade, mas cele-

brando a diversidade que torna cada ser humano único, sujeito de direitos.

O reconhecimento da importância dos processos de desenvolvimento que ocorrem na adolescência, da oportunidade que a adolescência representa para o País, do benefício que as vivências da adolescência representam tanto para sua vida presente quanto, posteriormente, para sua vida de adulto, resulta na afirmação de que esses meninos e meninas são detentores do direito de ser adolescente. O que significa, sob a ótica da cidadania, o direito de ter direitos, de conhecer seus direitos, de criar novos direitos, de participar da conquista dos seus direitos.

Foto: Rafaela Feliciano



Aline Czezacki  
16 anos  
Ponta Grossa - PR

## Aline Czezacki comentou

//

O maior desafio da adolescência é ser adolescente. É não pensar tanto no futuro. É não ter tanto medo do futuro, do que vamos ser amanhã, quando crescermos. É aproveitar toda essa alegria que temos, é falar, se divertir, sair, brincar, ter responsabilidade também. É aproveitar toda essa fase maravilhosa, essa época em que a gente pode fazer o que quer, mas agindo de forma a respeitar as pessoas mais velhas, agindo de forma a não prejudicar ninguém.

//



### As experiências de ser adolescente são distintas para cada menino e menina

Foto: IIDAC/Luqman Patel



Para que esse direito seja realizado, são fundamentais superar as desigualdades e reduzir vulnerabilidades que limitam o desenvolvimento de uma adolescência plena e a construção de um novo olhar sobre a adolescência, que compreenda, sem estigmas e estereótipos, que ser adolescente é mais do que um processo biológico e psíquico.

Isso não quer dizer que aquilo que acontece no corpo e na mente de meninos e meninas nessa etapa da vida seja irrelevante. De forma alguma. Hoje se sabe que o cérebro, ao contrário do que se pensava antes, ainda não está pronto quando termina a infância. Na adolescência, ele passa por uma nova onda de transformações, que faz com que se sinta necessidade de criar coisas novas e de aprender. Outras modificações em regiões do córtex que estão relacionadas com o raciocínio e a memória conferem aos adolescentes uma enorme capacidade de lidar com informações.

O que se sabe hoje sobre esse período traz novas perspectivas. Características associadas à adolescência e geralmente tomadas sob o ponto de vista negativo, como impulsividade, desejos de mudança e de extrapolar limites, extrema curiosidade pelo novo, intransigência com suas opiniões e atitudes, tornam-se, na verda-

de, oportunidades de aprendizagem e inovação para escolas, famílias, comunidades e para os próprios adolescentes.

Mas, atualmente, para além das transformações biológicas e psíquicas, o conceito de adolescência incorpora a ideia de uma construção social dessa etapa da vida e diz respeito à multiplicidade de formas como ela é vivenciada. Não se fala mais da adolescência, no singular, mas de adolescências, no plural.

Isso porque as experiências de ser adolescente, sejam no plano físico, psíquico ou social, são distintas para cada menino ou menina, por vários fatores: o lugar onde se vive, por exemplo, ou também a forma pelo qual o adolescente interage e participa, seja da vida familiar, na escola, no bairro onde vive, na cidade onde mora. Afinal, é diferente ser adolescente em uma aldeia indígena, na periferia de uma grande cidade, no sertão, ou ainda em família, num abrigo, nas ruas, frequentando ou não uma escola.

Num País com tamanha diversidade e disparidades regionais, étnicas, culturais e socioeconômicas, essas adolescências reúnem uma pluralidade de possibilidades, expectativas, experiências, significados e desafios para a garantia do direito de ser adolescente.

# A adolescência como construção social

Foto: Arquivo pessoal



## **A adolescência continua sendo vista como um problema no Brasil ou houve avanços?**

A visão do nosso grupo de trabalho é um contraponto à abordagem que encara o adolescente como problemático. Vamos na direção contrária da literatura que impera desde o começo do século 20. Na visão tradicional da psicologia, que é reforçada pela mídia, adolescência é um momento de crise e conflito. Defendemos que não se trata de um conflito natural, e sim de uma construção social. Ou seja, a adolescência existe como concepção social, não como algo natural.

Na sociedade, existe até uma procura de aspectos positivos. “O adolescente é o futuro do País”, por exemplo. Mas, acredita-se, ao mesmo tempo, que ele não tenha condições de lidar com isso, esteja sempre em conflitos, esteja sempre em problemas. O próprio adolescente acaba incorporando essa perspectiva. Nos meus últimos estudos, ouvimos o famoso “você tem que me aguentar, eu sou adolescente”.

## **O que é ser adolescente nesta primeira década do século 21? Que condições, desafios e fortalezas você observa?**

Autor do livro *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*, o psicólogo **Sérgio Ozella**, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, critica o enfoque tradicional dos especialistas e da própria sociedade sobre a adolescência, que costuma ser vista como uma fase problemática, um momento de crise e conflitos, caracterizado apenas pela famosa “explosão de hormônios”. Para ele, o conceito de adolescência é, na verdade, uma construção histórica e social, e não algo natural e universal como alguns estudiosos têm defendido ao longo dos anos.

Meu foco não é no adolescente, mas nas suas condições de vida. E infelizmente a visão sobre o adolescente não mudou do século passado para este. Ele continua sendo visto como um problema. E, é claro, se não tem espaço para agir, vai reagir às tentativas de controle. A família, a escola, a sociedade são importantes, mas o adolescente hoje tem poucas saídas. Há um processo de poder em cima do adolescente, de a sociedade não encará-lo como alguém com potencial e com responsabilidade.

## **E como os jovens se veem?**

Em 2008, publiquei uma pesquisa, com quase mil jovens, de classes A a E, de diferentes raças/etnias, meninos e meninas. Há uma diferença muito grande entre jovens de origens diferentes; são adolescentes completamente diferentes, ainda mais se considerados gênero e classe social.

Em relação à classe social, você encontra formas diferentes de viver a adolescência. Jovens de classes A e B reafirmam que o adolescente em geral é irresponsável. Mas, nas classes C, D e E, quando você pergunta como o adolescente é, ele é completamente diferente – preocupado com a

família, com o trabalho. Ele tem uma visão de adolescente construída na própria vida, não a tradicional da literatura.

Essa visão do adolescente “cuca-fresca” passa para os adolescentes de classe baixa um sofrimento – eles sofrem porque não são como os adolescentes mostrados na televisão. O jovem de classe baixa tem a carência de não ter vivido o que parece ser a adolescência. Ele sofre com isso. Eles dizem claramente: “Eu não tive adolescência, não consegui ser assim, não tive essa liberdade que a gente vê”. Na classe D, o adolescente tem que ser responsável, tem que começar a trabalhar, pensar na sua família. Ele já coloca na vida dele o trabalho como uma função do jovem.

### **O conflito de gerações é algo universal?**

Não, é um processo que se constrói no dia a dia. Rotular o adolescente não traz nenhuma contribuição. Os próprios professores tratam o adolescente como um fator de conflito sem saída. “Adolescência é um problema sério, mas que vai passar” é um conceito ainda muito arraigado hoje em dia. E tanto a literatura quanto a mídia não entram em detalhes sobre as condições concretas que levam a essa passagem do jovem para o adulto. Há um vácuo que permite entender que “de repente”, “com o passar do tempo”, “de maneira quase mágica” o jovem passa a ser um adulto. ■■

## **O PAPEL DOS ADULTOS**

Para assegurar esse direito de ser adolescente de forma saudável, estimulante e protegida, a presença dos adultos é crucial. Sejam eles pais, educadores, parentes, amigos, vizinhos, autoridades ou pessoas que de alguma forma convivem com essas garotas e garotos, os adultos precisam assumir uma perspectiva pedagógica, de diálogo, de respeito e de referência para a construção de limites e de cuidados para com os adolescentes, assegurando seu desenvolvimento integral.

Não há melhor tempo que este, a adolescência, para proporcionar a meninos e meninas experiências que os ajudem nas escolhas sobre sua vida, que os orientem sobre como se proteger e proteger o outro, que os estimulem a construir sua autonomia, mas também sua alteridade.

Em casa, na escola, na rua, no posto de saúde, em qualquer lugar, nem o au-

toritarismo, que reprime a construção da autonomia, nem a ausência da orientação e a falta de limites, que normalmente resultam em negligência, contribuem para a realização do potencial de desenvolvimento dos adolescentes como cidadãos e cidadãs. A presença adulta na vida dos adolescentes deve ajudar a promover o diálogo entre gerações e a transformar ideias em propostas. Se os adolescentes têm muita energia e criatividade, os adultos têm mais repertório, maior leque de práticas e devem assumir perante os adolescentes uma postura de troca de histórias e experiências.

Os adolescentes esperam dos adultos esse papel de guiar e conversar. Quando se manifestam, em conferências, plenárias, eventos e mesmo quando são ouvidos em pesquisas, meninos e meninas afirmam com clareza a importância que dão à pre-

sença dos mais velhos em seu processo de desenvolvimento. Realizada pelo UNICEF nos anos de 2003 e 2007, a pesquisa Voz dos Adolescentes<sup>5</sup> revelou que mais de 90% dos adolescentes têm na família sua principal referência. Receber apoio e limites é visto pelos adolescentes como uma forma de cuidado que os pais têm por eles. Segundo os próprios adolescentes, quando o diálogo é feito com respeito e com orientações claras, há mais segurança e confiança.

Ao lado dos pais, os professores. Durante o Encontro Nacional de Adolescentes do Ensino Médio realizado em Brasília em 2010, o tema do papel do professor apareceu com destaque nos debates. Para os estudantes, o professor representa uma referência positiva se, além de “dar o conteúdo”, ele ajuda a refletir sobre as questões da vida, está aberto para ouvir, mas, principalmente, se contribui com sua experiência de vida e suas reflexões, e “não quer dar uma de descolado, e ficar que-

rendo parecer com a gente”, disseram os meninos e meninas.

O diálogo intergeracional é ainda elemento crucial para assegurar aos adolescentes o direito à participação na família, na escola, no bairro, na cidade, de forma autêntica, sustentável, significativa e relevante para sua vida e também para suas comunidades e para o País, contribuindo para a redução de vulnerabilidades específicas dessa fase da vida (*o capítulo 2 deste relatório aprofunda a questão das vulnerabilidades*), com toda a força renovadora dos adolescentes.

Quando adultos reconhecem que adolescentes são atores sociais e políticos fundamentais para a construção de uma sociedade menos desigual e mais democrática e os adolescentes, que os adultos têm mais longas experiências e também precisam ser ouvidos e respeitados, ganham as famílias, as comunidades, a sociedade e o País.

Foto: Raífaela Feliciano



Diego Gomes de Moraes  
17 anos  
Heliópolis - SP

## Diego Gomes de Moraes comentou

//

No papel, está lindo, o direito do adolescente a se expressar. Mas, na prática, acham que o adolescente não tem nada de útil, que não tem nada de bom para oferecer. Na verdade, a gente tem muito a contribuir. Apesar da pouca experiência e idade, nós vivemos muito e de tudo um pouco, e tentamos encaixar as vivências e experiências em qualquer situação.

//



## CONHECER PARA GARANTIR DIREITOS

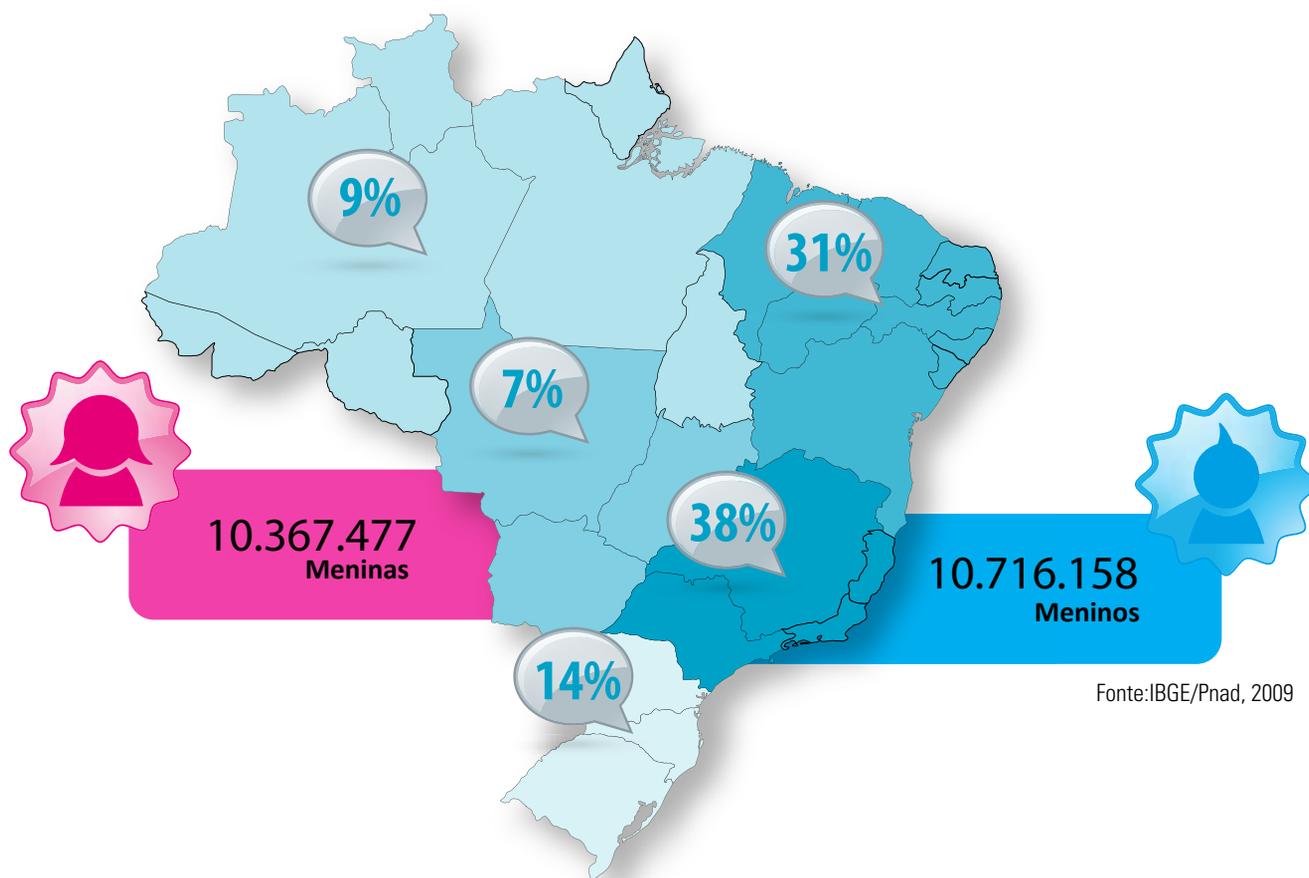
O Brasil tem diante de si uma enorme oportunidade. Com um novo olhar, que reconhece o quanto é rico ter 21 milhões de cidadãos com idades entre 12 e 17 anos, o País pode transformar potencial em realidade, aprofundando o saber sobre esses meninos e meninas, reconhecendo as diversas formas de se viver a adolescência, e construindo novas relações baseadas no diálogo, no respeito ao outro.

Para isso, famílias, sociedade e governos precisam descobrir a adolescência sob a perspectiva da equidade e promover o seu desenvolvimento a partir de uma abordagem de redução das vulnerabilidades e desigualdades que impactam as adolescências.

Devem promover políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, universais e focadas nas demandas e necessidades dos adolescentes. Políticas multissetoriais, baseadas nesse novo olhar sobre a adolescência e que promovam e levem em conta a voz desses meninos e meninas.

Afinal, para se garantir o direito de ser adolescente a cada um desses brasileiros, é essencial que se conheçam e se enfrentem tais vulnerabilidades e desigualdades, transformando-as em oportunidades, por meio de políticas públicas e da participação cidadã. Somente assim, será possível garantir o direito de ser adolescente a cada um desses meninos e meninas.

Onde vivem os 21 milhões de adolescentes brasileiros, por macrorregião



# O olhar da mídia sobre a adolescência



UNICEF/Giacomo Pirozzi

Apesar do crescente engajamento dos adolescentes em projetos de comunicação, a participação de meninos e meninas ainda não ganhou destaque na mídia nacional. Estudo realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos mostra que, da quantidade total de notícias sobre infância e adolescência publicadas por 53 diários das diversas regiões do País em 2009, apenas 6,1% citam o adolescente como fonte de informação e/ou colocam em evidência características de participação e a liderança juvenil. São textos que, em vez de enfatizar a vulnerabilidade de meninos e meninas perante situações de risco, ressaltam sua capacidade de tomar a iniciativa, formular soluções e desenvolver habilidades.

Entre os assuntos mais presentes nas notícias que ouvem adolescentes ou mencionam ações de participação de adolescentes, uma nova temática conquistou espaço: esportes e lazer. De acordo com o estudo

conduzido pela ANDI, o tema é foco de 16,9% dos textos que mencionam esse grupo específico, ocupando a segunda posição no que se refere aos assuntos mais abordados. Em primeiro lugar, está a educação (com 26,3% dos textos) e, em terceiro, a violência (com 13,2%).

Segundo o levantamento, aspectos como qualidade do ensino, acesso à educação e greves ou reivindicações estão entre os mais abordados quando está em foco a educação. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi citado em 23% de todos os textos sobre educação nos quais os adolescentes foram ouvidos. Na cobertura em geral, esse índice é de pouco mais de 15%, o que denota ser esse um tema que mobiliza e abre espaço para a voz do jovem na mídia. Também chama atenção a referência a ações complementares: atividades que auxiliam no desenvolvimento do aprendizado, como exposições, passeios, feiras de ciên-

cias e campeonatos esportivos. Enquanto na cobertura em geral a menção a essas iniciativas é de cerca de 3%, nos textos que ouvem o adolescente ou mencionam ação de participação, o índice é de 10,3%.

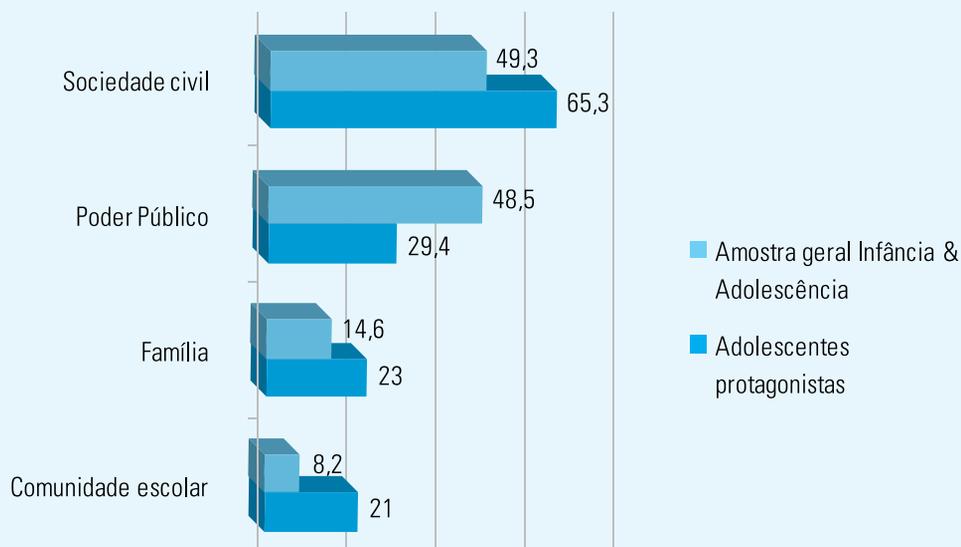
Assim como ocorre na cobertura em geral sobre infância e adolescência, algumas temáticas importantes para essa população ficam de fora quando protagonistas e/ou adolescentes estão na construção da notícia. As discussões de gênero e etnia permanecem esquecidas na abordagem jornalística sobre infância e adolescência. Tanto na cobertura em geral quanto na que ouve adolescentes, a referência a tais questões é de menos de 1%.

Também está fora da pauta a discussão de questões relevantes como às relacionadas à deficiência (0,9% na cobertura que ouve o adolescente e 0,6% na geral), ao exercício da sexualidade (1,0% e 0,4%) e ao trabalho infantil (1,4% e 0,4%). Embora tenha percentual um pouco maior (2,3% na cobertura específica e 1,7% na cobertura

em geral), o debate sobre drogas continua sendo um desafio também para o noticiário que abre espaço a adolescentes e jovens protagonistas.

Em relação às fontes de informação, ao contrário do usualmente verificado na cobertura em geral sobre infância e adolescência – cuja prevalência está nas vozes institucionais –, as notícias que ouvem adolescentes e/ou mencionam ações protagonistas abrem maior espaço para a opinião da sociedade civil. Segundo o estudo realizado pela ANDI, a família e a comunidade escolar também são mais ouvidas quando analisado esse recorte específico, como podemos ver no gráfico abaixo. Outro destaque positivo diz respeito à diversidade de fontes ouvidas – importante elemento de qualificação da notícia. De acordo com os dados coletados, enquanto a cobertura em geral registra a média de 1,5 fonte por notícia, os textos que ouvem adolescentes protagonistas apresentam, em média, 4,2 fontes mencionadas.

Fontes de informação – Percentual sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência em 2009 e sobre notícias que citam adolescentes como protagonistas ou como fonte de informação\*



Fonte: ANDI - Comunicação e Direitos, 2011

\*Variável de marcação múltipla.

## VIOLÊNCIA

Por outro lado, quando se amplia o escopo de análise para todas as matérias que mencionam explicitamente os termos adolescente e adolescência ou focam as idades entre 12 e 17 anos, o estudo da ANDI aponta que o tópico mais abordado é a violência. Para essa faixa etária, o foco nos atos violentos supera a atenção dada às questões de educação, historicamente o assunto mais coberto pela mídia ao priorizar aspectos relacionados ao universo de crianças e adolescentes.

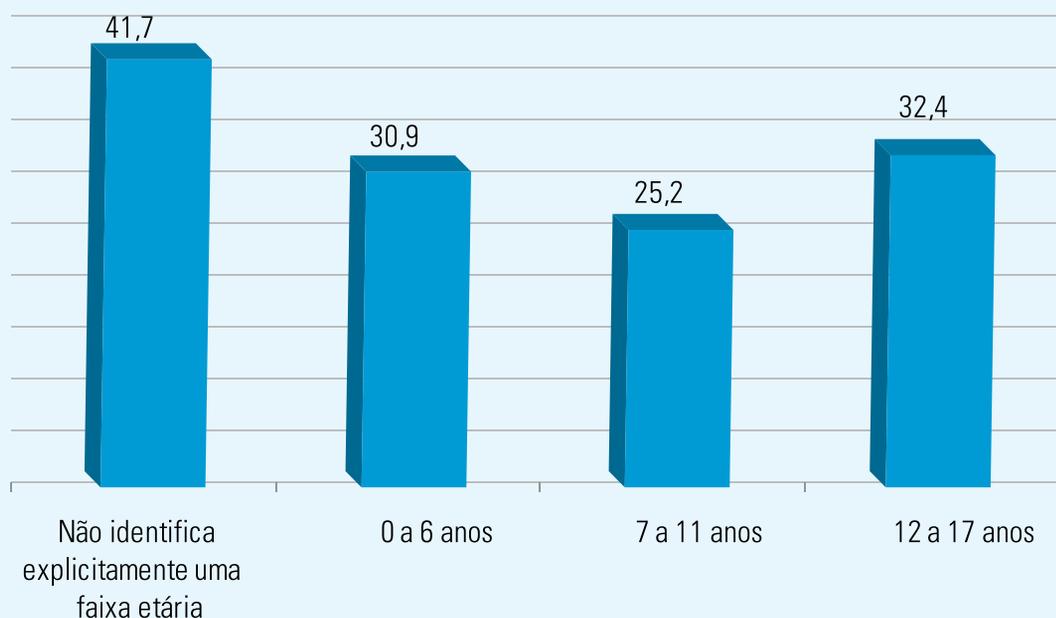
Dados da ANDI estimam que, em 2009, os jornais impressos brasileiros publicaram 159.324 notícias sobre infância e adolescência. De acordo com o monitoramento de mídia realizado pela organização, cada um dos 53 diários analisados publicou, em média, 3.006 textos sobre a temática.

Em 2009, cerca de um quarto da cobertura geral tratava da educação. Esse percentual, porém, cai para 12,2% das notícias que dizem respeito textualmente aos

adolescentes. Segundo a ANDI, isso ocorre porque boa parte das matérias sobre educação não menciona qualquer faixa etária específica. Desses textos que não focalizam qualquer segmento etário, 25% discutem o acesso ao ensino superior e 15,3%, o ensino médio, assuntos que estão diretamente ligados ao cotidiano dos adolescentes.

Em contrapartida, a violência foi tema de 30,7% das reportagens que mencionaram explicitamente os adolescentes. Essa participação é significativamente superior ao que ocorre no ranking de assuntos das demais faixas etárias pesquisadas: 19,7% na primeira infância, 17,5% de 7 a 11 anos, e 17,8% na amostra total. Apesar disso, o estudo da ANDI faz uma ressalva: a de que a prevalência do tema da violência deve ser relativizada, já que nesse tipo de noticiário, geralmente factual, é mais frequente a menção à faixa etária de algum ator envolvido.

Retrato etário – Percentual sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência em 2009\*



Fonte: ANDI - Comunicação e Direitos, 2011

\*Variável de marcação múltipla.

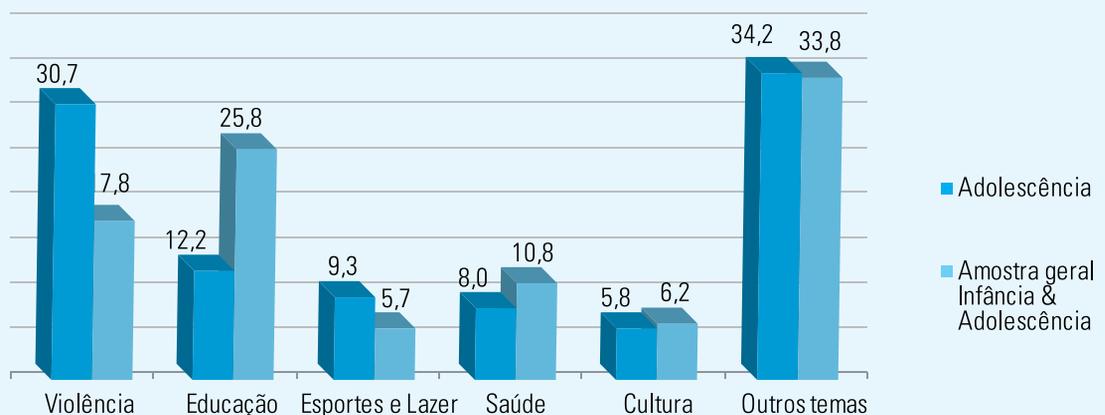
Os tipos de violência mais enfocados na cobertura sobre adolescência são: violência nas ruas e comunidade (29,1%), abuso sexual (21,1%) e violência doméstica (8,3%). O levantamento da ANDI chama atenção para o fato de que, independentemente da faixa etária, poucas matérias procuram promover uma reflexão mais profunda a respeito de causas e consequências desse fenômeno: 9,9% das reportagens sobre adolescência e 9,7% da cobertura sobre infância de modo geral. Portanto, ainda é grande o desafio de qualificar o olhar da mídia no que diz respeito à abordagem de um tema tão complexo e que afeta de forma tão contundente os adolescentes.

A educação vem em seguida para a faixa de tópicos que focalizam o público adolescente, com 12,2%. O número está próximo ao verificado para o grupo de 7 a 11 anos (12,0%) e o de 0 a 6 anos (9,5%). Entretanto, esse é o tema mais coberto (46,6%) quando se fala de crianças e adolescentes de modo generalista, sem determinar a idade – focando em qualidade da educação e políticas públicas, por exemplo, em vez de identificar casos específicos. Em terceiro lugar, aparecem as questões ligadas ao esporte e ao

lazer. Apesar de aparecer sempre entre os 10 primeiros assuntos tratados pela mídia, independente de idade, esse tema é mais destacado à medida que o indivíduo vai crescendo: 3,9% para 0 a 6 anos, 6,8% para 7 a 11 anos, e 9,3% para 12 a 17 anos.

No tocante à qualidade da cobertura, o estudo da ANDI observa que a ótica investigativa, que mapeia o esforço jornalístico em ultrapassar o relato factual, denunciando omissões e discutindo soluções, é bastante similar para a cobertura geral e a dos adolescentes: 7,3% e 7,6%, respectivamente. Os dados de contextualização também não apresentam diferenças sensíveis entre a cobertura em geral e a abordagem sobre adolescentes. A referência a fontes estatísticas alcança 8,1% na cobertura geral e 9,1% no enfoque para adolescentes. A menção à legislação de qualquer tipo é de 5,7% (cobertura geral) e 6,7% (adolescentes). E a de políticas públicas é inferior para as matérias que ouvem adolescentes: 7,7% contra 12,5%. Percebe-se, assim, que os desafios de qualificação das reportagens que falam sobre os adolescentes são, em boa parte, similares aos enfrentados na cobertura da infância e adolescência como um todo, segundo a ANDI. ■■

Os temas das notícias (Tema principal) – Percentual sobre o total de notícias sobre Infância e Adolescência e sobre notícias que citam explicitamente a faixa etária dos adolescentes – 12 a 17 anos, 2009\*



Fonte: ANDI - Comunicação e Direitos, 2011

\*Variável de marcação múltipla.





Foto: Rafaela Feliciano

# ENFRENTAR VULNERABILIDADES E DESIGUALDADES PARA REALIZAR DIREITOS

Para o Brasil, os adolescentes representam uma grande oportunidade. Porém, dois fatores afetam sobremaneira o desenvolvimento desses meninos e meninas: as vulnerabilidades produzidas pelo contexto social e as desigualdades resultantes dos processos históricos de exclusão e discriminação. É preciso superá-las. Somente assim é possível assegurar o direito de ser adolescente a cada menino e menina no País.

O direito de ser adolescente vem sendo violado por vulnerabilidades e desigualdades que marcam o cotidiano de milhões de meninos e meninas em todo o Brasil. Quando se lança um olhar para o conjunto da população brasileira para comparar a situação dos adolescentes com os demais segmentos etários, observa-se que eles e elas formam um grupo que sofre mais fortemente o impacto de vulnerabilidades, como a pobreza, a violência, a exploração sexual, a baixa escolaridade, a exploração do trabalho, a gravidez, as DST/aids, o abuso de drogas e a privação da convivência familiar e comunitária.

Essas vulnerabilidades, entretanto, não afetam os 21 milhões de adolescentes brasileiros da mesma maneira. O que diferencia a forma pela qual os adolescentes vão ser atin-

gidos por tais vulnerabilidades são as desigualdades sociais construídas historicamente no Brasil, constituídas com base em preconceitos e nas mais diferentes manifestações de discriminação. Situações específicas tornam ainda mais agudas as vulnerabilidades e estabelecem obstáculos para a realização do direito de ser adolescente desses brasileiros. As desigualdades, determinadas, entre outros fatores, pela origem e identidade étnico-racial, pelo fato de ser menino ou menina, por sua condição pessoal relacionada a ter ou não alguma deficiência e pelo local onde vivem.

Sem conhecer, reconhecer e enfrentar essas vulnerabilidades e desigualdades, não é possível garantir que os adolescentes vivam tão importante fase da vida de forma plena, estimulante e segura, de forma cidadã, enfim.

## VULNERABILIDADES, OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES

O simples fato de ser adolescente faz com que determinadas situações de vulnerabilidade incidam mais fortemente sobre esses meninos e meninas, quando os comparamos a outros grupos da população no País. A seguir, são apresentados dados, indicadores e análises sobre como nove fenômenos sociais comprometem de forma grave o desenvolvimento dos adolescentes brasileiros. São eles:

1. a pobreza e a pobreza extrema;
2. a baixa escolaridade;
3. a exploração do trabalho;
4. a privação da convivência familiar e comunitária;
5. a violência que resulta em assassinatos de adolescentes;
6. a gravidez;
7. a exploração e o abuso sexual;
8. as DST/aids;
9. o abuso de drogas.

## POBREZA E EXTREMA POBREZA

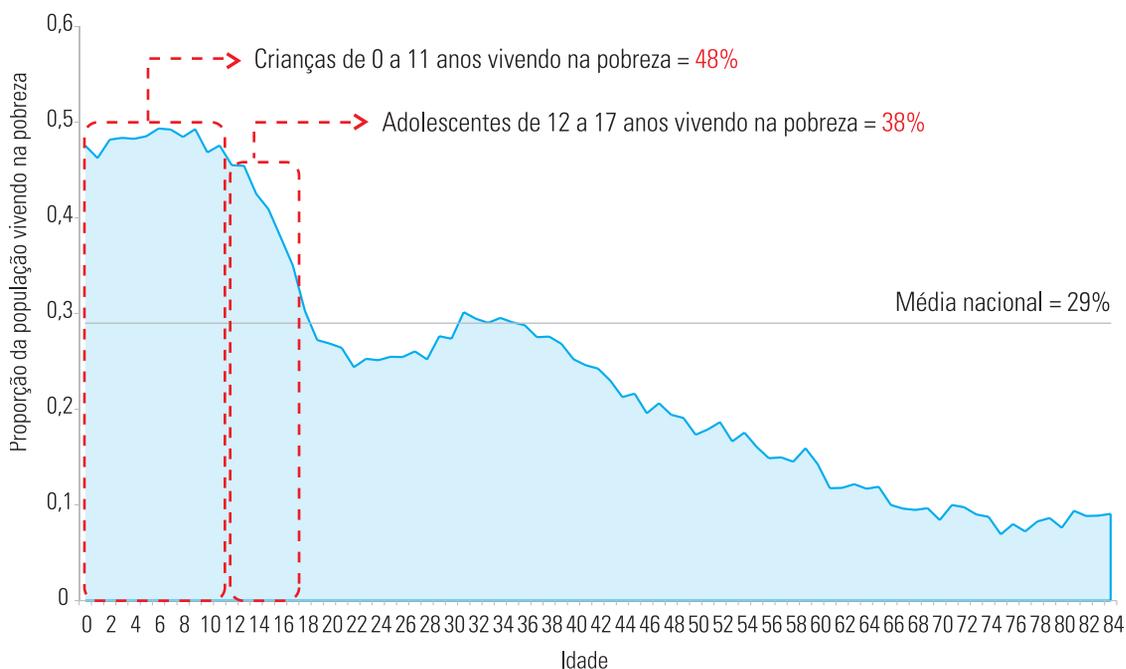
A pobreza nega aos adolescentes seus direitos. Ela representa uma situação de vulnerabilidade que potencializa outras vulnerabilidades. Torna mais frágeis o que poderiam ser ambientes de proteção e segurança de meninos e meninas, aumenta os riscos de abuso e exploração. Faz com que esses adolescentes fiquem mais expostos a doenças, à má alimentação. Além disso, a situação de pobreza, muitas vezes, mina a confiança dos adolescentes em seu próprio futuro e no futuro de suas comunidades e de seu país. Essa é ainda uma vulnerabilidade que se transmite de geração a geração, criando ciclos intergeracionais de exclusão.

No Brasil, a pobreza e a pobreza extrema têm rosto de criança e de adolescente. Dados preliminares do Censo 2010, do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que quatro em cada dez brasileiros (40%) que vivem na miséria são meninas e meninos de até 14 anos. Depois das crianças, o segundo grupo etário com maior percentual de pessoas vivendo em famílias pobres são os adolescentes.

O número de adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos de idade que vivem em famílias com renda inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita é 7,9 milhões. Isso significa dizer que 38% dos adolescentes brasileiros estão em condição de pobreza. Praticamente um a cada três adolescentes brasileiros pertence ao quintil mais pobre da população brasileira (ou seja, os 20% mais pobres do País): 28,9% dos garotos e garotas entre 15 e 17 anos estão nesse grupo de renda.

### Os mais pobres – Proporção da população vivendo na pobreza, por idade



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

# A nova linha da extrema pobreza no Brasil

O IBGE, a partir dos dados do Censo 2010, identificou no País 16 milhões de pessoas que vivem com renda per capita mensal de até R\$ 70. Essa é a linha da extrema pobreza definida pelo governo federal, que embasa o programa Brasil sem Miséria. Embora o governo brasileiro tenha adotado esse recorte de extrema pobreza, optamos por utilizar, neste relatório, dados do IBGE sobre famílias extremamente pobres cuja renda per capita é inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (o que, em valores de 2011, representa renda per capita menor que R\$ 128,50). O objetivo é fazer a desagregação por idade, uma vez que os dados relativos ao novo conceito definido pelo governo somente estão disponíveis para o ano de 2010 e por grupos etários previamente agregados. ■■

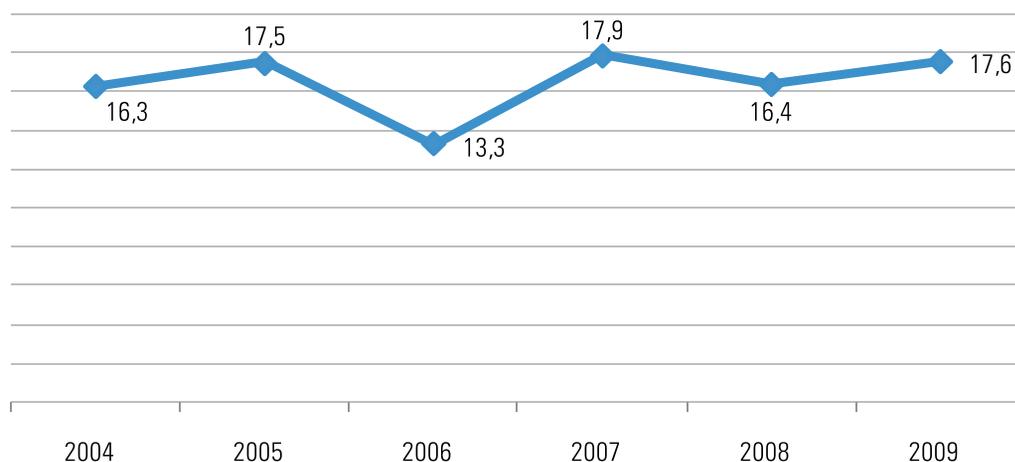
Atualmente no Brasil, 3,7 milhões de garotas e garotos com idades entre 12 e 17 anos (17,6% dos adolescentes do País) vivem em famílias extremamente pobres, ou seja, que sobrevivem com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo por mês, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009.

O rosto adolescente da pobreza no País torna-se ainda mais evidente quando notamos que, apesar de a desigualdade de renda estar caindo no País nos últimos

seis anos, tendo atingido em 2011 o nível mais baixo desde 1960, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>6</sup>, o percentual de adolescentes vivendo em famílias extremamente pobres cresceu entre 2004 e 2009, passando de 16,3% para os atuais 17,6%. Ou seja, a pobreza recua na população brasileira em geral, mas cresce entre seus meninos e meninas.

Romper o ciclo da pobreza não é simples, mas fundamental para reduzir outras vulnerabilidades.

Extrema pobreza – Percentual de adolescentes que vivem em famílias extremamente pobres



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

## BAIXA ESCOLARIDADE

Se a pobreza é uma vulnerabilidade determinada por gerações, a baixa escolaridade resulta de um processo de exclusão que tem suas origens nos primeiros anos de vida dos adolescentes. Quem hoje está na faixa etária de 12 a 17 anos e poucos anos de estudo tem, quase sempre, uma trajetória de educação marcada pela falta de acesso à educação infantil e pela precariedade do ensino fundamental.

Desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o País fez importantes avanços em direção à universalização do acesso ao ensino fundamental. Em 2009, 97,9% das crianças e adolescentes de 7 a 14 estavam matriculadas nessa etapa da educação<sup>7</sup>.

Porém, o acesso é apenas o primeiro passo para a garantia do direito de aprender de meninos e meninas. As crianças e adolescentes chegam à escola, mas muitos deles não conseguem aprender e conquistar avanços em sua escolaridade por uma série de fatores relacionados à qualidade da educação e à precariedade do ambiente de aprendizagem. Pouco estimulados e apoiados, algumas vezes pressionados a contribuir para a renda familiar, crianças e adolescentes iniciam um ciclo de repetências e acabam abandonando os estudos. À medida que as séries escolares avançam, aumentam os índices de distorção idade-série e de evasão.

A baixa escolaridade é uma vulnerabilidade, porque impõe limites às oportunidades que têm e terão os adolescentes ao longo de toda a sua vida. Afinal a educação é um direito humano fundamental e toda criança e todo adolescente têm direito a ela. Receber educação de qualidade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades

e ajuda a pavimentar o caminho para o presente e para um futuro produtivo e cidadão. Quando se assegura a cada criança o direito a uma educação adequada, baseada em direitos, cria-se um efeito multiplicador de oportunidades para ela e para as gerações futuras.

Se a educação transforma vidas, a baixa escolaridade restringe transformações, pessoais e sociais. Se a educação é um direito poderoso para pôr fim ao ciclo de pobreza intergeracional e prover os fundamentos para um desenvolvimento sustentável, a baixa escolaridade é parte da engrenagem que gera pobreza e limita o desenvolvimento.

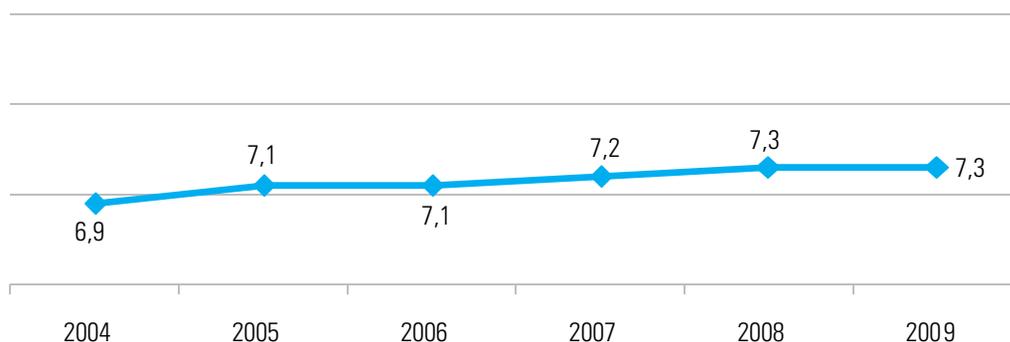
No Brasil, em 2009, do total de meninos e meninas de 15 a 17 anos, 85,2% estavam matriculados na escola. Porém, apenas pouco mais da metade deles (50,9%) estava no nível adequado para a sua idade: o ensino médio<sup>8</sup>. Os demais ainda cursavam o ensino fundamental. Além disso, 1,4 milhão de meninos e meninas dessa faixa etária já haviam abandonado os estudos e estavam fora das salas de aula em 2009<sup>9</sup>.

O abandono está diretamente ligado à trajetória de repetências que cria a chamada distorção idade-série, ou seja, crianças e adolescentes que cursam uma série escolar diferente daquela prevista para sua idade. O ciclo começa, quase sempre, já nas primeiras séries do ensino fundamental e vai se tornando mais grave nas séries mais avançadas, até limitar o acesso ao nível médio de educação. Em 2009, 13% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos tinham atraso escolar superior a dois anos. No mesmo ano, do total dos 2,3 milhões de concluintes do ensino fundamental, 1,09 milhão (ou mais de 47%) tinham entre 15 e 17 anos: encontravam-se atrasados em seus estudos<sup>10</sup>.

O acúmulo de repetências e abandono faz com que a escolaridade média de um adolescente brasileiro de 15 a 17 anos seja de 7,3 anos de estudo. Isso quer dizer que, em média, os brasileiros nessa faixa etária sequer

completaram o nível fundamental de ensino, que implica nove anos de estudos. O quadro é um pouco melhor, entretanto, que o de 2004, quando a média de anos de estudo era de 6,9<sup>11</sup>, como podemos ver no gráfico abaixo.

Baixa escolaridade – Média de anos de estudo de adolescentes de 15 a 17 anos



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

## EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

É na adolescência que a exploração do trabalho incide mais gravemente. Dos 4,3 milhões de brasileiros com idades entre 5 e 17 anos que exercem algum tipo de atividade laboral, 77% – ou 3,3 milhões – são adolescentes de 14 a 17 anos de idade<sup>12</sup>. A legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos.

A exploração do trabalho adolescente é uma vulnerabilidade porque o trabalho quase sempre interfere na educação desses meninos e meninas, além de submetê-los a riscos físicos e psicológicos, como acidentes, exposição a substâncias tóxicas, a movimentos repetitivos que comprometem a saúde desses adolescentes, ainda em fase de desenvolvimento. Além disso, por ser quase sempre ilegal (estima-se que 80% dos adolescentes que trabalham o fazem sem registro na carteira de trabalho), o trabalho dos adolescentes acontece de maneira desprotegida, sem a co-

bertura da legislação trabalhista e da vigilância de esferas governamentais e da sociedade civil organizada, como sindicatos e ONGs.

Como em outras situações de vulnerabilidade apresentadas aqui, tem havido avanços no País no enfrentamento à exploração da mão de obra de crianças e adolescentes, graças a um conjunto de políticas públicas e mobilizações em favor dos direitos de meninas e meninos. A série histórica da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) mostra que, em 1999, 14,9% das crianças de 10 a 14 anos trabalhavam. Em 2009, essa taxa havia recuado para 6,9%. No mesmo período, o nível de ocupação no grupo de 15 a 17 anos baixou de forma mais lenta, de 34,5% para 27,4% (*no capítulo 3 deste relatório, apresentamos a análise sobre as políticas públicas voltadas para a adolescência, entre elas, aquelas dirigidas à erradicação do trabalho infanto-juvenil*).



Rafael Faria da Silva  
16 anos  
São Paulo - SP

## Rafael Faria da Silva comentou



Eu trabalho com bolivianos todo domingo, ajudando a desmontar barracas na feira. Ganho R\$ 10 por barraca. Todo o dinheiro que eu ganho divido meio a meio em casa. E ainda ajudo a cuidar da casa.



Aline Czezacki  
16 anos  
Ponta Grossa - PR

## Aline Czezacki comentou



Os jovens começam muito cedo a trabalhar com os pais, com 15 ou 16 anos, nem que seja para fazer fotocópia, mas é para trabalhar mesmo. É uma cultura: a maioria dos pais não cresceu rico e foi crescendo no trabalho e eles não entendem que mudou e querem que os filhos tenham a mesma educação, nos mesmos moldes.



Entre os adolescentes que trabalham, a situação mais comum é a de combinação trabalho e estudo. Dos meninos e meninas de 12 a 17 anos que trabalham, 82% deles também estão matriculados na escola. Entretanto, como vimos acima, a matrícula é apenas um primeiro passo no processo de educação de um adolescente. Estudos e pesquisas mostram que adolescentes que trabalham e

estudam estão mais vulneráveis ao mau desempenho na escola, à repetência e à evasão. Num mundo e num País com demandas crescentes em qualificação em todos os campos de atuação profissional, a combinação da entrada precoce e precária no mercado de trabalho com baixa escolaridade resulta, quase sempre, em restrições permanentes na capacidade dos adolescentes de se aper-

feiçãoarem, e, portanto, na limitação de sua atuação profissional no mercado de trabalho informal e de baixa remuneração (dados da

Pnad mostram que 30% das crianças e adolescentes que exerciam alguma ocupação não recebiam contrapartida de remuneração).

Foto: Rafaela Feliciano



**Carlos Eduardo da Silva**  
15 anos  
Cabo de Santo Agostinho - PE

## Carlos Eduardo da Silva comentou



Vários de meus colegas trocaram o turno da manhã na escola pelo noturno por causa dos empregos. Trabalham de segunda a segunda pra ganhar uma merreca. Chegam acabados na escola. Aí querem ter um trabalho melhor, mas como vão conseguir sem estudo? Como vão conseguir passar de série?



Ainda mais grave é a situação dos adolescentes trabalhadores que já abandonaram a escola – 3,4% do total de meninos e meninas entre 12 e 17 anos<sup>13</sup>. São adolescentes com situações ainda mais frágeis em termos de proteção e oportunidades: trabalham no comércio de rua, como ambulantes ou prestadores de serviços como engraxates, são meninas empregadas domésticas, ou coletam frutos em atividades extrativistas de baixo valor agregado, como em culturas de açaí, babaçu, moluscos e mariscos, entre outras. Esses ga-

rotos e garotas também têm mais chances de se envolver com o trabalho ilícito no tráfico de drogas e outras atividades criminosas, e na exploração sexual.

Eles são em sua maioria meninos, embora as meninas sejam as principais vítimas da exploração em atividades como o trabalho doméstico e relacionadas à exploração sexual, como veremos ainda neste capítulo. Estão em sua maioria em zonas urbanas, embora em algumas regiões do País, a mão de obra de adolescente seja importante na agricultura.

Meninos urbanos – Pessoas de 10 a 14 anos e de 15 a 17 anos ocupadas na semana de referência por sexo e situação de domicílio (por 1.000)

	Total	Masculino	Feminino	Urbano	Rural
10-14 anos	1.258	856	403	659	599
15-17 anos	2.870	1.861	1.009	2.056	814

Fonte: IBGE/Pnad, 2009 (Adaptação)

## Palavra de especialista

“Eles abandonam a escola precocemente e não concluem o ensino fundamental. Quando tentam se inserir no mercado de trabalho, não conseguem: eles não têm experiência, não têm escolarização e nenhuma qualificação profissional. Então, ficam excluídos, numa situação que favorece que sejam aliciados pelas redes de crime organizado, tanto tráfico de drogas quanto exploração sexual. É um quadro muito perverso. Numidade em que a pessoa está cheia de expectativas, lhe é negada qualquer oportunidade de uma vida digna.” **Isa Maria de Oliveira, coordenadora do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.**

A precariedade do trabalho do adolescente é uma realidade, mesmo quando a atividade supostamente é desempenhada em conformidade com a legislação. A lei estabelece três modalidades de trabalho regular para o adolescente brasileiro, a partir de 14 anos: a aprendizagem, o estágio e o trabalho educativo. Ainda assim, relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego apontam o quanto é comum o descumprimento das disposições legais: a falta de registro em carteira de trabalho, a realização de tarefas penosas, degradantes e perigosas fazem parte do cotidiano do adolescente que trabalha.

A baixa adesão à Lei do Aprendiz – seja por falta de experiência das empresas ou pouco investimento na qualificação dos aprendizes – é outra evidência da dificuldade para difundir o trabalho decente para adoles-

centes no Brasil. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)<sup>14</sup> mostram que, em 2009, havia 155,1 mil aprendizes contratados – um aumento significativo se comparado à situação em 2005, quando havia 59,3 mil adolescentes nessa situação. Mesmo assim, esses números ainda estão distantes do potencial, calculado em 1,2 milhão de adolescentes pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2010.

Perigoso, insalubre, pouco ou nada remunerado, frágil em suas relações, o trabalho do adolescente no País representa uma vulnerabilidade que vem cedendo apenas aos poucos, ao longo dos anos, e parece sempre se alimentar de uma cultura da precariedade, gerando mais um ciclo de exclusão e violação de direitos, de desproteção e insegurança.

## PRIVAÇÃO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Sentir-se seguro. Eis uma experiência fundamental para os adolescentes. Ela começa na convivência familiar e comunitária, que, se vivida de forma saudável, é crucial para oferecer as bases necessárias ao amadurecimento e à constituição de uma vida adulta também saudável, para a

garantia do direito de ser adolescente.

Por isso, a privação do direito à convivência familiar e comunitária, assim como a pobreza, a exclusão da escola e a exploração do trabalho, deixa os adolescentes desprotegidos e representa enormes riscos para meninos e meninas.

## NOS ABRIGOS

Em seu artigo 19, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito de todo adolescente a ser criado e educado num ambiente familiar e comunitário de proteção. Mas milhares de adolescentes brasileiros passam boa parte de sua infância e adolescência em abrigos. Dados do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estimam que, em 2009, 54 mil crianças e adolescentes viviam nessas instituições no Brasil<sup>15</sup>. Ali, veem-se privados da convivência com os pais, irmãos, avós e outras pessoas que com eles troquem afeto, que os protejam e os apoiem em seu processo de construção de suas identidades.

No caso específico dos adolescentes em abrigo, a situação é especialmente complexa. Afinal, à medida que aumenta a idade, diminuem as possibilidades de retorno à convivência familiar (pesquisas sobre o tema indicam que a reintegração na família, a adoção, a colocação em família substituta ou outras formas de acolhimento são mais comuns para as crianças mais novas). E ainda não existem experiências sustentáveis de abrigos que consigam desenvolver estratégias eficientes para a garantia do direito a uma família ou mesmo para buscar alternativas que apoiem os adolescentes que crescem nessas instituições a fim de que desenvolvam um projeto de vida, estabeleçam autonomia e construam redes afetivas.

O resultado é que, ao alcançar os 18 anos, os adolescentes têm que deixar os abrigos e, muitas vezes, não estão preparados para morar sozinhos ou não construíram relações com seus pares que constituam alternativas como “repúblicas” ou

outras formas de convivência. Assim, sentem-se obrigados a permanecer em torno da instituição que os acolheu.

## NAS RUAS

Além dos meninos e meninas internados em abrigos, entre os adolescentes privados do direito à convivência familiar e comunitária, estão os 24 mil meninos e meninas em situação de rua no Brasil, segundo dados de um estudo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, divulgado em 2011<sup>16</sup>.

Foto: UNICEF/João Ripper



Entre eles, 70% são meninos. Vendem balas e frutas, engraxam sapatos, lavam carros, separam material reciclável no lixo, pedem dinheiro ou simplesmente perambulam pelos centros das médias e grandes cidades do País. Estão expostos a todo tipo de violação de seus direitos. Segundo a pesquisa do Conanda, quase metade deles (45,1%) tem entre 12 e 15 anos, 49,2% se declararam de cor parda e 23,6%, negros.

O levantamento do Conanda mostrou ainda que, do total de meninos e meninas vivendo nessas condições, 59,1% dormem na

**Sentir-se seguro na família e na comunidade é fundamental para os adolescentes**

casa de seus familiares e trabalham nas ruas; 23,2% dormem nas ruas; 2,9% dormem temporariamente em instituições de acolhimento e 14,8% circulam entre esses espaços. Segundo os próprios meninos e meninas, a principal razão para estar nas ruas é a violência doméstica, responsável por 70% das citações sobre os motivos que os levaram a sair de casa.

A pesquisa mostrou também que 13,8% desses meninos sequer se alimentam todos os dias e que, embora a maioria dessas crianças e adolescentes esteja em idade escolar,

59,4% não estudam. Mais do que excluídos, esses meninos e meninas são banidos, por preconceito e discriminação, mesmo por instituições que deveriam acolhê-los. De acordo com o levantamento do Conanda, 12,9% dos entrevistados já haviam sido impedidos de receber atendimento na rede de saúde e 6,5% de emitir documentos; 36,8% deles tinham sido impedidos de entrar em algum estabelecimento comercial; 31,3%, de usar transporte coletivo; 27,4%, de entrar em bancos; e 20,1%, de entrar em algum órgão público.

## Palavra de especialista

“Os meninos e meninas em situação de rua estão no auge, na última etapa do processo de exclusão social, pois têm acesso a nenhum ou a poucos direitos das crianças e adolescentes e são pouquíssimas as políticas públicas direcionadas para esse estrato da população brasileira.” **João Batista do Espírito Santo Júnior, coordenador adjunto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco (MNMMR-PE).**

O problema dos meninos e meninas de rua não é nenhuma novidade para o Brasil. Desde a década de 1970, quando começou a ganhar visibilidade, com o crescimento das cidades e ondas de migração, o País não consegue dar prioridade ao fenômeno e desenvolver políticas públicas eficientes para proteger esses adolescentes, garantindo-lhes o direito à convivência familiar e comunitária. Nos anos 1980, com a redemocratização do País, várias organizações dedicadas à luta pelos direitos de crianças e adolescentes voltaram seu foco de trabalho para esses meninos e meninas em situação de rua. Entre eles, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, criado em 1985. Porém, apesar da mobilização social em torno dessa causa e das conquistas obtidas com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas

áreas de saúde, educação e proteção, os meninos e meninas em situação de rua, estão entre aqueles deixados para trás, argumenta o estudo do Conanda.

Os municípios, principais responsáveis pelas políticas de atendimento a crianças e adolescentes, também não estão preparados. Em 2009, apontam os dados do suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic 2009), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conanda, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 5,2% tinham serviços de acolhimento para essas crianças e adolescentes; 22,3% contavam com iniciativas de abordagem social nas ruas; e 13% disseram ofertar outros serviços para atendimento desse segmento<sup>17</sup>.

## ADOLESCENTES CHEFES DE FAMÍLIA<sup>18</sup>

Como viver a adolescência, usufruir dos processos de desenvolvimento que ocorrem nessa fase da vida, conviver com adultos que lhe dê apoio e construir sua rede de relações com seus pares se é preciso assumir responsabilidades de adulto aos 12, 14, 16 anos? Essa é uma realidade em 132 mil domicílios onde meninos e meninas de 10 a 14 anos são os principais responsáveis pela casa, mostram os dados do Censo 2010, do IBGE, que revelam ainda que outros 661 mil lares são chefiados por adolescentes com idades entre 15 e 19 anos.

Se o número em si é alarmante, sua série histórica é ainda mais assustadora. Na comparação do último Censo de 2010 com o anterior, realizado em 2000, observa-se que o número de lares chefiados por crianças e adolescentes de 10 a 19 anos mais que dobrou na década, apesar do grande crescimento econômico do Brasil e da importante redução na desigualdade de renda no País, conquistados nos últimos anos.

Quando se tornam chefes de família, adolescentes veem ser trocados os papéis dentro de casa: assumem responsabi-

dades incompatíveis com sua idade e sua condição especial de sujeitos em desenvolvimento. Trabalham, lidam com situações complexas demais para seu grau de maturidade, colocam em risco a saúde física e psíquica, a educação, as oportunidades de praticar esporte, de brincar, de usufruir de momentos de lazer a que têm direito simplesmente por ser detentores do direito de ser adolescentes.

### Milhares de meninos e meninas brasileiros assumem responsabilidades incompatíveis com sua idade e sua condição de desenvolvimento

Falta de capacidade de inovação e articulação nas respostas para os adolescentes em abrigos ou nas ruas e crescimento do número de adolescentes chefes de família são tendências que violam o direito de ser adolescente e, assim, ampliam a vulnerabilidade de milhares de adolescentes brasileiros.

Foto: Rafaela Feliciano



Renata Fernandes Caldas  
17 anos  
Fortaleza - CE

### Renata Fernandes Caldas comentou



//

Vou começar a trabalhar agora para ajudar em casa. Acabei de terminar o ensino médio, mas acho que terei de adiar o sonho de estudar Psicologia numa universidade pública. Só a galera que estudou em escola particular, que não teve greve, nem material faltando, consegue uma vaga na universidade pública.

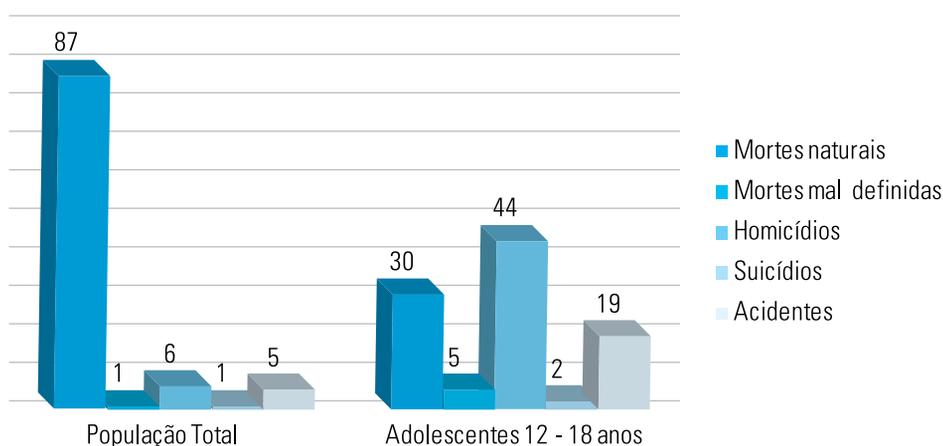
//

## ASSASSINATO DE ADOLESCENTES

Pelo simples fato de ser adolescentes, meninos e meninas brasileiros também estão especialmente vulneráveis à violência em sua forma mais aguda, a violência que tira vidas, o homicídio. No Brasil, ao contrário de na maioria dos outros países, os homicídios superam os acidentes de trânsito como primeira causa de mortalidade na adolescência.

Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, 19,1 meninos e meninas de 12 a 17 anos em cada grupo de 100 mil pessoas da mesma faixa etária morreram vítimas de homicídio em 2009. Isso significa dizer que, em média, a cada dia, são assassinados 11 adolescentes no Brasil.

Assassinados – Comparativo das principais causas de morte na população total e dos adolescentes entre 12 e 17 anos de idade. Percentual por tipo de morte



Fonte: Ministério da Saúde/SIM, 2009

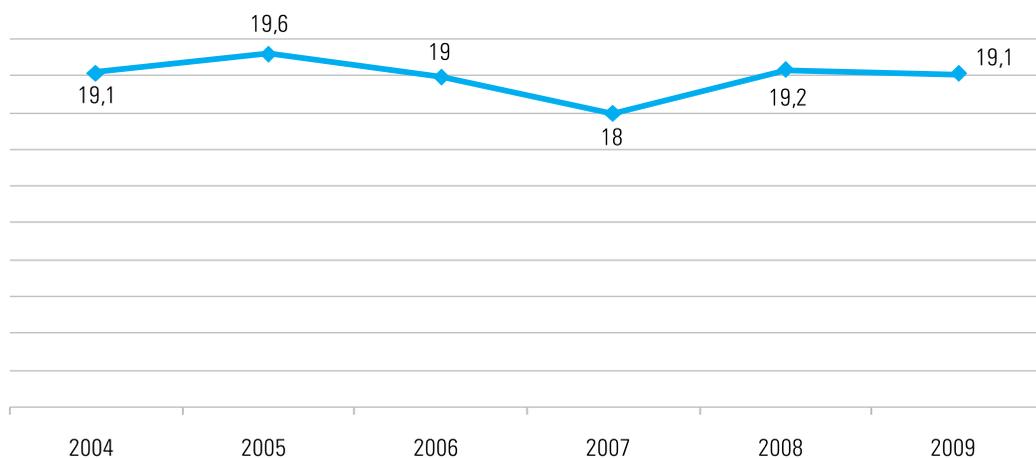
### No Brasil, homicídios superam acidentes de trânsito como primeira causa de mortalidade na adolescência

Se os números correspondentes à adolescência já representam em si uma tragédia, quando se avança para analisar a faixa de idade de 15 a 19 anos, percebe-se a gravidade da situação. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, em 2009, a taxa de mortalidade por homicídios entre adolescentes de 15 a 19 anos era de 43,2 em cada grupo de 100 mil adolescentes da mesma faixa etária. Isso representa dizer que a morte por homicídio provoca, em média, a

perda de 19 vidas por dia. No País, a média para a população como um todo é de 20 homicídios por 100 mil. Ou seja, o índice para os meninos e meninas nos anos finais da adolescência é maior do que o dobro da média para a população brasileira. Dados e estudos demonstram ainda que o risco de homicídio aumenta progressivamente até a faixa de 20-24 anos, quando atinge o pico para depois declinar.

Nos últimos anos, houve alguns importantes avanços no enfrentamento dos homicídios em várias Unidades da Federação brasileira. Porém, o indicador nacional para os assassinatos de adolescentes tem se mantido estável no mesmo período, como vemos no gráfico a seguir.

## Violência estável – Taxa de homicídios entre adolescentes de 12 a 17 anos (por 100 mil adolescentes)



Fonte: Ministério da Saúde/SIM, 2009

Foto: Raífaela Feliciano



Landerson Siqueira  
18 anos  
Rio de Janeiro - RJ

### Landerson Siqueira Soares comentou



Quando há um conflito no nosso bairro, a gente fica sem acesso à informação, à educação, à saúde, ao lazer e à própria circulação dentro da comunidade. Ficamos sem acesso aos serviços públicos.



O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que nenhuma criança ou adolescente deve ser objeto de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade ou agressão dentro ou fora da família. No entanto, essa não é a realidade vivenciada por parcelas

significativas da adolescência brasileira que se veem frente a frente com violações de direitos, violência doméstica, violência de gênero, acidentes de trânsito, violência sexual e, sobretudo, a violência letal que atinge os adolescentes na forma de homicídio.



## Palavra de especialista

“No Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 mostram que foi possível preservar a vida de mais de 26 mil crianças. No entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados. Com certeza, não queremos salvar crianças em sua primeira década de vida para perdê-las na década seguinte”.

**Anthony Lake, Diretor Executivo do UNICEF.**

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

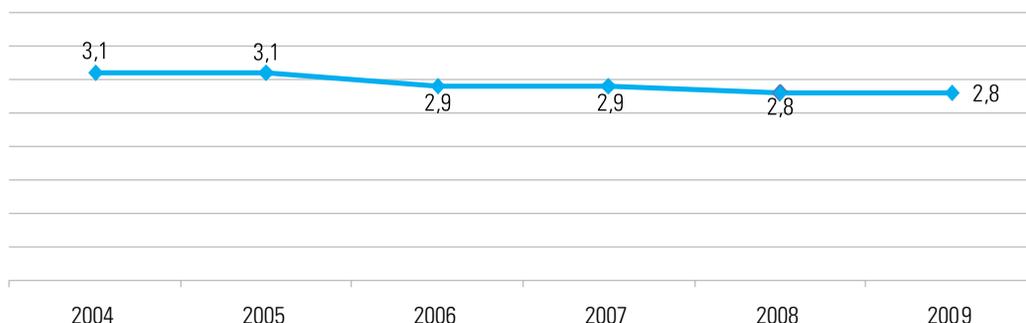
A gravidez é outra situação de vulnerabilidade com impactos profundos na vida dos adolescentes: em sua saúde, no seu desempenho escolar, nas suas oportunidades de formação para o trabalho. Como a pobreza, a baixa escolaridade e a entrada precoce e precária no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência é um dos mais importantes fatores para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.

E essas vulnerabilidades se sobrepõem. Vejamos, por exemplo, o impacto da gravidez na adolescência no direito à educação das meninas. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)<sup>19</sup>

mostram que, no Brasil, entre as meninas com idade entre 10 e 17 anos sem filhos, 6,1% não estudavam, no ano de 2008. Na mesma faixa etária, entre as adolescentes que tinham filhos, essa proporção chegava a impressionantes 75,7%. Entre essas mesmas meninas que já eram mães, 57,8% delas não estudavam nem trabalhavam.

No Brasil, 2,8% das meninas entre 12 e 17 anos já tiveram filhos, segundo dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (Sinasc), do Ministério da Saúde<sup>20</sup>. Isso significa um contingente de nada menos do que 290 mil adolescentes. A taxa vem apresentando queda nos últimos anos. Em 2004, esse índice estava em 3,1%.

Meninas mães – Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que já tiveram filhos

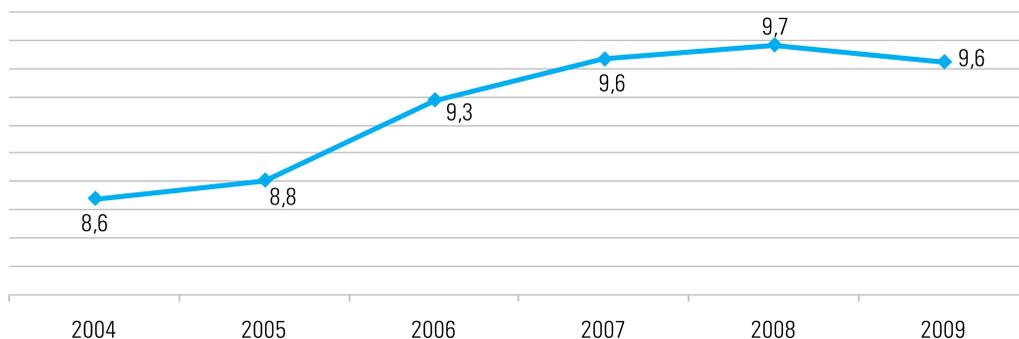


Fonte: Ministério da Saúde/Sinasc, 2009

A queda se dá porque o número de nascidos vivos de mães de 15 a 17 anos vem caindo, ano a ano (de 2000 a 2009, o número de partos de adolescentes diminuiu 34,6%, segundo dados do Ministério da Saúde). Porém, entre as meninas de até 15 anos, conforme demonstram os dados do Sinasc, a tendência é oposta: a taxa de

fecundidade vem crescendo nos últimos anos. Em 2004, eram 8,6 nascidos vivos por grupo de mil. Cinco anos mais tarde, a taxa verificada foi de 9,6 por mil – vale lembrar aqui que, pela legislação brasileira em vigência, as relações sexuais antes dos 14 anos são classificadas como estupro de vulnerável<sup>21</sup>.

Mães de até 15 – Nascidos vivos de crianças e adolescentes menores de 15 anos (por mil nascidos vivos)



Fonte: Ministério da Saúde/Sinasc, 2009

Vulneráveis entre as vulneráveis, nesse grupo de meninas com idade até 15 anos, apenas 38% delas tiveram pelo menos sete consultas pré-natais. Quando se analisa o grupo etário completo das adolescentes – de 12 a 17 anos –, esse índice sobe para 43,5%<sup>22</sup>.

Como em outros fatores de vulnerabilidade que afetam os adolescentes brasileiros, a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, com múltiplas causas e consequências. Muitas vezes é resultado de uma trajetória de exclusão e de imputação de responsabilidades sobre as meninas desde muito cedo, quando começam a cuidar da casa e de seus irmãos mais novos. Pesquisas recentes, feitas principalmente por especialistas em psicologia e antropologia, apontam que a gravidez pode ser uma

opção das próprias meninas, numa busca distorcida por autonomia, autoridade, reconhecimento social por parte das próprias famílias e de seus amigos e colegas. Além disso, apesar de afetar principalmente as adolescentes mais pobres, é um fenômeno também presente entre as meninas de classe média e classe média alta.

Por tudo isso, essa vulnerabilidade que impacta de forma tão contundente a vida das adolescentes demanda respostas multissetoriais, capazes de olhar para além dos preconceitos. Respostas que permitam proteção às meninas mais novas, apoio a essas meninas-mães, estímulos para que continuem estudando e sejam capazes de garantir uma vida melhor para si e para seus filhos.



Denise Fernandes

14 anos

Palmas - TO

## Denise Fernandes comentou



//

Eu vejo de perto o problema da gravidez na adolescência. Na faixa etária de 12 a 15 anos, muitas meninas já estão grávidas, principalmente no meu bairro. Lá, elas engravidam bem cedo. Na maioria das vezes, acho que é por falta de orientação dos pais, falta de atenção da família. Os filhos, muitas vezes, sentem falta de aconchego.

//

## A invisibilidade dos meninos

Uma dimensão que costuma ser relegada a um plano secundário quando a questão é a gravidez na adolescência é a participação do pai. O psicólogo Jorge Lyra, um dos fundadores do Instituto Papai, em Recife, chama a atenção para o fato de que “fala-se muito sobre a menina, mas não sobre o pai”. O pai, diz ele, é um ator que costuma ser deixado fora da cena da gravidez; quando é trazido, entra com a pecha de ser uma figura ausente, que não assume a situação.

No entanto, em sua experiência no tema desde meados da década de 1990, Lyra constatou que, quando os pais são ouvidos, percebe-se que eles estão presentes, “ainda que na sala de espera”. E isso vai construindo situações que se tornam realidade, ausentando esse menino do campo dos direitos e da sua responsabilidade. Ou seja, nem todo adolescente nega a paternidade quando ela ocorre.

A experiência do Instituto Papai indica que há um universo que deseja, sim, participar, que quer fazer valer seus direitos e busca meios para viabilizar sua vida dentro das novas condições. “Quando o casal vem até o Papai, menino e menina chegam juntos, minimamente estão tentando ser pais. O jovem pai vem aqui saber que direitos tem, como pode participar e fala também dos problemas, da falta de dinheiro, de trabalho”.

Não há dúvidas de que existe uma invisibilidade dos pais – não só dos adolescentes, mas também dos adultos. “Isso não é prerrogativa do adolescente. Mas, ao adolescente, se atribui a ideia de que ele é incompetente, irresponsável, agregando mais uma característica negativa atribuída à adolescência, em outras palavras ocorre uma discriminação de gênero e de gera-

ção. No serviço de saúde, é incomum haver uma postura de acolhimento”, afirma o cofundador do Instituto Papi. “Na história da Estratégia Saúde da Família (ESF), por exemplo, a gente foi tentando buscar esses pais. E já vimos situações em que as agentes comunitárias de saúde conheciam os meninos do seu bairro, mas não sabiam que eles eram os pais daqueles

bebês acompanhados. Ao ir às casas, elas sempre perguntam pelas mães. Assim, o adolescente já é desqualificado *a priori*”, destaca. Ultrapassar a barreira da invisibilidade dos pais é de fundamental importância para garantir que meninos e meninas vivenciem esse processo de uma forma tranquila e saudável, garantindo dessa maneira, seus direitos sexuais e reprodutivos. ■■

## EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL

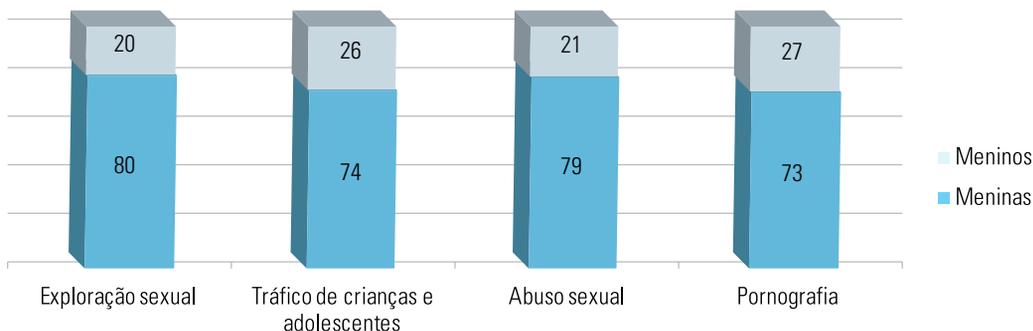
Outra situação de vulnerabilidade a que adolescentes brasileiros estão submetidos em seu cotidiano é a exploração e o abuso sexual, que deixam marcas profundas em meninas e meninos, comprometendo sua integridade, sua autoestima, sua capacidade de confiança.

Os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes geralmente estão cercados por preconceitos, tabus e pelo silêncio e, portanto, muitas vezes sequer são denunciados. Daí, a dificuldade de se conhecer e dimensionar o problema, principalmente os casos de abuso sexual.

Como outras vulnerabilidades que vemos aqui, a exploração e o abuso sexual são fenômenos multifacetados. Não estão ligados somente a situações de pobreza, pobreza extre-

ma e exclusão social, mas também a fatores como as relações de poder exercidas pelos adultos sobre os adolescentes e por homens sobre mulheres, o uso da violência como forma de disciplina, a submissão de crianças e adolescentes como objetos da manipulação dos mais velhos. Embora escassos e, em sua maioria, localizados, estudos apontam algumas características em comum nos casos de abuso e exploração sexual. A primeira delas é que, na maior parte das vezes, o sujeito da exploração é conhecido do/da adolescente: pais, padrastos, tios, vizinhos estão envolvidos em boa parte dos casos. A segunda é que as meninas correm mais riscos de ser vítimas da violência sexual, embora seja importante ressaltar que esse tipo de violação também atinge os meninos.

Meninas em risco – Sexo das vítimas, em percentual, por tipo de violência sexual



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque Denúncia Nacional, 2010

Dados sobre casos relatados ao Disque Denúncia Nacional mostram que 80% das denúncias de exploração sexual, feitas no primeiro semestre de 2010, referiam-se a crianças e adolescentes do sexo feminino. O Disque Denúncia é um serviço de chamadas gratuitas e anônimas, onde é possível denunciar casos de violência contra crianças e adolescentes, mantido pela Secretaria de Direitos Humanos, do governo federal.

No serviço de denúncias, o maior número de relatos diz respeito à violência sexual e psicológica. Entre janeiro e julho de 2010, por exemplo, foram 7,2 mil denúncias reportadas. No mesmo período, a negligência representava o segundo tipo de violência mais comum, com quase 5,8 mil casos. O abuso sexual era o terceiro tipo de denúncia mais comum, totalizando 4,7 mil casos relatados, no mesmo período. Entre os tipos de violência sexual, a mais frequente no conjunto de denúncias é o abuso sexual (que representava 65% do

total de casos), seguida da exploração sexual (34% do total).

A análise por tipo de violência reforça a tendência de vitimização das meninas: elas respondem por 59% dos casos de violência sexual, 50% dos de negligência e 51% das ocorrências de violência física e psicológica. As meninas também são maioria entre as vítimas de tráfico para fins sexuais (74% dos casos têm as meninas como vítimas), abuso sexual (em 79% dos casos, são as meninas as vítimas) e pornografia (73% dos casos envolvem meninas) com crianças e adolescentes.

Há avanços no País no enfrentamento mais estruturado desse fenômeno cruel: alterações na legislação para torná-la mais dura com os abusadores e exploradores; pesquisas para o mapeamento de áreas e locais de risco especial; redes de apoio, mas quebrar o silêncio é ainda o maior desafio no enfrentamento do abuso e da exploração sexual de meninas e meninos.

Foto: Rafaela Feliciano



Marcos Vinícius Cumacurra  
18 anos  
Carapó - MS

## Marcos Vinícius Cumacurra

comentou



Na minha cidade, aumentou a taxa de abuso e exploração sexual. Com a vinda de uma empresa sucroalcooleira, cresceu o número de trabalhadores de fora. Eles vêm sem família e se instalam na cidade, trabalham um determinado tempo e depois vão embora. Eles vêm para cá e se aproveitam das meninas da cidade. Cresceram, então, as taxas de gravidez na adolescência e de violência sexual. Isso é muito ruim, mas é a realidade.



## DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS

Os efeitos da epidemia do HIV/aids passam todos os aspectos da vida dos adolescentes que com ela convivem: seu bem-estar emocional, sua segurança física, seu desenvolvimento e sua saúde, em geral. Em muitos casos, meninos e meninas precisam deixar a escola ou até mesmo suas famílias, tornam-se mais expostos a violações de seus direitos, como a exploração, o abuso, o abandono. Estão vulneráveis.

Segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaid), 1/3 dos 40 milhões de pessoas infectadas pelo HIV no mundo tem menos de 24 anos. Metade das novas infecções registradas todos os anos acontece entre os jovens – uma a cada 15 segundos; sendo que 2/3 desse total estão concentrados entre meninas de 15 a 24 anos. A maioria dos jovens infectados pelo HIV não sabe que tem a doença<sup>23</sup>.

No Brasil, os números mais recentes da epidemia mostram que o HIV/aids tem uma dinâmica diferente quando se trata dos adolescentes e jovens. Na população geral, a maior parte dos casos de HIV/aids ocorre entre homens e, entre eles, a principal forma de transmissão é a heterossexual. Considerando somente a faixa etária dos 13 aos 24 anos, a realidade é outra. Na faixa etária de 13 a 19 anos, a maior parte dos registros da doença está entre as adolescentes mulheres. Segundo dados do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde<sup>24</sup>, na faixa etária entre 13 e 19 anos, para cada oito casos em meninos, existem 10 em meninas – uma inversão que ocorreu em 1998 e se mantém até hoje.

A Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira<sup>25</sup>, lançada pelo Ministério da Saúde em 2009, ajuda a explicar a vulnerabilidade das garotas à infecção pelo HIV. De acordo com o estudo,

64,8% das entrevistadas entre 15 e 24 anos eram sexualmente ativas (havia tido relações sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa). Dessas, apenas 33,6% usaram preservativos em todas as relações casuais, as que apresentam maior risco de infecção.

Também diferente da epidemia entre os adultos, para os garotos dos 13 aos 24 anos, a principal forma de transmissão do HIV é a homossexual (responsável por 39,2% dos casos – quando na população adulta, esse índice é de 27,4%). E aí, novamente, diversos fatores explicam a maior vulnerabilidade dos jovens para a infecção pelo HIV. Entre as meninas, as relações desiguais de gênero e o não reconhecimento de seus direitos, incluindo a legitimidade do exercício da sexualidade, são algumas dessas razões. No caso dos jovens homossexuais, falar sobre a discriminação e o preconceito criam barreiras importantes para a autoproteção. Entre os adolescentes e jovens homens, 69,7% dos entrevistados eram sexualmente ativos. Entre eles, porém, o uso da camisinha é maior: 57,4% afirmaram ter usado em todas as relações com parceiros ou parceiras casuais.

### A boa notícia é que os adolescentes estão tendo mais acesso à informação sobre o HIV/aids

A boa notícia nesse caso é que os adolescentes estão tendo mais acesso à informação sobre o HIV/aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar<sup>26</sup> (PeNSE), uma parceria do IBGE, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, em 2009, mostram que 87,5% dos alunos da rede pública e 89,4% dos estudantes da rede privada haviam recebido informações sobre aids ou outras doenças sexualmente transmissíveis em atividades na escola

ou em suas comunidades. A grande maioria também recebeu informações sobre prevenção de gravidez (82,1% nas escolas privadas e 81,1% nas públicas) e sobre a aquisição gratuita de preservativos (71,4% dos escolares da rede pública e 65,4% dos da rede privada).

Mas da informação à prática não há uma linha reta. Primeiro, as informações sobre autocuidados e o cuidado com os outros podem não estar acessíveis aos adolescentes mais excluídos, aqueles que estão fora da escola ou privados da convivência comunitária. Depois, apesar de serem bem informados e de serem o grupo etário que mais utiliza preservativo na primeira relação sexual (60,8%), o comportamento dos adolescentes muda quando se trata de fazer sexo com parceiros fixos: o uso do preservativo baixa para 30,7% na faixa etária de 15 a 24 anos, segundo a Pesquisa sobre Comportamento, Atitudes e Práticas Relacionadas à DST e Aids na População

Brasileira de 15 a 64 anos, realizada pelo Ministério da Saúde, em 2008. O sexo inseguro, por sua vez, é um dos fatores que ajudam a compreender o avanço da infecção por HIV na faixa etária de 13 a 24 anos no Brasil – de 35%, em 2000, para 42,7% em 2008, segundo o UnAids. Ajuda a entender ainda índices de DST e mesmo da gravidez na adolescência.

Compõem ainda esse fator de vulnerabilidade características muito próprias dos adolescentes e das relações de gênero, como a inibição de buscar serviços de distribuição de preservativos, a dificuldade que algumas meninas têm de negociar o uso de caminha com seus parceiros, reflexo de uma cultura arraigada em torno das relações de poder de gênero na sociedade. Desse modo, não basta difundir informação e tornar os anticoncepcionais acessíveis; é preciso agir no plano das mentalidades, dos hábitos, costumes e crenças.

## ABUSO DE DROGAS

O uso e abuso de drogas criam situações de risco pessoal e coletivo. Pessoas que usam drogas, ainda que eventualmente, estão mais propensas a se envolver em episódios de violência, como brigas e acidentes de trânsito, a fazer sexo de forma desprotegida e a se expor, portanto, a doenças como a hepatite e a aids, a acidentes no trabalho, e até mesmo ao abuso sexual. O uso de maneira constante representa esses e outros riscos, como o comprometimento da saúde física e psíquica, a degradação de relações familiares e comunitárias, o desemprego. Por isso, o consumo de drogas por adolescentes é um fator de vulnerabilidade que merece atenção.

O Relatório Brasileiro sobre Drogas<sup>27</sup>, publicado em 2010, com resultados de levantamentos conduzidos pela Secretaria

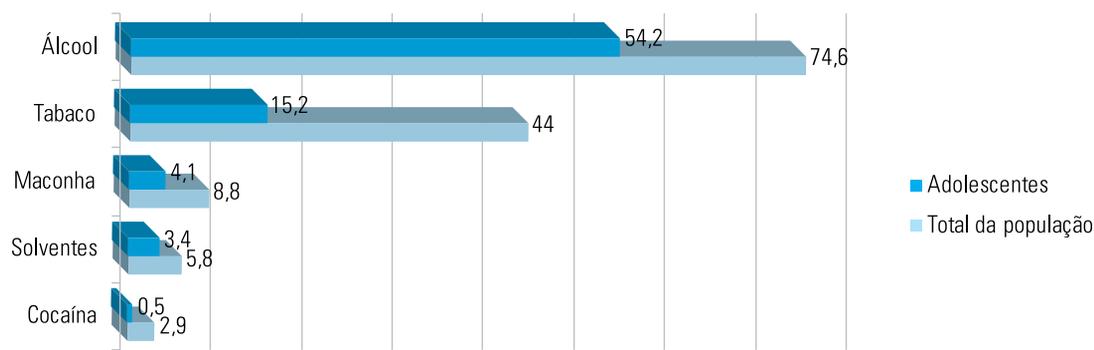
Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) em 2001 e 2005, mostra que, em 2005, 54,2% dos brasileiros entre 12 e 17 anos de 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil afirmaram ter feito uso de álcool; e, em 15,2% havia prevalência de uso de tabaco, pelo menos uma vez na vida. Em relação às drogas ilícitas, na mesma faixa etária, 4,1% afirmaram ter usado maconha; 3,4%, solventes; e 0,5%, cocaína, pelo menos uma vez na vida. São números inferiores aos obtidos para a população brasileira de forma geral, mas mesmo assim preocupam, uma vez que o uso de drogas na adolescência, apontam os especialistas, é a principal porta de entrada para o uso e abuso de drogas na vida adulta.

Os maiores usuários são os adolescentes homens: em 2005, 52,8% já haviam feito

uso de álcool. Mas o estudo aponta que há tendência de aumento do consumo entre as adolescentes mulheres. Entre 2001 e 2005, a proporção de meninas que afirmaram ter usado álcool pelo menos uma vez na vida

passou de 44,7% para 50,8%. Outro ponto preocupante é que crescem também os índices de dependência do álcool entre os adolescentes, tanto entre os meninos quanto entre as meninas.

### Drogas – Percentual de adolescentes e adultos que afirmam ter feito uso de drogas



Fonte: Senad, 2010

### Álcool – Taxa de uso e dependência entre adolescentes (12-17 anos)

	Uso		Dependência	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2001	44,7	52,2	3,5	6,9
2005	50,8	52,8	6,0	7,3

Fonte: Senad, 2010 (Adaptação)

### Tabaco - Taxa de uso e dependência entre adolescentes (12-17 anos)

	Uso		Dependência	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2001	16,2	15,5	2,2	2,2
2005	11,3	16,8	2,0	3,2

Fonte: Senad, 2010 (Adaptação)

Enquanto o consumo de álcool aumentou, principalmente entre as meninas, o uso de tabaco, de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, não sofreu alterações significativas entre os meninos e teve queda entre as meninas no período de 2001 a 2005 (de 16,2% para 11,3%). No que diz respeito à dependência, houve um pequeno aumento – de 2,2% para 3,2% – entre os adolescentes de sexo masculino.

Os estudos da Senad mostram ainda dados sobre o uso de drogas ilícitas, como a maconha e os esteroides, indicando, entre os adolescentes, certa tendência de aumento no uso, por exemplo, de maconha e de drogas alucinógenas (0,3% para 0,7%, entre 2001 e 2005). Além do uso em si, isso representa risco de envolvimento dos adolescentes em redes de tráfico de drogas.

A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE) também ajuda a ampliar o co-

nhecimento sobre o uso de drogas entre os adolescentes e indica o aumento do uso de drogas, à medida que crescem os adolescentes. Em sua edição de 2009, a PeNSE mostrou que 12,7% dos alunos de 10 a 12 anos de idade já fizeram algum uso de drogas na vida. O percentual sobe para 23,1% entre os estudantes de 13 a 15 anos e para 29,2% entre os de 16 a 18 anos.

Outra pesquisa, realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>28</sup>, em 2011, revelou que o crack e outras drogas estão presentes em 98% das cidades brasileiras, uma demonstração clara de que as drogas não são mais um problema relacionado somente aos grandes centros urbanos, mas uma realidade na quase totalidade dos municípios do País.

Foto: Rafaela Feliciano



Kennedy Salles dos Santos  
17 anos  
Samambaia - DF

## Kennedy Salles dos Santos comentou



Muitos adolescentes ficam sem ter o que fazer, o que prejudica demais. Veem drogas, pensam em experimentar e acabam gostando. O diálogo com a família poderia evitar o envolvimento com drogas, mas a realidade não é essa. A maioria dos jovens não tem liberdade de conversar em casa e acaba indo pela cabeça de outros adolescentes que já estão nesse mundo, estão viciados.



Sobre o uso e abuso de drogas por adolescentes no Brasil, relatório do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, publicado em 1999<sup>29</sup>, analisava, entre outros fatores, pesquisas sobre a mídia e alertava que “adolescentes e jovens estão sendo expostos a uma cultura que parece ser cada vez mais tolerante com o uso de drogas”.

A análise aplica-se bem à situação que vemos hoje no Brasil. Os dados de diferentes estudos apontam uma tendência de aumento do uso, da dependência e in-

dicam facilidade de acesso (seja nas ruas, nas escolas, nas festas) e tolerância, pelos adultos e pelos próprios meninos e meninas, com as drogas.

Elencadas as nove vulnerabilidades que afetam de maneira mais contundente os adolescentes, prejudicando o seu desenvolvimento pleno, apresentamos, na sequência, como as desigualdades, por raça/etnia, por local de moradia, por gênero ou por condição pessoal, aprofundam e agravam tais vulnerabilidades.

## DESIGUALDADES APROFUNDAM VULNERABILIDADES

Nove situações do contexto social têm mais fortes impactos entre os brasileiros com idades entre 12 e 17 anos do que entre outros grupos da população brasileira. São fatores de vulnerabilidade, seja pelos riscos e consequências permanentes que trazem para a vida de meninos e meninas, seja porque incidem estatisticamente de forma mais importante nesse grupo etário. Agora vamos mostrar que esses nove fatores – a pobreza, a baixa escolaridade, a exploração do trabalho infantil, a privação da convivência familiar e comunitá-

ria, os assassinatos, a gravidez, a exploração e o abuso sexual, o uso e abuso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis e o HIV/aids – não afetam da mesma maneira os 21 milhões de adolescentes e tornam-se mais profundos e graves quando combinados a quatro formas de desigualdade. São elas:

1. a cor da pele;
2. ser adolescente homem ou mulher;
3. ter algum tipo de deficiência;
4. o local onde vivem.



Foto: UNICEF/Raphael Alves

**Desigualdades afetam o dia a dia de milhões de adolescentes brasileiros**

Ainda hoje no Brasil, nascer branco, negro ou indígena, no Semiárido brasileiro, na Amazônia, no centro ou na periferia das grandes cidades, ser garota ou garoto, ter ou não ter algum tipo de deficiência determinam oportunidades. Essas são circunstâncias de vida e características de identidade. Po-

rém, por processos históricos, constituíram-se em fatores de desigualdades que teimam em persistir no País, até os dias atuais. Essas características marcam o dia a dia de meninos e meninas e determinam seu acesso aos direitos à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer e à cultura, a ser adolescente, enfim.

## O IMPACTO DA COR DA PELE

A desigualdade por raça e etnia no País mostra-se da forma mais cruel. São os meninos negros brasileiros as maiores vítimas das mortes violentas. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)<sup>30</sup>, lançado em 2009, o risco de um adolescente negro, com idade entre 12 e 18 anos, ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os adolescentes brancos.

Também se mostra na desagregação dos dados de pobreza. Quando analisamos a situação da adolescência brasileira a partir do recorte de raça/etnia, vemos que as meninas e os meninos negros estão desproporcionalmente afetados pela pobreza. Enquanto a média nacional de adolescentes vivendo em situação de extrema pobreza era de 17,6% em 2009, entre os meninos e meninas negros, o índice verificado foi de 22%. Os adolescentes negros que vivem nas regiões Norte e Nordeste são ainda mais vulneráveis. No Norte, a extrema pobreza atinge 13% dos adolescentes brancos em 2009. Já entre os negros esse número era quase o dobro, 24%. No Nordeste, enquanto 26% dos meninos e meninas brancos

eram extremamente pobres em 2009, entre os negros, esse índice era de 31,5%<sup>31</sup>.

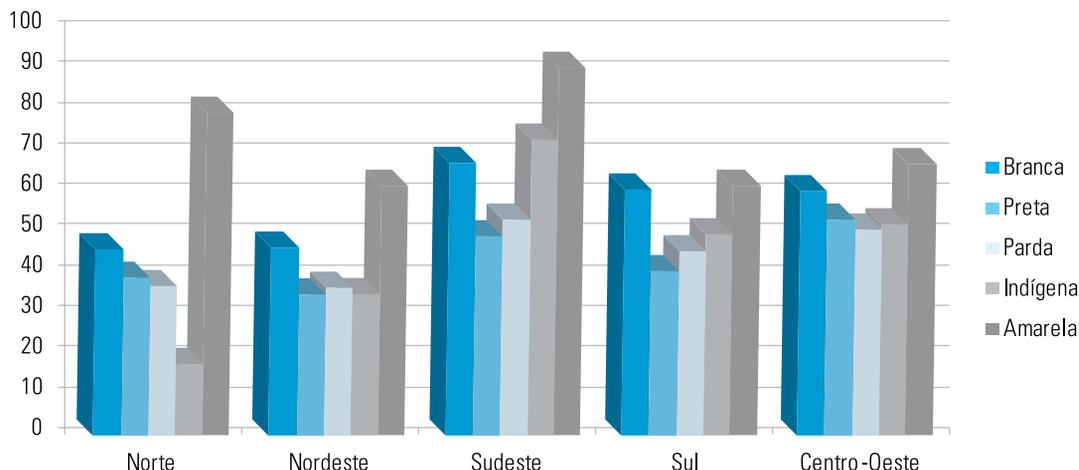
Na análise dos dados sobre educação, mais uma vez é possível se observar como a cor da pele determina o direito de aprender.

Em 2009, 75,6% dos adolescentes brancos entre 16 e 17 anos tinham o ensino fundamental completo. Entre os negros, esse percentual era de 56% e, entre os indígenas, de 61,8%. No que se refere ao ensino médio, enquanto 60,3% dos adolescentes de 15 a 17 anos brancos frequentavam as escolas em 2009, entre os adolescentes negros, o índice era de 43,4% e, entre os indígenas, de 49,7%<sup>32</sup>.

Por isso, quando tomamos os dados de tempo de estudo médio, por raça e etnia, vemos que, enquanto os adolescentes de 15 a 17 anos brancos atingem 7,8 anos de estudo, em média, os indígenas têm 7 e os negros, 6,8.

Também a incidência de gravidez na adolescência é maior entre as adolescentes negras. Enquanto 3,9% das adolescentes brancas entre 15 e 17 anos já eram mães em 2009, entre as adolescentes negras esse percentual subia para 6,1%<sup>33</sup>.

Na escola? – Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio por cor/raça, por macrorregiões



Fonte: IBGE/Phad, 2009

## Suicídio entre adolescentes indígenas

Em 2011, um grupo de jovens mulheres indígenas foi à sede do UNICEF, em Nova Iorque, entregar um documento e pedir providências. No relatório, dados sobre o alarmante índice de suicídios entre meninos e meninas indígenas. O estudo apresentou e analisou os casos do povo Guarani Kaiowá, do Brasil; Embera, da Colômbia; e Awajún, do Peru. De acordo com a pesquisa, apesar de a América Latina apresentar uma das menores taxas de suicídio por continente, nos grupos indígenas da região encontram-se os maiores índices de suicídio, comparando-se com populações não indígenas.

A situação é atribuída à discriminação sofrida pelos indígenas, que enfrentam também mudanças substanciais em seu entorno, com a expansão das cidades, a especulação fundiária, o avanço de algumas culturas sobre terras indígenas. O relatório mostra ainda que os adolescentes indígenas sentem-se impotentes para mudar a situação de seus povos, ressentem-se da falta de perspectivas, sofrem traumas individuais e coletivos por causa da discriminação.

No Brasil, segundo informações da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, a taxa de suicídios indígenas chega a 20 para cada 100 mil indivíduos, sendo quatro vezes maior que a média nacional<sup>34</sup>.

De acordo com dados veiculados no blog AJIndo<sup>35</sup> (Ação de Jovens Indígenas de Dourados), em 2008, ocorreram 17 suicídios no município de Amambaí, em Mato Grosso do Sul, onde vivem os Guarani Kaiowá. Dos 17 suicídios, 15 foram de pessoas indígenas, sendo nove de jovens indígenas. No mesmo Estado e período, a cidade de Dourados registrou 25 suicídios, 13 de indígenas, oito deles jovens.

Já no Amazonas, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, situada na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, com mais de 90% de sua população indígena, em 2008 houve nove suicídios, todos de índios, entre eles sete adolescentes. Nos dois Estados, Mato Grosso do Sul e Amazonas, foram registrados 81% dos casos de suicídios do País. No Amazonas, a taxa de suicídios entre indígenas é de 32,2 em cada 100 mil indígenas, seis vezes maior que o índice nacional. No Mato Grosso do Sul, o índice é ainda maior: 166 suicídios para cada 100 mil indígenas, mais do que 34 vezes a média nacional. Analisando o quadro entre os jovens, o cenário agrava-se ainda mais: 101 suicídios por 100 mil no Amazonas e 446 para cada 100 mil indígenas no Mato Grosso do Sul. ■■

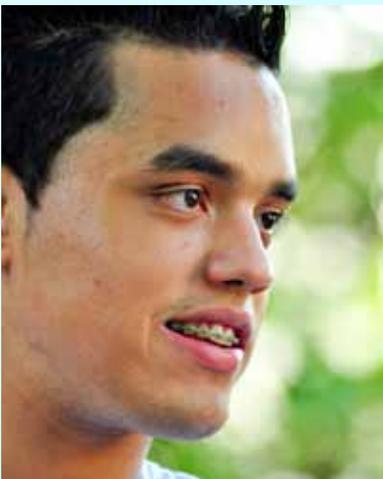


Danilo de Jesus Lacerda  
15 anos  
Aldeia Coroa Vermelha - BA

## Danilo de Jesus Lacerda comentou



“ Nós somos adolescentes indígenas, conhecemos nossa realidade e queremos o direito de participar de decisões na nossa comunidade, no nosso País, de dizer o que pensamos e ser ouvidos. Não queremos embelezar eventos ou ser personagens de livros. Queremos respeito por nossas tradições e reconhecimento da nossa cultura. Estamos acompanhando o desenvolvimento do mundo. Somos parte dele e queremos participar do processo como iguais. Queremos lutar por políticas sociais que incluam crianças e adolescentes indígenas e promovam o fim da discriminação. ”



Diego Gomes de Moraes  
17 anos  
São Paulo - SP

## Diego Gomes de Moraes comentou



“ A maior desigualdade que eu vejo é o racismo. Às vezes, os currículos são iguais, a mesma vivência, e uma pessoa de pele mais clara pode acabar sendo selecionada para um emprego. Se não tiver uma lei para promover a igualdade de cor, vai continuar sendo assim. Ainda existe muito esse tipo de preconceito. Acho que essa desigualdade atrapalha muito os adolescentes negros. ”

## Em busca de dados

Conhecer uma realidade é de fundamental importância para transformá-la. Para que o Brasil possa saber mais sobre como vivem seus adolescentes, é preciso ser capaz de produzir dados estatísticos de qualidade, em todas as esferas de governo.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado bastante na produção de dados estatísticos desagregados por raça e etnia em várias áreas, como os sistemas educacionais, de notificação de mortalidade, de notificação de casos de HIV/aids.

Porém, ainda existe uma grave lacuna nessa produção dos dados sobre as diversas adolescências brasileiras, principalmente para os adolescentes indígenas e no nível municipal. Ainda hoje no Brasil, pra-

ticamente não há dados desagregados por raça e etnia no nível municipal, exatamente onde estão colocadas as maiores responsabilidades nas políticas públicas para crianças e adolescentes. Sem o conhecimento dessas realidades, os diagnósticos de situação e o desenho de políticas específicas ficam comprometidos.

O mesmo desafio se repete para outros fatores de desigualdades destacados neste capítulo, como o lugar onde vivem os meninos e meninas entre 12 e 17 anos.

Faltam dados específicos no Brasil, por exemplo, sobre os meninos e meninas do Semiárido, da Amazônia Legal, principalmente nas áreas rurais, e das comunidades populares dos grandes centros urbanos. ■■

## OS MAIS VULNERÁVEIS

A desigualdade por raça e etnia faz dos adolescentes negros e indígenas os que mais sofrem os impactos das vulnerabilidades de pobreza extrema, de baixa escolaridade e de violência letal. Se comparados à média nacio-

nal, os adolescentes indígenas são três vezes mais vulneráveis ao analfabetismo que o total do grupo de meninos e meninas. Os índices de homicídios de adolescentes negros são duas vezes maior que os dos adolescentes brancos.

Mais vulneráveis – Comparação dos índices de analfabetismo, extrema pobreza e incidência de homicídios, por raça/etnia

	% Analfabetos*	% Extrema Pobreza	Homicídios**
Média Nacional	1,8	17,6	43,2
Branco	1,2	10,3	22
Negro	2,0	22	54
Indígenas	6,5	38,8	30,4

Fonte: Pnad 2009 e MS/SVS/DASIS

\*Dados da Pnad de 2008

\*\*Na faixa etária de 15 a 19 anos, em cada grupo de 100 mil habitantes entre 15 e 19 anos.

# O quilombola e o boné dos Yankees

Foto: Lucas Cardin



Entre as coisas que fazem Anderson Ferreira feliz, estão a roça e a capoeira

Anderson Ferreira tem 14 anos e, embora não conheça o time, gosta de usar um boné do New York Yankees. Escolheu por causa da cor alaranjada, vibrante e alegre. Nascido e criado na comunidade quilombola Negros do Osso, situada a 244 km do Recife, em Pernambuco, mora numa casa sem água encanada, nem luz elétrica. Seus pais são analfabetos. Na escola há sete anos, quatro horas por dia, sabe ler, mas diz não escrever como todo mundo.

Começou a estudar pequeno, lá mesmo em Negros do Osso. Multisseriada, a turma tinha gente de várias idades, de 7 a 16 anos. Uma professora se desdobrando em inúmeras tomava conta de todos. Mesmo assim, Anderson afirma que o interesse é o principal motivo para alguém aprender a ler ou não. Hoje, na sexta série, ele pega uma condução até outra escola, a Luiz Tenório de Albuquerque, localizada na entrada da Serra da Cruz “pra lá um pou-

quinho”, explica o menino. Anderson gosta, porque conhece mais gente, se diverte com os amigos.

Anderson nunca passou fome. Pela manhã, ajuda os pais a plantar milho, feijão, mandioca, fava. Vendem a produção por lá mesmo, as caminhonetes vão comprar. Ajudar não cansa, nem atrapalha os estudos, diz. Bebe água do rio, quer cuidar da roça quando crescer, vai ao médico quando precisa e dá sorte com a data. Ele está lá a cada quinzena, junto com um dentista e uma enfermeira.

Entre as coisas que o fazem feliz, estão a roça e a capoeira. A primeira sempre se fez presente na sua vida, a outra chegou depois. “Não existia antes, começou quando a comunidade foi reconhecida quilombola, há uns seis anos. Agora existe pra todo canto, eu gosto”. Caçula de três irmãos, espera não começar uma família tão cedo quanto a sua irmã, mãe de dois filhos aos 17 anos. ■■

# Em São Paulo, projeto valoriza a cultura negra

Foto: Divulgação/Fala Negão/Fala Mulher



**Um dos maiores desafios do trabalho com adolescentes negros é fortalecer sua identidade étnico-racial**

Com sede em Itaquera, zona leste de São Paulo, a ONG Fala Negão/Fala Mulher é uma organização emblemática no combate à discriminação racial e de gênero no Brasil. A entidade foi oficialmente fundada em 1995 para disseminar a história e a cultura afro-brasileiras e estimular o respeito à diversidade.

Hoje é uma das mais atuantes da zona leste, uma região com 900 mil habitantes e uma das mais carentes de São Paulo. São 300 famílias atendidas diretamente pela ONG, com atividades como oficinas, debates sobre questões de gênero e raça, eventos sociais e culturais. A Fala Negão/Fala Mulher é uma sociedade comunitária, ecológica e também escola de samba.

Mas, além de sua agenda própria, a entidade colabora com outras instituições e em várias ações relacionadas aos direitos de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência. A organização funciona como um importante ponto de apoio a vítimas de violência, discriminação e exclusão. Além do combate às desigualdades de gênero e raça, a Fala Negão/Fala Mulher oferece serviços de orientação jurídica para vítimas de violência doméstica e racial. A ONG é também um local onde se realizam ações sociais para a comunidade, com serviços gratuitos como doação de brinquedos e atividades culturais de valorização da cultura negra.

Segundo Ana Célia Minuto, coordenadora da ONG, os maiores desafios do trabalho com adolescentes negros e negras é fortalecer sua identidade étnico-racial. Por isso, um dos focos de atuação é justamente o fortalecimento da identidade étnica e da autoestima desses meninos e meninas, com estratégias para aumentar o conhecimento de seus direitos.

Para trabalhar esses desafios, quatro projetos atualmente são focados na infância e adolescência: a Plataforma dos Centros Urbanos (com atividades de mobilização social e promoção da participação política), o Batukando para a Vida (que inclui oficinas de capoeira, percussão e maracatu, além de aulas de história e cultura afro-brasileiras), o Ofício Social (que conta com oficinas de *hip-hop* e balé) e o Traço de Mulher (que tem como objetivo fortalecer a autoestima de meninas e suas mães, vítimas de violência doméstica – elas recebem apoio psicológico e fazem curso de automaquagem, onde aprendem a cuidar de si e valorizar-se). Iniciativas que valorizam e celebram a riqueza da diversidade. ■■

## O IMPACTO DE SER MENINO OU MENINA

Ao olharmos os dados sobre as condições de vida dos adolescentes brasileiros a partir da perspectiva de gênero, notamos que algumas vulnerabilidades evidenciam-se de forma mais contundente para as meninas e outras, para os meninos. Embora os adolescentes homens estejam desproporcionalmente mais sujeitos à exclusão no sistema educacional e mais expostos à violência, as meninas são especialmente vulneráveis à exploração e ao abuso sexual, inclusive dentro de suas casas; ao abandono da escola em decorrência da gravidez na adolescência; e às DST/aids.

Se a gravidez na adolescência coloca principalmente as meninas numa condição de maior fragilidade – embora os meninos também tenham que lidar com os desafios da paternidade –, as mortes violentas afetam de maneira mais contundente os garotos. E os números mostram que, nos últimos anos, vem se consolidando essa tendência. De acordo com dados da Pnad, em 2004, a taxa de mortalidade por homicídios entre meninos de 15 a 19 anos era de 77,8 em cada grupo de 100 mil habitantes da mesma faixa etária, ao passo que entre as meninas era de 6,0. Em 2009, ainda segundo dados da Pnad, a taxa de mortalidade por homicídios entre os garotos de 15 a 19 anos era de 79,3 por 100 mil habitantes da mesma faixa etária. Já para as meninas, o número ficou em 6,3<sup>36</sup>.

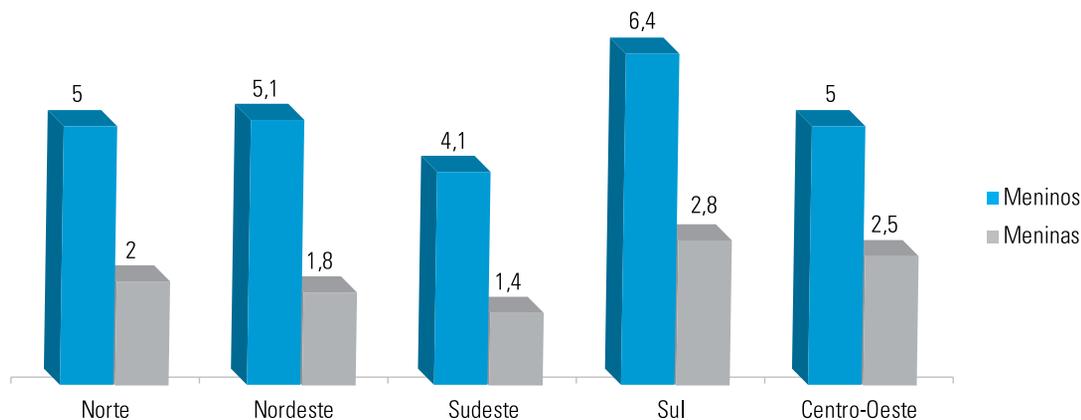
**Adolescentes homens estão mais sujeitos à exclusão no sistema educacional e à violência. Já as meninas são especialmente vulneráveis à exploração e ao abuso sexual, ao abandono da escola em decorrência da gravidez na adolescência e às DST/aids**

Outra tendência que se verifica quando se analisam as estatísticas a partir da perspectiva de gênero é a de que o trabalho infantil doméstico, que vitima cerca de 500 mil crianças e adolescentes, afeta predominantemente as meninas. Ocultas dentro das casas onde trabalham, as meninas empregadas domésticas, em pleno desenvolvimento físico e emocional e no momento de sua socialização, muitas vezes vivem longe de suas famílias e de outros adolescentes. Elas cozinham, limpam, lavam e são responsáveis por crianças pouco mais novas que elas. Estão expostas a problemas que só vão se manifestar na vida adulta, como males na coluna e na visão, causados, por exemplo, pelo uso inadequado de produtos químicos. Sozinhas, encontram-se especialmente vulneráveis ao abuso e à exploração sexual. Exaustas dos expedientes de horas sem descanso, muitas dessas meninas acabam abandonando as salas de aula ou tendo seu desempenho escolar seriamente comprometido em decorrência do trabalho.

Mas, se o trabalho infantil doméstico deixa as meninas numa condição mais vulnerável, quando olhamos os dados sobre o trabalho infantil de modo geral, observamos que são os meninos os mais afetados. Segundo a Pnad de 2009, o percentual de adolescentes homens, com idades entre 12 e 17 anos, que tinham de conciliar trabalho com estudo era de 17,8%. Já entre as meninas, era de 10,6%<sup>37</sup>.

Quando se consideram os adolescentes que tiveram de abandonar a escola para trabalhar, mais uma vez emerge a diferença de gênero. No País, 4,9% dos meninos entre 12 e 17 anos não estudam e trabalham – um contingente de 524 mil adolescentes. Entre as meninas, o percentual cai para menos da metade: 1,9%, o que representa 195 mil adolescentes<sup>38</sup>.

## No trabalho – Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que trabalham por gênero, segundo macrorregiões



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Na educação, as desigualdades de gênero também ficam claras. Enquanto a proporção de meninas de 16 e 17 anos com ensino fundamental completo em 2009 era de 71,5%, a de meninos ficou bem abaixo, em 58,5%. No que diz respeito ao ensino médio, mais diferenças entre eles e elas. Entre as adolescentes

de 15 a 17 anos, 56,7% frequentavam escolas de ensino médio em 2009. Já entre os meninos, esse número era de 45,3%. Dos 500 mil adolescentes analfabetos no Brasil, os meninos representam esmagadora maioria: 68,4% do total de adolescentes brasileiros que não sabem ler ou escrever.

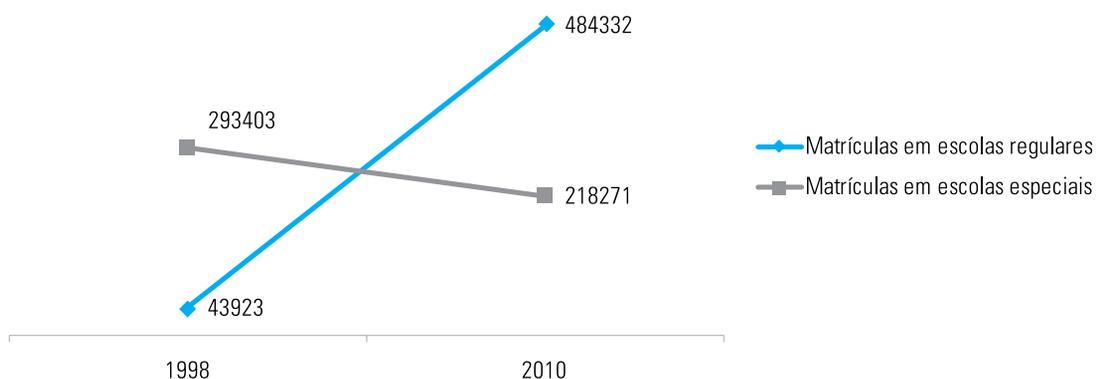
## O IMPACTO DA CONDIÇÃO PESSOAL

Se a grande maioria dos meninos e meninas não tem seu direito de ser adolescente respeitado no dia a dia, um grupo encontra-se numa situação de especial vulnerabilidade: o de adolescentes com deficiência. Existem hoje no País cerca de 24 milhões de

pessoas com deficiência, sendo que 1,3 milhão têm idades entre 15 e 19 anos<sup>39</sup>.

Dados do Ministério da Educação mostram aumento no número de matrículas de estudantes com deficiência nas escolas regulares, acompanhado de uma queda das

## Inclusão – Número de matrículas de adolescentes com deficiências em escolares regulares e escolas especiais no Brasil



Fonte: Ministério da Educação/Inep, 2010

matrículas nas escolas de ensino especial. Em 2010, pela primeira vez, o número de matrículas de alunos com deficiências em escolas regulares foi maior do que nas instituições especiais<sup>40</sup>. O Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao Ministério da Educação, computou 483,4 mil alunos incluídos em escolas regulares, e 218,2 mil em escolas especiais. O dado é claro sinal do avanço da inclusão dessas crianças, adolescentes e jovens.

## Em muitos estabelecimentos de ensino, falta apoio aos docentes e materiais didáticos adequados para os alunos com deficiência

### Palavra de especialista

“É fato que avançamos muito nos últimos anos nas políticas de inclusão, especialmente na educação, mas os orçamentos da infância e da adolescência ainda não contemplam especificamente as crianças e os adolescentes com deficiências”. **Claudia Werneck, jornalista, fundadora e superintendente da ONG Escola de Gente, autora de vários livros sobre inclusão, discriminação e diversidade.**

O aumento do número de matrículas foi acompanhado de uma série de ações, entre elas, a implantação de salas de recursos multifuncionais para apoiar o processo de ensino-aprendizagem desses alunos. De 2005 a 2010, foram disponibilizadas 24.301 salas de recursos multifuncionais. Mas a efetivação da inclusão ainda não se dá plenamente porque, em muitos estabelecimentos de ensino, falta apoio aos docentes em sala de aula, materiais didáticos adequados, capazes de dar conta das especificidades dos alunos com deficiência.

Em 2004, segundo dados do Ministério da Educação, apenas 4,9% das escolas de educação básica contavam com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2009, esse número passou para 14,3%. No que se refere à situação das escolas de ensino médio, o quadro é um pouco melhor. Das 25.923 escolas públicas que oferecem o ensino médio no País, 24,8% possuem dependências e vias adequadas a estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, segundo dados do Censo Escolar de 2009.

Além da falta de acessibilidade, ainda há forte discriminação desses adolescentes no ambiente escolar. Pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)<sup>41</sup>, em 500 escolas do País, mostrou que 32,4% do público entrevistado tem preconceito em relação aos alunos com deficiência. Para o estudo, foram ouvidos estudantes da penúltima série do ensino fundamental regular, da última série do ensino médio regular e de Educação de Jovens e Adultos (EJA), professores, diretores, profissionais de educação que atuam nas escolas, pais, mães e responsáveis por alunos.

A pesquisa buscou ainda medir a distância social que adolescentes e adultos construíam com relação a meninos e meninas com deficiência. Num grau de 1% a 100%, a distância social dos participantes da pesquisa no que diz respeito aos estudantes com deficiência mental atingiu um nível de 70,9% e no que se refere àqueles com deficiência física ficou em 61,8%. Ou seja, ainda que sejam incluídos pelas políticas educacionais e estejam presentes nas escolas regulares, ainda é preciso transformar as relações entre os adolescentes, pais e educadores para uma verdadeira inclusão.

Importante notar que, como para outras desigualdades, a precariedade dos dados e informações sobre os adolescentes vivendo com deficiência é uma realidade a ser suplantada e representa um desafio para os

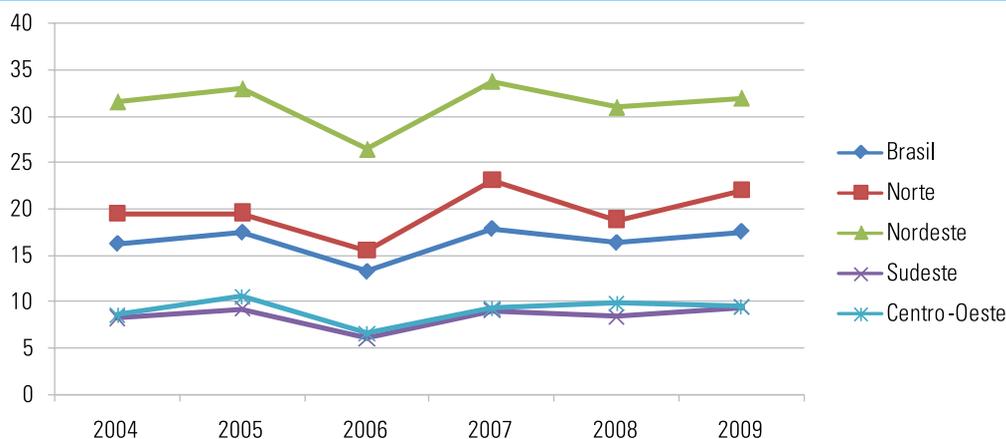
gestores públicos. Mesmo na área da educação, onde há mais dados sobre meninos e meninas com deficiência, não há informações detalhadas sobre os adolescentes que têm alguma deficiência.

## O IMPACTO DO LUGAR ONDE SE VIVE

Viver na cidade ou no campo, no Sul, Sudeste ou Nordeste do Brasil é outro fator de desigualdade que aprofunda vulnerabilidades. Os adolescentes que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos e nas regiões

Norte e Nordeste, mais especificamente, no Semiárido e na Amazônia, são aqueles que têm seus direitos mais violados no dia a dia e estão mais expostos à pobreza, à violência, à gravidez na adolescência e à exploração.

Extrema pobreza – Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que vivem em famílias extremamente pobres



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

No que se refere à pobreza, são os adolescentes do Nordeste e do Norte os mais afetados. Essa é uma tendência que se mantém ao longo dos últimos anos. O índice de extrema pobreza entre garotos e garotas de 12 a 17 anos na Região Nordeste é praticamente o dobro da média nacional: 32% (quando a média nacional é de 17,6%), o que representa um universo de 2,1 milhões de adolescentes que vivem na miséria. Na Região Norte, o cenário também preocupa. São 418 mil garotos e garotas nessas condições, 22% do total<sup>42</sup>.

Na Educação, imensas disparidades regionais também se evidenciam. Enquanto a média nacional de adolescentes de 12 a

17 anos não alfabetizados era de 1,6% em 2009, no Nordeste o índice era mais que o dobro da média nacional: 4%. Enquanto, no Nordeste, em 2009, apenas a metade (50,3%) dos adolescentes de 16 e 17 anos tinha concluído o ensino fundamental, em 2009, no Sudeste, a taxa de conclusão era 50% maior: 75,3%.

Já em relação à proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam o ensino médio, a média nacional era de 50,9% em 2009, mas, no Norte e no Nordeste, esse número era de apenas 39%. Quando analisamos as taxas de abandono no ensino médio, observamos mais desigualdades entre as regiões. No Brasil

como um todo, segundo dados do MEC, a taxa em 2009 era de 11,5%. No Norte e no Nordeste, porém, o percentual de abandono era de 16,4%, sinalizando, mais uma vez, o quanto os adolescentes que vivem nessas regiões estão mais vulneráveis à baixa escolaridade<sup>43</sup>.

Outro dado que revela a enorme exclusão de milhões de adolescentes é a proporção de meninas e meninos que não estudam e não trabalham. Também nesse aspecto, mantém-se a tendência de disparidade entre as regiões brasileiras. Segundo dados da Pnad de 2009, 5,4% dos garotos e garotas entre 12 e 17 anos não estudavam nem trabalhavam – um universo de cerca de 1,1 milhão de adolescentes. A maior incidência de adolescentes fora

das escolas e sem trabalhar era na Região Norte (6,5%), seguida do Nordeste (6,1%), Centro-Oeste (5,9%), Sul (5,5%) e Sudeste (4,5%).

A violência também incide de forma mais grave sobre os adolescentes do Nordeste: a taxa de mortalidade por homicídios entre os adolescentes de 12 a 17 anos, em 2009, era de 24 em cada grupo de 100 mil habitantes da mesma faixa etária, ao passo que a média nacional ficou em 19,1. As regiões Centro-Oeste e Norte também têm índices acima da média nacional, no mesmo ano e na mesma faixa: de 23,4 no Centro-Oeste e de 22,1 no Norte. O que mais chama atenção é o aumento desses indicadores nas três regiões – e também na região Sul – nos últimos anos.

#### Assassinados – Taxa de homicídios entre adolescentes de 12 a 17 anos (por 100 mil), por macrorregiões

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	19,1	19,6	19,0	18,0	19,2	19,1
Norte	14,5	15,2	16,6	15,7	19,4	22,1
Nordeste	14,8	16,2	17,6	19,4	21,8	24,0
Sudeste	24,6	23,6	21,5	17,8	16,4	14,1
Sul	15,3	18,3	16,6	17,4	19,5	17,3
Centro-Oeste	20,5	19,7	19,7	19,1	21,4	23,4

Fonte: Ministério da Saúde/SIM, 2009

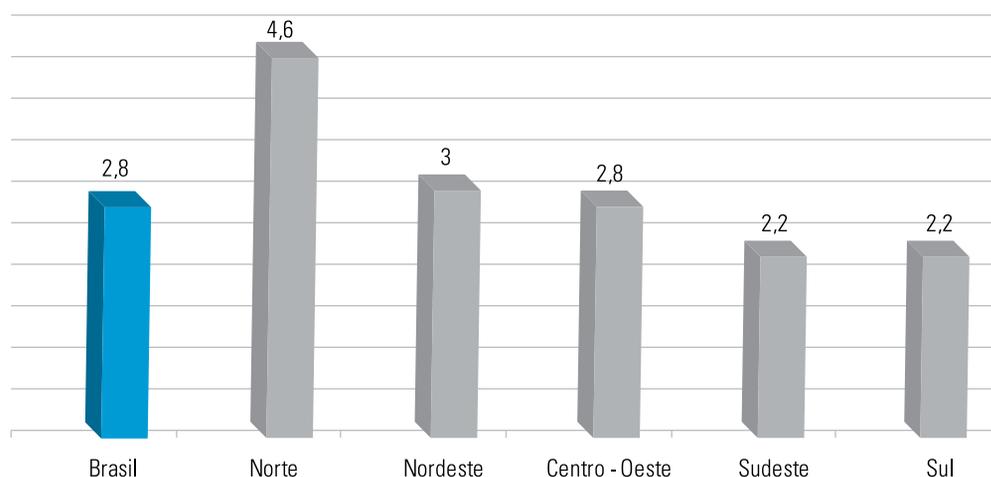
As desigualdades regionais evidenciam-se ainda quando se analisam os dados sobre gravidez na adolescência. O Norte e o Nordeste, por exemplo, têm os maiores percentuais de mães adolescentes de 12 a 17 anos. Enquanto a média nacional em 2009 era de 2,8% de meninas nessa faixa etária que já tinham filhos, no Norte, esse número era de 4,6%. As maiores taxas foram verificadas nos Estados do Acre (5,3%), Amazonas (5,2%) e Amapá (4,9%)<sup>44</sup>.

Ao lançarmos um olhar sobre a situação das meninas que engravidam antes dos 15 anos, também verificamos fortes desigual-

dades regionais. No Brasil, em 2009, a taxa de nascidos vivos de crianças e adolescentes menores de 15 anos estava em 9,6 por mil. Na Região Norte, esse índice era de 15,8 e, no Nordeste, 12 em cada mil nascidos vivos<sup>45</sup>.

No Brasil, para além dos desafios regionais, existem territórios onde vulnerabilidades e desigualdades são ainda mais evidentes, como o Semiárido e a Amazônia e, nas grandes cidades, as comunidades populares. Nesses lugares, ser adolescente é um desafio ainda maior, como veremos a seguir.

## Mães adolescentes – Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que já tiveram filhos, por macrorregiões



Fonte: Ministério da Saúde/Sinasc, 2009

## No Ceará, projeto estimula formação de novas lideranças

Criado por jovens e para jovens em 1999, dentro do movimento das pastorais no Ceará, o Instituto de Juventude Contemporânea (IJC) continua sendo uma das principais referências entre as ONGs no Nordeste que trabalham o protagonismo juvenil e temas relacionados à diversidade de gênero, raça/etnia, assim como questões geracionais e culturais.

“Continuamos com o mesmo foco, que é ser um instrumento de ação direta da juventude, mas reconhecemos a pluralidade e o processo de transformação dos jovens de hoje”, afirma Rafael Mesquita, coordenador de programas do IJC. A entidade faz um “esforço” para manter-se atenta com a realidade da juventude negra, pessoas com deficiência, povos indígenas, quilombolas, mulheres e LGBTs, realizando projetos que passem por um escopo diversificado. Atualmente são três iniciativas em andamento. “Tentamos fazer o possível para contribuir para a geração de

referências inspiradoras de políticas públicas por meio das experiências obtidas nos nossos projetos”, completa Rafael.

Com o projeto Juventude no Desenvolvimento Territorial, o IJC vai trabalhar a participação política com jovens no campo, nos Territórios da Cidadania, do governo federal. O objetivo é contribuir para a construção de uma política de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais de todo o Brasil.

Já em Fortaleza, está em andamento o projeto mais antigo do IJC, em 2011 sua quinta edição: o Curso de Liderança Juvenil. “São encontros de formação, oficinas e debates que possibilitam a troca de experiências e metodologias. Busca incentivar a formação política e promover o surgimento de novas lideranças”, ressalta Rafael.

Germana Freitas, de 18 anos, foi uma das jovens que participaram dessa iniciativa. “Todo o conhecimento que obtive no

IJC me ajuda nos vários espaços de discussão, e vou levá-lo comigo sempre”, diz Germana. “Outra coisa muito importante é a experiência que tivemos, os amigos que fizemos e todas as pessoas que conhecemos, que, de certa forma, agora fazem parte da nossa família. Família é o que o IJC é para mim. Nossa juventude está ainda mais preparada pra lidar com a sociedade. E uma coisa é certa, o Curso de Liderança Juvenil foi uma experiência inexplicável, principalmente a diversidade das juventudes, que foi uma lição de vida”, acredita ela.

Saindo do atendimento direto, outra linha de trabalho caminha na direção da formação de educadores, nesse caso, das redes de ensino do Ceará e de Pernambuco. Na pauta, a valorização da cultura afro-brasileira. “A Cor da Cultura é um consórcio de nove ONGs e universidades de todo o Brasil para capacitar educadores na aplicação da Lei 10.639/03, que inclui a obrigatoriedade de ter História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares”, explica Rafael.

Para ele, é visível o impacto dos projetos nos adolescentes e jovens envolvidos. “Vemos um envolvimento maior das

juventudes nos espaços de execução das políticas públicas, depois das formações, palestras e oficinas. Um fator também importante é a troca de experiências e conhecimento sobre o trabalho que essas lideranças exercem na sua organização/movimento”, opina.

O perfil dos participantes nos projetos do IJC é normalmente composto por jovens (não apenas adolescentes) de 15 a 29 anos e adultos, que algumas vezes já participam de uma organização ou movimento de juventude. O Instituto leva em consideração a paridade de gênero e as questões de orientação sexual e raça na análise dos perfis dos participantes.

O IJC também tem tido um papel ativo em iniciativas de pesquisa e comunicação, como o estudo Retratos da Fortaleza Jovem, realizado em 2007; o jornal *Pauta Jovem*, que deverá ser reativado em breve; e o projeto Clube Galera de Atitude que entre 2008 e 2010 estimulou a mobilização social de jovens por meio da comunicação. Este último foi vencedor do Prêmio Pontos de Mídia Livre e seu material compõe o Projeto Maleta Futura, do Canal Futura. ■■

Foto: Arquivo pessoal



Monikeyt Ferreira da Silva  
17 anos  
Granito - PE

## Monikeyt Ferreira da Silva comentou



“

Como sabemos, o Semiárido brasileiro é visto como um lugar atrasado, com poucas oportunidades, lugar do pobre, do matuto, um lugar onde há poucas chuvas, terra fraca. Um lugar de analfabetos. Mas eu acho que não é bem assim. O pessoal que mora no Semiárido é inteligente, gosta de participar das coisas.

”

## O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NO SEMIÁRIDO



Foto: UNICEF/João Ripper

**Ser adolescente, hoje, no Semiárido brasileiro, implica desigualdades que limitam oportunidades**

Atualmente, 13 milhões de crianças e adolescentes vivem no Semiárido brasileiro e nada menos do que 67,4% deles são afetados pela pobreza. A população entre 12 e 17 anos é de quase 4 milhões de pessoas<sup>46</sup>. São garotos e garotas que moram numa região extremamente atingida pelas condições climáticas desfavoráveis, falta de acesso à água potável, saneamento, educação e serviços de saúde de qualidade. As desigualdades, portanto, afetam de maneira ainda mais contundente esses adolescentes que vivem numa área formada por parte dos nove Estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Quando analisamos a situação educacional desses cerca de 4 milhões de adolescentes que vivem no Semiárido brasileiro, percebemos ainda mais desigualdades. Ali, a taxa de distorção entre a idade e a série – ou seja, o percentual de estudantes que estavam matriculados numa etapa não condizente com sua faixa etária – no ensino médio em 2010 era de 47,4%. A média nacional no mesmo ano era de 35,9%. Em algumas áreas, a situação era ainda mais grave. No Semiárido do Piauí, por exemplo, esse índice era de 58,9% para os

alunos do ensino médio. Situação semelhante foi verificada no Semiárido maranhense, com uma taxa de distorção idade/série de 56,1%<sup>47</sup>.

No que diz respeito ao abandono escolar no ensino médio, também observamos grandes diferenças. Em 2009, segundo dados do Censo Escolar do MEC, a taxa de abandono escolar no Semiárido brasileiro era de 15% no ensino médio, enquanto a média nacional ficou em 11,2%. No Rio Grande do Norte, esse índice chegou a 21,8%; em Alagoas, 19,3%; e no Piauí, 17,3%.

Cabe ressaltar que Alagoas, por exemplo, concentra um dos piores índices de homicídio na adolescência no País, com uma taxa de 34,7 mortes de meninos e meninas de 12 a 17 anos em cada grupo de 100 mil habitantes da mesma faixa etária – a média nacional é de 19,1<sup>48</sup>.

Ser adolescente, hoje, no Semiárido brasileiro, traz desafios que limitam oportunidades e reclama a superação da pobreza, a garantia dos direitos à educação, à saúde e o reconhecimento de que deve ser possível, sim, conviver com as características da região, celebrar sua riqueza e assegurar o direito de ser adolescente a seus meninos e meninas.

# Há oportunidades para crescer no Semiárido?

Mércia Alves e Deivson Fernando da Silva moram na cidade de Juripiranga, no Semiárido paraibano. Aos 16 anos, Mércia não é muito otimista em relação às perspectivas de desenvolvimento de um jovem que mora nessa região. “Posso afirmar que as condições de vida aqui são muito precárias. A grande maioria dos jovens só pensa em completar a maioridade para sair do nosso pequeno interior rumo às grandes cidades, em busca das chances de crescimento que aqui não foram encontradas”, lamenta a adolescente, que participa do Programa ProJovem. “Penso em crescer aqui no meu pequeno mundinho, mas como, se não dão espaços para os jovens no mercado de trabalho? E fica a pergunta: como querem que um jovem cresça e tenha um futuro brilhante se não há oportunidades?”, completa Mércia.

Já Deivson, de 17 anos, tem mais esperanças. Ele avalia que as políticas públicas voltadas para a juventude estão sendo ampliadas e melhoram a cada dia. No entanto, acredita que também cresce a exigência do mercado de trabalho por pessoas cada vez mais qualificadas. “Diariamente, não só no Brasil, mas em todo o mundo, aumenta desenfreadamente a procura por bons funcionários para que seja possível obter mais progresso e retorno financeiro. E é aí que, infelizmente, nós jovens e adolescentes do agreste do sertão nos prendemos às oportunidades dos microempregos, na maioria, nos trabalhos reais, ganhando pouco e pon-do em risco nosso tempo para estudos específicos”, afirma o adolescente.

Segundo ele, é preciso que os governos invistam mais nos projetos de inclusão social e educação, tanto nas regiões de grandes cidades quanto em lugares como o Semiárido.

Deivson enxerga a adolescência como uma fase cheia de riquezas e desafios. “Dia após dia, nós, jovens e adolescentes deste Brasil de grandeza única, aprendemos por diversas maneiras de que forma deveremos seguir nossos caminhos, isto é, o que queremos de verdade para nossa vida. São muitas as alternativas, porém são muitas também as adaptações de ideias no nosso cotidiano, que quase sempre nos deixam confusos com nossas decisões”, confessa Deivson, que também participa do ProJovem Adolescente. “Desde pequeno aprendi a valorizar tudo em minha volta e quase que instantaneamente formulava em minha mente como poderia aproveitar no futuro cada experiência vivida”, conta.

Na opinião de Aldinete Silvino, coordenadora de educação no campo da ONG Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), de Pernambuco, jovens como Mércia e Deivson querem oportunidades de trabalho, estudo, lazer e cultura no lugar onde moram. “Se tiverem essas chances, eles não saem de lá. Eles gostam de onde vivem, mas emigram por falta de trabalho e de acesso à escolaridade”, afirma. “Infelizmente, para os jovens do Semiárido ainda faltam perspectiva e oportunidades. Falta acesso à informática e às atividades culturais, por exemplo. Estamos num processo de luta para mudar esse panorama”, relata Aldinete.

A ONG desenvolve, desde 2008, o projeto Jovens pela Educação e Convivência com o Semiárido. O objetivo é fazer com que os adolescentes enxerguem a região como um lugar de possibilidades. “A nossa luta, nesses três anos, foi para eles verem o potencial da região. Hoje, eles têm um olhar diferente, passaram a valorizar o local, a não ter vergonha de ser do campo, de ser jovens que estudam em escolas do campo”, diz a educadora. ■ ■



Foto: Arquivo pessoal

## Mércia Alves e Deivson da Silva: valorização do Semiárido



Foto: Arquivo pessoal

# Em Alagoas, ONG influencia políticas públicas

O início da redemocratização no País marcou o nascimento de uma nova política de garantia de direitos de crianças e adolescentes e estimulou o surgimento, por todo o Brasil, de ONGs que buscavam um novo paradigma no atendimento social, sobretudo dos mais marginalizados. O Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário (MPDC), de Palmeira dos Índios (Alagoas), foi uma dessas organizações. Surgida em 1986, em plena ebulição no debate provocado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, cuja proposta pedagógica mudava totalmente o que se via até então, o MPDC criou metodologias e ferramentas para que crianças e adolescentes conhecessem seus direitos.

“O Movimento virou uma instituição inovadora na luta dos direitos não garantidos e na implementação dos conselhos de promoção e controle social”, explica Salete Barbosa, educadora e coordenadora do MPDC.

A ONG trabalha com educação infantil, saúde preventiva, esporte, cultura, participação de adolescentes, formação de lideranças, empreendedorismo e questões ambientais, em projetos que hoje transcendem o município de Palmeira dos Índios. Atualmente há nove iniciativas em andamento.

O modelo educativo do MPDC passou a ser referência para as políticas municipais desde seu princípio. Um exemplo é a Escola Oásis, o primeiro projeto do MPDC, em atividade até hoje. Cerca de 240 crianças e adolescentes são atendidos, com atividades no contraturno de aulas: teatro, dança e esportes.

Outra iniciativa, já acoplada à rede de ensino, é o Programa Baú de Leitura, realizado em parceria com o UNICEF. Presente em 10 municípios, o Baú deverá ser reproduzido em outros 11 pontos de cultura de Alago-

as. Nesse programa, o objetivo é despertar o prazer pela leitura, aguçar o senso crítico e trabalhar questões sociais e culturais inerentes à realidade da região.

As duas iniciativas levam em conta a necessidade de formação de professores da rede de ensino, para que a educação seja capaz de romper o ciclo de pobreza e atacar mazelas ainda presentes, como o trabalho infantil. Outros projetos do MPDC incluem pontos de leitura e inclusão digital, oficinas culturais (como música, capoeira e pintura), sessões de cinema e educação ambiental.

Hoje educador nas oficinas de música, Eduardo Felinto, 24, chegou ao MPDC com 13 anos. Trabalhador infantil, começou a aprender música e não parou mais. “Logo vi que essa era a minha praia e comecei a me destacar. Hoje sou o responsável pela atividade de música no Movimento e sobrevivo da minha arte”, explica. “Tenho orgulho de ser um educador popular e sou grato ao Movimento e a todos os parceiros, porque ajudaram a mudar o destino de muitos jovens para melhor”, completa. Futura técnica em construção civil e focada em inovação pelo meio ambiente, Monica Barbosa de Barros, 25, participa do MPDC desde os 3 anos de idade. Na adolescência, integrou várias oficinas, como informática, música e dança, e garante que ali “visualizou a perspectiva de um mundo melhor”. No Movimento, também passou a ser uma ativista pelos direitos da infância, participando de fóruns e grupos de discussão.

“A metodologia que trabalhamos permite que os jovens participem dos processos de aprendizagem e daí, aos poucos, vão experimentando, protagonizando seus sonhos e desejos. A participação é a chave para a autonomia”, conclui Salete Barbosa. ■■

## O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NA AMAZÔNIA

UNICEF/Chico Atanásio

**Muitos meninos e meninas moram em localidades remotas, acessíveis apenas por viagens de barco**



Outros 9 milhões de crianças e adolescentes moram na Amazônia Legal, região marcada pela diversidade étnica e social, que concentra a maioria da população indígena do País. Ali, a pobreza afeta 56,9% das crianças e adolescentes<sup>49</sup>.

Nessa região, que inclui os sete Estados do Norte, além do Maranhão e do Mato Grosso, vivem 2,9 milhões de garotos e garotas entre 12 e 17 anos. São meninos e meninas que moram, muitas vezes, em localidades remotas, acessíveis apenas por viagens de barco. Lugares onde a disponibilidade de serviços voltados a essa população ainda é um desafio a ser superado.

Os adolescentes dessas comunidades frequentemente encaram situações ligadas à falta de moradia, saneamento e escola e são expostos aos riscos provocados pela mudança climática e, portanto, cada vez mais afetados pelos desastres naturais. Além disso, as características climáticas da região, com seu regime de estações de cheia e de seca, demandam respostas específicas para que os adolescentes possam ter acesso à escola, aos serviços públicos de saúde, independente do período do ano.

Esse acesso ainda não é realidade para a maioria dos adolescentes amazônicos. O panorama educacional na região, por exemplo, revela enormes desigualdades. Na Amazônia Legal, a taxa de distorção entre idade e série em 2010 foi de 48% no ensino médio – a média nacional era de 35,9%. Em alguns Estados, o quadro era ainda mais desalentador. No Pará, por exemplo, esse índice era de 65,4%; no Amazonas, 54,3%; no Amapá, 53,2%; e no Maranhão, 53,3%.

Os indicadores de abandono escolar na região também são preocupantes. Em 2009, enquanto a média nacional de abandono no ensino médio era de 11,2%, na Amazônia Legal, ficou em 14,3%. Em Estados como o Amapá e o Pará, as taxas de abandono escolar nessa etapa da educação de 23,5% e 20,7%, respectivamente.

A Amazônia concentra também os maiores indicadores de meninos e meninas entre 12 e 17 anos em situação de extrema pobreza. Em 2009, segundo dados da Pnad, 22,1% dos adolescentes da Região Norte viviam em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, chegando a 25,5% no Pará.

Também para a Amazônia, enfrenta-se o desafio de se avançar na produção de dados específicos sobre os adolescentes que vivem nessa região, principalmente nas zonas rurais, a fim de se conhecer melhor a realidade em que esses meninos e meninas estão inseridos.

Se a Amazônia é hoje reconhecida como uma das mais ricas regiões do planeta em ter-

mos de recursos naturais e em biodiversidade, o que vemos é que essa riqueza ainda não se transformou em recursos investidos para a garantia dos direitos de seus adolescentes, que seguem tendo seu potencial e suas oportunidades limitados, ou mesmo negados, pelas condições de pobreza, de baixo desenvolvimento humano, de vulnerabilidades e desigualdades.

## Na Amazônia, iniciativa une música, educação ambiental e geração de renda

Em 13 anos, já são mais de 40 mil crianças, adolescentes e jovens atendidos, muitos deles em situação de risco social, conflito familiar e com a lei. Foram 10 prêmios dentro e fora do Brasil. Dois grandes espaços de trabalho e articulação afiada com governos e outros atores sociais. A Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA) é uma célebre iniciativa que tem dado uma dimensão muito maior e eficiente à educação profissionalizante para um público desamparado pelas políticas públicas.

Com sede na zona leste de Manaus, a OELA foi criada em 1998 pelo luthier Rubens Gomes, professor da Universidade Federal do Amazonas. Para implementar sua escola de luteria (confeção de instrumentos musicais de cordas) e marchetaria (incrustação de desenhos de madeira em instrumentos musicais), ele se mudou para o bairro Zumbi dos Palmares II, conhecido pelos altos índices de violência entre jovens. Ali criou seu curso, tendo como base a transformação dos recursos florestais em bens sociais, por meio da educação, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável. Em 2001, a OELA já era a primeira escola no mundo a ter madeiras amazônicas certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC), que outorga o selo verde mais reconhecido do mundo.



Foto: Divulgação/OELA

**“O curso de luteria me ajudou muito com a matemática”, diz Ronald Brito, de 16 anos**

“Ao longo dos anos, a qualidade dos instrumentos OELA foi aprimorada. Hoje temos um catálogo com mais de 13 tipos de instrumentos de corda. Com isso, veio o reconhecimento de muitas personalidades nacionais e internacionais, sobretudo de músicos de grande renome, como Lenine, Gilberto Gil e Aluísio Laurindo Jr.,” comenta Charlene Ribeiro, coordenadora de projetos.

Hoje a escola trabalha com três grandes programas: educação, geração de renda e po-

líticas públicas. Nos três, a sustentabilidade ambiental é questão prioritária. O programa educacional funciona na sede da OELA, com os cursos de luteria, teoria musical (com aulas de flauta e violão), informática e oficinas de educação ambiental. No total, são cerca de 610 alunos em formação por ano.

“Nossa missão é atender crianças, adolescentes e jovens sob risco pessoal e social. Eles devem estar matriculados na escola regular e ser de família de baixa renda”, explica Charlene. “Em parceria com as redes de assistência social, recebemos adolescentes em medida socioeducativa. Muitos já praticaram atos ilícitos e já foram vítimas das inúmeras expressões da violência, devido ao fato de habitarem zonas periféricas da cidade que raramente recebem atenção do poder público”.

Ronald Brito, 16 anos, que cursa o 9º ano do ensino fundamental, foi aluno de luteria na OELA e hoje estuda teoria musical. “O curso de luteria me ajudou muito na disciplina de matemática. Já com o curso de teoria musical, consegui realizar meu sonho de aprender a tocar um instrumento”, conta Ronald. “Os amigos que andavam comigo estão todos fazendo coisas erradas, em um caminho sem futuro. Já falei com eles, convidei para conhecerem a OELA, mas não quiseram me ouvir, infelizmente não pude ajudar”, lamenta.

Ronald diz que a relação com a família também mudou totalmente depois da experiência na ONG. “Tenho mais facilidade de me comunicar com as pessoas e elas notam grandes transformações em mim”, comemora. “Já decidi o que vou fazer do meu futuro e a OELA contribuiu muito para isso: pretendo fazer música, mas, se não der certo, vou fazer línguas”, revela o adolescente. “Todos estão notando a diferença no meu desempenho musical, já fui convidado para

me apresentar no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, e no lançamento do Ano Internacional das Florestas no Brasil, no Rio de Janeiro, representando a OELA. Hoje já toco composições de Francisco Tárrega e Johann Sebastian Bach”, diz, orgulhoso.

O programa de geração de renda desenvolvido pela ONG tem como base o Atelier OELA, aberto em 2010. Ali, os alunos formados no curso básico de luteria são contratados para produzir os instrumentos musicais em escala semi-industrial. Com isso, têm inserção laboral, com remuneração, e o projeto ganha sustentabilidade financeira. Esse programa também inclui os cursos de capacitação de manejo florestal em comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas.

Já no projeto de políticas públicas, a OELA contribui com outros movimentos sociais da Amazônia, pela garantia de direitos dos povos da floresta, crianças, adolescentes e jovens. Recentemente, a escola abriu outra frente: atividades esportivas.

Com o Centro Esportivo de Referência do Amazonas, a OELA, em parceria com Petrobras, Ministério do Esporte, Aldeias Infantis SOS e Liga Náutica do Amazonas, vai trabalhar com 550 crianças e adolescentes na prática de esportes coletivos, além de natação, taekwondo e remo.

Sobre o futuro, Charlene afirma que a OELA quer inserir o maior número possível de adolescentes e sensibilizar as pessoas sobre a importância da Floresta Amazônica e do uso sustentável de seus recursos naturais. Para isso, está amadurecendo as ações direcionadas ao mercado e construindo um plano de *marketing* para divulgar a marca OELA e aumentar a venda dos instrumentos, gerando renda para os aprendizes e sustentabilidade para o projeto. ■■

## O DESAFIO DE SER ADOLESCENTE NOS GRANDES CENTROS URBANOS

No Brasil, mais de 80% da população mora em áreas urbanas – cenários de enormes disparidades sociais, diferentes daquelas da Amazônia e do Semiárido, mas semelhantes em seus impactos de exclusão e privação de oportunidades. Essas desigualdades geram impactos profundos no dia a dia dos adolescentes que vivem em comunidades populares e têm seus direitos fundamentais constantemente violados.

Enquanto nas grandes cidades alguns vivem os benefícios do desenvolvimento, meninos e meninas que moram nas comunidades populares dos centros urbanos enfrentam um cotidiano marcado por dificuldades: estão especialmente vulneráveis à violência e à entrada precoce no mundo do trabalho, os serviços

de infraestrutura e saneamento em suas comunidades são precários ou inexistentes, suas condições de moradia são muitas vezes insalubres e expostas a incêndios e deslizamentos.

Quase 6 milhões de adolescentes brasileiros vivem nas dez maiores regiões metropolitanas do País. São garotos e garotas que moram nas capitais e seus entornos dos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo e no Distrito Federal.

Entre esses adolescentes, quase um terço é pobre ou muito pobre: 29% vivem em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo<sup>50</sup>. São mais de 1,6 milhão de garotos e garotas. Esses meninos e meninas, não raro, estão expostos a situações de violência, sendo

Foto: Rafaela Feliciano



Malena Portela de Oliveira  
16 anos  
Salvador - BA

### Malena Portela de Oliveira comentou



“ A gente sofre muito preconceito. Eu moro na favela e sou desrespeitada o tempo todo. Não pode ser assim, só por morar em outro local, com menos condições, somos destratados. ”

### Fabiana dos Santos M. de Castro comentou

“ Eu me preocupo muito com essas desigualdades. Acho que todos deveriam ter o mesmo tipo de vida. Ou, pelo menos, ter acesso aos serviços mais básicos. ”



Fabiana Monteiro de Castro  
16 anos  
Belo Horizonte - MG

Foto: Rafaela Feliciano

atualmente um dos grupos populacionais mais vulneráveis às mortes violentas.

As disparidades que marcam as diversas regiões do Brasil também se reproduzem no âmbito municipal. Somente no município de São Paulo, há mais de 1,5 mil comunidades populares, segundo estudo da organização Aliança de Cidades, financiado pelo Banco Mundial e publicado em 2007. Por exemplo, em 2008, 48,1% das crianças do município foram atendidas em creches. Na Subprefeitura de Cidade Ademar, uma comunidade popular, a taxa era de 34,1%, enquanto na Subprefeitura da Mooca, uma região de classe média,

o índice era de 67,8% das crianças atendidas, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 2008. Exemplos do município do Rio de Janeiro também são reveladores. De acordo com levantamento do Instituto Pereira Passos (2011), na cidade há 641 comunidades populares. Na região administrativa da Barra da Tijuca, a taxa de reprovação no ensino público fundamental em 2009 era de 10,97%, enquanto, em Santa Teresa, bairro com importante concentração de comunidades populares, o mesmo indicador era de 29,34%, segundo dados do Censo Escolar de 2009.

Mor(r)io em... – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes da população de 10 a 19 anos na cidade de São Paulo

Subprefeitura	Taxa 2008	Subprefeitura	Taxa 2008
Aricanduva	0,00	M'Boi Mirim	15,32
Butantã	11,17	Mooca	6,07
Campo Limpo	17,14	Parelheiros	3,47
Capela do Socorro	6,91	Penha	9,17
Casa Verde	14,63	Perus	8,30
Cidade Ademar	14,78	Pinheiros	0,00
Cidade Tiradentes	0,00	Pirituba	4,42
Ermelino Matarazzo	28,30	Santana	0,00
Freguesia do Ó	7,46	Santo Amaro	8,42
Guaianases	1,89	São Mateus	18,89
Ipiranga	1,72	São Miguel	8,41
Itaim Paulista	15,65	Sé	6,41
Itaquera	6,05	Vila Maria	14,57
Jabaquara	20,01	Vila Mariana	3,67
Jaçanã	7,09	Vila Prudente	12,62
Lapa	10,54	São Paulo	10,70

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo/Infocrim, 2008

Para ilustrar como as desigualdades se evidenciam nos centros urbanos, apresentamos como exemplo a taxa de homicídios da população de 10 a 19 anos na cidade de São Paulo. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 2008, enquanto a média de homicídios contra pessoas de 10 a 19 anos da cidade de São Paulo era de 10,7 para cada 100 mil habitantes, na Subprefeitura

Ermelino Matarazzo, um bairro onde 18% da população vive em favelas, esse índice chegava a 28,3 por 100 mil. Portanto, um adolescente de uma comunidade popular de Ermelino Matarazzo sofre concretamente as consequências das desigualdades intramunicipais, tendo estatisticamente muito mais probabilidade de ser vítima de homicídio do que um adolescente da Subprefeitura de Pinheiros, na mesma cidade.



Thais da Silva Dantas

13 anos

Canindé - SP

## Thais da Silva Dantas comentou



//

Lá onde eu moro não é muito bom, não, principalmente para os adolescentes. Não tem outra opção de lazer além da praça para a criançada. Biblioteca não tem, por exemplo. Além disso, tem muito roubo no bairro. Andar na rua é complicado.

//

Outro exemplo de desigualdade presente nos centros urbanos pode ser verificado no município do Rio de Janeiro. Ao observar o percentual de nascidos vivos de mães com menos de 20 anos de idade, um indicador que ajuda a nos aproximar da questão da gravidez na adolescência, constatamos que enquanto a média do município é de 16,7%,

existem áreas da cidade como a Lagoa, na qual o indicador é de 5,4%. Já na Cidade de Deus, na Rocinha e no Complexo do Alemão, só para citar comunidades populares do Rio mais conhecidas pelo grande público, esse percentual é de 24,1%, 22% e 22,7%, respectivamente, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

### Nasço em... – Percentual de nascidos vivos de mães com menos de 20 anos de idade, por local de moradia

Município do Rio de Janeiro	16,70	Jacarezinho	29,71
Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro		Lagoa	5,42
Anchieta	17,35	Madureira	16,75
Bangu	20,10	Maré	23,87
Barra da Tijuca	8,69	Méier	14,10
Botafogo	7,37	Pavuna	20,93
Campo Grande	17,45	Penha	17,39
Centro	13,62	Ramos	19,50
Cidade de Deus	24,13	Realengo	16,28
Copacabana	9,36	Rio Comprido	19,81
Complexo do Alemão	22,72	Rocinha	22,07
Guaratiba	18,43	Santa Cruz	21,44
Ilha de Paqueta	32,14	Santa Teresa	17,94
Ilha do Governador	12,66	São Cristovão	20,96
Inhaúma	17,34	Tijuca	11,12
Irajá	14,21	Vigário Geral	20,46
Jacarepaguá	14,75	Vila Isabel	12,23
		Zona Portuária	23,31

Fonte: SMSDC, 2009



Mayara Ingrid M. de Oliveira  
15 anos  
Rio de Janeiro - RJ

## Mayara de Oliveira comentou



//

Quando chove no meu bairro, as ruas alagam. O único hospital próximo está sempre superlotado. As escolas não têm estrutura para que os professores deem aulas. Há muita violência, inclusive sexual. Não há equipamentos de cultura e lazer. É bem complicado morar aqui.

//

## A NECESSIDADE DE UMA NOVA AGENDA

A garantia do direito de ser adolescente dos 21 milhões de meninos e meninas que têm entre 12 e 17 anos depende principalmente da eliminação das barreiras relacionadas a vulnerabilidades produzidas pelo contexto social e a desigualdades contruídas historicamente.

Faz-se urgente, portanto, superar essas vulnerabilidades e desigualdades que afetam o desenvolvimento pleno dos adolescentes para que o Brasil aproveite este momento único de sua história para transformar a vida desses meninos e meninas, suas famílias, suas comunidades, a Nação, como um todo.

Tal transformação somente será tornada realidade com o desenho e a implementação efetiva de políticas públicas que lancem um olhar diferenciado para os adolescentes. Essas estratégias devem levar em consideração a complexidade dos fenômenos que afetam os adolescentes e ser capazes de oferecer respostas inovadoras e multissetoriais. Precisam principalmente reconhecer que, para além das políticas públicas universais, são fundamentais políticas públicas focadas no

enfrentamento e superação das vulnerabilidades apresentadas neste capítulo: a pobreza e a pobreza extrema, a baixa escolaridade, a exploração no trabalho, a privação da convivência familiar e comunitária, os homicídios, a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e a aids, a exploração e o abuso sexual e o abuso de drogas. E também com foco no combate às desigualdades determinadas pela cor da pele, pelo local onde vivem os adolescentes, por sua condição de ter ou não algum tipo de deficiência, pelo fato de serem meninos ou meninas.

Portanto, políticas públicas nas áreas da educação, da saúde, da proteção especial, do esporte, lazer e cultura, que promovam e assegurem o direito de ser adolescente.

No próximo capítulo, apresentamos um panorama analítico e de tendências do cenário das políticas públicas atuais, voltadas aos adolescentes brasileiros, apontando avanços, destacando abordagens inovadoras, mas também indicando algumas lacunas importantes, seja para a universalização, para a focalização ou para a integração dessas políticas.





# FAZER VALER OS DIREITOS DOS ADOLESCENTES

Passados mais de 20 anos de vigência da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação considerada uma das mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos de meninos e meninas, e analisando o conjunto de vulnerabilidades e desigualdades a que parcelas significativas da adolescência brasileira estão submetidas, vemos que as conquistas obtidas nas políticas públicas voltadas a esse segmento ainda carecem de duas lógicas fundamentais na abordagem de direitos humanos. A universalização, ou seja, a política para todos os adolescentes, e a especificidade, ou seja, a política para cada adolescente.

**D**e 1988 até hoje, meninos e meninas se beneficiaram de políticas públicas que promoveram, por exemplo, a universalização da vacinação infantil, o acesso praticamente universal do ensino fundamental e a redução dos índices de trabalho infantil. O primeiro marco para essas conquistas foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. O Estatuto dialoga e interage com outros conjuntos de leis, no campo da saúde, da educação e da assistência social, tais como o Sistema Único de Saúde (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS, de 2005). Esse conjunto de leis permitiu que a sociedade brasileira passasse a ter recursos jurídicos, políticos e financeiros para garantir e defender os direitos das novas gerações.

## Para superar vulnerabilidades e desigualdades são necessárias políticas universais, para todos, e também específicas, para cada adolescente

Como visto ao longo deste relatório, importantes avanços foram feitos no País, principalmente para a proteção das crianças em sua primeira década de vida. Neste capítulo, vamos analisar algumas das principais políticas públicas direcionadas aos adolescentes em áreas como educação, saúde, proteção, esporte, lazer e cultura. E, numa perspectiva de contribuir para sua universalização e para sua especificidade, identificamos os espaços para que se avance ainda mais para garantir o direito de ser adolescente.



Foto: Rafaela Feliciano

**Fazer com que as políticas públicas atendam as demandas e as necessidades dos adolescentes é o grande desafio para o Brasil agora**



Landerson Siqueira Soares  
18 anos  
Rio de Janeiro - RJ

## Landerson Siqueira Soares comentou



//

Nós convivemos diariamente com uma série de limitações. Às vezes, um adolescente vai ao posto de saúde atrás de uma informação, e não há um profissional adequado pra atender. Além disso, eles pensam que acesso à educação é ter passagens de ônibus, ir ao colégio e depois pra casa. Mas a gente sabe que educação é ter acesso ao teatro, à cultura, à música, à biblioteca, e isso falta realmente.

//

## Palavra de especialista

“No Brasil, tivemos vários avanços sociais de políticas públicas: expectativa de vida aumentando, pobreza caindo. Todos os indicadores estão melhorando, com exceção dos indicadores ligados à juventude. E o que os demógrafos nos ensinam é que ter uma população jovem é uma dádiva, um bônus. Portanto, temos que fazer políticas mais diversificadas para os adolescentes. Acho que precisamos ter um menu de políticas para os jovens escolherem. Eles já não são crianças, por isso, precisam se envolver. As políticas para esse segmento não podem ser genéricas. É bastante complexo desenhar políticas para esse grupo, porque é preciso reconhecer a diversidade dos jovens, dos problemas, das aspirações. É preciso considerar, por exemplo, a questão de gênero, rapazes e moças estão com tendências muito diferentes”

**Marcelo Neri, economista, chefe do Centro de Políticas Sociais, filiado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, PhD formado pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e especialista em relações no mercado de trabalho, política de salários, políticas sociais, educação e distribuição de renda.**

# Por políticas universais e integradas para os

## Entrevista com a ministra de Direitos Humanos, Maria

Thalita de Oliveira mora em Santa Maria, Distrito Federal. Ela tem 17 anos, acaba de terminar o ensino médio. Enquanto espera o resultado do vestibular que fez para Psicologia, continua frequentando as atividades do projeto Onda, que mobiliza adolescentes para que conheçam e acompanhem o orçamento público (*leia mais sobre o projeto no capítulo 4 deste relatório*), sob a coordenação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Thalita é também membro da comissão preparatória da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança, escolhida como representante dos adolescentes da Região Centro-Oeste. Junto com seus colegas de projeto, Thalita preparou um conjunto de perguntas para a ministra da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, Maria do Rosário Nunes.

Numa tarde de julho de 2011, ela entrevistou a ministra especialmente para este relatório, no gabinete da SDH, em Brasília. Thalita e Maria do Rosário conversaram durante uma hora sobre políticas para o enfrentamento da exploração sexual, medidas socioeducativas, educação e também sobre o desafio do Brasil para propor espaços democráticos de encontro para os adolescentes, a fim de se promover a paz. Falaram também sobre a integração das políticas públicas voltadas para a adolescência. A seguir, alguns dos principais trechos da entrevista:

**No Onda, temos acompanhado a execução dos projetos e programas para o enfrentamento da exploração sexual. Qual a política que existe hoje em dia para esse grave problema?**

Hoje temos uma nova matriz sobre a realidade da exploração sexual no País, uma pesquisa feita a partir dos dados do Disque Denúncia e da identificação pela Polícia Rodoviária Federal dos lugares nas estradas onde ocorre exploração sexual. Vamos trabalhar com a capacitação e o apoio aos conselhos tutelares nesses pontos, fortalecendo o sistema de garantias. Mas, olha, eu gostaria de ter muito mais recursos para o enfrentamento da exploração sexual. O orçamento cresceu bastante, mas não o suficiente para o enfrentamento das questões. Além do mais, hoje, o enfrentamento da exploração sexual demanda não só mais recursos, mas também uma releitura dos programas. Com o Conanda, o governo, a sociedade civil, estamos começando a discutir um novo plano nacional de enfrentamento. Toda a compreensão da questão da infância e da sexualidade está pressionada por novos conceitos sociais, pela mídia (com seus programas, com a publicidade), que devem nos levar a pensar de forma diferenciada sobre o que significa proteção de direitos, direito à sexualidade, desenvolvimento protegido e saudável para as crianças e os adolescentes.

Este momento é um divisor de águas. Políticas tradicionais, que temos desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos, dão conta do enfrentamento à exploração e à violência? Atualmente, as políticas de promoção do protagonismo dos adolescentes são mais importantes que algumas políticas, que já foram importantes em outros momentos. As questões relacionadas ao tráfico de seres humanos, ao enfrentamento da pornografia na internet também podem ser mais importantes. Essa leitura, o Brasil precisa fazer. Precisamos de maiores investimentos na construção de parcerias, de capacitação tecnológica.

# adolescentes

## do Rosário

**E para os adolescentes em medidas socioeducativas, o que existe como proposta de política?**

Vamos fortalecer o Sistema Nacional Socioeducativo, o Sinase. Para isso, travamos um diálogo importante com o Ministério da Educação. Afinal, a medida se chama socioeducativa [*a ministra enfatiza educativa*]. Estamos compartilhando a responsabilidade dessa agenda, para que ela seja mais educativa e menos policialesca. Estamos também trabalhando com os gestores do Sinase: há unidades que precisam ser simplesmente fechadas, em alguns Estados.

**Mas não adianta só criar novas unidades, não é? Falta pessoal capacitado, os meninos, quase sempre, não têm sequer o que fazer...**

Claro, nossa ênfase realmente será a educação. No projeto de lei que está sendo discutido na Câmara sobre as medidas so-

cioeducativas, estamos propondo que os adolescentes em privação de liberdade sejam elegíveis para bolsas do programa nacional de educação técnica. Isso ampliaria, por exemplo, as possibilidades de que esses garotos deixem as unidades e tenham mais oportunidades. Além disso, temos que pensar projetos pedagógicos para esses adolescentes, porque a maioria desses meninos não tem sequer o ensino fundamental completo.

Direitos humanos é um tema para todos os brasileiros. A Secretaria de Direitos Humanos não pode lidar de forma em separado com os adolescentes em medidas socioeducativas, os que são vítimas da violência sexual. Se trabalharmos assim, estaremos operando na lógica da doutrina da situação irregular, do antigo Código de Menores. A política de direitos humanos precisa integrar com as outras políticas, como as de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Social. As políticas devem ser universais e integradas para todos os adolescentes.

Foto: Bruno Monteiro



**A adolescente Thalita de Oliveira entrevista a ministra Maria do Rosário**

**Mas a Educação também tem desafios... Considerando que a Educação é um direito humano fundamental, como vamos melhorá-la? Nós, no projeto Onda, por exemplo, defendemos fortemente a inclusão da obrigatoriedade de investimentos de 10% do PIB na área.**

Tem havido um incremento orçamentário nos últimos anos na Educação. Chegamos a 5% do PIB e podemos, sim, chegar a 10%, como propõem vocês e outros movimentos da sociedade civil para o Plano Nacional de Educação. O embate é por um País melhor. O Brasil está crescendo e os investimentos na Educação precisam refletir e se beneficiar com isso. Estamos hoje promovendo um crescimento com inclusão e uma inclusão que busca promover autonomia. Isso vale especialmente para os adolescentes. Pelo viés da Educação, estamos dando as melhores respostas que já demos a esses adolescentes, ainda que insuficientes diante de desafios históricos e do que temos que desenvolver para o futuro. Mas, claro, a escola precisa ser melhor. Os adolescentes se dedicam ao que amam. Eles precisam amar a escola.

**Nós fomos ao Cajé (unidade de interação de adolescentes no Distrito Federal) conversar com os adolescentes ali. O que vemos é que esses meninos tiveram uma vida de privações...**

No Brasil de hoje, as adolescências não convivem, não dialogam. Os adolescentes das camadas médias e das periferias não se encontram. Políticas de Nação para a adolescência têm que se preocupar com os diferentes perfis da juventude. E o protagonismo da juventude tem que ser de interação. Um jovem de camada econômica mais elevada entra no ônibus escolar, para na porta da escola, entra no ônibus, volta para casa. Onde se dá a convivência entre os adolescentes? O País precisa propor políticas públicas, de caráter público, onde as pessoas possam conviver, independentemente do emprego, da renda, da etnia, do bairro onde moram. Isso é capaz de promover paz. Essa promoção desse espaço é uma prioridade para nós.

**Recentemente o governo lançou o plano Brasil sem Miséria. Vimos que mais da metade dos miseráveis do País são crianças e adolescentes. Além do Bolsa Família, quais programas o governo terá para apoiar essas meninas e meninos e suas famílias?**

## O DIREITO DE APRENDER DOS ADOLESCENTES

Para garantir o direito de aprender dos mais de 20 milhões de adolescentes brasileiros, o Brasil tem feito avanços concretos, com políticas consistentes de financiamento e de monitoramento e avaliação do ensino, passo fundamental para a formulação de estratégias efetivas e eficientes. Tem buscado enfrentar os graves fenômenos da repetência e da distorção idade-série, que, no limite, terminam por expulsar milhares de meninos

e meninas das escolas todos os anos. É preciso, porém, acelerar essas respostas. O País tem formulado também respostas integradas, ousadas e muito contemporâneas de uma educação mais próxima das necessidades e projetos de seus adolescentes. Nesse campo, o desafio, mais do que de aceleração, é de universalização.

O acesso ao ensino fundamental está praticamente universalizado, o financiamento

O princípio do Brasil sem Miséria é a busca ativa. As crianças, adolescentes e suas famílias mais pobres não acessam as políticas públicas. Ainda temos crianças no Brasil sem registro de nascimento... O Estado tem que chegar às pessoas. No caso dos adolescentes, chegar até os que estão em situação de drogadição, os que são vítimas do trabalho análogo à escravidão, os adolescentes em situação de rua. Esses são os adolescentes miseráveis: eles têm rosto, têm cor, mas não têm CEP. Então eles precisam ser procurados para ser atendidos, incluídos.

Por exemplo, no caso do trabalho infantil. O que vemos é que o contexto de pobreza extrema no trabalho infantil pode permanecer por gerações. Por isso, em termos de políticas públicas para a infância e a adolescência, precisamos recuperar o conceito de sistema, de integração, de interdependência, porque os adolescentes têm realidades e necessidades distintas, na sua vida familiar e comunitária. E precisamos de foco, foco nos mais miseráveis. Só assim superamos a pobreza extrema.

### **E como você vê o Orçamento Criança?**

Temos um desafio. Hoje não temos [a Secretaria] como responder sobre o con-

junto de números das políticas na área da adolescência. Temos os dados da Secretaria de Direitos Humanos. Mas e os outros recursos, por exemplo, de combate à exploração sexual que estão em outros ministérios, Saúde, Educação, Justiça, Transportes, Desenvolvimento Social? Essa pode ser uma encomenda de vocês, dos adolescentes brasileiros: que a gente trabalhe com o Orçamento Criança, para mapear onde há recursos para os programas voltados à infância e à adolescência, como no caso da exploração sexual. Afinal, o Orçamento Criança é o todo. Essa é uma medida importante a ser buscada pelo governo.

### **O que seria o direito de ser adolescente?**

O direito de ser adolescente é o direito de participar do Brasil, de tudo o que o Brasil constrói, possui e de, com liberdade, opinar sobre a construção do País, de viver o hoje com direitos e de construir o amanhã também com direitos.

*Ao final da entrevista, a ministra Maria do Rosário escreveu em sua conta no Twitter: Acabei de ser entrevistada pela adolescente Thalita, para relatório do @unicefbrasil sobre adolescência. ■■*

da Educação vem sendo aprimorado, com a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb)<sup>51</sup>, e os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino também vêm sendo melhorados, com estratégias como o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Mais recentemente, um grande passo para a realização do direito de aprender foi dado com a promulgação da Emenda Constitucional 59, em 2009, que prevê a obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos. Com essa mudança, o Estado precisa

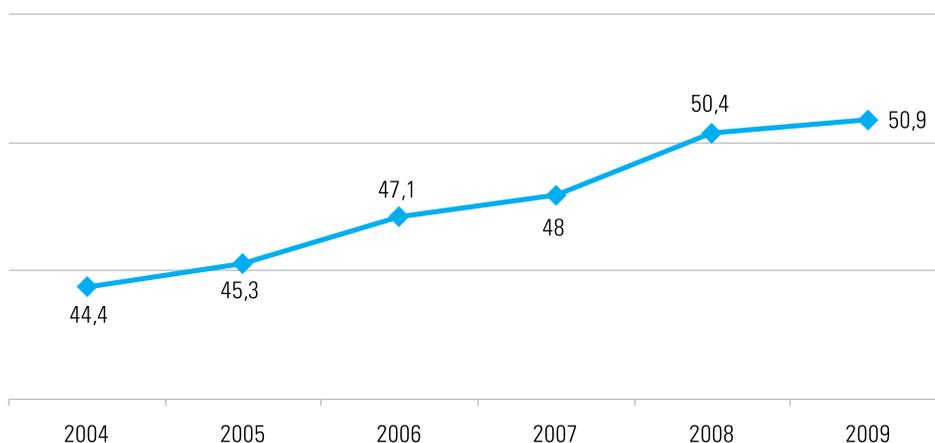
garantir a todas as crianças e adolescentes 14 anos de ensino, pelo menos.

Todos esses avanços foram resultado de esforços e reivindicações de organizações da sociedade civil, educadores, pais e dos governos nos três níveis, federal, estadual e municipal. São parte de uma grande mobilização em favor da Educação de qualidade no Brasil, que também foi capaz de consolidar na opinião pública brasileira que a Educação deve ser a base para o desenvolvimento do País, pois é um elemento fundamental para a inclusão social e o exercício da cidadania. No entanto,

a importância da Educação ainda não se materializou na garantia do direito de aprender para todos os adolescentes, o que significa não apenas garantir a matrícula ou ferramentas de financiamento e avaliação, mas assegurar o acesso à educação, a permanência na escola, a aprendizagem e a conclusão de cada etapa de ensino na idade adequada.

O que vemos, por exemplo, é que apesar da trajetória ascendente consistente nas matrículas de ensino médio de adolescentes de 15 a 17 anos, ainda no País somente pouco mais da metade deles (50,9%) frequenta a etapa de ensino adequada para sua idade, como observamos no gráfico abaixo.

### Na média – Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio



Fonte: IBGE/Pnad, 2009

Se considerarmos que 85,2% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão matriculados em alguma instituição de ensino, constatamos o impacto do fenômeno da distorção idade-série na vida de milhões desses meninos e meninas, retidos em algumas das nove séries do ensino fundamental.

A distorção, por sua vez, é causada pela repetência, que revela que o sistema de ensino, por uma série de fatores, não foi capaz de ensinar a um menino ou a uma menina o que ele ou ela deveria aprender. E aí são muitas as causas: a infraestrutura das escolas, a formação e a valorização social dos professores, a pressão, principalmente para os adolescentes, para que contribuam com a renda familiar, e até mesmo uma cultura que ainda pouco valoriza o estudo no País.

Há também uma grave distância entre a expectativa dos adolescentes sobre a esco-

la e a realidade das escolas. Pesquisa sobre evasão escolar realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>52</sup> com adolescentes de 15 a 18 anos que haviam deixado a escola ajuda a compreender o porquê da interrupção precoce dos estudos: ao ser questionados sobre os motivos que os levaram a abandonar a escola, 11% disseram que faltavam estabelecimentos de ensino; 27% falaram que tinham necessidade de ajudar financeiramente a família; porém o mais impressionante é que 40,5% dos adolescentes ouvidos para a pesquisa disseram que não tinham interesse na escola.

O que vemos é que, seja por falta de interesse ou porque depois de repetir várias vezes de ano e sofrer com a distorção idade-série, os adolescentes terminam por desistir de estudar, o fato é que muitos abandonam de vez os estudos, muitas vezes antes de concluir o ensino fundamental.



Mayara Ingrid M. de Oliveira  
15 anos  
Rio de Janeiro - RJ

## Mayara de Oliveira comentou



As escolas deveriam ter mais infraestrutura, ser mais qualificadas e oferecer cursos profissionalizantes. Como uma pessoa pode estudar bem e ajudar dentro de casa? Conheço pessoas que saíram da escola por isso; é a realidade de muitos adolescentes. O governo fecha os olhos para isso e esquece que somos o amanhã.



Nos últimos anos, as políticas públicas de Educação têm procurado responder a alguns desafios como: a repetência, a distorção idade-série, a inadequação dos currículos, a capacidade de atrair os adolescentes para a escola e os estudos. Busca-se qualidade para o ensino e há passos importantes nessa direção.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, mostra que o Brasil está avançando. Entre 2005 e 2007, o Índice, que vai de 0 a 10, e tem se mostrado uma poderosa ferramenta de planejamento, monitoramento e indicação de qualidade na Educação, teve melhoras nas

três etapas de ensino avaliadas, os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º), os anos finais (6º ao 9º) e o ensino médio.

Porém, vemos que, enquanto o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental tem certo ritmo de crescimento, o índice do ensino médio pouco avança. Além disso, os resultados de 2009 da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), avaliações para diagnóstico, em larga escala, de aprendizagem, usados para compor o Ideb, mostram avanços na aprendizagem de Língua Portuguesa, mas conquistas tímidas em Matemática.

### Nota para o ensino – Ideb

Anos iniciais do ensino fundamental		Anos finais do ensino fundamental		Ensino médio	
2005	2007	2005	2007	2005	2007
3,8	4,2	3,5	3,8	3,4	3,5

Fonte: MEC/Inep, 2009

Em testes semelhantes em escala internacional, que permitem comparar o Brasil com outras nações, vemos que é ruim o desempenho dos estudantes brasileiros. Análises qualitativas, como o Programa Internacional da Avaliação de Alunos (Pisa), da Organização para a Coope-

ração e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>53</sup>, mostram que, apesar de ser o País que mais avançou no ranking desde 2002, o Brasil ainda está entre os últimos colocados no exame. Em 2010, apenas metade dos alunos avaliados alcançou proficiência básica em leitura.

Esses resultados são o triste produto de uma série de precariedades que marcam, historicamente, a Educação no País. Uma delas está relacionada à infraestrutura e há certas distorções de prioridades. Por exemplo, o Censo Escolar de 2009, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostrou que 66,4% dos alunos de ensino fundamental têm acesso a computadores na sua escola e que 72,5% dos estabelecimentos de ensino possuem conexão com a internet. No entanto, o Censo revelou a necessidade de ampliação no atendimento aos alunos no caso de recursos como bibliotecas (demanda de 57% dos estabelecimentos educacionais), sala de leitura (demanda de 23,5%) e laboratório de ciências (demanda de 21,5%).

No ensino médio, no que diz respeito à infraestrutura, a principal deficiência das escolas são os laboratórios de ciência, disponíveis apenas para 56,1% dos alunos, segundo o Censo Escolar de 2009. Em mais de 90% das escolas de ensino médio, há computadores para uso dos alunos e conexão com a internet – no entanto, lembram estudantes e professores, muitas vezes, esses equipamentos não são utilizados adequadamente por falta de capacitação dos docentes para orientar as atividades com essas tecnologias.

Outra precariedade da Educação diz respeito à falta de professores. Em 2007, o Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou levantamento acusando déficit de 245 mil professores, principalmente nas áreas de ciências, exatas e biológicas, no Brasil<sup>54</sup>. Em resposta, foi lançado em 2009 o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), que consiste na oferta de cursos de licenciatura e pedagogia para professores na ativa, mas ainda sem a formação adequada. A meta é formar 330 mil docentes até 2014.

Outro aspecto precário são os currículos e metodologias de ensino, que provocam

desinteresse dos alunos adolescentes, que os consideram inapropriados para suas demandas e necessidades.

As políticas públicas têm procurado fazer frente às demandas de educadores e adolescentes. Um divisor de águas nesse sentido foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que inaugurou um novo regime de relacionamento entre os entes federados, por meio do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que ampliou a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos de idade e estabeleceu o Ideb como instrumento indutor de melhorias da educação em escolas, municípios, Estados, Distrito Federal e no Brasil.

## **Currículos e metodologias de ensino considerados inapropriados para as demandas dos adolescentes provocam desinteresse nos alunos**

Outra resposta importante foi a criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundef), que permitiu o estabelecimento de patamares mínimos de financiamento por aluno, além de funcionar como um mecanismo de correção de desigualdades entre Unidades da Federação e regionais do País. Em 2007, o Fundo foi estendido do ensino fundamental a todo o ciclo da educação básica, passando a se chamar Fundeb. Assim como a criação do Fundeb, outro avanço que envolve o aumento e a redistribuição de recursos para a educação voltada aos adolescentes é a inclusão do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

# No sertão de Pernambuco, jovens aprendem a valorizar as potencialidades da região

Foto: Divulgação/Serta



## Adolescentes que participam do projeto Sertão redescobriram o Semiárido

A valorização do Semiárido como um lugar de riqueza material e cultural é o eixo do projeto Jovens pela Educação e Convivência com o Semiárido, realizado pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), com apoio do UNICEF, em 11 escolas do campo de 10 municípios do agreste e sertão pernambucano. A iniciativa, concluída neste ano, utilizou uma metodologia criada pelo próprio Sertão, a Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads), integrada ao currículo escolar.

“Queríamos trabalhar em sala de aula contextualizando com a realidade do Semiárido. As escolas pesquisavam a situação das crianças em relação à saúde, vacina, desnutrição e também cidadania, além da questão social, da família e violência”, explica Aldinete Silvano, coordenadora pedagógica do projeto.

Segundo ela, o principal objetivo da ação era “fazer o jovem começar a enxergar o Semiárido como um lugar de potencialidade, de vida, cultura, para não abandonar a escola e ir para os grandes centros”. Com os

anos, segundo Aldinete, foi diminuindo a evasão escolar e os jovens estão chegando a concluir o ensino médio no campo, um resultado bastante positivo.

“A escola trabalhou com atividades complementares, esportivas, ambientais e essas práticas ajudaram muito esses jovens a se encontrar mais”, afirma. “Eles param de estudar se não houver escola no campo porque não se sentem bem com a escola da cidade. Esse é uma separação que sempre houve, uma questão muito forte de preconceito e discriminação”, complementa.

Para Murilo Barbosa de Queiroz, 16 anos, de Tacaratu, o projeto mudou radicalmente sua forma de ver o Semiárido e ofereceu uma motivação extra em relação ao futuro. “Antes, era uma vida sem graça, eu não tinha uma determinação por alguma coisa e agora sim. Gostaria de ser médico, é meu sonho”, afirma.

Segundo ele, a Peads melhorou bastante a qualidade de ensino: “A forma de ensinar antes era diferente, porque só trabalhava com livro didático. Com a Peads, a gente trabalha com o meio ambiente, com a natureza, como lidar com as dificuldades do meio, com os recursos que se tem. Continuamos estudando as disciplinas tradicionais, mas interligadas ao projeto, ao conteúdo do meio ambiente”, afirma.

Apesar da precária conexão à internet no campo, o projeto resolveu incorporar a tecnologia ao cotidiano das escolas. Em 2009, foi criado o blog, que se transformou em uma ferramenta de comunicação entre as escolas que participam do projeto e pela qual os alunos podem se expressar ([escolasdereferencia.blogspot.com](http://escolasdereferencia.blogspot.com)).

Pelas dificuldades estruturais (falta de conexão em casa e às vezes também nas es-

colas), as informações são atualizadas pelo Serta e pelos professores. Os alunos repassam as notícias a um articulador que faz a conexão entre as escolas e o Serta ou para os professores.

“Esse articulador recebe muita informação dos jovens relativa à comunidade estudantil, mas vemos que o blog acabou sendo usado mais para a publicação de textos dos alunos, como poesias”, explica Aldinete. “Ainda há muita dificuldade de atualizar o blog, esse é o maior desafio”, reconhece.

Das 11 escolas, quatro não têm acesso à internet. Isso faz com que a equipe do Serta acabe sendo responsável pela atualização.

Apesar da dificuldade, ela vê o blog como uma ferramenta a mais na valorização dos adolescentes. “Quando visitamos as escolas para alguma ação, eles logo perguntam quando vamos postar no blog. Acho que se sentem valorizados, por ter seus textos ou fotos publicados. Alguns até chamam a família para ir até a escola só para ver o blog”, conta Aldinete, animada. ■■

## ENSINO MÉDIO COM CARA DE ADOLESCENTE

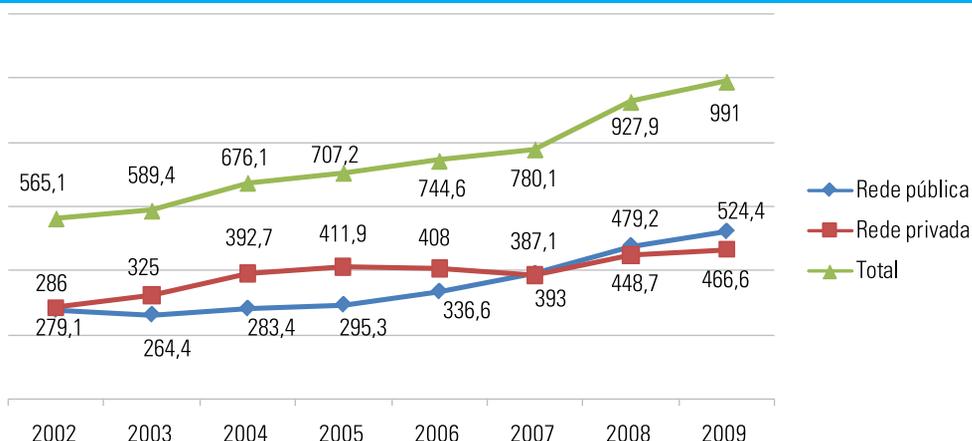
Para que a escola possa ter um programa pedagógico afinado com as necessidades e os projetos de vida de meninos e meninas, o ensino médio deve ter cara de adolescente. Nesse sentido, o País trabalha hoje com três linhas de estratégias educacionais: a primeira busca integrar o ensino médio “tradicional” (ou chamado pelos especialistas de propedêutico) com o ensino profissionalizante; a segunda propõe uma grade curricular mais flexível, que combine áreas do conhecimento com linguagens criativas e de diálogo com a comunidade; a terceira, educação integral.

A integração do ensino médio convencional com a educação profissional tem o objetivo de aumentar as oportunidades de inserção

dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, de forma mais qualificada e, portanto, dentro do conceito de trabalho decente, que inclui direitos trabalhistas e proteção social. O ensino regular combinado com o ensino técnico-profissionalizante permite ao adolescente desenvolver sua formação de caráter geral junto com a preparação para o trabalho.

Essa modalidade vem assim ganhando mais escolas, mais recursos, mais vagas nos últimos anos no País, nas cidades e no campo. Entre 2002 e 2010, o número de matrículas na educação profissional aumentou quase 90%, atingindo a marca de 991 mil alunos, sendo que 524,2 mil deles no sistema público.

Profissionalizando – Número de matrículas na educação profissional, em milhares



Fonte: MEC/Inep, 2010

## Principais iniciativas para fortalecer a integração entre ensino médio e profissionalizante

Programa	Ações e objetivos
Brasil Profissionalizado	Implantado em 2007, possibilitou a criação e o desenvolvimento de 24 redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Na área de infraestrutura, entre 2008 e 2010, 183 escolas foram conveniadas para construção e 543 ampliadas e reformadas. O governo destinou, para isso, R\$ 1,5 bilhão.
Reforma do Sistema S (Sesi, Sesc, Senai e Senac)	Tem o objetivo de aumentar a oferta de cursos gratuitos para jovens de baixa renda, graças ao aumento da receita destinada a esse fim. Em 2009, foram ofertadas 266,6 mil vagas gratuitas.
Expansão das escolas técnicas e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets)	Visa fortalecer a oferta de formação profissionalizante de nível secundário – praticamente estagnada desde o final dos anos 1990. Com cursos de nível médio, nível médio integrado, licenciatura, superior em tecnologia e pós-graduação, os Ifets chegaram a 2009 com quase 160 mil alunos matriculados, em 354 unidades.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Lançado pelo governo federal em abril de 2011 justamente com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. O programa tem como meta oferecer 8 milhões de atendimentos, até 2014, na educação profissional para estudantes do ensino médio e trabalhadores que necessitam de qualificação.

A segunda linha de estratégia das políticas públicas hoje no País para garantir o direito de aprender a cada adolescente brasileiro trabalha com a inovação no currículo. O projeto Ensino Médio Inovador, criado em 2009, tem a finalidade de apoiar e promover novas práticas pedagógicas em escolas públicas a partir de uma concepção mais abrangente de aprendizagem, pautada pela interdisciplinaridade e a contextualização, num outro esforço de aproximar a escola do projeto de vida dos adolescentes.

O projeto estabelece parcerias do Ministério da Educação com as redes estaduais de educação para o desenvolvimento de soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir de quatro eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Ministério e redes estaduais, responsáveis pela oferta do ensino

médio, trabalham juntos para estudar a mudança da carga horária mínima para 3 mil horas – um aumento de 200 horas a cada ano. Também buscam respostas para oferecer aos alunos a possibilidade de escolher 20% de sua carga horária e grade curricular, dentro das atividades oferecidas pela escola. A lógica do ensino deve associar teoria e prática, com grande ênfase a atividades práticas e experimentais, como aulas práticas, laboratórios e oficinas, em todos os campos do saber. Devem ainda valorizar a leitura e garantir formação cultural aos adolescentes.

O Ensino Médio Inovador serviu de base para as novas Diretrizes Curriculares do ensino médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2011, o que pode induzir um processo de mudança curricular mais amplo em todo o País. Assim,

embora a iniciativa não tenha ainda caráter de política universal, seus primeiros resultados em algumas Unidades da Federação podem apontar rumos para as mudanças necessárias para tornar o ensino médio mais atraente para os adolescentes, estimulando sua criatividade, participação e interesses.

Além de se garantir financiamento, de se buscar aprimorar infraestruturas e ferramentas de mensuração e indução de qualidade, as políticas públicas na área da Educação precisam ainda conseguir fazer com que a Educação passe a ser reconhecida como um valor importante, um diferencial no projeto de vida dos adolescentes e de suas famílias.

A terceira linha de políticas públicas para a ampliação e aprimoramento do ensino médio propõe a educação integral como forma de criar uma nova escola que promova a aprendizagem para a vida, mais sintonizada com o universo de interesse e de possibilidades dos adolescentes. Esse processo está avançando pouco a pouco no País por meio da Política de Educação Integral, implementada pelo programa Mais Educação, do Ministério da Educação.

Importante dizer que educação integral é mais do que manter o aluno em atividades que se prolongam por todo o dia. A integração implica articulação das diversas áreas do conhecimento, pela diversificação dos saberes e conhecimentos, dos espaços educativos e dos atores envolvidos nesse processo.

Em 2010, 2,2 milhões de estudantes eram beneficiados pela estratégia – número ainda pequeno se considerado o universo de mais de 46 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar no Brasil, segundo dados da Pnad 2009. Mas o programa tem se expandido rapidamente. Quando começou, em 2008, recebeu investimentos de R\$ 45 milhões. Dois anos mais tarde, o investimento foi quase dez vezes maior (R\$ 400 milhões). Os recursos são transferidos diretamente para as escolas que participam do programa. São priorizadas aquelas que têm baixo Ideb e estão localizadas em regiões mais vulneráveis.

O projeto inclui melhoria da infraestrutura das escolas (especialmente as de ensino médio) e um grande esforço no campo da formação e valorização dos profissionais da educação.

## Palavra de especialista

“O MEC quer ampliar a jornada das crianças e reinventar o percurso formativo que elas vivem na escola. A escola na contemporaneidade vive uma profunda crise, assim como outras áreas da sociedade. O modo como a escola operou até então – muitas ainda operam, mas muitas já estão vivendo a superação desse paradigma fabril –, no qual as crianças são classificadas, distribuídas, recebem tarefas e ficam em silêncio, esse modelo não serve para a juventude e a infância contemporâneas. A escola tem que fazer um grande esforço para que esses meninos e meninas consigam estar no espaço da escola e efetivamente aprender porque estão em contato com campos do conhecimento que valem a pena, que dizem respeito ao seu mundo pessoal, universo social e inquietações em relação ao mundo”. **Jaqueline Moll, diretora de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica do MEC.**

# Inclusão de alunos quilombolas e indígenas

Foto: Gustavo Sapore



**Para Mutua Mehinaku, professor na Aldeia Kuikuro de Ipatse, em Mato Grosso, são muitos os desafios enfrentados no processo de criação e implantação de um currículo indígena**

As matrículas em escolas em áreas remanescentes de quilombos e na educação indígena aumentaram, apontando para a expansão da inclusão educacional dessas populações. Nas primeiras, houve aumento tanto no ensino fundamental quanto no médio, entre 2007 e 2010, de acordo com o Censo Escolar. Passaram de 110 mil para 145 mil no fundamental e de 3,1 mil para 12,1 mil no médio. A educação indígena chegou, em 2010, a 246,8 mil matrículas de educação básica, o que corresponde a um crescimento de 7,3%. O destaque foi a oferta do ensino médio, que cresceu 45,2% (de 17,3 mil para 21,4 mil) de 2007 a 2010. A oferta do ensino fundamental aumentou em 6,3%, com ênfase nos anos finais, com crescimento de 16,4% – de 297,9 mil para 303,3 mil.

Um aspecto fundamental para assegurar uma educação que respeite as particularidades dos povos indígenas é ampliar o número de professores indígenas, a fim de garantir a essa população uma formação pautada pela interculturalidade e a valorização do conhecimento e dos saberes tradicionais. Atualmente, são ofertados cursos de licenciatura para jovens indígenas em 20 universidades federais. Cerca de 2 mil do-

centes já foram formados e 3 mil estão na universidade. A meta é formar 12 mil professores indígenas no prazo de seis anos.

Mutua Mehinaku é um desses jovens professores. Nascido em 1980, na aldeia Kuikuro de Ipatse, em Mato Grosso, ele estudou o ensino fundamental lá mesmo e, pelo Programa de Formação de Estudantes Indígenas do Xingu, cursou Magistério, ministrado pelo Instituto Socioambiental (ISA), de 1994 a 2000. Com mestrado em Antropologia pela Fundação Carlos Chagas, participou de umas das primeiras experiências de alfabetização em português com professores kuikuros. Os professores montaram um currículo para a escola da aldeia e incluíram o ensino de línguas indígenas, no caso, o kuikuro.

Hoje, há uma escola central na sua aldeia, a Escola Estadual Indígena Central Caribe – Comunidade Kuikuro, com 315 alunos matriculados e seis professores (todos são kuikuros). A faixa etária vai dos 6 aos 30 anos. Além da escola central, há oito unidades educacionais anexas nas aldeias menores. O povo Kuikuro tem cinco aldeias, e um total de 800 pessoas. No início, o currículo era o do MEC e estava organizado em séries. “Depois, avaliamos que, por meio da estrutura por séries, não conseguiríamos formar os alunos ou passá-los de etapa. Então, adequamos o currículo à nossa realidade e organizamos o ensino por ciclos”, conta Mutua. No currículo, há oito disciplinas: matemática, português, geografia, língua kuikuro, história, ciência, arte e educação física (exercícios da cultura do povo Kuikuro).

Para Mutua, são muitos os desafios enfrentados no processo de criação e implantação de um currículo indígena. “Valorizamos o saber tradicional do povo kuikuro, mas também temos que conviver com o conhe-

cimento científico do branco. E isso, muitas vezes, gera conflitos”, sublinha o professor. Esses conflitos entre a cultura indígena e a branca se evidenciam, por exemplo, no caso da educação das mulheres. Segundo Mutua, na cultura indígena, quando a menina tem a menarca, ela tem que ficar reclusa para que os pais possam orientá-la sobre outros conhecimentos tradicionais. Assim, acaba abandonando a escola. “Estamos estudando como lidar com esse problema, pois, depois de seis meses, um ano, muitas vezes, ela não consegue mais voltar. Os pais não a deixam retornar, porque já é adulta e precisa assumir outras responsabilidades dentro da família”, relata.

Na opinião dele, as escolas indígenas estão se qualificando e cada vez mais alcançando níveis melhores. No entanto, como

existem diferenças grandes, o governo federal não consegue criar um sistema único para todos os povos indígenas. “Embora sejamos vistos como iguais, se mergulharmos em cada tradição, veremos que somos muito diferentes. E o governo ainda não conseguiu entender muito essas especificidades de cada povo”, avalia. Está em discussão atualmente no MEC a organização da educação indígena por territórios etnoeducacionais, conforme critérios de relações sociais e históricas dos povos. Uma Comissão Gestora já foi formada e discute essa divisão junto com os indígenas. “Pelo menos, o governo conseguiu entender que a educação indígena não pode ser construída por eles, mas sim por nós. Os indígenas têm que construir o modelo da escola e da educação conforme a nossa realidade”, finaliza Mutua Mehinaku. ■■

## O DIREITO À SAÚDE DOS ADOLESCENTES

No campo da Saúde, há também conquistas importantes para os adolescentes. Elas assentam-se em marcos legais de visão integrada e com a perspectiva de trabalhar para a redução de vulnerabilidades e desigualdades. Vão nesse sentido as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, baseadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e iniciativas como a Caderneta de Saúde do(a) Adolescente. Criada em 2008, a caderneta é utilizada tanto como instrumento de apoio aos profissionais de saúde quanto como um instrumento orientador do autocuidado para adolescentes. Em apenas dois anos, o documento chegou às mãos de quase 5 milhões de adolescentes (e a meta para 2011 era alcançar outros 9 milhões de meninos e meninas).

Essas políticas buscam preparar o Sistema Único de Saúde para que possa atrair e acolher os adolescentes, em suas mais diferentes estruturas. Mas, das diretrizes nacionais às unida-

des básicas, os caminhos podem ser longos. O que se vê no Brasil é que em muitos municípios faltam serviços e unidades desenvolvidos especialmente para os adolescentes e mesmo nas grandes cidades, onde existem programas específicos – e muitas vezes de excelência – para meninos e meninas, como os Adolescentes (centro de saúde exclusivo para adolescentes), já presentes em várias Unidades da Federação, a capacidade de atendimento está muito aquém da demanda de adolescentes e pais.

Para além dos serviços e unidades, outro desafio na visão integral da saúde é levar o tema para os lugares onde os adolescentes estão, todos os dias, como a escola e as comunidades. O País, mais uma vez, tem desenvolvido políticas inovadoras, como o programa Saúde na Escola, criado em 2008. O programa combina ações de outras políticas, como a de Saúde da Família, para atividades de prevenção, promoção de saúde e atenção nas escolas em temas como alimentação saudável, prevenção ao abuso de álcool e drogas, direito sexual e repro-

duativo, prevenção das DST/aids, promoção do sexo seguro, saúde bucal, autocuidado e cultura da paz, além de avaliação clínica e psicossocial dos estudantes. São mais de 30 mil equipes do Saúde da Família, programa de promoção de atenção básica à saúde do Ministério da Saúde com os municípios, presente em 5.251 cidades brasileiras, que visitam (ou poderiam visitar) as escolas.

Em outras áreas específicas, a lógica da integração pauta programas, como o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, que combina ações de saúde, educação, assistência social e segurança com o objetivo de oferecer tratamento aos dependentes químicos, treinamento de equipes de saúde, pesquisas sobre o tema e combate ao tráfico.

Foto: Rafaela Feliciano



Diego Gomes de Moraes  
17 anos  
São Paulo - SP

## Diego Gomes de Moraes comentou



“ A saúde é tudo igual, não está bom. Pelo menos em Heliópolis, onde eu moro, é fraca. Agora, pelo menos, criaram um local só para adolescentes, o que é muito bom, mas demora-se para ser atendido, cerca de dois meses. Se você tem alguma coisa séria, você morre e ninguém sabe! Deveria melhorar mais. ”

Na prática, porém, no nível municipal, onde adolescentes buscam atendimento faltam até mesmo estruturas. Segundo levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>55</sup>, a principal estratégia para o acolhimento e tratamento das pessoas com transtornos mentais, em que estão incluídos os usuários de drogas, que são os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), possui uma cobertura de apenas 14,7% dos municípios brasileiros. Quando avaliados os municípios quanto à implantação de um programa de combate ao crack e outras drogas, apenas 8,4% confirmaram esse tipo de ação.

Outro aspecto relevante é que o comportamento dos adolescentes ante os mais diversos tipos de droga ainda não se traduz na

dimensão das políticas de saúde em relação a essas drogas, especialmente as lícitas. Se, de um lado, o álcool tende a ser pouco focado, o tabaco é alvo apenas de ações e campanhas que enfatizam os prejuízos que causa à saúde, sem a perspectiva da prevenção. Portanto, ainda falta avançar na adoção de uma política nacional de prevenção do consumo de drogas lícitas e ilícitas, com a atenção voltada para os adolescentes, evitando-se o tradicional tom alarmista e partindo para um enfoque no bem-estar, na saúde, na qualidade e no projeto de vida desses meninos e meninas.

O quadro a seguir resume algumas das principais políticas de saúde para os adolescentes, desenvolvidas atualmente no País.

## Políticas públicas, programas e ações de saúde para a adolescência

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens	Incorpora a atenção à saúde da população jovem à estrutura, aos mecanismos de gestão, às ações e rotinas do SUS e serve de parâmetro às ações, aos serviços e programas de saúde nas três esferas de governo.
Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde	Promove o crescimento e desenvolvimento saudáveis; a atenção integral à saúde sexual e saúde reprodutiva, a redução da morbimortalidade por causas externas.
Caderneta de Saúde do(a) Adolescente	Instrumento de orientação para os serviços de saúde. Serve como instrumento orientador do autocuidado para os/as adolescentes e pretende ser indutora de outras políticas e ações, em todos os níveis, para a saúde integral de adolescentes.
Programa Saúde na Escola (PSE)	Avalia as condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; busca promover a saúde e atividades de prevenção; promove ainda a Educação permanente e a capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens; acompanha e avalia a saúde dos estudantes.
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória, por intermédio da Portaria Interministerial nº 1.426 e da Portaria SAS/MS nº 647	Orienta a atenção em saúde voltada para adolescentes em conflito com a lei, dentro dos princípios do SUS (incluindo repasse de incentivo a Estados e municípios para ações de promoção da saúde).

Foto: Rafaela Feliciano



Aline Czezacki  
16 anos  
Ponta Grossa - PR

## Aline Czezacki comentou



“ Participo de projetos de prevenção da gravidez na adolescência e DST/aids há cinco anos. São conversas com as meninas da mesma faixa etária, chamamos Educação de Pares. Trabalhamos também nos postos de saúde, que distribuem camisinhas. Em relação à orientação sexual, acho que a cabeça das pessoas precisa mudar muito. O bom é que as pessoas agora têm liberdade de expressão e podem mostrar quem são. Acho que tem tudo para dar certo se as pessoas agirem com respeito. ”

# Direitos sexuais e reprodutivos no centro das atenções

Foto: Divulgação/ECOS

**A ONG Ecos - Comunicação em Sexualidade capacita profissionais de saúde e professores para trabalhar o tema**



Incorporar direitos humanos às políticas públicas é o principal desafio da Ecos – Comunicação em Sexualidade, ONG criada em 1989 em São Paulo. A ênfase é nos direitos sexuais e reprodutivos, e o público principal, adolescentes e jovens. “Queremos contribuir para que eles encontrem lugares de cuidado e interlocução”, afirma Téo Araújo, coordenador de projetos da organização.

A produção de materiais educativos, como guias e vídeos, para apoiar profissionais de saúde e professores, é uma das principais ações da Ecos desde sua fundação. No entanto, a organização também realiza projetos com atendimento direto. Um desses projetos é o Promovendo direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes em conflito com a lei, realizado em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

“A Secretaria quer mapear a situação das meninas que estão cumprindo medidas socioeducativas e as propostas de cuidado que têm sido feitas a elas”, comenta Téo. As experiências mais interessantes, relativas aos direitos sexuais e questões de gênero, serão analisadas pela equipe da Ecos.

Para Gisele Poncio Nascimento, 24 anos, poder ter participado de projetos da Ecos per-

mitiu abrir horizontes profissionais e, mais importante, pessoais. Ela integrou o primeiro projeto por curiosidade. “Eu já me identificava com a questão da sexualidade, tinha muita curiosidade e via que é muito difícil para o jovem falar sobre isso. Hoje vejo que tudo mudou: meu ponto de vista sobre relações de gênero e o papel da mulher na sociedade. Vi o quanto eu poderia fazer como jovem, mulher e moradora da periferia”, afirma.

Grafiteira, Gisele trabalha na coordenação de juventude de Santana do Parnaíba, desenvolvendo atividades com *hip-hop*. “Participei da Ecos durante quatro anos e aos poucos fui me soltando, até perceber que me dava bem falando, que tinha facilidade. Então comecei a participar de outros coletivos, grupos de mulheres, de *hiphop*, e conheci outro mundo, que é o do âmbito social”.

Para Téo Araújo, a atuação de ONGs como a Ecos, que visam influenciar políticas públicas, colaborou fundamentalmente para a evolução em vários aspectos dos direitos sexuais. “A questão do uso do preservativo é uma evolução inegável. Se compararmos com os anos 1980, veremos que as pessoas estão usando muito mais e isso é um resultado de todas as discussões sobre sexualidade que se abriram”, comenta. ■■

Para a garantia do direito à saúde dos adolescentes, vemos que o Brasil tem marcos legais com a perspectiva da integração entre a saúde e outras áreas, conta com um sistema único, que compreende a saúde como um direito universal, tem programas importantes na área da atenção básica, e tem desenhado ações de saúde para os adolescentes tanto nos espaços específicos da área, como em escolas, comunidades.

Na ponta, porém, os programas ainda carecem de ampliação – como é o caso do inovador Saúde na Escola –, de estruturas e capacitação de profissionais, – como é o caso dos

Adolescentos e outros espaços de referência de saúde para adolescentes. Ainda são necessários esforços de mobilização social que, como foi feito para a primeira infância na área da vacinação, por exemplo, levem informação e ação para cada adolescente, por meio de campanhas e estratégias de prevenção – em temas como educação nutricional, prevenção de acidentes e mortes violentas, uso de drogas, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Isso para que meninos e meninas saibam como se proteger e proteger o outro e possam viver a adolescência de forma segura e saudável.

## O DIREITO DOS ADOLESCENTES À PROTEÇÃO

Há uma visão de parte de um universo de adultos que considera que os adolescentes já passaram da fase de cuidados e que podem desenvolver-se sozinhos. Se, por um lado, essa visão pode contribuir para construir a autonomia dos adolescentes, por outro, por vezes resulta numa responsabilização excessiva, deixando meninos e meninas desprotegidos e sem uma referência de adultos responsáveis.

Quanto a isso o Estatuto da Criança e do Adolescente é bem claro e incisivo em assegurar tanto a crianças quanto a adolescentes o direito à proteção integral, e o direito à proteção especial diante de qualquer ameaça ou violação. O País possui, portanto, um princípio claro de proteção aos adolescentes como parte do Sistema de Garantia de Direitos. Esse sistema estabeleceu mecanismos específicos tanto de proteção integral como de proteção especial. Entre eles, estão, por exemplo, os Conselhos Tutelares, estratégias de apoio sociofamiliar, ações de prevenção da violência, de cuidados específicos para os ameaçados de morte e outros instrumentos que, por meio de leis, políticas públicas, programas, serviços e benefícios, asseguram a proteção integral dos adolescentes.

Também para garantir a proteção e o desenvolvimento integral de meninos e meninas, o País criou um modelo que prevê uma

forte parceria entre poder público e sociedade civil para elaborar, implementar e monitorar a execução de políticas voltadas para sua população infanto-juvenil. Concebido pela Constituição de 1988, esse modelo consolidou-se com toda a legislação que regulamenta seus artigos e reconhece os direitos individuais, políticos e sociais dos brasileiros, estabelecendo o papel do Estado para a efetivação desses direitos. A “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, contém as bases para o desenvolvimento e a implementação de políticas sociais geridas de maneira participativa e com responsabilidades compartilhadas entre o Estado, a sociedade, comunidades e famílias, e nos níveis federal, estadual e municipal de governos. No que diz respeito aos direitos de crianças e adolescentes, a Carta Magna representou um importante divisor de águas, pois passou a tratá-los como sujeitos de direitos e como prioridade absoluta.

Juntos, o Estatuto e a Constituição Federal fizeram o País avançar para muito além da perspectiva do assistencialismo, da doutrina da “situação irregular”, para a doutrina da proteção integral. O Sistema de Garantia de Direitos para meninos e meninas surgiu, portanto, a partir de uma visão de universalização e de níveis distintos e articulados de políticas. As ações são, em sua

maioria, focadas na família e nas comunidades e referenciadas no território onde vivem os adolescentes.

Outro avanço, mais recente, na perspectiva do desenvolvimento integral de meninos e meninas, foi a Política Nacional para a Infância e Adolescência, que possibilitou a construção de uma visão diferenciada para esse segmento populacional a partir de 2003. Com a Política, coube ao Conanda elaborar um Plano Decenal para a Infância e Adolescência, cuja versão preliminar foi apresentada à discussão pública no final do ano de 2010, com ações e metas para o período de 2011 a 2020.

A Política e o Plano Decenal são considerados pontos de inflexão na história da infância e adolescência no País. Isso porque buscam ao mesmo tempo integrar as várias políticas setoriais para crianças e adolescentes já existentes, que visam garantir a proteção integral; e representam também um avanço da experiência de elaboração de planos temáticos para as situações de proteção especial (erradicação do trabalho infantil, enfrentamento da violência sexual, sistema socioeducativo, e convivência familiar e comunitária). A construção de uma Política Nacional e de um Plano Decenal, voltados para todos e para cada um

dos meninos e meninas brasileiros, supera a formatação de planos de governo, de curta duração, para propor, no médio prazo, políticas de Estado.

Além disso, entre os avanços na elaboração do Plano, destaca-se, por exemplo, a incorporação das diretrizes e dos compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário no âmbito das Nações Unidas, notadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Protocolos Facultativos à Convenção, os Objetivos e Metas do Milênio e sua aplicação na vida de meninos e meninas no documento “Um mundo para as crianças”. Outra conquista é a ampliação do foco da “proteção especial” para uma política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, com a reiteração de seu caráter transversal.

Diante desse cenário, apresentamos a seguir uma reflexão sobre a relação entre os principais focos das políticas atuais de proteção especial para os adolescentes e a proteção integral. São eles: a proteção contra a exploração do trabalho e o direito à formação profissional, a prevenção e o enfrentamento de situações de violência, abuso e exploração sexual praticada contra meninos e meninas, a proteção dos adolescentes em conflito com a lei.

## **A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O DIREITO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Como vimos no capítulo anterior, as políticas de enfrentamento do trabalho infantil estão entre as que mais avançaram no País desde meados da década de 1990, quando começaram a ser implementadas as primeiras ações nessa área. Mas há anos registra-se uma tendência de arrefecimento do ritmo da redução do trabalho infantil.

A diminuição no ritmo da redução do trabalho infantil tem uma série de fatores. Um deles tem a ver com a natureza de alguns focos de exploração especialmente difíceis de se combater, como o trabalho doméstico, que, estima-se, envolve cerca

de 500 mil crianças e adolescentes, em sua maioria meninas.

No cenário atual, apesar do que especialistas têm chamado de “inércia” no combate ao trabalho infantil, torna-se factível o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador: eliminar, até 2015, todo trabalho infantil e de adolescente inadequado até 18 anos; e, até 2020, acabar com toda forma de trabalho infantil. A solução do problema depende, em grande parte, de uma decisão política de se investir mais na adolescência,

principalmente por meio de ações que promovam uma transição progressiva entre escola e trabalho na perspectiva da aprendizagem.

Em primeiro lugar, é preciso apoiar os municípios. No País, 66,5% dos 5.565 municípios (os responsáveis pelas políticas de Assistência Social) mantêm programas, ações e medidas de combate do trabalho infantil. A maior parte está nas regiões Norte (87,4%) e Nordeste (81,4%). No Sudeste, em contrapartida, menos da metade dos municípios mantém ações de enfrentamento do trabalho infantil. Também é crucial assegurar recursos para os programas de enfrentamento do trabalho infantil<sup>56</sup>. Nesse sentido, os órgãos de fiscalização como a Coordenadoria Central do Trabalho do Ministério Público e os Tribunais de Contas desempenham um papel central.

A transformação da escola em um espaço mais significativo do ponto de vista da aprendizagem e atrativo para o adolescente, favorecendo o sucesso escolar, em conjunto com o fortalecimento das ações de transferência de renda, como o Bolsa Família, são outras frentes de investimento no campo das políticas públicas. Por fortalecimento, entende-se o reforço das ações de controle das contrapartidas – por exemplo, uma das contrapartidas do Bolsa Família é a fre-

quência escolar – e o aumento dos valores pagos aos beneficiários.

Outra estratégia, focada na prevenção, é o projeto ProJovem Adolescente, criado em 2008 e que atende 423 mil meninos e meninas na faixa etária entre 15 e 17 anos em 3.561 municípios. São três os eixos de atuação: convivência social, mundo do trabalho e participação cidadã nas áreas de saúde, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, trabalho e direitos humanos. O objetivo é melhorar a formação geral do adolescente, evitando que, ao ingressar no mercado de trabalho, o façam de forma precária, em ocupações informais ou que não os permitem se qualificar e se desenvolver na profissão que escolherem.

Inovador, o ProJovem Adolescente apresenta uma série de desafios aos gestores públicos, entre eles, o de atrair para a iniciativa os adolescentes que até um passado recente estavam excluídos ou praticamente excluídos de quaisquer políticas sociais.

Para se avançar ainda mais nessa área, porém, é fundamental a construção de uma política multisetorial de proteção do adolescente trabalhador, garantindo o direito à profissionalização por meio de estratégias de formação e educação profissional que seja capaz de atender às demandas específicas dos adolescentes.

Foto: Rafeela Feliciano



Denise Fernandes  
14 anos  
Palmas - TO

## Denise Fernandes comentou



“

A falta de iluminação na cidade contribui para o uso de drogas e para a violência. A gente tem um lugar turístico aqui, a Praça dos Girassóis, e lá está sem iluminação completamente, tornando-se um local potencial para o consumo do crack. Há um shopping na frente, mas só piora a situação, porque os adolescentes saem de lá e vão comprar drogas.

”

## A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES DIANTE DA VIOLÊNCIA

Nos últimos anos, foram adotadas no Brasil diversas iniciativas visando à prevenção e ao combate da violência. Uma das principais ações foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007 pelo governo federal, com 94 ações envolvendo os governos federal, estaduais, municipais e a própria comunidade. Com a perspectiva central de envolver e fortalecer as comunidades, o programa combinou ações de repressão, ampliação do policiamento, bem como aquelas voltadas para a prevenção da violência, proteção e promoção de oportunidades para públicos especialmente vulneráveis – mulheres, negros, jovens e adolescentes.

No que diz respeito à adolescência, o Pronasci procurou promover a integração dos meninos e meninas e das famílias por meio de ações intersetoriais, envolvendo várias áreas do governo, como os ministérios da Educação, do Esporte, da Cultura e do Desenvolvimento Social, e programas já existentes. Assim, ofereceu capacitação a adolescentes não alcançados por outros programas sociais do governo, promoveu a articulação com redes locais de assistência e ofereceu bolsas de estudos e capacitação.

Outra ação é a adoção de projetos de urbanização de áreas de maior conflito e programas sociais e de saúde para atender aos jovens usuários de drogas. O fortalecimento de ações de capacitação policial como o Bolsa-Formação e a ampliação dos chamados Territórios de Paz e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, são exemplos de políticas públicas nessa área.

Mais uma ação importante é combater a impunidade de alguns tipos de violência que atingem de forma direta os adolescentes, como a violência praticada por policiais ou aquela ligada ao tráfico de drogas. Para isso, os governos, federal e estaduais, têm investi-

do mais fortemente em sistemas integrados de informação e de inteligência, usando recursos de alta tecnologia.

Os resultados dessas ações nacionais, estaduais e municipais têm aparecido. Dados do estudo Mapa da Violência 2011 mostram que nos últimos anos, houve queda dos índices de homicídios em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e na estagnação desses indicadores em Unidades da Federação como Espírito Santo e Pernambuco, onde são altos os índices de homicídios e onde os mais vulneráveis são adolescentes e jovens.

Uma estratégia relevante é a Campanha Nacional do Desarmamento, relançada pelo Ministério da Justiça em 2011 com o objetivo de ampliar o diálogo com a sociedade para sensibilizar sobre o perigo de ter armas e, dessa forma, mobilizar cidadãos a entregarem as suas. De acordo com o Ministério da Justiça, nos quatro primeiros meses da iniciativa (de maio a setembro de 2011), foram recolhidas 25 mil armas<sup>57</sup>. O número supera em mais de 20 vezes o total recebido, de janeiro a abril de 2011, pela Polícia Federal, órgão responsável por acolher as entregas voluntárias de armamentos fora dos períodos de mobilizações sociais.

As políticas de controle de armas são fundamentais na luta contra a violência. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)<sup>58</sup>, a probabilidade de que o homicídio seja cometido com armas de fogo é seis vezes superior à de todos os outros meios juntos. A circulação de armas no espaço urbano tem determinado um aumento da violência pelo uso indiscriminado desses instrumentos. Daí a importância das políticas de desarmamento, pois, na medida em que trabalham a mudança de comportamento e reforçam a ideia do risco de se portar uma arma, colaboram para minimizar os índices de letalidade na adolescência.

## Palavra de especialista

“É preciso perceber a vida desses adolescentes na sua totalidade. Acho que isso é um ponto que falta nas políticas, talvez por não trabalhar esses diferentes aspectos. Por exemplo, existe a política de saúde, mas aí no máximo ela vai estar um pouco mais envolvida com a de educação. Há uma política de criação de trabalho, mas ela não dialoga tanto com outras áreas. Eu acho que se houvesse um diálogo maior nesses diferentes campos ou um programa que integrasse mais iniciativas e se houvesse uma maior coesão dessas diversas ações, talvez funcionasse melhor. Deveria haver, não sei se um programa, mas essa percepção de que só o trabalho em rede, com esses diversos setores dialogando e agindo de forma mais coesa, poderia produzir um resultado positivo”. **Rodrigo Nascimento, psicólogo do Observatório das Favelas e integrante da equipe do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens.**

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), criado em 2003, é outra estratégia do governo federal para o enfrentamento do risco de mortes violentas entre adolescentes. O objetivo central do PPCAAM é preservar a vida das crianças e dos adolescentes ameaçados de morte com ênfase na proteção integral e na convivência familiar. Instituído oficialmente em 2007, sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, o PPCAAM atua em dois níveis. O primeiro, o atendimento direto aos adolescentes ameaçados e suas famílias, retirando-os do local da ameaça, inserindo em novos espaços de moradia e convivência, buscando a construção de novas oportunidades e apoiando garotos e suas famílias após o período de proteção. O programa provê acompanhamento escolar, inserção em projetos culturais e possibilidade de profissionalização, entre outros. O segundo nível tem foco na prevenção e no apoio a projetos com adolescentes em situação de vulnerabilidade. Participam o Poder Judiciário, conselhos tutelares e o Ministério Público.

Em julho de 2009, foi lançado o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL), uma parceria da Secretaria de Direitos Humanos com o Observatório de Favelas e o UNICEF. O PRVL mobiliza sociedade e poderes públicos para construir uma agenda de enfrentamento ao grave problema da

letalidade de adolescentes e jovens no Brasil. É desenvolvido em três eixos: articulação política – com ações de *advocacy* e de mobilização, no nível nacional e local; produção de indicadores – com a construção de mecanismos de monitoramento dos homicídios de adolescentes e jovens que possam subsidiar políticas de prevenção da violência letal; e desenvolvimento e análise de evolução do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA).

Acelerar a implementação das políticas públicas destinadas à proteção integral dos adolescentes é tarefa urgente para que meninos e meninas estejam a salvo da violência e da exploração. Vimos que as políticas públicas nessa área têm ganhado contornos mais amplos, perseguem a integração e a articulação de diferentes áreas.

Mas nesse campo da proteção, o principal desafio do País é torná-las mais ágeis, tanto na prevenção – por exemplo, da entrada dos adolescentes de forma precoce no trabalho ou do não ingresso de meninos e meninas em situações de risco, como o tráfico de drogas – quanto na ação efetiva da proteção, quando o direito desse adolescente já tiver sido violado – que eles encontrem apoio para deixar o trabalho infantil precário e precoce numa escola estimulante ou ainda que recebam proteção quando se envolverem com grupos que atuam em atividades ilícitas, reduzindo o risco de morte.

## Palavra de especialista

“Muitos estudos demonstram que nos territórios onde há superposição de carências, ou seja, onde a renda é baixa, falta saneamento, vaga em escola e as escolas são despreparadas, a vitimização violenta de jovens tende a ser maior. A invisibilidade da adolescência nas políticas públicas alimenta a perspectiva da repressão. Se falha a política pública, entra a polícia. Às vezes falha a escola, falha a saúde e a moradia, então entra em cena a polícia, o aparato repressivo. Dessa forma, aquilo que é um problema de política se transforma num problema de polícia”. **Karyna Sposato, advogada, especialista na área de violência, que foi diretora executiva do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud).**

Paralelamente, é crucial que as políticas públicas incorporem dimensões como gênero e raça/etnia, renda familiar, local de moradia e condições pessoais como ter deficiência. E ainda que as políticas tenham como um de seus pilares de ação o envolvimento das comunidades, que podem ser lócus privilegiados de proteção e apoio aos adolescentes.

Além disso, as ações de proteção aos adolescentes demandam estratégias de mobiliza-

ção social capazes de causar mudanças em alguns valores culturais equivocados, mas arraigados no País, como o de que o trabalho precoce educa ou ainda de que adolescentes podem ser perigosos e, portanto, seria normal que estivessem expostos ao risco de homicídio. Além das políticas públicas diretas, o País precisa ajudar a promover esforços para que a proteção integral dos adolescentes seja um valor inquestionável para a sociedade brasileira.

## A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES DIANTE DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

O Brasil possui há mais de dez anos um conjunto de políticas voltadas para o enfrentamento da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes. O marco dessa política foi assentado no ano 2000, quando o poder público e a sociedade civil se uniram em torno da construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Exploração e ao Abuso Sexual Infante-Juvenil. Do Plano, decorreram importantes conquistas como a instituição do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, instância que reúne organizações governamentais e não governamentais, e a criação da Comissão Intersetorial do governo federal sobre esse tema. Além disso, ao longo dos últimos anos, foram fortalecidas as redes estaduais e municipais de combate à exploração, e a população está cada vez mais mobilizada

para denunciar esses crimes.

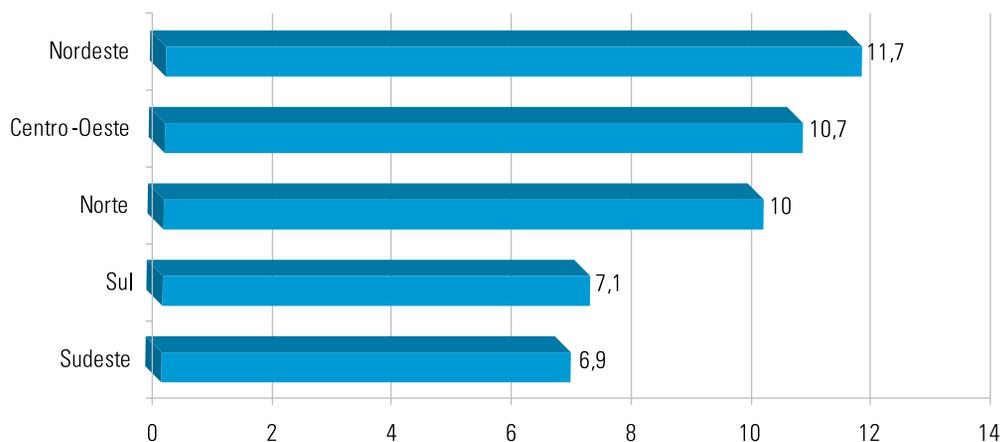
Em 2003, foi criado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma estratégia inter-setorial que tem o objetivo de integrar políticas, disseminar metodologias e produzir dados e informações em diversas áreas, especialmente relacionadas à etnia, ao gênero, ao atendimento a agressores, ao tráfico, à participação de crianças e adolescentes, à humanização do atendimento nos sistemas de segurança e justiça, à pornografia infante-juvenil na internet e à responsabilidade social. De 2003 a 2010, foram apoiados 32 projetos considerados inovadores.

A política funciona por meio da atuação em rede, buscando a integração das estratégias e ações de governo, organismos, agências internacionais, universidades e sociedade civil, o que se dá por meio da metodologia aplicada

no Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro (Pair), transferida aos municípios e cidades de fronteira. Em 2004, o governo federal divulgou a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexu-

al Infanto-Juvenil, um levantamento que mostrou que esse fenômeno estava presente em 937 municípios do País. Das cidades identificadas, 298 (31,8%) estão no Nordeste; 241 (25,7%) no Sudeste; 162 (17,3%) no Sul; 127 (13,6%) no Centro-Oeste; e 109 (11,6%) no Norte<sup>59</sup>.

### Denúncias – Número de denúncias recebidas no Disque 100 (por 100 mil habitantes), janeiro a julho de 2010, por macrorregiões



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque Denúncia Nacional, 2010

O Programa também é responsável pelo Disque Denúncia Nacional (Disque 100), que fez 2,5 milhões de atendimentos, oriundos de 88% dos municípios brasileiros, quase 134 mil denúncias recebidas e encaminhadas, desde 2003. As denúncias são encaminhadas para os conselhos tutelares e o Ministério Público nos Estados e, a partir daí, é possível se obter um perfil da violência e da exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Tomando-se como base o período de janeiro a julho de 2010, o maior número de denúncias em relação à população vem do Nordeste, com 11,71 denúncias por grupo de 100 mil habitantes, seguida do Centro-Oeste (10,75) e do Norte (10,09).

No que diz respeito às Unidades da Federação, o Rio Grande do Norte tem maior número de denúncias, proporcionalmente, (22,43 denúncias por corte de 100 mil habitantes), seguido do Distrito Federal (16,29) e Rondônia (11,55). Minas Gerais é o Estado com menor índice de denúncias por 100 mil habitantes, 4,99.

Em 2011, o governo apresentou novo mapa das denúncias de violência sexual no Brasil. Desta vez, foram identificados 2.798 municí-

pios brasileiros com existência de denúncias sobre exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. A Região Nordeste apresentou o maior número de cidades (34%), seguida pelo Sudeste (30%), Sul (18%), Centro-Oeste (10%) e Norte (8%).

O levantamento de 2011 também identificou alguns avanços nas políticas públicas de enfrentamento desse problema. Em 2004, o Programa Sentinela, de assistência psicossocial às vítimas de violência sexual, estava presente em 310 municípios. Atualmente, está em 1.462 cidades, tendo sido incorporado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). E o Pair, que começou a ser implantado em sete cidades, hoje está presente em 549 municípios.

No âmbito legislativo, também houve conquistas. Entre 2003 e 2004, o Congresso Nacional investigou as redes de exploração sexual de meninas e meninas. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) pediu, em seu relatório final, o indiciamento de mais de 200 pessoas e propôs mudanças legislativas e aprimoramento nas políticas públicas. Quatro dos cinco projetos apresentados pela comissão já

viraram leis e significaram importantes avanços no que se refere à punição dos envolvidos nessas redes. As principais alterações estão concentradas no Código Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Processo Penal. Uma das propostas mais importantes foi a que modificou o Código Penal, que é de 1940, alterando o conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. Dessa forma, o legislador trouxe para o Código uma visão mais moderna: a do direito a um desenvolvimento sexual saudável para todos os meninos e meninas, com proteção e sem violência.

Apesar dos avanços obtidos na última década, o enfrentamento do problema ainda esbarra em muitos obstáculos. Um deles é a falta de uma rede consistente de responsabilização. As instituições de responsabilização, tais como Defensoria Pública, Ministério Público, varas e delegacias especializadas em casos de violência sexual, ainda estão pouco presentes nos municípios brasileiros, com cobertura inferior a 20%, segundo a Matriz Intersetorial divulgada em 2011 pelo governo.

Para contribuir com o avanço das políticas, no marco de seus 10 anos de existência, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual está sendo revisado. A avaliação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual é de que muitas de suas ações consideradas prioritárias não foram implantadas e outras necessitam compor o rol de políticas de proteção dos direitos humanos e sexuais de crianças e adolescentes.

Entre as propostas de revisão e atualização do Plano, está, por exemplo, ampliar a política de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, criando um sistema especializado, exclusivo e integrado de apuração, defesa e responsabilização de crimes sexuais, articulado com os serviços de notificação de denúncias, as delegacias especializadas, as redes de atendimento psicossocial e de saúde.

Outra sugestão é que se amplie também a implementação dos equipamentos de atenção às crianças, adolescentes e famílias no contexto da Política Nacional de Assistência Social, por

meio do fortalecimento e ampliação dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), além de aprimorar as estratégias da política de saúde, oferecendo atendimento especializado às vítimas e aos agressores sexuais.

O fortalecimento do sistema de responsabilização por meio da implantação e da estruturação de delegacias especializadas na apuração de crimes contra crianças e adolescentes, com funcionamento 24 horas, de disponibilização dos serviços especializados de perícia judicial, além da criação de uma estrutura especializada no âmbito das Polícias Rodoviárias Federal e estaduais e da Polícia Federal, é mais uma medida proposta na revisão do Plano.

Assegurar que a responsabilização penal dos agressores sexuais seja aperfeiçoada e modernizada, com a criação de varas criminais especializadas em crimes cometidos contra crianças e adolescentes e incluir o combate à violência sexual nos contratos firmados pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de preparação para Copa do Mundo de 2014 e outras, são também propostas para melhorar as políticas públicas de enfrentamento desse fenômeno.

No que diz respeito às políticas públicas, é preciso avançar muito mais na elaboração e construção de estratégias que realmente sejam capazes de oferecer a esses meninos e meninas chances concretas de se desenvolver plenamente longe das redes de violência sexual. O que deve incluir, necessariamente, políticas inovadoras, que possam aliar iniciativas de transferência de renda com ações específicas, voltadas para o desenvolvimento das habilidades e competências desses adolescentes, adotadas levando em conta as demandas de cada localidade e questões como gênero, raça/etnia e condições pessoais.

Além, é claro, de ações capazes de não só promover a inclusão desses meninos e meninas na escola, mas também de viabilizar a sua permanência e de construir um caminho para que possam ingressar no mercado de trabalho de forma adequada e no tempo certo, sem violações de seus direitos.

## Uma virada na vida de Cristina

Foto: Divulgação/Projeto ViraVida

Ela deu a volta por cima. Após dois anos sem emprego e perspectivas, com problemas de toda ordem, Cristina Nascimento ingressou, no ano de 2008, no projeto ViraVida, em Natal (RN). Sua história tornou-se emblemática para os demais alunos do programa e um bom exemplo de como a determinação e a garra levam à superação das dificuldades e abrem caminho para um futuro melhor.

Cristina fez o curso de Cabeleireiro Profissional oferecido pelo ViraVida, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) do Rio Grande do Norte, e abriu o próprio negócio. O salão é na sua casa, e com o que ganha sustenta sua família. “Realizei um sonho, encontrei um caminho. Antes, minha vida não tinha significado, eu era uma pessoa sem rumo, sem destino. O projeto significou uma mudança de vida para mim. Agora posso viver dignamente, fazer as coisas sem medo de errar, pois tenho uma profissão que me garante a sobrevivência”, declarou a jovem, que tem uma filha de seis anos.

Cristina é um exemplo de como o projeto tem resgatado e transformado para melhor muitas vidas. O ViraVida é desenvolvido pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), com o apoio de todo o Sistema S. O objetivo é elevar a escolaridade de adolescentes e jovens em situação de abuso ou exploração sexual e oferecer-lhes formação para o trabalho para que conquistem sua autonomia. No total, mais de 500 alunos já foram inseridos no mercado profissional e outros 800 estão em processo de formação.

Os cursos são oferecidos em áreas da chamada economia criativa: moda, ima-



gem pessoal, turismo e hospitalidade, gastronomia, comunicação digital, além de administração e química. Mas aos jovens não é oferecido somente treinamento. As capacitações integram formação profissional, educação básica, atendimento médico, odontológico, atividades de lazer, cultura e noções de empreendedorismo, para que eles possam criar e gerir seus próprios negócios. Também oferecem aos alunos atendimento psicossocial, que os ajuda a resgatar, valorizar e fortalecer vínculos afetivos, principalmente com suas famílias.

Atualmente com 24 anos, Cristina desempenha com segurança o seu papel de empreendedora e já está investindo na ampliação e melhorias do negócio. “Hoje, me sinto uma cidadã que tem seus direitos garantidos, com convivência familiar e comunitária, acesso à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade de andar com a cabeça erguida, sem temer o que as pessoas vão falar de mim e de minha família”, diz, orgulhosa, Cristina. ■■

**Cristina Nascimento realizou o sonho de virar empreendedora**

## A PROTEÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

O Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei de 2009<sup>60</sup>, realizado pela Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, aponta que naquele ano havia 17,8 mil adolescentes cumprindo medida socioeducativa no Brasil. A grande maioria (16,2 mil) era do sexo masculino e, entre as medidas socioeducativas, prevalecia a internação, 11,9 mil.

De maneira geral, os estudos indicam que o adolescente em conflito com a lei já teve alguma experiência com uso de drogas, vem de famílias de baixa renda e teve dificuldade de acesso às políticas públicas essenciais, como a educação e a saúde. Ou seja: são meninos e meninas com uma história de exclusão social e negação de direitos.

O levantamento mostrou que 2009 foi marcado pela maior redução da taxa nacional de crescimento da internação de adolescentes. Registrou-se evolução de 0,4%, indicando uma diminuição significativa em comparação às taxas de 2007 (7,1%) e 2008 (2%). A redução da taxa de crescimento anual de internações é uma tendência identificada especialmente a partir de 2006, quando se instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

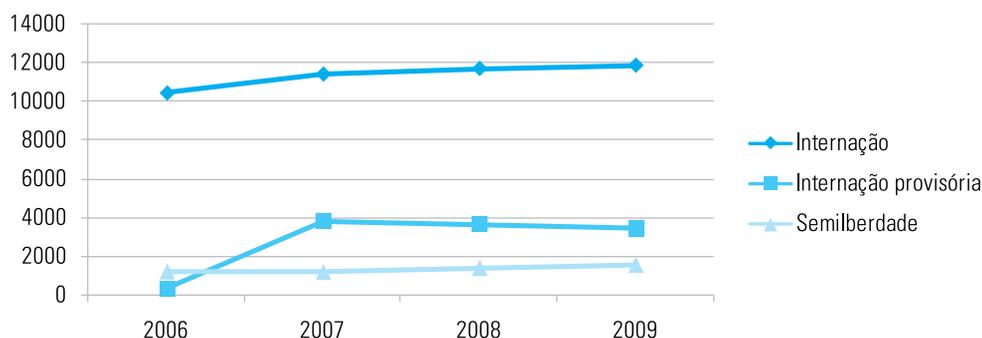
As dez Unidades da Federação com maior número de adolescentes cumprindo internação e internação provisória em 2009 eram: São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Distrito Federal.

Considerando as 27 Unidades da Federação, Alagoas, São Paulo e Tocantins são as localidades onde houve maior aumento das internações entre 2008 e 2009. Do lado oposto, estão Rondônia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Pará. Já o regime de semiliberdade avançou mais fortemente em Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco.

Desde 2007, houve um decréscimo da taxa de internação provisória de 3,5% entre os anos de 2007-2008 e de 6,5% entre os anos de 2008-2009. Em contrapartida, a taxa de semiliberdade aumentou 16,8% entre os anos de 2007-2008 e 10,5% no período de 2008-2009.

O predomínio do regime fechado indica que no Brasil ainda prevalece a cultura de institucionalização, sustentada em fundamentações extrajurídicas que, em geral, se contrapõem ao próprio ordenamento legal. Entretanto, os dados apontam que o regime de semiliberdade está conquistando espaço, enquanto o ritmo de crescimento das internações e internações provisórias está desacelerando. Ambos os fatos podem estar relacionados à implantação do Sinase.

### Socioeducativas – População de adolescentes internos, por regime



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Sinase

É fundamental que o País caminhe mais firmemente na direção do fortalecimento das medidas em meio aberto, tal como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, evita-se que os adolescentes sejam encaminhados para o encarceramento, onde acabam recebendo um tratamento parecido com o sistema prisional, gerando, muitas vezes, a reincidência no crime e fechando portas para que eles construam um novo projeto de vida.

Isso porque, apesar do que estabelece o Estatuto, a rotina das unidades de internação ainda é marcada por uma série de irregularidades e violações de direitos humanos. Com o objetivo central de modificar essa realidade e possibilitar a inclusão social do adolescente em conflito com a lei, foi criado o Sinase. O sistema inclui medidas em áreas como educação, saúde, segurança e assistência social, nas três esferas de governo. Cabe a cada uma delas desenvolver estratégias, programas e ações nos diversos setores capazes de colocar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas no centro das políticas de proteção e promoção social.

A criação do Sinase está relacionada com uma mudança fundamental na política de atendimento do adolescente em conflito com a lei, realizada em 2003. Até então, ela era uma ação do Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado ao Ministério da Justiça. Em 2003, passou para a gestão da Secretaria de Direitos Humanos e ganhou *status* de programa no Plano Plurianual 2004-2007, condição mantida no PPA 2008-2011.

Além da redução da taxa de internação e aumento do uso das medidas de semiliberdade, fazem parte desse novo modelo a desativação dos “complexos” para internação de adolescentes em São Paulo e o avanço na regionalização dos sistemas socioeducativos, como ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná.

Outros ganhos foram a garantia do direito ao voto do adolescente interno desde 2010 e a realização de levantamentos anuais sobre o atendimento de meninos e meninas em cumprimento

de medidas socioeducativas em meio fechado, permitindo monitoramento mais preciso.

Nesse contexto, o apoio técnico e financeiro prestado pelo governo federal aos Estados para a construção, reforma e equipagem das unidades de internação provisória, semi-liberdade e de internação delineia-se como uma linha de ação relevante, considerando que 92% das unidades existentes no Brasil não estão adequadas aos padrões arquitetônicos e de capacidade fixados pelo Sinase.

Outra frente foi o fortalecimento da descentralização e da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que resultou em repasses a programas em 20 Estados, além de repasses de recursos regulares para 872 municípios em 26 Unidades da Federação.

A partir de 2008, foram implantados centros de formação continuada a distância com o objetivo de transformar os parâmetros de atuação dos operadores, técnicos e educadores do sistema socioeducativo em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Dessa forma, pretende-se desestimular as práticas institucionais que seguem o modelo correccional-repressivo – infelizmente ainda vigentes no Brasil.

## **A rotina nas unidades de internação ainda é marcada por violações dos direitos dos adolescentes. Para mudar essa realidade, foi criado o Sinase**

Mesmo com todas as medidas tomadas pelos governos federal, estaduais e municipais no campo do atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de atos infracionais, essa é ainda uma área que apresenta gravíssimas violações de direitos humanos e demanda, portanto, uma profunda revisão de programas, abordagens, metodologias e estruturas de atendimento, à luz do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para avançar ainda mais na efetivação do direito de ser adolescente, é fundamental que o Brasil coloque em prática ações e políticas capazes de ir além da lógica da proteção especial. É preciso que o País adote políticas setoriais específicas e ao mesmo tempo uni-

versais que deem conta do desafio de proteger de forma integral todos os adolescentes brasileiros, caminhando na direção do fortalecimento e da consolidação do Sistema de Garantia de Direitos, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## O DIREITO DOS ADOLESCENTES AO ESPORTE, AO LAZER E À CULTURA

Brincar, jogar e praticar esportes de forma segura e inclusiva é um direito de cada criança e cada adolescente, garantido pelo artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança e por outros tratados internacionais, como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O esporte e o lazer passaram a ser reconhecidos como direitos do cidadão no Brasil pela Constituição de 1988. Em 1995, o País ganhou seu primeiro Ministério do Esporte. Foram feitos avanços nos marcos legais. Mas foi somente a partir de 2003 que o direito ao esporte e ao lazer começou a ganhar canais de formulação, financiamento e implementação de políticas públicas. De lá para cá, foram criados o Sistema Nacional de Esporte e a Política Nacional do Esporte e realizadas, entre 2004 e 2010, três conferências nacionais do Esporte, com a participação de representantes de governos e da socie-

dade civil. O principal resultado das mobilizações e debates foi o Plano Decenal do Esporte e Lazer, que contém dez eixos e dez metas para a próxima década e que deverá servir de base para a estruturação desse sistema. Entre as metas, está a universalização das duas principais estratégias voltadas para o esporte educativo e a prática recreativa de esportes: o programa Segundo Tempo e o programa Esporte e Lazer pela Cidade (Pelc).

Criado em 2003 com o objetivo de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, o programa Segundo Tempo oferece atividades esportivas e complementares (educacionais, culturais, ambientais, dentre outras) a crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. Os núcleos do Segundo Tempo podem funcionar no ambiente escolar ou em espaços públicos. O objetivo é colaborar para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, melhorar sua autoestima e a interação social por meio da prática esportiva.

Com a finalidade de integrar as políticas de esporte educativo e a educacional, foi firmada uma parceria do Ministério do Esporte com o da Educação (MEC), inserindo o Segundo Tempo no programa de Educação Integral, o Mais Educação, para qualificar a oferta de esporte nas instituições de ensino.

O Segundo Tempo tem avançado, em termos, na abrangência geográfica. Mas ainda está presente numa minoria de municípios: a taxa de atendimento chegou a somente

### Palavra de especialista

“Um tempo atrás não se tinha nada nessa área, mas ainda estamos longe de garantir o direito de todos, principalmente quando se pensa nas crianças e adolescentes em idade escolar, que são cerca de 46 milhões”

**Ana Moser, ex-atleta da seleção brasileira de voleibol e presidente da ONG Instituto Esporte Educação.**

27,2% dos municípios brasileiros no primeiro semestre de 2010 contra 11,2%, em 2003. Nas regiões metropolitanas, a cobertura é mais significativa: saltou de 44,1% em 2003 para 70% em 2009.

Outra iniciativa do Ministério do Esporte para a inclusão social e o desenvolvimento humano com foco no esporte recreativo é o programa Esporte e Lazer na Cidade (Pelc), também criado em 2003. Até 2010, a iniciativa foi desenvolvida em 1,2 mil municípios, com atendimento a dez milhões de cidadãos de todas as faixas etárias. O Pelc possui duas frentes de atuação: os núcleos de atendimento e o desenvolvimento de estudos e pesquisas com o objetivo de fortalecer a produção de conhecimento na área, a partir da Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Cedes), que reúne 99 instituições de ensino superior em todo o País.

Um terceiro projeto, Praças da Juventude, tem como proposta ampliar o acesso de comunidades urbanas a equipamentos públicos de esporte. Entre 2008 e 2010, o Ministério do Esporte fez convênios para a construção de 192 praças, metade delas no Nordeste. Até julho de 2010, somente 45

(ou 23,8% do total) das praças haviam recebido recursos para sua construção ou reforma empenhados no orçamento federal.

Mesmo nas escolas, a infraestrutura para a prática de esportes por parte dos adolescentes é escassa e precária. Dados do Censo Escolar de 2010, realizado pelo Ministério da Educação, mostram que somente 55,7% das escolas brasileiras que oferecem os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) têm quadras esportivas. No ensino médio, as quadras estavam presentes em 75,7% das escolas e eram disponíveis para 79,9% dos alunos<sup>61</sup>.

Além disso, a existência de espaços disponíveis para a prática esportiva não significa que eles sejam efetivamente usados. Em várias partes do País, há quadras e outros espaços destinados à prática de esportes abandonados. Apesar dos investimentos dos programas do Ministério do Esporte em qualificação de pessoal e em produção de conhecimento na área, a educação esportiva e, no caso das escolas, a educação física são relegadas a segundo plano. Segundo dados do MEC, em 2009, o percentual de escolas da educação básica que ofereciam a disciplina educação física era de 59,7%.

Foto: Rafaela Feliciano



Sabrina Plácido dos Santos  
18 anos  
Rio de Janeiro - RJ

## Sabrina Plácido dos Santos

comentou

//

Os grandes eventos esportivos vão gerar muitas vagas de emprego em muitas áreas e muito conhecimento, especialmente para quem gosta de esportes e quer seguir essa carreira. Acho que o governo está precisando capacitar os jovens para os jogos que estão vindo e nas profissões que vão abrir mais vagas de emprego.

//



## ESPORTE SEGURO E INCLUSIVO

O Brasil foi o terceiro colocado em número de medalhas conquistadas nos Jogos Pan-Americanos, realizados em Guadalajara, no México, em 2011, com 48 medalhas de ouro, 35 de prata e 58 de bronze. Além disso, o País foi escolhido sede de dois dos maiores eventos esportivos do mundo: em 2014, será o anfitrião da Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Essas conquistas, porém, ainda não produziram reflexos num cenário onde a falta de in-

fraestrutura para a prática esportiva se soma à escassez de políticas capazes de efetivamente democratizar o acesso da população e, em especial, dos adolescentes, ao esporte.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas sobre os Municípios de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que apenas 42,8% dos municípios no País possuíam políticas de lazer para crianças e adolescentes, uma clara violação de direitos.

Foto: Rafaela Feliciano



Rodrigo Alcino B. do Nascimento  
13 anos  
Cuiabá - MT

### Rodrigo Alcino Bueno comentou



“ Muitas crianças e adolescentes querem fazer esportes, mas faltam oportunidades e centros esportivos, mais lugares para praticar. Quando existem espaços e chances, os jovens aproveitam. ”

O direito ao esporte foi tema de debate no Encontro de Adolescentes pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo, promovido pelo UNICEF e parceiros, no Rio de Janeiro, em abril de 2011, que reuniu 202 adolescentes de todo o País. Como resultado do encontro, os participantes formularam um documento intitulado “Esporte não é para Alguns. É para Todos”, entregue ao Ministro do Esporte.

Contemplando os desafios e as oportunidades criadas pelos megaeventos que o Brasil sediará nos próximos anos, os adolescentes propõem 25 ações a fim de que 2014 (ano em que será realizada a Copa

do Mundo) e 2016 (ano das Olimpíadas e Paraolimpíadas) marquem o início de uma “nova era de respeito ao direito ao esporte para todos e para todas” (*leia trechos do documento na página 141*).

Entre as propostas, estão a criação de programas que articulem as iniciativas nos três níveis de governo com empresas e ações comunitárias e a concessão de incentivos para que as empresas invistam na formação e no treinamento de atletas e na prática de esportes, principalmente para as pessoas com deficiência. Os adolescentes também reivindicam a abertura das escolas

nos finais de semana, para que elas se tornem “promotoras do esporte”.

Hoje, o foco das políticas públicas e o olhar da sociedade ainda estão no esporte de alto rendimento, e não no esporte como manifestação educacional e um direito de todos. Uma evidência disso é o balanço da Lei de Incentivo ao Esporte – que prevê a utilização de recursos oriundos da dedução da tributação que incide sobre o lucro real de empresas (1%) e pessoas físicas (6%). Ao longo de três anos de vigência, foram autorizados quase R\$ 1,4 bilhão, distribuídos em 26 Unidades da Federação, benefi-

ciando 2,5 milhões de pessoas. No entanto, 73,5% dos recursos foram para o esporte de alto rendimento, contra 14,6% para manifestações educacionais.

Portanto, para que essa expectativa positiva dos adolescentes em relação aos megaeventos realmente se concretize, é preciso que o Brasil aproveite os anos de preparação para ampliar a oferta de programas, projetos e atividades de lazer e esportes nas comunidades e nas cidades brasileiras, que promovam uma vida mais saudável para adolescentes, seus pais e para toda a sociedade.

## Vitórias para a vida toda



Foto: Arquivo Pessoal

**Para Mariana Ribeiro, de 17 anos, o esporte é sinônimo de recompensa**

O esporte foi o passaporte para várias conquistas feitas por Mariana Ribeiro, de 17 anos, moradora do Distrito Federal. Competidora da modalidade salto em altura, a adolescente alcançou conquistas que vão além de medalhas e troféus, como ingressar na universidade e visitar várias cidades e países.

A mãe de Mariana, Regina Ribeiro de Sena, diz que graças ao talento no esporte a filha entrou na faculdade. A Universidade Católica de Brasília (UCB) concede bolsa de estudo (80% de desconto na mensalidade) para a jovem que cursa graduação em Educação Física. “Essa bolsa de estudos está nos aju-

dando muito. Foi graças ao esforço nos treinamentos que a Mariana entrou na faculdade assim que terminou o ensino médio. Fico feliz por ela ter essa oportunidade, muitos da idade dela têm que trabalhar e não podem continuar os estudos”, diz a mãe cheia de orgulho.

O sonho de Mariana é continuar atuando no esporte de alto rendimento, seja competindo, seja treinando meninos e meninas como ela. A escolha do curso de graduação tem a ver com a meta. “Eu quero me especializar para treinar atletas ou para coordenar um projeto na área esportiva”, planeja Mariana. Para ela, o esporte é sinônimo de

recompensa. “O esporte nos faz sentir bem, aumenta a autoestima e faz a pessoa criar metas para sua vida. Além disso, é maravilhosa a sensação de ganhar uma medalha depois de ter treinado muito. Muitas pessoas acham que as vitórias são sorte, mas são resultado de muito treinamento e ralação”.

Mariana Ribeiro começou a treinar aos 11 anos em São Sebastião, cidade do Distrito Federal. “Treínávamos no cascalho. Era difícil, mas eu fiquei!” Nessa época, treinava corrida e se destacou em corrida de obstáculo. Descobriu o talento para salto em altura por acaso, dois anos depois de começar a fazer esporte, quando o professor conseguiu comprar material para treinar a meninada nessa modalidade.

“Foi nessa época que o treinador viu que meu negócio mesmo era salto em altura. Aos 14 anos, ganhei as Olimpíadas Escolares de Brasília. Minha prova foi salto em altura na categoria 12 a 14 anos. Como ganhei essa competição, eu fui para o Campeonato Brasileiro e conquistei medalha de bronze na minha modalidade. Com essa vitória, fiquei mais empolgada com os treinamentos”, conta Mariana.

A partir daí, a atleta passou a se destacar na modalidade. Em 2010, ganhou medalhas de

ouro no Campeonato Brasileiro para Menores e de prata no Campeonato Sul-americano de Atletismo, no Chile. Teve a melhor marca (1m72cm) no ranking feminino de até 18 anos da Confederação Brasileira de Atletismo.

Só aos 16 anos, foi treinar num espaço mais adequado. O Centro Interescolar de Educação Física (Cief), localizado em Brasília, cedeu seu espaço para a atleta fazer o treinamento. Nesse período, Mariana melhorou sua marca e participou de vários campeonatos na categoria 15 a 17 anos, como o Sub-20 e o Brasileiro Juvenil.

Hoje, a adolescente recebe R\$ 300,00 do Bolsa Atleta, programa do Ministério do Esporte. Mas nem sempre foi assim. O benefício só é concedido se o atleta consegue medalhas em grandes campeonatos. O pagamento é feito durante todo o ano posterior à vitória. Com isso, durante esses seis anos de dedicação ao esporte, a esportista só recebeu ajuda direta por dois anos. Em 2012, por exemplo, Mariana não contará com o Bolsa Atleta, porque lesionou o joelho em 2011 e passou por uma cirurgia. Terá que contar com o apoio dos pais, que não têm a renda muito alta: a mãe é empregada doméstica e o pai, motorista de ônibus. ■■

Foto: Rafaela Feliciano



Carlos Eduardo da Silva  
15 anos  
Cabo de Santo Agostinho - PE

## Carlos Eduardo da Silva comentou



//

No meu município, há pouco interesse no esporte. Até houve investimento para que os jovens pudessem praticar esporte, a gente pode optar por futsal, futebol. Havia natação e vôlei também, mas muita gente já saiu. As pessoas se interessam mais por futebol, e só há no sábado. São vários municípios na região e cada um tem quadra, menos o meu. Quem quer outra opção de esporte fica desamparado.

//

# Esporte, bem-estar e cidadania: lições aprendidas por adolescentes de todo o País

A prática do esporte pode contribuir para o desenvolvimento saudável de adolescentes e também para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade melhor e mais justa. No entanto, para que isso se torne realidade, é fundamental haver estrutura, profissionais preparados e metodologia capazes de transformar o esporte numa estratégia educacional e de formação do indivíduo. Essa é a missão do Instituto Esporte & Educação (IEE), presidido pela ex-jogadora de vôlei Ana Moser.

“O esporte pode ensinar sobre bem-estar, sobre a manutenção da saúde, e pode também educar as pessoas para uma vida mais plena e saudável. Por meio do esporte educacional, é possível ainda fomentar a participação nas decisões, a construção coletiva e a consciência da cidadania”, afirma Ana Moser.

Alexandre Arena, coordenador pedagógico do IEE, lembra que a contribuição positiva do esporte na vida das pessoas depende de como a intervenção é feita. “Para potencializar o valor educacional do esporte, a ação do professor é imprescindível. Se o adolescente tiver a oportunidade de participar de atividades esportivas e for envolvido num processo de formação por professores conhecedores de uma metodologia eficaz de ensino do esporte educacional, isso representará uma excelente oportunidade para se educar e mobilizar a adolescência”, acredita Arena. “O esporte tem uma magia de reunir as pessoas, então o professor deve ser capaz de aproveitar essa magia e desenvolver estratégias de forma que meninos e meninas vivam, convivam, joguem melhor e aprendam a gostar de esporte”, diz.

O Instituto Esporte & Educação foi criado em 2001 justamente com a tarefa de transformar a vida de crianças e adolescentes por meio de atividades esportivas. O IEE defende o esporte educacional como prioritário, como meio para garantir o que está dito no artigo 217 da Constituição Federal: todo brasileiro tem direito ao esporte. Esse artigo foi regulamentado pela Lei Pelé, que diz que os recursos públicos devem ser destinados prioritariamente para o esporte educacional.

“Não fazemos nada mais do que lutar para que se cumpra a lei. Se a legislação for cumprida e os recursos forem aplicados no esporte educacional, teremos essa atividade como direito assegurado a todo brasileiro e a toda brasileira”, argumenta Alexandre Arena. “Se dermos oportunidades para todas as crianças e adolescentes, os talentosos e habilidosos terão seu direito também garantido, pois surgirão como consequência dessa ação. O inverso não é verdadeiro. Se nós oferecermos esporte com metodologia voltada só para os talentosos, a maioria da população jamais vai ser atendida”, sublinha Arena.

Entre suas ações, o IEE oferece atividades esportivas e socioeducativas para crianças e adolescentes, além de formar professores e estagiários numa metodologia de esporte educacional. Para isso, implantou e coordena uma série de núcleos, em parceria com diversas entidades – escolas, associações comunitárias, prefeituras, Sesi e Sesc. Esses espaços estão inseridos em regiões e comunidades que apresentam baixo nível socioeconômico e alto índice de vulnerabilidade e falta de estrutura.

“Nesses locais, a gente faz o atendimento a crianças, jovens e adultos em atividades

Foto: IEE/Adriana Saldanha



esportivas. Nossos alunos têm, no mínimo, duas atividades, de uma a uma hora e meia, por semana. Atendemos mensalmente 14 mil alunos em 48 espaços, localizados no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, e contamos com mais de 100 professores e estagiários trabalhando nesses lugares”, esclarece Ana Moser.

Durante as aulas, os professores trabalham o esporte aliado a outras áreas, como saúde, cultura, integração comunitária e protagonismo. Além das aulas regulares, há uma série de eventos e integração entre os núcleos a fim de fortalecer as comunidades.

Os professores e estagiários dos núcleos recebem formação pedagógica para ensinar o esporte educacional, o que impacta diretamente na qualificação da educação física escolar. Aprendem a fazer a gestão de espaços esportivos e da rede de núcleos.

O IEE também capacita profissionais por todo o País por meio de formações de tem-

po variável, inclusive pós-graduação. Ao todo, já formou mais de 20 mil professores.

“A nossa formação está voltada para o desenvolvimento do esporte educacional. É preparar as pessoas para trabalhar as questões pedagógicas, o planejamento e a intencionalidade do ensino do esporte para conseguir elaborar atividades nas quais todos possam praticar. Ensinaamos o esporte para todos”, reforça a presidente do IEE.

Outra frente de atuação do IEE é o projeto Caravana do Esporte, uma aliança com a ESPN e o UNICEF, por meio do qual disseminam um esporte possível e necessário para o desenvolvimento de municípios do Semiárido, Região Amazônica, comunidades indígenas e quilombolas. Além disso, o IEE faz um trabalho de *advocacy* em favor da atividade esportiva para todos, contribuindo para a construção de políticas públicas que garantam os direitos constitucionais à educação, ao esporte e ao lazer. ■■

## Ana Moser em ação com a garotada: luta pelo direito ao esporte para todos





Gustavo Henrique S. Dantas  
17 anos  
Rio de Janeiro - RJ

## Gustavo Henrique Soares Dantas

comentou



Eu acho que o esporte, assim como a cultura, tem que ser implantado na vida de qualquer pessoa. Até existem quadras nas escolas, mas não há incentivo para a prática de esportes. De que adianta ter uma quadra se, no máximo, eles te dão uma bola? Não há campeonato valendo ponto, com algum prêmio para incentivar de verdade os alunos. Além disso, as quadras ficam fechadas durante o final de semana.



## O DIREITO DOS ADOLESCENTES À CULTURA

No campo do direito dos adolescentes à cultura, a principal política pública implementada nos últimos anos foram os Pontos de Cultura. A iniciativa é coordenada pelo Ministério da Cultura, em parceria com governos municipais, organizações da sociedade civil e comunidades. Inovador porque superou as dificuldades de se construir novas instalações e mantê-las, o grande salto do programa é aproveitar locais onde já aconteciam manifestações culturais, das mais diferentes naturezas.

São reconhecidos como Pontos de Cultura casas, associações de bairro, sedes de ONGs, igrejas e templos. O Ministério da Cultura apoia com recursos, que podem ser usados na adequação do espaço físico, na compra de equipamentos ou, como na maioria dos Pontos, na realização de cursos, oficinas culturais e produção contínua de linguagens artísticas: música, dan-

ça, teatro, cinema, capoeira. Quem decide é a comunidade responsável pelo Ponto de Cultura.

Hoje, existem 2,5 mil pontos de cultura em mais de 1,1 mil cidades brasileiras, pequenas, médias e grandes. Por seu caráter descentralizado e desburocratizado, muitos dos Pontos de Cultura são coordenados por adolescentes ou contam com sua participação e promovem as mais diferentes formas de manifestação cultural, sempre conectadas com a diversidade cultural das comunidades e das regiões do País.

Além dos Pontos de Cultura, o Ministério busca avançar na definição de uma política cultural voltada para crianças e adolescentes. Em julho de 2011, no Rio de Janeiro, especialistas, gestores e adolescentes reuniram-se para o I Encontro Nacional Cultura e Infância. O objetivo é incluir a cultura no dia a dia das crianças, como uma prioridade.

## Palavra de especialista

“O pleno desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes impõe uma responsabilidade enorme para os gestores públicos e a sociedade brasileira, e a dimensão criativa da vida, onde a arte e a cultura vivem e florescem, contribui decisivamente para que essa formação contemple o lado crítico, sensível e imaginativo de nossos meninos e meninas”. **Marta Porto, ex-secretária de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura, na abertura do I Encontro Nacional Cultura e Infância, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 2011.**

## No Maranhão, projeto incentiva adolescentes a se aventurar pelo mundo das artes e do esporte

Na região da Baixada Maranhense, adolescentes participam de grupos de teatro, dança e música



Foto: Divulgação/Instituto Formação

Na região da Baixada Maranhense, que tem o menor IDH do Maranhão, as desigualdades sociais existentes não ofuscam o talento dos adolescentes e jovens. Os meninos e meninas que integram a Rede de Jovens Comunicadores da Baixada Maranhense têm a veia artística aguçada e são criadores de vídeos e animações premiadas. Essa garotada já foi premiada três vezes no Festival Guarnicê de Cinema, promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão desde 1977.

A produção de vídeos começou em 2003 depois que os adolescentes participaram de oficinas do Programa de Formação em Co-

municação Educativa, iniciativa que capacitou a garotada em diferentes linguagens de comunicação: rádio, impresso e audiovisual, além de informática. O programa até hoje é um dos projetos do Instituto Formação – Centro de Apoio à Educação Básica, que realiza ações de formação e participação de crianças, adolescentes e jovens a fim de contribuir com o desenvolvimento local.

“Se o jovem tem acesso ao conhecimento consistente e contínuo, ele se desenvolve e vai muito longe. Do final de 2010 para cá, a Rede de Comunicadores produziu mais de 110 animações com temas locais. É uma coisa incrível! A gente realizou o Festival Ma-

ranhense de Animação, e durante o evento houve uma mostra com mais ou menos 50 animações produzidas por esses jovens. Estamos com mais 60 animações produzidas em oficinas posteriores ao próprio festival”, comemora Regina Cabral, diretora do Formação.

A produção de vídeos deu tão certo que o Instituto criou a Incubadora de Artes, Mídia e Tecnologia. Os objetivos da iniciativa vão além da produção de produtos de comunicação educativa. Na verdade, a organização está apoiando o desenvolvimento de projetos de inclusão digital, polos digitais e de tecnologias e a constituição de grupos e companhias de teatro, dança e música.

“A nossa missão é melhorar a realidade social, política e econômica de crianças, adolescentes e jovens aqui no nosso Estado, construindo relações com ética e solidariedade com a sociedade civil e o poder público”, explica a diretora do Formação. Até agora a entidade já atendeu cerca de 25 mil pessoas, sendo aproximadamente 15 mil crianças e adolescentes e 10 mil jovens.

A organização ajuda a articular e manter, em cidades da região da Baixada Maranhense, fóruns da juventude: espaços de discussão dos direitos das crianças e adolescentes e de formação desses jovens para a participação cidadã utilizando-se de conteúdos e ferramentas de informática, teatro e dança, esporte e lazer, comunicação e empreendedorismo. Depois que passam pelos fóruns, os adolescentes e jovens ganham mais visibilidade social, contribuem para o desenvolvimento local e conquistam novas possibilidades de acessar o mercado de trabalho. “Para ampliar o trabalho de educação física realizado por professores habilitados dessa área, ainda em número muito reduzido nessa região, em alguns municípios da Baixada, as secretarias buscaram jovens nos fóruns da juventude, que estão como monitores ou mediadores de práticas de esportes e lazer em educação física e esporte e lazer”, conta Regina.

Na área do esporte e lazer, o Instituto Formação realiza os projetos Futebol de Rua em Rede e Núcleos de Lazer, na Baixada Maranhense, pelo qual difunde o esporte educativo. A iniciativa promove, desde 2005, a prática esportiva coletiva como fonte de diversão e saúde, além de desenvolver entre crianças e jovens a perspectiva de transformação social e de compromisso com a cidadania ativa, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária.

“Os meninos e meninas participam das competições sem nenhuma preocupação com o desempenho, apenas com a ideia do lazer. Adolescentes e jovens são mediadores nessa prática, substituindo o tradicional papel dos árbitros. Nos jogos, são trabalhados três pontos do esporte educativo: primeiro, eles combinam as regras; segundo, eles jogam – e aí participam altos, gordos, magros, todos os meninos e meninas juntos –; e por último, avaliam a prática educativa e verificam se os participantes do jogo foram solidários e compartilharam o jogo entre todos ou se ainda precisam rever algumas posturas e práticas”, conta Regina Cabral.

Em 2010, por meio do Projeto Adolescentes Mobilizados Pró-Selo, esse trabalho com esportes visando à cidadania e à emancipação dos adolescentes e jovens foi ampliado para outras modalidades e estendida a sua oferta para as 154 cidades maranhenses da área amazônica e semiárida que estão envolvidas na busca do Selo UNICEF Município Aprovado, mediante melhoria de indicadores de qualidade de vida e de participação social para a infância e adolescência.

Em 2011, o Instituto Formação espera reproduzir a metodologia do Futebol de Rua em 100 dessas cidades maranhenses. Os mediadores são formados em diversos espaços, entre eles, os fóruns da juventude, e também por meio do Programa de Formação de Adolescentes Mobilizados Pró-Selo. Esses adolescentes e jovens têm difundindo a metodologia em escolas urbanas e rurais como parte desse programa de

formação e das estratégias de mobilização dos adolescentes para conquista do Selo.

A iniciativa fortalece a participação dos adolescentes em processos democráticos e de exercício da cidadania e ainda avalia as ações desenvolvidas pelos municípios que pleiteiam o Selo UNICEF. Para fazer essa fiscalização, os adolescentes e jovens passaram a integrar as Comissões Pró-Selo UNICEF Município Aprovado.

Com isso, espera-se contribuir com a promoção de políticas municipais que garantam qualidade nas áreas de educação, saúde, proteção às crianças e aos adolescentes, saneamento e meio-ambiente saudável, condições

concretas de reconhecimento dos direitos sociais e para que os municípios alcancem o Selo UNICEF de Município Aprovado.

“Dos 154 municípios, conseguimos em 2010 que 64 concretizassem as ações com uma rede muito grande de adolescentes mobilizados e em 2011 ainda estamos alcançando um número maior. Esses adolescentes tiveram formação em comunicação e criaram uma rede de blogs alimentados sistematicamente e onde disseminam aquilo que tem sido feito, pelos prefeitos e secretários, para melhorar os indicadores de condições de vida para as crianças e adolescentes”, destaca a educadora. Hoje estão no ar, funcionando, 54 blogs. ■■

## CONSOLIDAR CONQUISTAS, SUPERAR DESAFIOS

Para promover o desenvolvimento integral de todos os meninos e meninas brasileiros com idades entre 12 e 17 anos, é preciso consolidar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, a articulação e integração de instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para a promoção, defesa e efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Como vimos ao longo deste capítulo, são inegáveis as conquistas obtidas nos últimos anos nas políticas públicas voltadas para os adolescentes, no marco do Sistema de Garantia de Direitos, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Políticas públicas ganham desenhos inovadores e buscam a integração entre diferentes áreas, e ampliam-se a preocupação e o compromisso com o monitoramento e a avaliação da situação dos adolescentes em áreas como a educação, o combate à exploração sexual, o enfrentamento da violência. A saúde tem procurado dialogar com o esporte, que interage com a educação, que por sua vez, busca interlocução com as políticas de assistência e com as medidas socioeducativas. Algumas dessas políticas mostram o caminho sobre como se avançar olhando para todos e para cada adolescente brasileiro de uma maneira integral.

Porém, as políticas mais inovadoras, com

desenhos mais próximos do “rosto de adolescentes”, são feitas quase como iniciativas-piloto, os adolescentes mais vulneráveis não conseguem acessar as políticas mais básicas, os recursos não chegam aos municípios, programas são descontinuados ou perdem ritmo depois de conquistas importantes. Nesse cenário, colocam-se em risco os avanços realizados para as crianças, nos dez primeiros anos de vida, com ações universais como a vacinação e o acesso ao ensino fundamental, e não se avança nas políticas para adolescentes.

Isso quer dizer que, apesar do muito que se fez no País nos últimos anos em direção à universalização das políticas públicas na área da infância, a agenda segue inacabada. É preciso voltar a atenção também para os adolescentes, colocando em prática políticas públicas capazes de garantir direitos, promovendo a superação das vulnerabilidades e ajudando a romper a lógica de desigualdades que ainda determinam as oportunidades e marcam o dia a dia de milhares de meninos e meninas em todo o Brasil. Tudo isso, porém, não pode ser feito sem uma parceria com os próprios adolescentes, que devem ser ouvidos e participar dos processos de elaboração, discussão, implementação e monitoramento dessas políticas públicas.



00

MAIL

ASS

OS



# PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: UM DIREITO DOS ADOLESCENTES

A participação é um direito, positivado no Estatuto da Criança e do Adolescente. É também parte integrante do conceito de cidadania, que se expande para além dos direitos individuais e ganha uma dimensão coletiva. Participação e cidadania são conceitos que se sobrepõem no Brasil. Iniciativas, projetos e programas tomam a participação como um direito, como uma oportunidade para o desenvolvimento e para a superação de vulnerabilidades. Por meio da participação, os adolescentes buscam espaços para ter voz ativa na sociedade e fazer valer seu direito de ser adolescente.

**C**idadania. Enquanto em alguns países do Norte essa palavra refere-se, principalmente, aos direitos individuais da pessoa, como o direito a uma nacionalidade, por exemplo, no Brasil, assim como nas democracias da América Latina, esse conceito vai muito além inclusive dos direitos civis e políticos. Contempla os direitos de uma coletividade de cidadãos. Esse aspecto mais político do conceito de cidadania foi construído por movimentos sociais da década de 1980 e 1990, envolvendo diferentes organizações da sociedade civil envolvidas na luta pela democratização. Desde então, cidadania tem representado uma bandeira de vários movimentos pela garantia de direitos, pela promoção da democracia e da justiça social.

A agenda de luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes surgiu também nesse momento e participaram da sua construção representantes de vários setores sociais, inclusive os próprios meninos e meninas. Por isso, participação e cidadania são conceitos que se sobrepõem. Participação é então um elemento central da cidadania. Não existe cidadania sem participação e o principal objetivo da participação é a construção da cidadania.

Por definição, participação significa tomar parte de e não simplesmente ser parte de alguma coisa, implica oportunidades e capacidade de influenciar o processo de decisão e a tomada de ação. Diz respeito a processos de tomada de consciência sobre sua situação, seus direitos, suas necessidades, desejos e expectativas e à situação, aos direitos, aos desejos do outro.

No Brasil, tais conceitos de participação e cidadania de crianças e adolescentes, embora relativamente recentes, permitiram vitórias emblemáticas à sociedade brasileira. No final da década de 1980, a mobilização de meninos e meninas em situação de rua ajudou a adensar o movimento social pela restauração de democracia no Brasil e fez aprovar o ar-

tigo 227 da Constituição, que estabelece os direitos de meninas e meninos e é a base do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 1992, adolescentes e jovens ganharam as ruas, liderando o processo que culminou no impeachment do presidente Collor.

## **A mobilização de meninos e meninas em situação de rua ajudou a adensar o movimento social pela restauração de democracia no Brasil**

A Constituição Federal permitiu ainda aos adolescentes de 16 e 17 anos o direito ao voto facultativo. Ao lado dos brasileiros maiores de 70 anos, são esses meninos e meninas os cidadãos brasileiros que podem escolher se querem ou não participar dos processos eleitorais (para os outros cidadãos brasileiros, com idades entre 18 e 69 anos, o voto é obrigatório). Hoje, 2,3 milhões desses garotos e garotas estão inscritos como eleitores. É fato, porém, que o número de adolescentes inscritos como eleitores vem caindo.

Nas eleições de 2004, 3,6 milhões de adolescentes votaram. Na de 2008, esse número baixou para 2,9 milhões – uma queda de 20%. E em 2010, foram 2,3 milhões de adolescentes votantes – redução de 18%, em relação a 2008<sup>62</sup>. Mas cientistas políticos e sociólogos explicam: diante de um cenário político com frequência marcado por escândalos de corrupção, por partidos de baixa representatividade e pouca clareza programática, muitos adolescentes estão deixando de votar, mas, por outro lado, quando estimulados para participar de processos políticos, esses adolescentes animam-se e engajam-se, para além das urnas, na discussão e na solução de problemas de suas escolas, comunidades, cidades e do País.

Assim, adolescentes brasileiros organizam-se em projetos, campanhas, grupos,

## Palavra de especialista

“O que vemos, do ponto de vista sociológico, é que esses jovens querem mais do que participar pelo voto. Para eles, é pouco. Já havíamos detectado isso em meados dos anos 1990 e identificado que essa expectativa vinha carregada de um conteúdo contestatório. O jovem hoje quer mais do que votar. Mas, muitas vezes, não sabe como”. **Janice Tirelli, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea.**

redes e movimentos em torno de lutas por direitos, como educação, saúde, cultura, lazer e esporte, direitos relacionados à proteção contra exploração, abuso, negligência e discriminação, e ainda o direito de ser respeitados pelas famílias, sociedades e governos, o direito de ser ouvidos, de tomar parte nos processos decisórios, e o direito de conquistar novos direitos.

Exemplos dessa participação estão em esferas como o Fórum dos Direitos de Crian-

ças e Adolescentes (Fórum DCA) e no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que incorporou a participação infanto-juvenil como um dos seus seis eixos temáticos. Estão ainda nas Conferências Municipais, Estaduais ou Nacionais dos Direitos da Criança, das quais os adolescentes participam atualmente como delegados, com direito a voz e voto. A 7ª Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes, em 2007, por exemplo, assegurou, pela primeira vez, a condição de delegados para garotos e garotas. Na 8ª Conferência, em 2009, o grupo dos adolescentes representou 1/3 do total de delegados. Para a 9ª Conferência, a ser realizada em dezembro de 2012, os adolescentes são participantes ativos da comissão organizadora do encontro.

As experiências de participação no País ampliam-se não apenas em número, mas também em intensidade, o que representa um importante avanço para a institucionalização dessa participação cidadã. Em 2010, as diretrizes do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes para o período entre 2011 e 2020 previram a institucionalização da participação de meninos e meninas em diversas instâncias, como recomendou, em 2004, o Comitê Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU.

## O que diz o Plano Decenal sobre participação

No Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes para o período 2011/2020, há uma série de metas propostas no que se refere aos esforços para facilitar a livre expressão dos adolescentes sobre os assuntos a eles relacionados e sua participação organizada.

**Diretriz 06** – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças

e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.

**Objetivo Estratégico 6.1** – Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivên-

cia e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

**Objetivo Estratégico 6.2** – Promover oportunidades de escuta de crianças e adolescen-

tes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva.

**Objetivo Estratégico 6.3** – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões. ■ ■

No plano global, desde a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, disseminar, ampliar e aprofundar o conceito de participação tem sido uma preocupação de governos, ONGs e organismos internacionais, em todo o mundo. Uma das mais recentes medidas nesse sentido foi a aprovação em 2009 pelo Comitê Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU do Comentário Geral sobre o artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que dispõe sobre a aplicação do direito à participação. Outra foi a aprovação, em 17 de junho de 2011, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, do projeto final de Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança que possibilita que as próprias crianças e adolescentes apresentem denúncias de violações de seus direitos diretamente ao Comitê Internacional, sem a necessária mediação do País, de organismos internacionais ou ONGs. O projeto do protocolo foi aprovado por consenso.

Em 2004, numa observação conclusiva ao Brasil sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança no País, o Comitê Internacional disse que acolhia os esforços feitos para promover a voz das crianças e adolescentes, mas manifestou preocupação com o que classificou de atitudes tradicionais no que se refere à participação.

Nesse sentido, recomendou que o País assegurasse que os pontos de vista de garotos e garotas fossem levados em consideração, de acordo com o artigo 12 da Convenção, nas famílias, nas escolas, nos tribunais e em todos os processos administrativos e outros informais que lhes dissessem respeito. “Isso

deve ser empreendido por meio, entre outros, da adoção de legislação e políticas apropriadas, do treinamento de profissionais, da conscientização do público em geral e do estabelecimento de atividades criativas e informais específicas dentro e fora das escolas”, observou o Comitê da ONU.

O que se constata é que, como o Comitê Internacional da ONU chamou a atenção em 2004, falta ainda ao Brasil uma cultura de ouvir os adolescentes de forma sistemática e cotidiana no âmbito de instituições importantes para o seu dia a dia, como é o caso das escolas e da família, e de levá-los em conta nos processos de discussão e elaboração das políticas públicas. Ou seja, apesar dos grandes avanços do ponto de vista da normativa internacional, dos conceitos e das metodologias, ainda persistem lacunas nos processos participativos dos adolescentes, nas famílias, nas escolas e mesmo nas leis nacionais do País.

## Falta ainda no Brasil uma cultura de ouvir os adolescentes de forma sistemática

Na busca por uma participação efetivamente cidadã, hoje podemos falar de três diferentes abordagens de participação: a participação como um direito; a participação como uma oportunidade de desenvolvimento; e a participação como estratégia de redução de vulnerabilidades. Neste capítulo, vamos apresentar cada uma dessas perspectivas e relatar experiências de participação cidadã de adolescentes dentro dessas três abordagens.

## TRÊS ABORDAGENS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A primeira das abordagens de participação cidadã entende participação como um direito. Essa perspectiva demanda o reconhecimento de que crianças e adolescentes têm capacidade de formar opiniões e perspectiva crítica para abordar as questões do seu cotidiano. E está formulada no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança, que enfatiza a necessidade de as famílias, comunidades e sociedades em geral criarem espaços para uma participação efetiva.

O principal obstáculo para consolidar esse direito é que ainda predomina uma visão equivocada de que a presença dos adolescentes substituiria a participação dos adultos, retirando autoridade dos mais velhos, no lugar de buscar a troca de experiências respeitosa e equitativa entre as gerações. Observa-se essa resistência, por exemplo, no cerceamento do direito de participação de crianças e adolescentes no âmbito familiar e nas comunidades. Dessa forma, embora esse direito esteja previsto na legislação internacional, ainda não foi consolidado nas práticas, que são predominantemente adultocêntricas.

### **Artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança:**

“Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela”.

### **Artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente:**

“O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: opinião e expressão; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei”.

A segunda abordagem diz respeito à participação como oportunidade para o desenvolvimento. Essa abordagem da participação representa não só uma oportunidade para

conhecer seus direitos e reivindicá-los, mas principalmente para usufruí-los. Como um direito de cidadania, a participação deve fazer parte da vida real e incluir-se como um meio de desenvolver as habilidades necessárias para uma vida plena. A participação está, assim, conectada às oportunidades cotidianas da vida dos adolescentes e deve basear-se em práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos adolescentes. Os próprios adolescentes, a família, as escolas, a comunidade, os governos e a mídia têm papel central para ajudar os adolescentes no desenvolvimento dessas competências.

### **Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente:**

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: direito de organização e participação em entidades estudantis”.

A terceira abordagem entende a participação como um caminho que torna possível a redução das vulnerabilidades. Implica processos participativos que promovem relações mais democráticas e ajudam a lidar com vulnerabilidades que afetam os adolescentes em particular (*veja capítulo 2 deste relatório*). A participação já provou ter um impacto positivo na capacidade dos adolescentes de construir recursos para superar os desafios dessa fase de sua vida. Meninos e meninas envolvidos em projetos em suas escolas, comunidades, cidades tendem a ter melhor desempenho escolar e estão menos vulneráveis à violência, à gravidez na adolescência, ao abuso de drogas.

Na sequência, apresentamos exemplos de projetos, programas e iniciativas que se inserem nessas três perspectivas da participação cidadã.

## UM DIREITO

Informar-se, informar, conhecer, formar opiniões e aprender a exercer a capacidade crítica de forma responsável. Esses são alguns dos muitos objetivos da participação cidadã na perspectiva do direito. Em todo o mundo e no Brasil, essa abordagem da participação torna-se realidade principalmente por meio da comunicação.

Por todo o País, adolescentes vêm utilizando a comunicação, como estratégia e como instrumento, para transformar a realidade em suas escolas, comunidades e cidades. Hoje, existem pelo País inúmeras iniciativas desenvolvidas por organizações não governamentais, com apoio ou não do Poder Público, que aliam a energia, o potencial e a criatividade dos adolescentes às infindáveis possibilidades geradas pelas novas mídias, fazendo um trabalho que une comunicação, educação e mobilização social, sob a denominação de educomunicação.

### Palavra de especialista

“Tudo que vejo de mais interessante é quando o jovem se torna ator do processo, independente de ser educomunicação. É uma soma de tudo: aluno com mais poder e ativo, sendo ouvido pela escola, a escola envolvida com a comunidade, professores bem formados e um bom projeto político e pedagógico que integre tudo, e a família ativa”. **Alexandre Le Voci Sayad, jornalista, educador e secretário executivo da Rede CEP – Comunicação, Educação e Participação.**

## Os personagens principais são os próprios adolescentes, que criam, produzem e experimentam diferentes estratégias para se comunicar

A educomunicação já se tornou política pública em alguns municípios e no nível federal. A área é tema do programa Mais Educação, a política de ensino integral do Ministério da Educação. A educomunicação é uma das atividades que podem ser oferecidas pelas escolas no contraturno escolar. Ativistas em educomunicação e adolescentes dos projetos que trabalham no tema agora querem formalizar a flexibilização do currículo escolar para que iniciativas de comunicação possam permear disciplinas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa. Eles defendem que o uso educativo da comunicação é capaz de ajudar a repensar o modelo tradicional para um formato de ensino e aprendizagem mais conectado com as demandas do século 21. A proposta do Ensino Médio Inovador (*leia mais no capítulo 3 deste relatório*), atualmente em discussão no governo federal, tem ido nessa direção ao apresentar um modelo de trabalho por projetos no lugar das matérias “tradicionais” do currículo. Nesses projetos, os personagens principais são os próprios adolescentes, que criam, produzem e experimentam diferentes estratégias para se comunicar na escola, em seus bairros, em suas cidades.

Como a Viração, em São Paulo. Criada em 2003, a ONG nasceu como um projeto social de comunicação, educação e mobilização social entre adolescentes, jovens e educadores em temas como direitos humanos e cultura. Desde então, o trabalho da organização impactou a vida de mais de 3,5 milhões de pessoas por meio da revista *Viração* ou dos

vingte projetos especiais, desenvolvidos pela ONG. Para viabilizar a revista que é redigida, editada e diagramada por adolescentes, a Viração tem parcerias com mais de 30 instituições, responsáveis pelos conselhos jovens, os chamados Virajovens, compostos de garotas e garotos que decidem os temas e apuram as matérias da publicação.

As pautas são discutidas por meio de ferramentas da internet, além de reuniões presenciais. Os integrantes de cada Virajovem participam de uma lista de discussão, na qual podem opinar, sugerir e avaliar o andamento da edição do mês. Os adolescentes do projeto são engajados por diferentes meios, participam de iniciativas de ONGs, centros culturais, movimentos sociais, escolas públicas e particulares. Em alguns Virajovens, há participação efetiva de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou jovens com deficiência. O resultado é um processo em que os adolescentes escrevem para eles mesmos. Enquanto fotografam e fazem vídeos, promovem iniciativas de sensibilização social em suas comunidades e escolas. Du-

rante um ano, os adolescentes e jovens têm aulas e recebem treinamento e acompanhamento de profissionais de comunicação e de educadores para aprender a fazer produtos de comunicação.

Garotas e garotos começam também a se organizar para produzir seus veículos de comunicação, sem a mediação de educadores e profissionais da comunicação. Jornal-mural, jornal impresso, sites, blogs, perfis nas redes sociais da internet criados por iniciativa dos próprios adolescentes. É o caso de René Silva dos Santos, de 17 anos. Morador do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, ele se juntou a outros dois adolescentes, Renato Moura, de 15 anos, e Gabriela Santos, de 13, e montou, em 2005, o jornal *A Voz da Comunidade*.

Aos 11 anos, René cursava a 5ª série do ensino fundamental, quando participou da programação de uma rádio e de um jornal na escola municipal onde estudava. Hoje, além da versão impressa, *A Voz da Comunidade* tem site, blog e perfis no *Twitter* e no *Facebook*. Os leitores participam do processo enviando sugestões de pauta para a equipe via e-mail.

Foto: Divulgação/Jornal A Voz da Comunidade



**René Silva dos Santos, 17 anos, criou com amigos o jornal *A Voz da Comunidade*, do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro**

Agora, além do Complexo do Alemão, adolescentes de outras quatro comunidades populares do Rio de Janeiro estão envolvidos no processo de produção do jornal: Maré, Cidade de Deus, Santa Marta e Vila Cruzeiro. “Senti necessidade de a comunidade ter informações sobre o que acontece aqui, com uma visão nossa, diferente da de outros veículos”, conta René Silva dos Santos, de 17 anos, fundador e editor do jornal *A Voz da Comunidade*, no Rio de Janeiro.

Iniciativas como essas se espalham por todo o Brasil. Francielle Xavier Lima, de 18 anos, do município de Almenara, em Minas Gerais, participa ativamente de uma rede social na sua cidade: a TV Joel. O projeto, desenvolvido na Escola Estadual Joel Marques, tem o intuito de promover a reflexão sobre o cotidiano dos alunos e discutir temas relacionados à cidade, por meio da produção de vídeos e postagens na rede virtual. A iniciativa cresceu e, atualmente, extrapola os muros da escola ao mostrar a realidade dos moradores do município. Francielle não perdeu tempo e logo passou a fazer parte da equipe da TV Joel. Assim como os outros participantes, ela seleciona assuntos relacionados aos alunos e à comunidade e cria vídeos sobre diferentes temas. A jovem ressalta que essa experiência proporciona



Foto: Arquivo pessoal

**“Com a minha participação no projeto da TV Joel, percebi que cada pessoa está inserida em uma realidade”, diz Francielle Xavier Lima, de Almenara, Minas Gerais**

vários aprendizados, como a elaboração de reportagens, produção de matérias, edição e postagem dos vídeos na internet. “Com a minha participação no projeto da TV Joel, percebi que cada pessoa está inserida em uma realidade. O nosso trabalho é tentar melhorar a vida daquelas pessoas que mostramos nos nossos vídeos e, conseqüentemente, alterar a realidade do município”, destaca Francielle.

## UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

Uma sociedade democrática tem como base de sustentação a possibilidade de que cada um de seus cidadãos possa conhecer, reivindicar e usufruir de seus direitos e ainda demandar novos direitos, novas políticas, novas formas de fazer-se presente. Com os adolescentes, não poderia ser diferente. Programas, projetos e iniciativas em todo o Brasil têm como ponto de partida o dia a dia desses meninos e meninas e buscam transformá-lo, pelas vozes e mãos desses próprios adolescentes, numa vida plena, saudável, estimulante, divertida.

Governos, ONGs e a mídia também participam, apoiam, experimentam e sistematizam práticas pedagógicas que facilitam a participação. Assim, todos e cada um ajudam a fazer da participação uma oportunidade para o desenvolvimento, para uma vida melhor.

É assim com o Selo UNICEF Município Aprovado (*leia mais sobre a iniciativa no capítulo 2 deste relatório*), em que a participação de crianças e adolescentes no planejamento e na execução dos projetos e os produtos apresentados, como peças de

comunicação, pesquisas de campo e propostas para as políticas públicas, são requisitos fundamentais na avaliação para a obtenção do Selo. Em 2010, em mais de mil municípios do Semiárido e da Amazônia Legal e em cerca de 100 comunidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro, na cidade de São Paulo e em Itaquaquecetuba, adolescentes tiveram papel central nas ações para reduzir as desigualdades que os afetam e as crianças que vivem nessas áreas. Nos municípios do Selo, no Semiárido brasileiro e na Amazônia, eles se engajam em atividades de comunicação para reivindicar seu direito à educação e à saúde, participam dos fóruns comunitários e de sessões de capacitação sobre orçamento público, desenvolvem programas de mobilização sobre o direito ao esporte e de combate ao racismo.

Na última edição do Selo no Semiárido brasileiro, por exemplo, encerrada no ano de 2008, milhares de crianças, adolescentes, alunos e professores na Educação para a Convivência com o Semiárido participaram na identificação das expressões

culturais de origem negra ou indígena de suas regiões; nos festivais esportivos; nos grupos de discussões sobre execução do orçamento público destinado à infância; e no cadastramento eleitoral dos estudantes com 16 e 17 anos de idade.

O Selo reúne histórias como a de Liliane Fróis Rocha, 17 anos, que mora em Itamarandiba, cidade localizada no Semiárido mineiro. Toda quarta-feira, ela reserva a sala de audiovisual da Secretaria Municipal de Assistência Social para debates sobre drogas, gravidez na adolescência, participação política, além de conteúdos relacionados ao município e à mobilização em torno do Selo UNICEF Município Aprovado. Ela é responsável pela mobilização dos adolescentes e pela pesquisa dos temas que serão abordados. Liliane ressalta que mobilizar seus colegas não é tarefa fácil, mas ela vem conseguindo bons resultados, ao lançar mão de estratégias como um programa de rádio semanal. Com o *slogan* “Selo UNICEF: o mundo inteiro vai ver o município de Itamarandiba com bons olhos”, a atração vai ao ar todas as quartas-feiras, às 11 horas, e ajuda tanto a mobilizar adolescentes quanto a dar visibilidade aos debates do grupo.

A experiência de participação no Semiárido ajudou a inspirar outra iniciativa, a Plataforma dos Centros Urbanos, desenvolvida no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde também a participação cidadã é um dos pilares do programa. Nas duas maiores cidades do País, adolescentes participam para fazer a diferença e promover o desenvolvimento de suas comunidades. Os chamados Adolescentes Comunicadores mapeiam os problemas existentes em suas comunidades (pode ser a limpeza pública, as condições da escola, questões de mobilidade urbana, prevenção de uso e abuso de drogas ou de doenças, falta de equipamentos de esporte), elegem prioridades e elaboram um plano de ação e de comunicação para buscar as soluções. Eles contam

**“Mobilizar os adolescentes não é nada fácil, mas temos conseguido bons resultados”, comemora Liliane Fróis Rocha, de Itamarandiba, no Semiárido mineiro**



Foto: Arquivo pessoal

com o apoio de lideranças comunitárias, de organizações sociais e do Poder Público, governos municipais, Ministério Público, conselhos de direitos. “Na Plataforma, a gente faz atividades dentro da comunidade para garantir os direitos e os deveres das crianças e adolescentes. Às vezes, o prefeito fala que vai criar um posto de saúde para as crianças, mas pode ser que não seja isso de que

a comunidade esteja precisando, e sim de um parquinho, por exemplo. Só quem sabe o que está faltando ou precisando melhorar é quem mora lá. Então, a gente tem essa voz ativa para fazer mobilizações, identificar os problemas e buscar melhorias”, afirma o adolescente comunicador Diego Gomes de Moraes, de 17 anos, que participa do projeto em São Paulo.

## Engajamento, ferramenta para mudar a realidade no Semiárido pernambucano

Adla Priscila Alves da Silva tem hoje 18 anos e é estudante de Administração de Empresas. Ela mora na cidade de Granito, no Semiárido pernambucano. Desde o início de sua adolescência, interessou-se por participar das discussões sobre como melhorar a qualidade de vida no município onde vive. Nesta entrevista, ela conta como foi se engajar nos debates sobre políticas públicas em Granito e no processo de elaboração do Orçamento Público, no âmbito do projeto Selo UNICEF Município Aprovado.

**Como foi a sua participação no projeto Selo UNICEF Município Aprovado? O que você fez e o que aprendeu?**

Foi uma participação intensa. Considero-me uma adolescente ativa no município. Eu acompanho as políticas públicas da minha cidade, trabalho e visto a camisa do Selo, porque eu acredito que é um método importante que pode modificar qualquer cidade do Semiárido nordestino. E Granito foi contemplado com esse Selo graças ao esforço de cada ano, de cada secretaria, de cada pessoa, de cada componente da comissão. O município mereceu, vestiu a camisa do Selo, fez de tudo. E conseguiu alcançar as metas propostas. Agora estamos trabalhando para receber outro, quem sabe.



**Adla Priscila, 18 anos, participa ativamente dos debates sobre políticas públicas na sua cidade**

Foto: Arquivo pessoal

**Você disse que participou ativamente. Como foi esse processo?**

A gente participava das reuniões. Nelas, fazíamos as nossas propostas e apresentávamos nas escolas, em rádios, pregávamos cartazes. Daí surgiu o interesse não só meu, mas da comunidade em geral. A gente fazia palestra nas escolas sobre a prevenção da gravidez na adolescência, a importância da criança e do adolescente no município. A gente ensinava crianças e adolescentes sobre seus direitos na sociedade, focava na capacitação deles para que pudessem enfrentar diversas barreiras no decorrer de sua vida e tratava também de validar a par-

ticipação deles em todos os programas do governo federal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), o ProJovem e o centro de inclusão digital. A gente trabalhava a inclusão na escola, a igualdade de direitos, o respeito. Trabalhamos também cultura, esporte e lazer.

**Você acompanhou a elaboração do orçamento do seu município. Como foi essa experiência?**

Para mim, foi uma experiência fantástica. De uma forma ou de outra, é um novo conhecimento que a gente adquire. Eu nunca quis participar disso, nem sabia como acontecia, como era dividido o orçamento participativo do meu município. Participar do Selo me proporcionou essa experiência, que foi conhecer, saber de verdade, como era gasto o dinheiro que vinha para beneficiar crianças e adolescentes.

**Como foi essa sua participação?**

A gente fez um questionário e foi ao setor de finanças da prefeitura. A gente procurou saber quanto era destinado aos projetos voltados para crianças e adolescentes, quanto saía, com o que era gasto. Inclusive apresentei a experiência vivenciada no orçamento participativo num encontro do UNICEF em Caruaru. Foi muito bom, as pessoas ficaram curiosas em saber como aconteceu.

**E em relação às políticas públicas de Grão-Paraná? Você também acompanhou? Qual é a sua avaliação? Crianças e adolescentes estão contemplados nas políticas?**

Olha, existe a questão das dificuldades, dos anseios, dos sonhos dos adolescentes. Como em todos os municípios, aqui temos muitas dificuldades. Ainda trabalhamos para uma boa qualidade de vida das crianças e

adolescentes. Então, sempre fica a desejar. Só que o município se entregou de verdade na questão das políticas públicas. A gente trabalhou primeiro na formação da Comissão Pró-Selo, que foi integrada por mim, por outros adolescentes e pessoas da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Educação. Montamos o conselho da juventude e votamos em algumas metas de incentivo e de estímulo para as crianças e adolescentes, para fazer com que eles sejam cidadãos ativos na sociedade, participem de todas as políticas públicas e acontecimentos do município. A gente quis mostrar que eles podem ser responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento da cidade. Foi ótimo, porque pude mostrar para os meus amigos a importância que eles têm para o município. Capacitamos os adolescentes para que soubessem que o futuro pertence a eles. Se não estiverem capacitados, não poderão atuar, não poderão opinar nas decisões.

**E como você se sente como adolescente? Suas necessidades são atendidas?**

Não 100%, né? Mas o município trabalha para que isso aconteça e eu me sinto presente. Estou orgulhosa de o meu município precisar de mim e eu poder ajudar. Tenho consciência de que preciso atuar. Eu sei o meu papel.

**Como é ser adolescente no Semiárido nordestino?**

Sinceramente, quando se fala no Semiárido nordestino tenho em mente a concepção de vitória, de coragem, de força de vontade, de perseverança. É claro que aqui os desafios podem ser encontrados diariamente, mas não concordo com as pessoas que veem os nordestinos como fracassados. Tenho experiência e posso falar. Não é nada disso, não é isso o que acontece aqui. Sou uma adolescente e sei o que acontece na minha sociedade. Tenho consciência de que ainda existem dificuldades

aqui no meu município, por ser localizado no Semiárido. Mas eu tenho em mente que todas as oportunidades que aparecem a gente agarra com força, porque sabe que não são muitas e que podem valer pelo resto de nossa vida.

### Qual é o seu sonho?

Eu penso em um dia vivermos numa sociedade em que exista igualdade de direitos, na qual todos os moradores sejam qualificados para o mercado de trabalho e, principalmente, onde crianças e adolescentes tenham seus di-

reitos assegurados e sejam conhecedores da sua importância para o Semiárido nordestino.

### Você acha que a participação no Selo ajudou a optar pela área de administração?

Também, porque não foi neste ano, nem no ano passado, que eu comecei a trabalhar com o povo e vi a necessidade de ter um administrador na cidade, de ter um administrador em todas as secretarias. Então, eu escolhi essa área. Eu gosto de administrar, eu gosto de ver as coisas dando certo. ■ ■

Como no Selo UNICEF no Semiárido e na Amazônia e na Plataforma dos Centros Urbanos, o território onde vivem os adolescentes tem se mostrado um espaço privilegiado da promoção da participação com a perspectiva do desenvolvimento. Afinal, é no espaço onde vivem que os adolescentes melhor conhecem problemas, desafios e oportunidades e, portanto, podem exercer sua capacidade de transformação da realidade.

É o que mostram os participantes do projeto Onda – Adolescentes em Movimento pelos Direitos, garotas e garotos de 10 escolas públicas do Distrito Federal. Moradores da capital da República, esses adolescentes só conheciam o centro do poder nacional pela televisão e começaram a tomar consciência de seus direitos e a perceber que a política não se limita ao jogo partidário, mas é responsável pela formulação de programas que impactam profundamente sua vida. O objetivo do Onda é assegurar o envolvimento de meninos e meninas na discussão sobre direitos e cidadania, observando como saúde, educação, segurança, proteção estão profundamente relacionados com o orçamento público. Desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) há cinco anos, o projeto tem como ponto de partida o cotidiano de seus próprios participantes. Promove oficinas sobre direitos humanos, saúde, educação, cultu-

ra e ferramentas de planejamento, orçamento e organização do Estado. Busca fortalecer a capacidade de atuação dos jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles destinados.

Na oficina de comunicação, os meninos e meninas desenvolvem maior capacidade de leitura de mundo e de elaboração crítica de seus pontos de vista. O projeto criou uma revista feita pelos próprios adolescentes, a



Foto: Divulgação/Inesc

**Os adolescentes do projeto Onda, de Brasília, passaram a frequentar espaços de decisão política**

*Descolados.* Os adolescentes pesquisam sobre a vida de outros adolescentes, como, por exemplo, meninos e meninas que cumprem medidas socioeducativas.

Da reflexão à ação, os próprios adolescentes do Onda organizaram uma oficina com adolescentes privados de liberdade. A metodologia do projeto baseia-se nos princípios da educação popular e da arte-educação. Os resultados do projeto Onda são evidentes e imediatos: os adolescentes passaram a frequentar espaços políticos importantes, como a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Congresso Nacional e o Fórum Orçamento Criança e Adolescente do Distrito Federal. Também participam de audiências públicas sobre educação, medidas socioeducativas, programas de distribuição de renda, direito ao esporte. Eles aprendem que podem apresentar sugestões de emendas e que a comunidade

escolar precisa monitorar o orçamento durante o ano para garantir que haja a aplicação adequada dos recursos nas suas escolas e em cada uma das escolas da rede pública de ensino.

A participação cidadã como oportunidade para o desenvolvimento também ganha forma na institucionalização da presença de adolescentes em conselhos consultivos e deliberativos de instâncias formuladoras de políticas. Dois exemplos desse modelo de participação são o conselho de adolescentes, criado e mantido pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), que formula parâmetros para a aplicação do Sistema de Garantia de Direitos brasileiro, e o Conselho Nacional da Juventude, que tem estimulado processos organizativos e representativos de meninos e meninas.

Foto: Divulgação/Inesc



Israel Victor de Melo  
16 anos  
Brasília - DF

## Israel Victor de Melo comentou



“ O lugar onde estamos é estratégico. Afinal, é lá onde vivemos ou não nossos direitos. É lá que sabemos o quanto nos falta para viver com dignidade. Portanto, a escola, o bairro, a nossa rua, ou até mesmo o campinho de futebol, podem ser os pontos de partida para a nossa participação política. É nesses lugares que nos reunimos, debatemos, conhecemos, aprendemos e nos organizamos para interferir nas nossas realidades. ”

Nessa mesma direção, pode-se destacar ainda o *Relatório ‘participativo’ da sociedade civil sobre os direitos da criança no Brasil*, publicado pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) em 2009 e

apresentado ao Comitê Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU, tendo como autores crianças e adolescentes de sete Estados brasileiros: 23 entidades e movimentos sociais contribuíram para que fossem ouvidos 404 me-

ninas e meninos, com ou sem deficiência, afro-descendentes, indígenas, residentes em áreas de conflito armado, ex-abrigados, trabalhadores e adolescentes do Movimento dos Sem-Terra.

Para a Anced, mais do que um elemento metodológico de intervenção institucional, a participação dos adolescentes é o exercício de um direito e um importante aspecto para a análise, formulação e execução e controle de políticas públicas. Além disso, lembra a entidade no relatório, a participação deve servir de instrumento na formação e no desenvolvimento de valores e atitudes. “Por fim, contribui no seu processo de socialização política e integração social, facilita o reconhecimento social das crianças e dos adolescentes e promove o desenvolvimento da sua consciência coletiva como grupo social”, diz o documento da Anced.

A participação cidadã como oportunidade de desenvolvimento também abraça as causas do século 21, agendas emergentes, especialmente desafiadoras para a lógica das políticas públicas, pensada e formulada principalmente na era industrial. São os adolescentes, nascidos sob esses novos desafios, que têm ajudado a buscar respostas inovadoras para questões como meio ambiente e diversidade, explorando possibilidades para um modelo de desenvolvimento mais justo, equilibrado, solidário e sustentável, assuntos que estão na ordem do dia, nas conversas em escolas, comunidades, cidades, Estados e na esfera nacional.

Em 2008, por exemplo, no Encontro de Cúpula da ONU sobre Clima, realizado em Nova Iorque, adolescentes e jovens solicitaram aos líderes mundiais que agissem mais rapidamente e de maneira mais abrangente para conter o aumento das emissões de carbono. Um ano depois, eles se fizeram representar na Cúpula do Clima em Copenhague, erguendo suas vozes.

No Brasil, hoje, cerca de 4 mil escolas possuem comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (as Com-Vida), um projeto dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, que busca oferecer um espaço de

debates, conhecimento e ações pela preservação do meio ambiente e da melhoria das condições de vida das pessoas. As comissões são fruto da reivindicação, em 2003, dos 400 delegados e delegadas de 11 a 14 anos participantes da I Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Segundo dados do Ministério da Educação, mais de 23 mil pessoas, entre professores e alunos, passaram por processo de capacitação de formadores e, atualmente, o Ministério do Meio Ambiente elabora um circuito de aprendizagem a distância, que visa usar as redes sociais, para que educadores se capacitem como formadores das Com-Vidas em milhares de escolas em todo o País.

## São os adolescentes que têm ajudado a buscar respostas inovadoras para questões como meio ambiente e diversidade

Outras iniciativas de participação de adolescentes com foco no meio ambiente são promovidas por ONGs como o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), que desenvolveu o projeto Sementes Jovens, em Nazaré Paulista, e o Econscientes, no Pontal do Paranapanema – uma área marcada pelos conflitos de terra. Os adolescentes são formados como empreendedores para que se tornem multiplicadores ambientais. Exemplos do resultado dessas iniciativas são os projetos de reciclagem de óleo de cozinha, criados pelos adolescentes, até ações de *advocacy*, como a mobilização de jovens do município de Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, que resultou na aprovação de lei que regulamenta o aproveitamento do óleo em todo o município.

Ao lado do meio ambiente, a questão da identidade é outra importante agenda do século 21 para a qual a participação de adolescentes na perspectiva da oportunidade de desenvolvimento tem trazido respostas inovadoras e inspiradoras de políticas públicas.



Isaque Guimarães  
17 anos  
Nazaré Paulista - SP

## Isaque Guimarães comentou



“ Cada vez mais ouvimos falar em redes de TV, jornais, internet e em outros meios de comunicação que o clima está cada vez mais quente, que os invernos já não são mais tão longos, que os desastres naturais estão mais frequentes em todo o mundo. Por que será que tudo isso está acontecendo? Isso se deve principalmente a uma simples razão: pela falta ou pela pouca conscientização que temos sobre a importância de conservar a natureza para continuar recebendo tudo que ela nos oferece de melhor, a começar pelo ar que respiramos. ”

## No sul da Bahia, projeto promove convivência entre culturas e etnias

Localizado no extremo sul da Bahia, o Instituto Tribos Jovens (ITJ) é um celeiro de formação de lideranças entre adolescentes. Criado em 2001 com o objetivo de promover a convivência entre pessoas de diferentes culturas e etnias, busca contribuir para o processo de desenvolvimento dos meninos e meninas e para seu crescimento pessoal e profissional. Assim, ao se sentirem incluídos e reconhecidos no grupo e na comunidade, os adolescentes fortalecem sua autoestima e sua autoconfiança.

Além de participarem de palestras e oficinas sobre problemas da sociedade contemporânea – como saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos, cidadania e meio ambiente –, os meninos e meninas atuam como verdadeiros promotores da cidadania

e multiplicadores, em suas comunidades, dos conhecimentos adquiridos no ITJ. Essa participação ativa é apontada como estratégica pelo Instituto. “Acreditamos que é o conjunto de práticas e vivências que gera o desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e sociais, como conviver com as diferenças”, analisa a diretora do Instituto, Iane Petrovich.

Entre os temas trabalhados pelos diversos projetos desenvolvidos no Instituto, estão a promoção da cultura Pataxó, a proteção integral de pessoas em situação de vulnerabilidade e o desenvolvimento sustentável. Embora a pauta da criança e do adolescente seja transversal a todos esses pontos, entre 2006 e 2009, a questão ganhou ainda mais fôlego dentro do ITJ.

O projeto Território de Proteção da Criança e do Adolescente, resultado da parceria entre o Instituto, o UNICEF, lideranças indígenas, parceiros governamentais e não governamentais, contribuiu para o alcance de importantes conquistas na garantia dos direitos de meninos e meninas da região.

A iniciativa aumentou o poder das comunidades, fortaleceu a rede social e institucional existente, qualificou o atendimento a essa parcela da população, aumentou o número de denúncias de violações de direitos e ampliou a consciência sobre temáticas e procedimentos relativos ao enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Foram 12,2 mil crianças e adolescentes mobilizados e informados sobre como se proteger e com melhores condições de desenvolvimento, sendo 6,4 mil meninos e meninas Pataxó; formação continuada de 1,1 mil atores sociais para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e para o atendimento qualificado a mães e bebês durante a gestação, o parto e o pós-par-

to; e fortalecimento de 8,1 mil famílias para a promoção dos direitos infanto-juvenis, das quais 4,9 mil são indígenas.

“Essa ação contribuiu para o alcance da missão do ITJ, além disso, colabora com o processo de desenvolvimento sustentável da região, sobretudo na melhoria da qualidade de vida da população local. Para os adolescentes envolvidos, ter participado dessa ação fortaleceu suas crenças no ser humano, com respeito às diferenças, à cultura do outro, passando a lidar melhor com os relacionamentos interpessoais, com as emoções e a cultivar a cidadania”, destaca lane.

Ao longo de seus dez anos de existência, a iniciativa já beneficiou 32,7 mil crianças e adolescentes. Hoje, 307 meninos e meninas participam das ações em andamento. “Apesar do término de alguns projetos, seu efeito na vida dos adolescentes é contínuo, já que eles continuam multiplicando os conhecimentos adquiridos. E esses ganhos influenciam de forma positiva a sua vida”, conclui a diretora do ITJ. ■■

## UMA ESTRATÉGIA PARA REDUZIR VULNERABILIDADES

A terceira abordagem da participação cidadã tem como perspectiva a redução das vulnerabilidades, focadas ao longo de todo este relatório. Essas vulnerabilidades, e as desigualdades que as aprofundam, limitam oportunidades de desenvolvimento dos adolescentes, violam seus direitos. A participação cidadã que reduz vulnerabilidades não diz respeito aos sujeitos dessa participação, mas a seu objetivo: superar esses obstáculos na vida de cada um dos adolescentes que participam, de todos os adolescentes que enfrentam tais vulnerabilidades e do País, em busca de mais justiça, inclusão e equidade. Como é o caso dos adolescentes que vivem com o HIV ou dos

projetos desenvolvidos por meninos e meninas com deficiências.

Desde 2005, ONGs, igrejas, os governos federal, estaduais e municipais e organismos internacionais, entre eles o UNICEF, apoiam o fortalecimento da participação política de adolescentes e jovens vivendo com HIV. De lá para cá, importantes resultados foram alcançados, entre eles a criação da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/aids (RNAJVHA), em 2008, e a participação de 600 adolescentes nos cinco encontros nacionais de adolescentes e jovens vivendo com HIV.

A existência da Rede de Adolescentes e Jovens tem propiciado aos seus membros a

participação em diversos espaços políticos importantes de tomada de decisão. Atualmente, adolescentes da Rede têm assento na Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (CNAids), responsável pela definição de mecanismos técnicos de controle da aids e pela produção de documentos técnicos e científicos sobre o tema. Desde junho de 2011, Hugo Soares representa a Rede de Adolescentes e Jovens na Comissão. Segundo ele, com o início de sua participação, as proposições relacionadas à juventude passaram a ser mais frequentes. Hugo conta que não tem encontrado resistência por parte dos adultos às suas proposições, no entanto, ressalta: “Se nós não estivéssemos participando da CNAids, não haveria nenhuma fala sobre juventude”.

Desde o início de 2010, a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/aids tem também assento no Grupo Temático Ampliado das Nações Unidas sobre HIV/aids (GT-Unaids), criado no Brasil em 1997. Cabe ao GT, o desenvolvimento de ações voltadas ao apoio e ao fortalecimento de uma resposta nacional à epidemia do HIV/aids, para que o Brasil possa atingir metas de acesso universal à prevenção, tratamento, assistência e apoio. O grupo também coordena as ações de cooperação das Nações Unidas à resposta nacional ao HIV/aids. O atual representante da RNAJVHA no GT/Unaids é Kleber Fábio Mendes.

presença dele no GT tem também permitido o debate sobre questões específicas dos adolescentes na área da saúde. Para as reuniões do grupo, Kleber leva as contribuições que recebe dos membros da Rede. Ele também é responsável por enviar aos outros adolescentes relatórios sobre as reuniões. O garoto conta que a participação dos participantes da Rede na elaboração das pautas ainda é pequena. Muitos não têm acesso à internet e as agendas das reuniões são marcadas com pouco tempo de antecedência. Mas esses desafios, ele acredita, vão sendo superados. O mais importante agora é fortalecer a presença dos adolescentes nesses espaços de debate e formulação de insumos para as políticas públicas. “Se a gente não é visto, não somos visibilizados. Se nossas demandas não são incluídas nos documentos, não se transformam em pautas para influir nas políticas públicas”<sup>63</sup>, explica o adolescente.

Outros exemplos de participação cidadã para a redução das vulnerabilidades aparecem em temas ligados à orientação sexual, e algumas condições pessoais, como ser deficiente. A participação nesses casos ainda está muito ligada ao enfrentamento do preconceito e da discriminação.

Em vários Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, e também no Distrito Federal, há experiências de trabalho de organizações não governamentais para propiciar uma maior participação de garotas e garotos nos debates sobre as questões LGBT (termo utilizado para identificar orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento), sua interface com os direitos dos adolescentes e a necessidade de se combater as desigualdades, valorizando a diversidade. Essas mobilizações dos adolescentes, ainda que muito localizadas, guiam-se por estudos recentes que mostram como a homoafetividade no Brasil gera preconceito, discrimi-

## A participação está ligada também ao enfrentamento do preconceito e da discriminação

Os resultados da participação já são concretos: nas ações do Dia Mundial de Luta contra a Aids, em dezembro de 2010, o Brasil lançou uma campanha específica relacionada à juventude e ao estigma de se viver com o HIV/aids. Segundo Kleber, a

nação e violência, na sociedade como um todo e nos ambientes escolares. A pesquisa Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas, publicada em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, baseada em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores do Distrito Federal, apontou que 63,1% dos entrevistados alegaram já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos professores afirmaram já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas; e 44,4% dos garotos e 15% das garotas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula<sup>64</sup>.

O estudo Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), realizado para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)<sup>65</sup>, também publicado em 2009, baseou-se em uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, e revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual.

Foi justamente a necessidade de enfrentar preconceitos, celebrar a diversidade e trabalhar pela inclusão de todas as pessoas na sociedade brasileira que motivou a jornalista Claudia Werneck a criar, em 2002, a ONG Escola de Gente – focada em transformar a comunicação em uma ferramenta essencial para modificar um cenário de exclusão, sobretudo relacionada a crianças e adolescentes com deficiência. O trabalho de Claudia conta com a participação dos próprios adolescentes.

Felipe Magalhães Lins, hoje com 23 anos, é um deles. Aos 17 anos, Felipe formou-se como agente de inclusão no projeto Encontros da Mídia Legal, da Escola de Gente, que desde 2002 ensina concei-

tos de comunicação inclusiva. O projeto também edita o *Manual de Mídia Legal*, distribuído gratuitamente em formatos acessíveis para pessoas com diversos tipos de deficiência física ou intelectual. Atualmente, um dos focos de atuação da Escola de Gente é o teatro acessível. O projeto inclui a formação em teatro para adolescentes com e sem deficiência em todo o Brasil, levando o teatro acessível a todas as regiões do País.

Foto: Divulgação/Escola de Gente



**Felipe Lins, de 23 anos, orienta pessoas cegas durante visita guiada ao cenário da peça “Ninguém mais vai ser bonzinho”, da ONG Escola de Gente**

## Superação e luta cotidiana pela inclusão dos jovens com deficiência



Foto: Divulgação/Escola de Gente

David Sousa de Almeida tem hoje 22 anos, mas desde a adolescência participa ativamente dos debates sobre a inclusão social das pessoas com deficiência. David tem paralisia cerebral com comprometimento motor. É de Fortaleza, de uma ONG chamada Campe, criada em 2003 por um grupo de mães inconformadas com a negligência dos atores públicos e da sociedade em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Atualmente, David é conselheiro no Conjuve (Conselho Nacional de Juventude). Ele foi preparado pela ONG Escola de Gente, por meio do Programa de Juventude pela Inclusão, de formação de lideranças jovens, com e sem deficiência, para participar em conselhos e fóruns. Nesta entrevista, ele fala um pouco sobre sua experiência como militante nessa área.

### Como tem sido participar do Conjuve?

A minha bandeira é a da pessoa com deficiência, e o jovem com deficiência é ainda visto como coitadinho, como uma

criança. Não é tratado como pessoa que pode tomar decisões, trabalhar, nada disso. E não pode nem estudar... Essa é que é a verdade.

### Como você começou na militância?

Comecei há uns seis anos, tentando mostrar que a pessoa com deficiência é uma pessoa, e é uma pessoa normal. Para a gente, participar no Conjuve tem sido exatamente isto: mostrar para a sociedade que somos pessoas, que podemos tomar decisões. Temos limitações, como todo mundo tem, mas somos pessoas que podem contribuir para as políticas públicas do País. E queremos ajudar outros jovens, para que eles também possam contribuir para as políticas públicas.

### Qual é o grande obstáculo?

O que tem atrapalhado é que, como jovem com deficiência e militante, me sinto só. Porque os outros jovens, a maioria dos

jovens com deficiência, ainda vivem na assistência, naquela outra visão, digamos assim. Então a gente não junta forças. Só agora estamos começando e temos que lutar mais. Se juntar com mais outro, e mais outro, e mais outro, podemos lutar. Mas ainda não há muito envolvimento. Falta mais consciência.

Agora estamos conseguindo alguma coisa, porém alguns jovens não estão vindo ainda. Mas os jovens que estão vindo estão muito interessados. Estou feliz por isso.

### **Como é sua vida na escola? Sente-se incluído?**

Eu estou fazendo o segundo ano do ensino médio e a escola é profissionalizante. A gente faz um curso de ensino médio, mas paralelamente tem um curso técnico. Eu faço informática. A escola ainda não é adaptada, infelizmente. Lá no colégio é um pouco complicado, mas a gente acredita que é a escola que tem que se adaptar às pessoas com deficiência. Infelizmente, a escola não vê dessa maneira que a gente luta, que a gente espera alcançar. Os professores não são capacitados para a inclusão, e a gente luta por essa capacitação. Mas, se a gente não lutar por isso, a escola nunca vai mudar. É com a gente lá dentro que a escola vai mudar.

### **Ela melhorou com os anos?**

Sim, a escola antes não tinha nada de acessibilidade. Foi depois que eu entrei que veio a questão da adaptação. Quando eu entrei, depois de um ano e meio, com dificuldades, foi que resolveram colocar rampa, por exemplo. A gente foi superando tudo isso.

A escola que a gente quer ainda não é essa, mas a gente foi se virando com o que tinha. Quando a gente entra na esco-

la, o olhar da sociedade começa a crescer, as pessoas pensam: "Nossa!, ele pode estudar?" E outras pessoas com deficiência percebem a inclusão e começam a se incluir também. Sei que não vou alcançar a escola que a gente quer, mas talvez meus filhos e meus netos, sim. Vou tentar o Enem, para entrar na universidade. Quero fazer Pedagogia.

### **Que avanços você tem percebido?**

A gente vê muitas coisas que precisam ser mudadas. Há alguns anos, não havia elevadores, as escolas estão, algumas, tendo pessoas com deficiência, a sociedade tem olhado mais a questão do jovem com deficiência, conheço jovens que estudam e trabalham... Então a gente já vê um avanço, mas ainda tem muita coisa para mudar.

A gente também quer fazer um trabalho com a questão da sexualidade da pessoa com deficiência. As pessoas com deficiência estão namorando, querem ter filhos e a gente vê esses jovens também participando. Eu já consigo ver que estamos conseguindo avançar, mas ainda é muito devagar.

Quero ressaltar que não só em nível local, mas em nível nacional, o jovem com deficiência tem que lutar pelos seus direitos, tem que ser um sujeito de direitos. A gente não pode ser só o David, é preciso que sejam mais pessoas lutando. Uma coisa importante é a família também, tem que começar dentro da família, é preciso que a família esteja fortalecida, para que a sociedade nos veja como pessoas normais, como parte da sociedade.

Minha mensagem é para todos os jovens com deficiência e para os outros, de outros segmentos, que não sejam tutelados, que sejam agentes que possam contribuir para a política do País. ■■

## A VOZ DOS ADOLESCENTES EM FÓRUNS INTERNACIONAIS DE DEBATE

Para além das três perspectivas de participação cidadã, é importante ainda destacar como o campo internacional tem sido um espaço importante, e uma referência de metodologias, para a participação cidadã de meninos e meninas. Fóruns e encontros internacionais são cenários para a efetiva participação de garotas e garotos brasileiros, ao lado de adolescentes das mais diferentes partes do mundo.

Em novembro de 2008, o UNICEF, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, reuniu 280 adolescentes, representantes dos cinco continentes, e de 56 países, no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que aconteceu no Rio de Janeiro. Durante o evento, os adolescentes tiveram um papel fundamental e um espaço exclusivo, onde produziram material de comunicação, documento, fizeram reuniões com chefes de Estado e delegações.

de adolescentes para fazer um acompanhamento das ações subsequentes ao encontro.

Nos anos seguintes, o UNICEF também facilitou outras oportunidades de participação de adolescentes brasileiros em processos internacionais. Em 2009, adolescentes de todas as partes do mundo, entre eles brasileiros, participaram do J8, encontro promovido pelo UNICEF em paralelo ao G8 que reuniu 13 chefes de Estado, e na COP 15, a Cúpula do Clima de Copenhague, que reuniu mais de 100 chefes de Estado, num esforço mundial para a aprovação de mecanismos de combate à mudança climática.

Em 2010, foi criado, com apoio do Ministério da Educação e do UNICEF, o Parlamento Juvenil do Mercosul, um espaço para que adolescentes entre 14 e 17 anos da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Uruguai possam refletir sobre o sistema de ensino médio que desejam com um objetivo final: o de que suas vozes sejam ouvidas no Parlamento do Mercosul. Também em 2010, adolescentes indígenas pataxós participaram do IV Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, em Nova Iorque, graças a sua participação em 2007 no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, com representantes de 14 Estados brasileiros e 26 etnias, no qual os adolescentes de diferentes povos ajudaram a formular um documento-agenda para o fortalecimento dos direitos dos adolescentes indígenas.

Mais recentemente, em 2011, o UNICEF apoiou o encontro de 200 adolescentes das 12 cidades brasileiras, que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014, para discutir o legado dos megaeventos esportivos para as crianças e adolescentes brasileiros. A Rede de Adolescentes pelo Esporte Seguro e Inclusivo (Rejupe) foi lançada durante o Encontro dos Adolescentes pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo, em abril de 2011, no Rio de Janeiro. A Rejupe é

### Meninos e meninas têm participado de diversos encontros internacionais para debater temas da atualidade

Uma delegação de adolescentes brasileiros contemplou a diversidade do grupo etário no País, ao incluir garotas e garotos de centros urbanos, da área rural, de comunidades quilombolas e indígenas. Junto com representantes de governos, ONGs e organismos internacionais redigiram a Declaração do Rio de Janeiro e a Chamada para Ação para prevenir e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes, o documento final do encontro, que traça metas e responsabilidades para Estados, para a ONU, entidades religiosas e a mídia. O UNICEF produziu um relatório especial que contempla todo o conteúdo e destaques da participação dos adolescentes nesse evento, e apoiou a organização de um comitê

um canal de comunicação entre adolescentes brasileiros para a troca de experiências e ideias sobre o direito ao esporte e políticas públicas de acesso a programas e equipamentos esportivos e para a construção de proposta para o legado

social dos megaeventos esportivos que o Brasil vai sediar nesta segunda década do século 21: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016.

Foto: Rafaela Feliciano



Sabrina Plácido dos Santos

18 anos

Rio de Janeiro - RJ

## Sabrina Plácido dos Santos

comentou



Está crescendo bastante essa ideia de organização. Estão querendo realmente mudar, dar voz aos jovens. É algo muito legal, só está faltando mais divulgação.



## FORTALECER A PARTICIPAÇÃO, FORTALECER O DIREITO DE SER ADOLESCENTE

Adolescentes de todas as classes sociais, raças e etnias, regiões, com ou sem deficiência, independentemente de sua orientação sexual, têm o direito à participação cidadã nas suas famílias, escolas, comunidades, cidades, Estados e no País. Essa participação é um direito, mas também uma oportunidade de desenvolvimento e um caminho que tem se mostrado poderoso para a superação das vulnerabilidades.

É fundamental o investimento em adolescentes cidadãos bem informados, conhecedores de seus direitos e dos valores importantes para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e que respeite a diversidade. Esse investimento também precisa ser feito na formação de adultos capazes de contribuir nesse processo, de forma aberta, com diálogo e troca, com respeito. Essa tarefa é de todos: dos governos, da sociedade organizada, das comunidades, da escola e da família.

Os adolescentes querem e podem ajudar a transformar a sociedade para melhor. Muitas vezes mostram-se desmobilizados em relação

aos processos tradicionais de participação, como o voto e a vida partidária ou movimentos mais institucionalizados. Mas esse cenário, que causa estranhamento nos mais velhos, pode ser positivo. Isso porque pode gerar novas formas de participação e atuação na sociedade, participando de uma forte e apaixonada empreitada em busca de soluções para enfrentarmos os desafios do século 21.

A participação cidadã é, sem dúvida, um direito, no entanto, é mais. É uma força de desenvolvimento e de superação de vulnerabilidades e desigualdades. A participação cidadã aponta um novo caminho para que o Brasil encontre ainda mais soluções criativas no campo dos direitos sociais, no qual o País já é uma referência internacional, e que seja capaz de garantir, efetivamente, o direito de ser adolescente de cada um de seus 21 milhões de cidadãos com idades entre 12 e 17 anos. Esse Brasil será, então, um País com as melhores qualidades de uma sociedade inovadora, corajosa, justa e democrática.

# Esporte não é só para alguns, é para todos!

*Em 7 de abril de 2011, 202 adolescentes reunidos no Encontro dos Adolescentes pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo, no Rio de Janeiro, aprovaram e divulgaram o documento final do encontro. Eles pedem mais planejamento para que os eventos não sejam indutores de violações de direitos, como a exploração do trabalho infantil. E mais programas que garantam o direito ao esporte, como escolas abertas e cidades mais amigáveis ao esporte. A seguir, alguns dos principais trechos da carta:*

Nós somos adolescentes e jovens de 11 Estados brasileiros e estamos preocupados com o fato de que serão investidos muitos bilhões nesses megaeventos. Esperamos que eles sirvam não só para o momento dos jogos, mas que também possam ajudar a melhorar as condições de vida das crianças e adolescentes de todo o País.

Queremos dizer para as autoridades responsáveis pelo esporte e também às autoridades que defendem os direitos das crianças e adolescentes que o esporte é muito importante.

Por isso, queremos falar para as autoridades que é preciso pensar bem em formas de evitar alguns riscos que esses eventos podem trazer:

- Se não houver uma boa preparação, podem acontecer situações de exploração infantil e de abuso sexual.
- Pode-se desperdiçar muito dinheiro com obras que correm o risco de não servir para outra coisa depois dos jogos e ser abandonadas. (...) Não dá para aceitar nenhum tipo de gasto que não ajude a melhorar a vida do povo.
- A segurança pública pode piorar com o grande número de pessoas que vão querer assistir aos jogos – podem acontecer abusos por parte da polícia e das autoridades. Nos lugares onde vão acontecer os eventos, a segurança vai ficar concentrada e as outras áreas da cidade podem ficar desprotegidas. (...) crianças e adolescentes podem ser as principais vítimas.

*E os adolescentes sugerem:*

- Abertura das escolas da cidade durante o final de semana para que se tornem “Escolas Abertas”, promotoras do esporte.
- Criação de mais abrigos para a população de rua, tratamento digno e oportunidades de inclusão social.
- Aumento das vias expressas e ruas menores, das linhas de ônibus e criação de ciclovias, como forma de diminuir o trânsito e promover a prática esportiva.
- Construção de mais centros esportivos, tais como vilas olímpicas e quadras, e a contratação de mais profissionais capacitados para atuar nesses espaços.
- (...) criação de mais espaços que garantam que a nossa voz seja ouvida.
- Adaptação e reforma de toda a cidade para garantir o acesso a qualquer tipo de pessoa, deficiente ou não.
- Comprometimento das confederações de esportes em relação à implantação de polos esportivos por todo o País.
- Garantir o acesso gratuito aos equipamentos públicos e a eventos esportivos para a população que não pode pagar.
- Manutenção da qualidade da infraestrutura criada para os jogos.
- Garantia da destinação social das habitações das vilas olímpicas.
- Investimento nas ONGs da área de esporte e estímulo à criação de mais iniciativas populares.
- Criar programas governamentais, articulando iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais com empresas e iniciativas comunitárias. (...)
- Promover jogos indígenas para valorizar sua cultura.

Esperamos que nossos direitos sejam garantidos e nossas propostas sejam levadas em consideração pelos governos e atores sociais na hora de tomar decisões.

Que 2014 e 2016 sejam o início de uma nova era de respeito ao direito ao esporte para todos e todas. E, para que isso aconteça, nós precisamos começar agora.





# UMA AGENDA PARA A AÇÃO

Para fazer valer o direito de ser adolescente, o Brasil precisa colocar em prática uma nova pauta de prioridades. É urgente a adoção de iniciativas capazes de garantir outro olhar sobre a adolescência e, ao mesmo tempo, a implementação de uma série de ações imediatas que possam dar respostas às situações de violações dos direitos desses meninos e meninas.

Como vimos ao longo deste relatório, a segunda década da vida é uma fase cheia de oportunidades e riquezas, um momento que deve ser aproveitado pela família, pela sociedade e pelo Estado para promover os direitos dos mais de 21 milhões de brasileiros que hoje têm entre 12 e 17 anos. Com a maior população de adolescentes de sua história, o Brasil vive hoje um período inédito para ampliar e consolidar transformações que podem mudar, de maneira definitiva, a estrutura sociopolítica do País de forma a torná-lo mais equitativo e garantidor dos direitos fundamentais de seus cidadãos. O conjunto de informações, análises, iniciativas e a própria voz dos adolescentes presentes neste relatório sobre a situação da adolescência brasileira constituem, portanto, uma base sólida que convoca toda a sociedade a investir na adolescência agora. Investir nos adolescentes significa dar um passo firme rumo à construção de um País melhor e mais justo.

A emergência desses cidadãos e cidadãs demanda um novo olhar sobre sua fase de desenvolvimento, a adolescência. Um olhar que enxergue essa etapa da vida como uma oportunidade. Que veja o adolescente como um ser humano que tem o direito de viver a adolescência integralmente, participando ativamente da vida do País, sendo apoiado

por políticas públicas, em um ambiente de estímulo e proteção.

É preciso desenvolver novas relações, novos recursos, novos focos, novas parcerias. Para que seja possível transpor os contextos e cenários de vulnerabilidades e desigualdades que afetam o desenvolvimento pleno dos adolescentes e a realização de seus direitos, é fundamental ainda que o País coloque em prática uma nova agenda de prioridades. Essa nova agenda deve ser capaz de permitir que as vulnerabilidades e desigualdades sejam superadas para criar um conjunto amplo de oportunidades para cada menino e cada menina do Brasil.

Com o objetivo de fortalecer a cooperação, a parceria e o compromisso com os direitos dos adolescentes, o UNICEF propõe uma agenda com duas perspectivas de ação:

- a) Um amplo processo de reflexão, aprofundamento de conceitos, com o desenvolvimento de estratégias e a promoção de iniciativas voltadas a garantir um novo olhar sobre a adolescência.
- b) Um conjunto de ações imediatas que, no curto prazo, assegurem respostas às situações de violações de direitos, presentes na vida dos adolescentes e apresentadas neste relatório.

## ESTRATÉGIAS PARA UM NOVO OLHAR

O Brasil é um País que tem todas as condições para avançar numa agenda ampla de promoção dos direitos dos adolescentes. Uma agenda que seja capaz de mobilizar os governos, as organizações não governamentais, as instituições executoras das políticas públicas, os profissionais, os meios de comunicação social, as instituições de produção do conhecimento, os próprios adolescentes, o setor privado e toda a sociedade brasileira para deflagrar uma profunda mudança na visão sobre a ado-

lescência e produzir políticas, estratégias e abordagens voltadas a:

- 1) Reconhecer que os 21 milhões de pessoas com idade entre 12 e 17 anos são um grupo em si. Não são futuros adultos e nem são crianças grandes. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos, que vivem uma fase de desenvolvimento extraordinária, que estão presentes na sociedade com um jeito próprio de ser, se expressar e conviver e que precisam ser vistos como o que são: adolescentes.

**2)** Promover a superação da visão estereotipada sobre a adolescência que a reduz a expressões como problema, crise, conflito ou transição e aprofundar a percepção ampliada sobre os importantes processos cognitivos, sociais, psicológicos, relacionais, participativos, de construção de identidade e autonomia, de interação e da diversidade de formas de viver essa fase da vida para reconhecer o direito de ser adolescente.

**3)** Reconhecer e garantir o direito de ser adolescente, a partir de um conjunto mais realista de informações sobre adolescência, com indicadores sociais desagregados para esse período específico da vida.

**4)** Dialogar com os próprios adolescentes sobre os dados de modo a ajudar esses meninos e meninas a se situar no seu próprio grupo e na sociedade. O Estado, a sociedade, a escola, a comunidade e a mídia têm um papel importante para contribuir na ampliação do repertório de conhecimentos sobre essa fase da vida e para dar visibilidade à enorme diversidade de situações e contextos nos quais os adolescentes se desenvolvem.

**5)** Reconhecer a adolescência com uma fase que resulta de uma trajetória pessoal e social, construída a partir das histórias e das vivências de cada pessoa. A adolescência não é uma fase isolada. Ao contrário, é preciso entendê-la como a continuidade das etapas anteriores da vida. A estimulação e as aprendizagens desde os primeiros dias de vida, o acompanhamento à saúde, o desenvolvimento infantil, o acesso à educação infantil, ao ensino fundamental, às oportunidades de lazer, os exercícios dos direitos e a proteção contra sua violação e todos os cuidados, investimentos e políticas públicas oferecidas na primeira década da vida vão resultar numa adolescência de enorme potencial. Um novo investimen-

to na adolescência vai assegurar, além de uma intensa vivência dos direitos nessa etapa, a base sólida para a vivência de uma fase adulta melhor.

**6)** Inserir de forma específica e explícita a questão da adolescência na agenda das políticas públicas de maneira a assegurar a integração de ações de diferentes áreas, numa perspectiva multissetorial e de fortalecimento e/ou criação de programas, projetos, serviços e estruturas adequadas às demandas dos adolescentes. Nesse sentido, será preciso desenvolver o que tem sido denominado de “serviços amigáveis” (*adolescents friendly services*). Isso significa implantar serviços e estruturas adequados à linguagem, à estética e ao jeito de ser dos adolescentes.

**7)** Assegurar a implementação de políticas públicas que considerem a lógica dos territórios e de suas características pode ser uma plataforma eficiente para se garantir os direitos dos adolescentes: ela reconhece diversidades e integra políticas. O Semiárido, a Amazônia e os grandes centros urbanos são exemplos dessa abordagem.

**8)** Sensibilizar os meios de comunicação social para superar sua visão estereotipada da adolescência e da abordagem que reduz meninos e meninas a consumidores para promover uma presença dos adolescentes na mídia como cidadãos, dando aos adolescentes oportunidades de se expressar, ser ouvidos e criar novas formas de comunicação que deem visibilidade às diversas maneiras de se viver a adolescência.

**9)** Valorizar a diversidade étnico-racial, cultural, regional, das características pessoais e respeitar o jeito de ser adolescente, assegurando a cada menino e a cada menina a prevenção e a proteção contra o racismo, a homofobia e a qualquer outra forma de discriminação.

# AÇÕES IMEDIATAS PARA SUPERAR AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Para enfrentar as violações de direitos que ameaçam o desenvolvimento dos adolescentes, torna-se urgente adotar as seguintes iniciativas:

**1)** Transformar o Projeto de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens da Secretaria de Direitos Humanos numa política pública multissetorial que coordene ações do governo federal, dos governos estaduais, municípios e iniciativas da sociedade civil para barrar o assassinato de adolescentes, utilizando-se de estratégias específicas de enfrentamento da discriminação racial; combate à violência e promoção do desenvolvimento seguro e protegido de todos os adolescentes.

**2)** Estabelecer um programa nacional voltado ao atendimento das adolescentes e dos adolescentes vítimas da exploração sexual; das meninas mães, dos e das chefes de famílias, e dos meninos e das meninas que vivem nas ruas, no contexto do Plano Decenal de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apoiar ações dos Estados e municípios no desenvolvimento de políticas públicas articuladas, com recursos humanos e financeiros significativos. São adolescentes que sofrem gravíssimas violações de direitos e nenhuma justificativa pode ser aceita para não haver um investimento imediato e amplo nesse grupo.

**3)** Estabelecer um programa específico, no âmbito do Plano Nacional de Educação, para apoiar os adolescentes maiores de 15 anos que estão fora da escola, em risco de evasão ou que ainda estão retidos no ensino fundamental, assegurando que concluam essa etapa com qualidade e tenham acesso ao ensino médio. Quanto ao ensino médio, assegurar a universalização dessa etapa da educação para todos os ado-

lescentes entre 15 e 17 anos, ampliando a abrangência do programa Ensino Médio Inovador e assegurando que as aprendizagens dessa iniciativa sejam disseminadas nas demais escolas.

**4)** Assegurar que as instituições públicas de produção de informação e de conhecimento promovam uma harmonização nos processos de elaboração de dados, estatísticas e informações sobre a adolescência respeitando o recorte etário de 12 a 17 anos definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de forma a garantir comparabilidade de dados e acompanhamento da evolução de indicadores, bem como a disponibilização de informação desagregada a partir das questões de gênero, de raça e etnia, de local de moradia, de condição pessoal, de renda e outros agrupamentos para dar visibilidade à diversidade, evidenciar as desigualdades e possibilitar a adoção de políticas específicas com esses recortes.

**5)** Aperfeiçoar, desenvolver e implementar políticas públicas multissetoriais que tenham um foco prioritário nos adolescentes afro-brasileiros, indígenas, das comunidades populares dos grandes centros urbanos, do Semiárido, da Amazônia, com deficiência, e nos adolescentes que estão fora da escola, que cometeram ato infracional, privados da convivência familiar, vítimas da violência, da exploração sexual e da exploração no trabalho. Assim como o programa Brasil sem Miséria estabeleceu estratégias claras para fazer “o Estado chegar aonde a pobreza está”, será preciso um esforço adicional para chegar aonde esses grupos estão, a partir de estratégias de “busca ativa” das políticas públicas, desenvolvidas de forma a dialogar com eles e elas, acolhê-los e apoiá-los.

**6)** Desenvolver um Marco de Referência para o Fortalecimento da Cidadania e a Participação dos Adolescentes brasileiros de forma a institucionalizar a participação nas estruturas de gestão das políticas públicas, nas instâncias consultivas, nos processos decisórios, na gestão escolar e demais espaços de participação cidadã. Consolidar e ampliar o direito dos adolescentes à participação por meio da criação de mecanismos legais e institucionais que garantam a sustentabilidade e a continuidade do exercício da cidadania a partir da integração de iniciativas do governo brasileiro, da sociedade civil, do Parlamento, dos grupos organizados de adolescentes e tomando como base a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB, o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros instrumentos legais. Com esse mesmo objetivo, é preciso também estabelecer políticas claras com investimentos específicos para assegurar a presença e a participação dos adolescentes na gestão escolar, no processo eleitoral (16 e 17 anos), nas políticas de esporte e cultura, nas políticas de saúde e assistência social, nos Conselhos de Di-

reitos e demais iniciativas de participação cidadã, com estratégias capazes de reforçar a participação de adolescentes indígenas e quilombolas.

**7)** Incluir uma abordagem específica para o público adolescente no Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras drogas, assegurando-lhe um papel ativo na prevenção e no desenvolvimento de estratégias, linguagens e uso das novas tecnologias sociais.

**8)** Garantir aos adolescentes um sistema de justiça especializado, com o atendimento socioeducativo a adolescentes em conflito com a lei de forma a acelerar a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), reordenando as instituições de internação de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e os padrões internacionais de direitos humanos e promovendo a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.

**9)** Desenvolver programas específicos para promover a reintegração familiar e social de adolescentes que vivem em instituições de abrigo, considerando sua participação ativa no desenvolvimento de alternativas de convivência comunitária.

## OS ADOLESCENTES E A CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS MELHOR

Quando o País dá uma chance às adolescentes e aos adolescentes de hoje, constrói um caminho seguro para promover a inclusão social e a igualdade e enfrentar o futuro com a perspectiva de construir uma sociedade mais justa.

Somente estabelecendo políticas públicas de caráter universal, desenvolvendo programas específicos para enfrentar as vulnerabilidades sociais e promovendo estratégias para a redução das desigualdades, chegando a cada menino e a cada menina

mais excluídos, será possível fazer o Brasil avançar para assegurar o direito de todos e todas.

Nesse sentido, o País precisa acelerar as tendências positivas apontadas pelos resultados das políticas, programas e iniciativas em execução, ampliando sua escala e incluindo os próprios adolescentes como os principais atores sociais na construção do presente e do futuro.

Não há melhor tempo do que agora para fazer valer o direito de ser adolescente.



# MAPAS E TABELAS

Nas páginas seguintes, apresentamos um conjunto de indicadores sobre os adolescentes brasileiros, e ainda uma série histórica de cinco anos de indicadores que mostram a situação da adolescência brasileira, de 2004<sup>a</sup> a 2009. Ao lado de cada uma das tabelas com a série histórica, um mapa do Brasil ajuda a apontar a situação dos adolescentes brasileiros no ano inicial (2004) e no ano final (2009), para cada uma das 27 Unidades da Federação. Essa comparação ajuda a indicar, no tempo e geograficamente, avanços e gargalos para a realização do direito de ser adolescente.

Os mapas seguem o padrão estatístico internacional, segundo o qual cores quentes representam indicadores negativos (ou seja, quanto maior o valor do indicador, mais grave é a situação das crianças e adolescentes) e as cores frias representam indicadores positivos (em que os valores mais altos representam uma situação melhor para as crianças e adolescentes). Em ambos os casos, os tons mais fortes representam os maiores valores.

<sup>a</sup> A utilização de 2004 como ano inicial dos indicadores se deve ao fato de que esse foi o ano em que o IBGE passou a coletar informações para todo o Brasil, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), incluindo a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

# TABELA DE INDICADORES SOCIAIS DA ADOLESCÊNCIA

## I – INDICADORES DEMOGRÁFICOS E POR GÊNERO

Unidades da Federação	População Total	Total de Adolescentes (12 a 17 anos)	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos	Adolescentes (12 a 17 anos) Masculino (Total)	Adolescentes (12 a 17 anos) Feminino (Total)
<b>Brasil</b>	190.475.236	20.659.171	10,8	10.441.817	10.217.354
<b>Região Norte</b>	15.848.358	2.056.862	13,0	1.039.283	1.017.579
Rondônia	1.558.257	190.123	12,2	96.445	93.678
Acre	733.447	99.496	13,6	49.983	49.513
Amazonas	3.478.723	460.998	13,3	231.866	229.132
Roraima	449.000	59.942	13,4	30.370	29.572
Pará	7.576.702	981.410	13,0	496.378	485.032
Amapá	669.450	92.336	13,8	46.177	46.159
Tocantins	1.382.779	172.557	12,5	88.064	84.493
<b>Região Nordeste</b>	53.050.120	6.316.755	11,9	3.189.836	3.126.919
Maranhão	6.569.880	847.604	12,9	426.749	420.855
Piauí	3.116.550	373.257	12,0	189.033	184.224
Ceará	8.449.347	1.044.872	12,4	527.349	517.523
R. G. do Norte	3.166.446	362.984	11,5	183.745	179.239
Paraíba	3.763.566	428.205	11,4	216.902	211.303
Pernambuco	8.786.883	994.060	11,3	500.460	493.600
Alagoas	3.119.228	399.212	12,8	200.778	198.434
Sergipe	2.066.668	249.769	12,1	126.206	123.563
Bahia	14.011.552	1.616.792	11,5	818.614	798.178
<b>Região Sudeste</b>	80.189.867	7.959.203	9,9	4.020.895	3.938.308
Minas Gerais	19.571.317	2.062.128	10,5	1.042.934	1.019.194
Espírito Santo	3.511.686	364.536	10,4	183.954	180.582
Rio de Janeiro	15.962.668	1.550.748	9,7	782.772	767.976
São Paulo	41.144.196	3.981.791	9,7	2.011.235	1.970.556
<b>Região Sul</b>	27.348.689	2.803.481	10,3	1.423.003	1.380.478
Paraná	10.435.228	1.117.938	10,7	567.941	549.997
Santa Catarina	6.239.484	640.059	10,3	324.503	315.556
R. G. do Sul	10.673.977	1.045.484	9,8	530.559	514.925
<b>Região Centro-Oeste</b>	14.038.202	1.522.870	10,8	768.800	754.070
M. G. do Sul	2.443.127	273.375	11,2	138.166	135.209
Mato Grosso	3.031.471	345.266	11,4	175.947	169.319
Goiás	6.000.361	642.738	10,7	324.317	318.421
Distrito Federal	2.563.243	261.491	10,2	130.370	131.121

Fonte: IBGE/Censo Demográfico. 2010 (Resultados Preliminares do Universo)

## II- INDICADORES DEMOGRÁFICOS, POR RAÇA/ETNIA.<sup>b</sup>

População de 12 a 17 anos por raça/etnia, 2009	Total	Branca		Negra <sup>c</sup>		Outras <sup>d</sup>	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
<b>Brasil</b>	21.083.635	9.053.158	42,9	11.931.048	56,6	99.429	0,5
Região Norte	1.962.109	393.489	20,1	1.561.428	79,6	7.192	0,4
Rondônia	191.612	61.377	32,0	129.286	67,5	949	0,5
Acre	89.404	23.511	26,3	65.793	73,6	100	0,1
Amazonas	441.649	77.565	17,6	364.084	82,4	0	0,0
Roraima	59.438	13.347	22,5	45.215	76,1	876	1,5
Pará	930.966	165.499	17,8	760.908	81,7	4.559	0,5
Amapá	80.884	15.224	18,8	65.628	81,1	32	0,0
Tocantins	168.156	36.966	22,0	130.514	77,6	676	0,4
Região Nordeste	6.621.264	1.741.805	26,3	4.865.396	73,5	14.063	0,2
Maranhão	849.052	180.016	21,2	664.559	78,3	4.477	0,5
Piauí	411.096	94.995	23,1	316.101	76,9	0	0,0
Ceará	1.097.289	303.096	27,6	791.772	72,2	2.421	0,2
R. G. do Norte	370.368	128.189	34,6	242.179	65,4	0	0,0
Paraíba	440.684	151.078	34,3	288.100	65,4	1.506	0,3
Pernambuco	1.017.771	345.939	34,0	668.953	65,7	2.879	0,3
Alagoas	452.197	103.409	22,9	348.252	77,0	536	0,1
Sergipe	242.394	60.173	24,8	182.221	75,2	0	0,0
Bahia	1.740.413	374.910	21,5	1.363.259	78,3	2.244	0,1
Região Sudeste	7.973.285	4.100.176	51,4	3.824.864	48,0	48.245	0,6
Minas Gerais	2.143.727	829.925	38,7	1.309.107	61,1	4.695	0,2
Espírito Santo	363.997	116.327	32,0	245.325	67,4	2.345	0,6
Rio de Janeiro	1.492.511	763.428	51,2	723.128	48,5	5.955	0,4
São Paulo	3.973.050	2.390.496	60,2	1.547.304	38,9	35.250	0,9
Região Sul	2.970.401	2.233.389	75,2	719.716	24,2	17.296	0,6
Paraná	1.194.261	812.799	68,1	368.279	30,8	13.183	1,1
Santa Catarina	663.891	545.079	82,1	117.021	17,6	1.791	0,3
R. G. do Sul	1.112.249	875.511	78,7	234.416	21,1	2.322	0,2
Região Centro-Oeste	1.556.576	584.299	37,5	959.644	61,7	12.633	0,8
M. G. do Sul	273.580	122.858	44,9	147.656	54,0	3.066	1,1
Mato Grosso	343.771	112.213	32,6	228.397	66,4	3.161	0,9
Goiás	668.654	248.944	37,2	414.426	62,0	5.284	0,8
Distrito Federal	270.571	100.284	37,1	169.165	62,5	1.122	0,4

Fonte: IBGE/ Pnad, 2009

<sup>b</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) utiliza-se da categoria "cores" para, a partir da declaração do entrevistado, definir sua raça/etnia. (Fonte: IBGE/Pnad/2009)

<sup>c</sup> Trata-se da soma do adolescentes que se declararam "pretos" e "pardos" na Pnad/IBGE/2009

<sup>d</sup> Na categoria "outras", estão consideradas informações sobre pessoas que se declararam de cor amarela (origem japonesa, chinesa, coreana, etc.) e indígena (indígena ou índia), conforme consta dos resultados da Pnad. Embora o UNICEF considere de suma importância ter dados com o maior nível de desagregação possível, os valores referentes a essas duas categorias estão somados nesta tabela para fins demonstrativos, de modo a minimizar distorções em função do pequeno tamanho da amostra incluída na Pnad e da subnotificação existente em alguns Estados brasileiros.

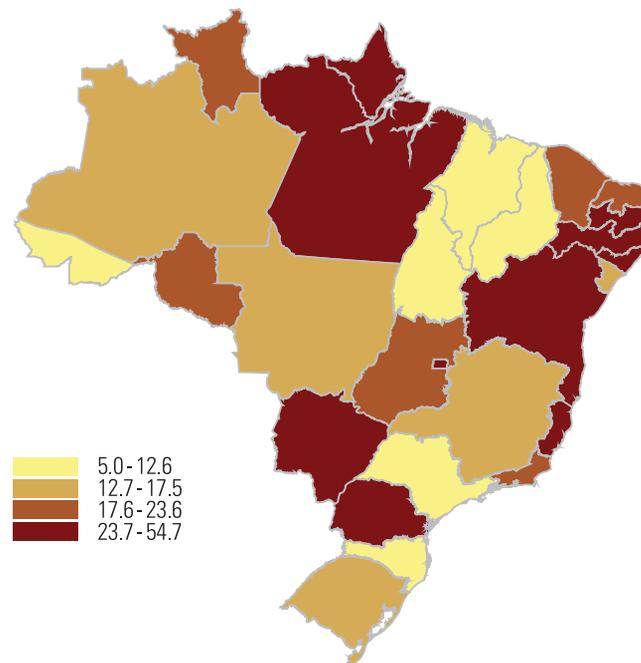
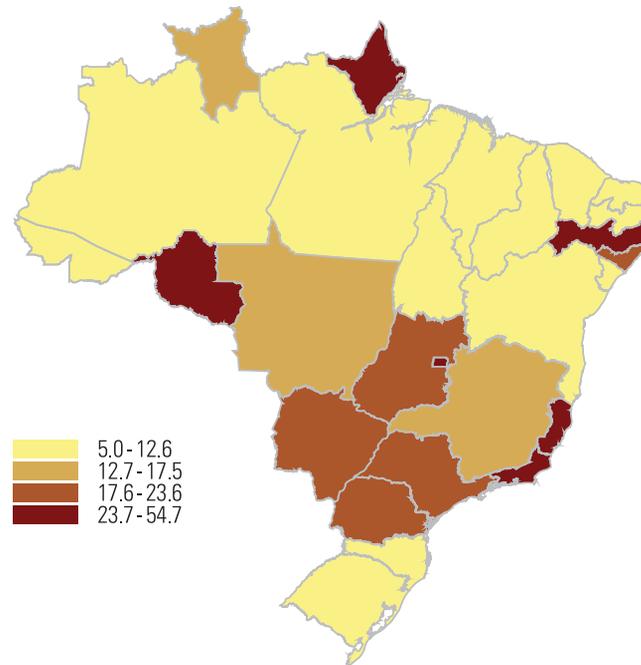
### III - A EVOLUÇÃO DE INDICADORES SELECIONADOS NO PERÍODO DE 2004 a 2009<sup>e</sup>

Área	Taxa de homicídios entre adolescentes de 12 a 17 anos (por 100 mil habitantes da mesma idade) <sup>f</sup>					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Brasil</b>	19,1	19,6	19,0	18,0	19,2	19,1
<b>Região Norte</b>	14,5	15,2	16,6	15,2	19,4	22,1
Rondônia	26,5	16,8	20,4	20,7	24,6	23,0
Acre	10,4	10,5	12,7	14,1	10,8	10,1
Amazonas	11,4	13,5	12,6	11,8	13,5	17,2
Roraima	14,7	13,5	15,4	14,0	9,8	18,5
Pará	12,3	16,7	18,1	17,6	23,5	27,4
Amapá	34,7	27,4	27,0	12,6	26,1	26,0
Tocantins	12,3	6,7	11,5	7,9	10,3	10,1
<b>Região Nordeste</b>	14,8	16,2	17,6	19,4	21,8	24,0
Maranhão	6,3	7,8	7,8	8,6	10,0	9,1
Piauí	5,0	6,5	7,2	5,2	5,0	6,1
Ceará	10,4	12,5	14,2	16,0	16,8	19,1
R. G. do Norte	6,1	8,9	7,8	12,5	21,4	17,8
Paraíba	12,6	12,1	17,2	15,9	20,5	28,1
Pernambuco	41,9	39,4	40,6	39,6	36,2	34,3
Alagoas	23,3	28,0	33,2	45,1	42,5	34,7
Sergipe	11,8	10,6	14,9	13,7	13,7	16,1
Bahia	8,6	11,1	12,2	15,1	22,5	31,1
<b>Região Sudeste</b>	24,6	23,6	21,5	17,8	16,4	14,1
Minas Gerais	17,5	19,4	18,5	19,3	16,3	15,5
Espírito Santo	44,1	37,4	41,1	49,3	49,1	54,7
Rio de Janeiro	41,8	48,4	42,8	34,9	30,7	20,0
São Paulo	20,6	15,7	13,7	8,0	8,1	7,4
<b>Região Sul</b>	15,3	18,3	16,6	17,4	19,5	17,3
Paraná	22,1	27,4	27,6	25,8	30,2	26,4
Santa Catarina	8,6	10,9	9,0	8,5	9,8	8,4
R. G. do Sul	12,2	13,5	9,9	13,3	13,5	12,9
<b>Região Centro-Oeste</b>	20,5	19,7	19,7	19,1	21,4	23,4
M. G. do Sul	19,0	19,6	16,2	23,1	24,2	26,7
Mato Grosso	14,1	17,4	21,0	13,9	15,2	17,2
Goiás	18,0	17,4	19,4	17,3	19,3	20,0
Distrito Federal	35,7	29,3	22,7	26,5	31,5	36,6

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM; IBGE/Pnad, 2009

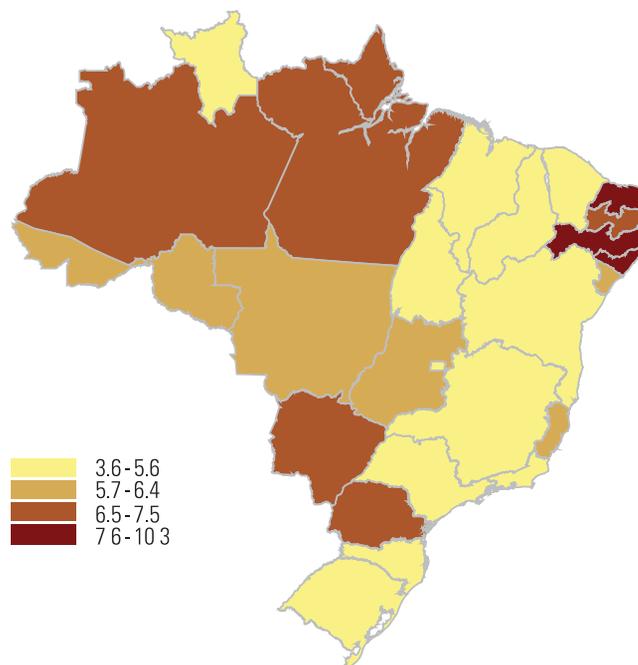
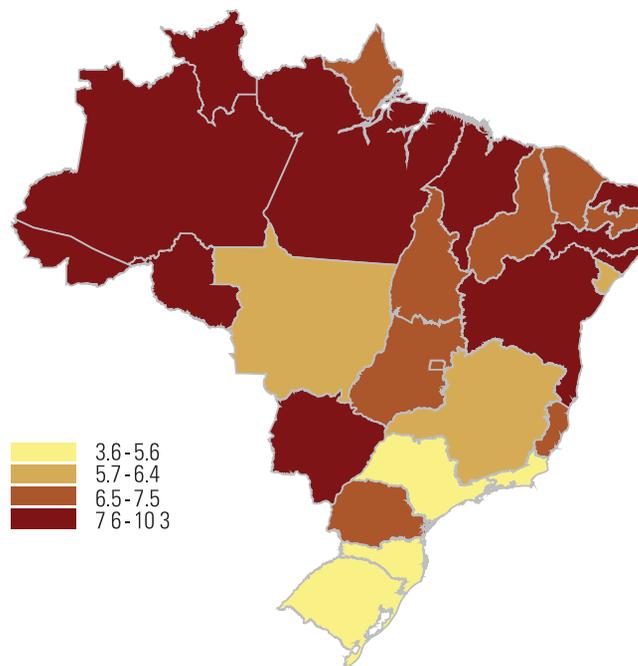
<sup>e</sup> A utilização do ano de 2004 como ano inicial dos indicadores se deve ao fato de que esse foi o ano em que o IBGE passou a coletar informações para todo o Brasil, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), incluindo a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>f</sup> A taxa de homicídios entre adolescentes de 12 a 17 anos é calculada por 100 mil habitantes de 12 a 17 anos.



Área	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que não estudam e não trabalham					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	6,6	6,4	6,4	6,2	5,7	5,4
Região Norte	8,2	7,8	7,8	6,9	6,9	6,5
Rondônia	8,1	9,4	9,7	7,7	8,3	6,4
Acre	8,9	8,5	8,0	10,1	6,4	5,9
Amazonas	8,9	7,5	7,2	5,3	7,3	6,8
Roraima	7,8	7,0	6,1	4,4	4,7	5,0
Pará	8,0	8,1	8,5	7,9	6,7	6,9
Amapá	7,1	6,4	4,6	4,4	5,8	6,9
Tocantins	7,2	5,4	5,9	5,8	6,4	4,2
Região Nordeste	7,9	7,2	7,5	6,8	6,2	6,1
Maranhão	8,4	7,0	6,5	6,7	5,4	4,3
Piauí	6,7	5,8	5,8	4,9	4,6	4,0
Ceará	6,5	6,2	6,4	6,6	6,2	5,4
R. G. do Norte	8,9	7,5	10,3	6,4	6,7	8,7
Paraíba	7,3	8,5	8,5	9,4	6,5	7,5
Pernambuco	9,4	8,1	8,3	7,4	7,6	8,4
Alagoas	8,8	8,5	9,6	8,5	8,5	9,2
Sergipe	6,3	8,7	6,5	6,2	4,8	6,3
Bahia	7,8	6,6	7,5	6,3	5,7	4,9
Região Sudeste	5,5	5,6	5,3	5,6	5,1	4,5
Minas Gerais	5,9	6,0	6,6	5,9	4,6	4,9
Espírito Santo	6,9	9,3	6,0	8,7	7,0	5,8
Rio de Janeiro	4,7	5,5	4,8	5,7	5,4	3,6
São Paulo	5,5	5,2	4,7	5,2	5,1	4,4
Região Sul	5,7	6,0	6,3	5,8	5,3	5,5
Paraná	6,7	7,3	7,0	6,7	5,8	6,9
Santa Catarina	4,3	3,9	5,7	4,8	4,8	4,7
R. G. do Sul	5,6	6,0	5,9	5,5	4,9	4,5
Região Centro-Oeste	6,9	6,6	6,2	6,5	6,3	5,9
M. G. do Sul	7,7	8,3	7,1	8,7	5,4	6,8
Mato Grosso	6,4	6,2	7,4	7,3	7,8	6,3
Goiás	7,1	6,7	5,8	5,8	6,1	6,0
Distrito Federal	6,6	5,2	4,6	5,1	5,7	4,1

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

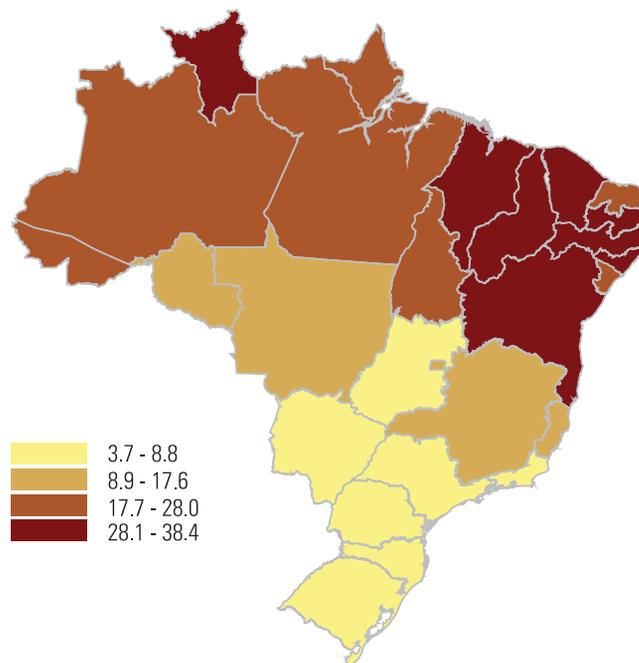


Área	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos vivendo em famílias extremamente pobres (Até ¼ salário mínimo)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	16,3	17,5	13,3	17,9	16,4	17,6
Região Norte	19,5	19,6	15,6	23,1	18,9	22,1
Rondônia	9,7	18,5	12,2	13,1	16,7	14,9
Acre	24,7	28,0	19,1	33,7	21,4	24,4
Amazonas	20,9	18,2	17,6	30,3	23,6	20,2
Roraima	35,2	24,2	17,4	16,4	16,1	20,7
Pará	19,2	19,7	15,2	21,1	17,6	25,5
Amapá	19,3	13,5	11,1	19,6	10,2	19,6
Tocantins	22,1	20,5	16,5	21,9	19,6	17,9
Região Nordeste	31,6	33,0	26,5	33,8	31,0	32,0
Maranhão	36,6	37,6	31,5	38,9	30,4	33,1
Piauí	32,2	41,0	30,7	34,1	26,8	32,8
Ceará	32,9	33,8	27,3	34,3	30,1	31,8
R. G. do Norte	28,0	31,0	19,6	28,3	26,1	25,1
Paraíba	31,7	28,3	21,7	30,8	33,1	31,8
Pernambuco	31,2	30,8	24,8	34,2	31,9	32,0
Alagoas	36,7	41,0	33,5	39,4	42,0	38,4
Sergipe	18,1	29,2	22,2	24,2	24,9	30,2
Bahia	30,0	30,2	25,1	32,6	31,0	31,7
Região Sudeste	8,3	9,3	6,1	9,1	8,4	9,4
Minas Gerais	12,4	12,9	8,5	13,1	12,6	13,0
Espírito Santo	11,2	14,8	9,2	13,1	14,8	13,0
Rio de Janeiro	7,7	8,4	5,3	9,3	8,8	9,8
São Paulo	6,0	7,2	4,7	6,5	5,3	6,9
Região Sul	6,9	8,5	6,3	7,8	7,0	7,8
Paraná	6,9	9,4	7,5	7,4	6,9	8,2
Santa Catarina	3,7	4,2	2,5	3,0	4,5	4,4
R. G. do Sul	8,8	10,1	7,4	11,1	8,7	9,4
Região Centro-Oeste	8,6	10,6	6,7	9,4	9,9	9,6
M. G. do Sul	8,8	11,3	7,7	8,0	10,6	8,7
Mato Grosso	9,0	11,8	8,8	11,0	11,1	13,5
Goiás	7,4	10,2	5,4	9,6	9,6	9,3
Distrito Federal	11,0	9,4	5,9	7,7	8,3	6,4

Fonte: IBGE/Pnad, 2009

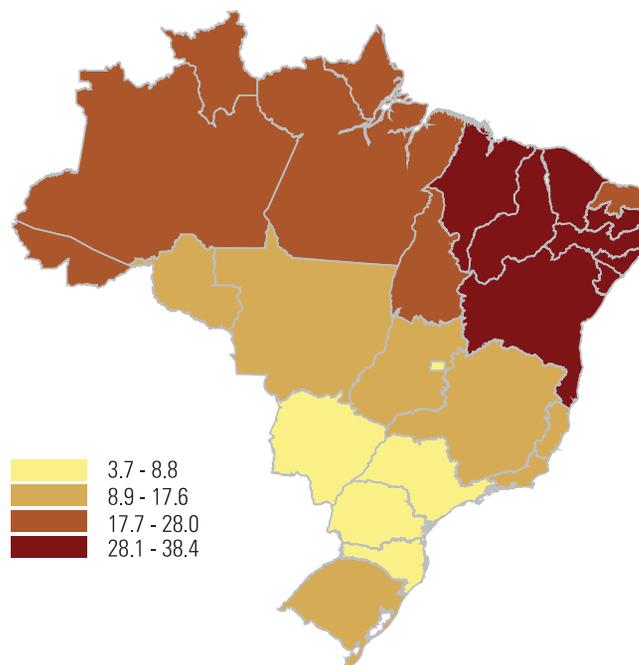
Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos vivendo em famílias extremamente pobres (Até ¼ salário mínimo)

2004



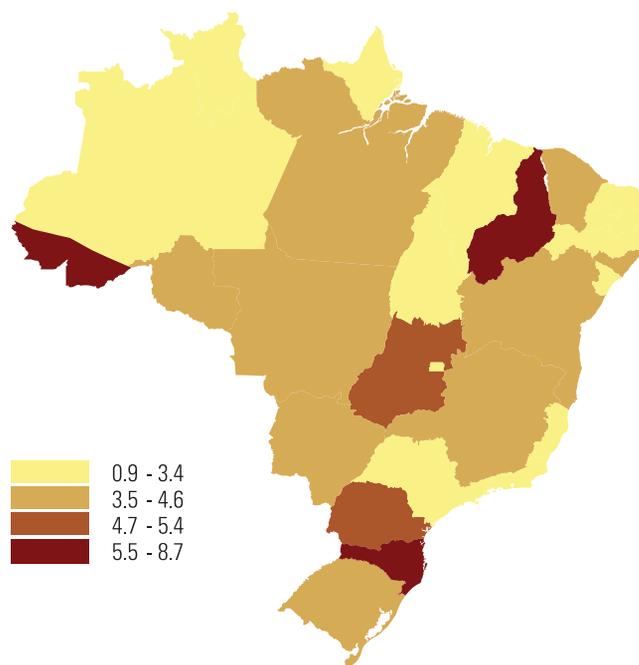
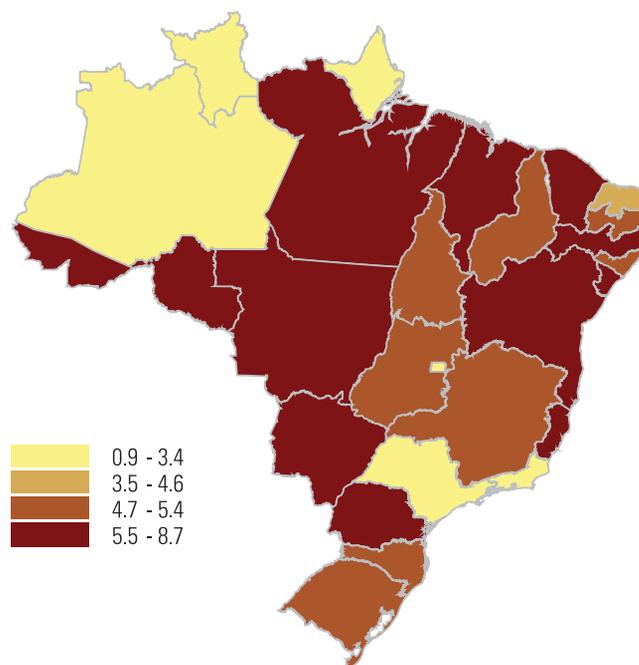
Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos vivendo em famílias extremamente pobres (Até ¼ salário mínimo)

2009



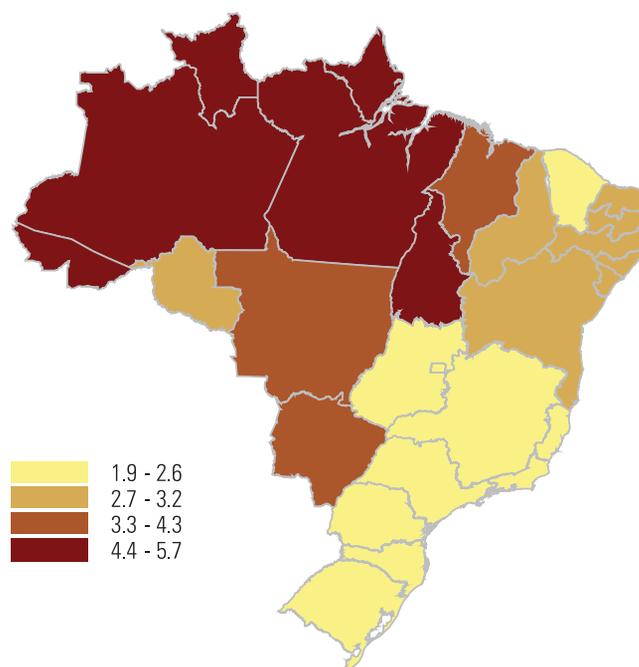
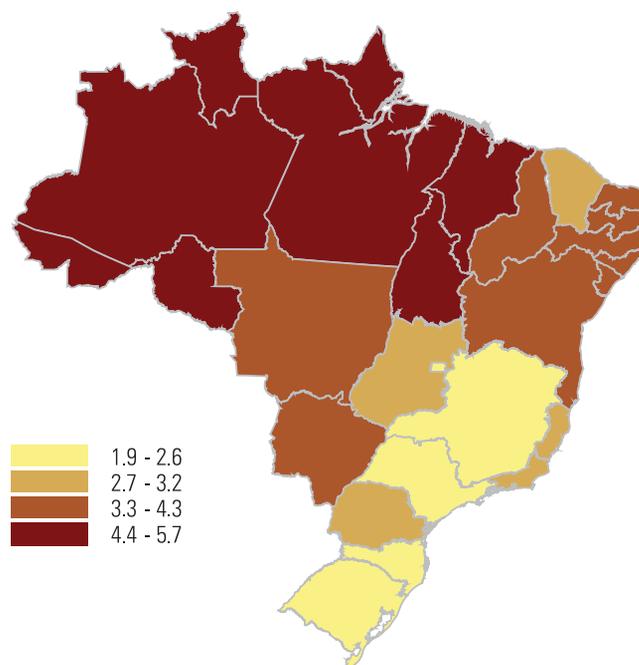
Área	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que só trabalham					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	4,8	4,8	4,3	4,3	3,6	3,4
Região Norte	5,8	5,6	4,9	5,2	4,0	3,6
Rondônia	8,0	7,4	6,1	8,3	5,9	4,5
Acre	7,5	6,2	6,2	8,7	5,4	5,6
Amazonas	2,6	2,5	2,2	3,2	2,0	3,3
Roraima	2,4	3,5	3,4	3,8	4,6	2,2
Pará	7,3	6,8	6,3	5,7	4,7	3,8
Amapá	1,9	2,3	2,2	3,3	1,0	1,0
Tocantins	4,8	5,2	3,8	4,6	3,3	2,5
Região Nordeste	5,7	5,8	4,8	4,7	3,8	3,5
Maranhão	5,7	6,7	5,8	4,9	4,1	2,6
Piauí	5,3	6,0	4,8	5,7	3,5	5,6
Ceará	6,6	6,0	4,7	5,3	4,1	3,7
R. G. do Norte	4,0	5,0	3,4	3,5	3,2	3,4
Paraíba	5,2	5,3	5,1	4,8	4,9	2,5
Pernambuco	6,1	5,9	4,6	5,8	4,2	3,4
Alagoas	4,8	6,5	4,9	4,2	3,8	3,8
Sergipe	5,7	5,4	4,1	3,7	2,9	3,1
Bahia	5,7	5,3	5,0	3,8	3,5	3,6
Região Sudeste	3,4	3,7	3,6	3,6	3,0	2,8
Minas Gerais	5,4	5,7	5,7	5,1	4,2	4,0
Espírito Santo	5,5	6,3	5,0	5,6	2,6	3,2
Rio de Janeiro	2,3	2,0	1,5	2,5	1,8	1,8
São Paulo	2,6	3,0	3,2	3,0	2,8	2,4
Região Sul	5,3	5,4	4,8	5,2	4,7	4,6
Paraná	6,0	5,9	4,9	4,7	4,1	4,8
Santa Catarina	5,1	5,3	4,5	5,3	5,8	5,6
R. G. do Sul	4,7	4,9	4,9	5,6	4,5	3,9
Região Centro-Oeste	5,6	4,7	3,7	4,3	3,7	3,8
M. G. do Sul	6,2	4,5	3,4	5,0	3,4	4,0
Mato Grosso	8,7	6,0	5,3	4,7	4,9	3,8
Goiás	5,3	4,6	4,1	4,4	3,8	4,8
Distrito Federal	2,0	2,9	1,4	2,6	1,8	0,9

Fonte: IBGE/Pnad, 2009



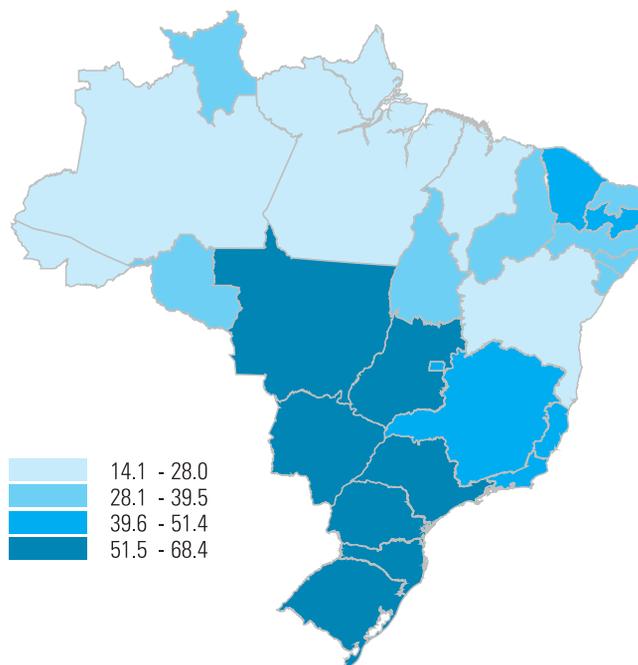
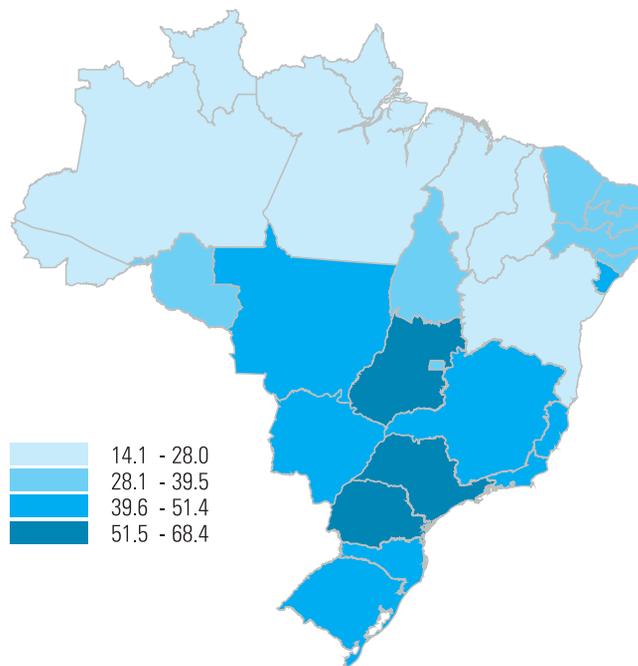
Área	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos que já tiveram filhos					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	3,1	3,1	2,9	2,9	2,8	2,8
Região Norte	4,8	4,7	4,5	4,3	4,5	4,6
Rondônia	4,4	3,6	3,0	3,1	3,6	3,2
Acre	5,5	5,6	5,3	5,0	5,7	5,3
Amazonas	4,9	5,5	5,2	4,3	4,5	5,2
Roraima	4,8	5,0	5,2	5,4	5,7	4,4
Pará	4,7	4,6	4,6	4,5	4,5	4,6
Amapá	4,7	4,6	4,3	4,5	5,1	4,9
Tocantins	4,6	4,6	4,1	4,1	4,4	4,4
Região Nordeste	3,6	3,6	3,3	3,3	3,2	3,0
Maranhão	4,6	4,8	4,2	4,4	4,4	4,1
Piauí	3,9	3,6	3,4	3,5	3,6	2,7
Ceará	3,1	3,0	3,0	2,9	2,7	2,6
R. G. do Norte	3,9	3,6	3,1	3,3	2,9	2,9
Paraíba	3,5	3,4	3,0	3,0	3,0	2,8
Pernambuco	3,3	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1
Alagoas	3,8	3,8	3,6	3,8	3,7	3,1
Sergipe	3,3	3,6	3,5	3,0	3,2	3,1
Bahia	3,4	3,3	3,1	3,1	2,9	2,9
Região Sudeste	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	2,2
Minas Gerais	2,3	2,3	2,1	2,1	2,0	1,9
Espírito Santo	3,2	2,8	2,5	2,7	2,5	2,5
Rio de Janeiro	3,0	2,9	2,8	2,8	2,7	2,6
São Paulo	2,3	2,4	2,3	2,2	2,3	2,3
Região Sul	2,6	2,6	2,5	2,3	2,2	2,2
Paraná	2,8	3,0	2,7	2,5	2,4	2,5
Santa Catarina	2,5	2,2	2,2	2,3	2,1	2,0
R. G. do Sul	2,4	2,4	2,5	2,2	2,1	2,1
Região Centro-Oeste	3,4	3,3	3,1	3,0	3,0	2,8
M. G. do Sul	3,8	4,1	3,5	3,5	3,6	3,7
Mato Grosso	4,1	3,8	3,6	3,4	3,5	3,3
Goiás	3,2	3,0	3,0	2,7	2,8	2,6
Distrito Federal	2,5	2,6	2,3	2,5	2,1	2,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - Sinasc; IBGE/Pnad, 2009



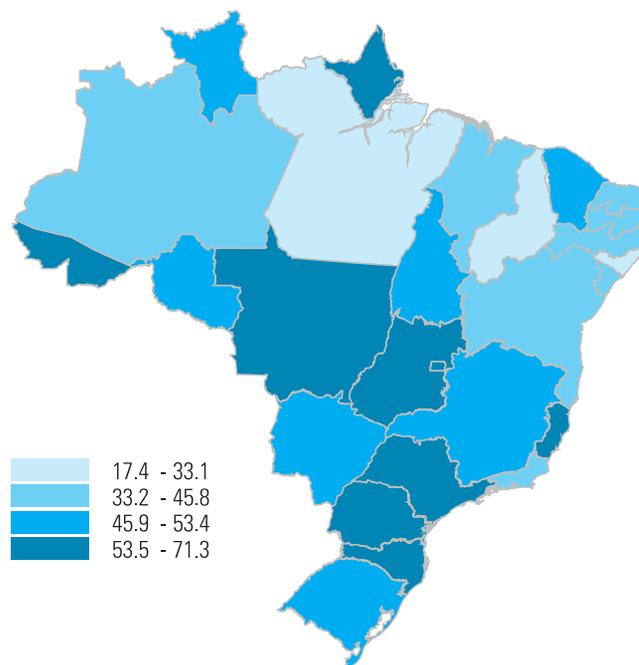
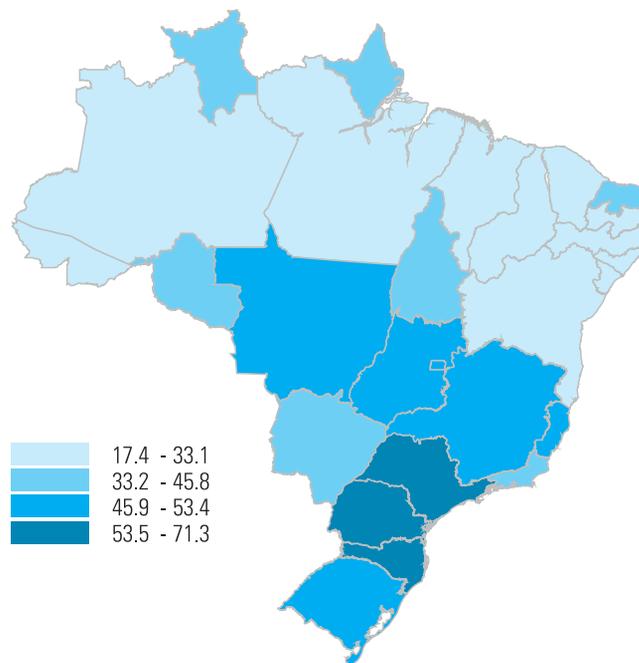
Área	Percentual de nascidos vivos de adolescentes de 12 a 17 anos com no mínimo sete consultas pré-natais					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	40,1	40,3	41,9	42,7	42,9	43,5
Região Norte	21,5	21,6	22,4	23,5	22,5	24,3
Rondônia	29,0	23,9	24,3	26,7	30,3	35,8
Acre	19,8	23,8	22,6	28,6	20,0	19,7
Amazonas	18,5	19,7	21,1	23,7	21,8	22,0
Roraima	24,7	31,7	24,5	24,3	20,4	28,5
Pará	20,5	20,5	21,7	21,7	20,6	22,6
Amapá	14,1	15,4	17,1	17,4	20,1	20,8
Tocantins	31,3	28,8	31,3	31,4	32,8	35,9
Região Nordeste	29,1	28,0	31,1	31,9	32,0	32,5
Maranhão	19,8	18,3	20,4	20,4	18,0	16,3
Piauí	26,3	29,6	37,4	38,0	39,5	33,5
Ceará	34,5	32,1	37,2	41,3	42,4	43,0
R. G. do Norte	28,4	30,1	34,2	37,0	37,2	35,9
Paraíba	37,5	37,1	41,9	42,7	41,6	45,2
Pernambuco	34,1	31,6	34,7	36,9	37,6	39,5
Alagoas	37,1	39,3	40,0	37,0	37,0	37,1
Sergipe	47,0	40,5	37,1	36,1	33,1	35,5
Bahia	23,5	22,1	24,6	24,3	25,5	27,4
Região Sudeste	53,9	54,9	55,2	56,1	56,7	56,9
Minas Gerais	44,1	45,4	47,7	49,6	50,9	51,4
Espírito Santo	43,9	45,1	47,8	50,4	49,7	48,1
Rio de Janeiro	49,7	48,8	47,2	47,3	46,3	46,2
São Paulo	61,7	63,3	63,2	64,0	65,1	65,2
Região Sul	54,2	57,0	58,6	60,8	61,5	61,2
Paraná	60,9	64,1	65,1	66,6	68,1	68,4
Santa Catarina	48,5	50,9	52,4	55,3	55,2	54,4
R. G. do Sul	49,4	51,6	54,3	56,8	57,0	55,4
Região Centro-Oeste	47,8	48,4	48,7	49,7	51,5	51,9
M. G. do Sul	49,4	50,6	52,5	51,6	53,3	52,0
Mato Grosso	47,8	46,9	47,2	47,9	52,5	52,7
Goiás	51,6	52,4	51,8	51,7	52,9	52,5
Distrito Federal	33,9	35,7	36,2	43,9	42,6	48,5

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - Sinasc; IBGE/Phad, 2009



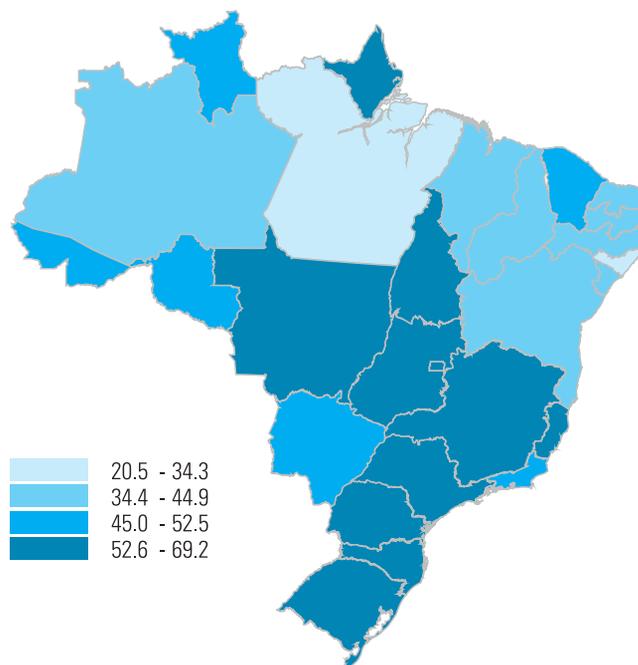
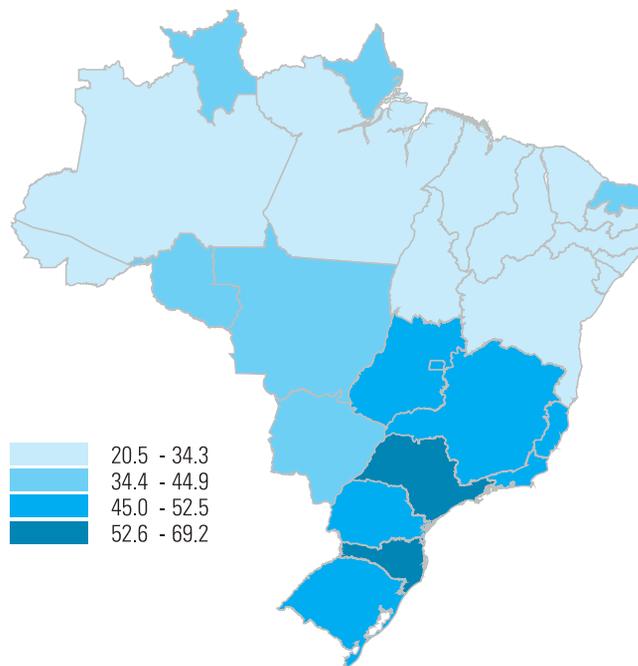
Área	Percentual de adolescentes de 16 e 17 anos com o ensino fundamental concluído (no mínimo oito anos de estudo)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	44,4	46,1	47,2	48,9	50,5	51,1
Região Norte	25,7	29,9	33,5	34,6	39,1	37,3
Rondônia	36,4	37,4	33,6	41,3	43,6	46,2
Acre	32,2	39,0	40,7	40,9	48,3	56,8
Amazonas	25,7	28,1	35,2	30,6	36,9	34,9
Roraima	38,6	43,2	50,2	48,3	47,4	51,2
Pará	19,4	24,5	26,6	31,3	34,5	30,4
Amapá	36,7	46,3	46,8	49,8	53,7	53,8
Tocantins	34,9	37,0	47,8	42,2	53,4	51,2
Região Nordeste	25,8	28,7	30,4	32,6	34,6	37,4
Maranhão	23,6	26,9	28,9	33,0	29,3	37,7
Piauí	17,4	23,0	29,6	25,0	33,3	32,0
Ceará	32,0	39,2	40,5	41,1	45,3	48,6
R. G. do Norte	35,4	40,5	33,1	36,3	33,6	39,8
Paraíba	21,0	21,9	26,2	33,0	36,3	35,8
Pernambuco	26,6	27,9	30,7	33,1	30,5	36,1
Alagoas	19,3	19,3	23,0	18,4	35,3	31,6
Sergipe	28,9	24,0	24,5	32,6	35,0	35,9
Bahia	24,5	27,3	28,4	31,1	32,7	33,9
Região Sudeste	57,9	58,3	58,1	60,5	62,3	60,4
Minas Gerais	48,3	49,1	50,0	51,0	55,4	53,3
Espírito Santo	51,0	50,0	55,0	47,4	51,6	56,7
Rio de Janeiro	44,6	44,7	45,4	51,7	51,8	45,8
São Paulo	67,9	68,5	67,6	69,8	71,3	70,5
Região Sul	58,5	59,0	59,5	61,3	61,0	62,0
Paraná	59,0	57,9	56,7	63,9	62,9	66,3
Santa Catarina	66,2	69,6	69,8	63,8	67,6	69,1
R. G. do Sul	53,2	53,9	55,9	57,0	54,7	53,4
Região Centro-Oeste	46,0	48,5	50,5	52,6	53,2	57,4
M. G. do Sul	42,0	48,1	44,3	45,1	48,6	46,9
Mato Grosso	46,0	46,1	50,3	53,4	56,9	55,4
Goiás	46,5	48,1	52,9	55,1	53,1	61,0
Distrito Federal	49,1	53,2	51,6	53,3	53,1	62,4

Fonte: IBGE/Pnad, 2009



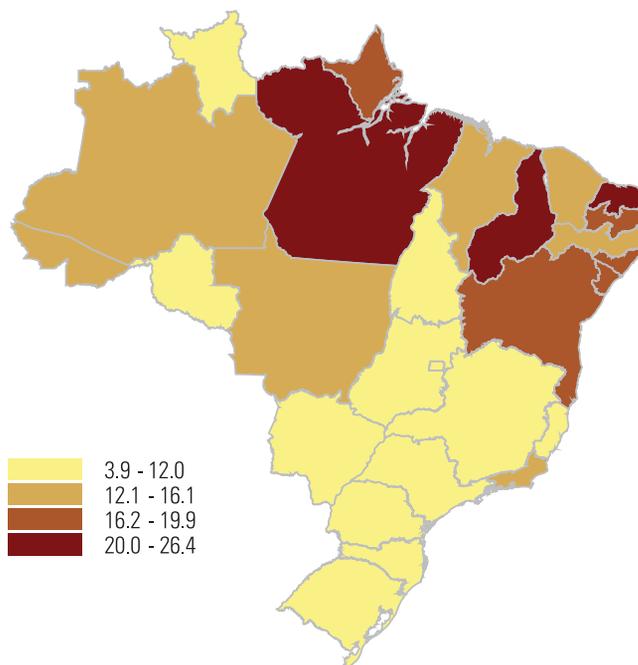
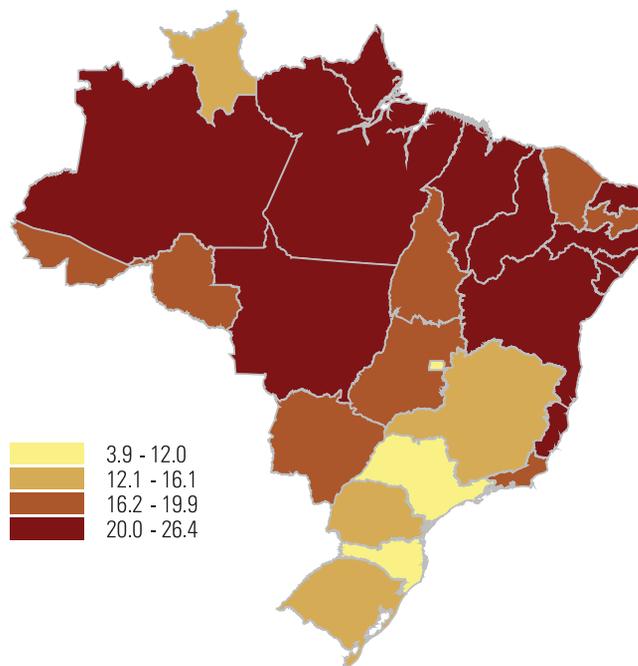
Área	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	44,4	45,3	47,1	48,0	50,4	50,9
Região Norte	27,5	30,7	34,7	36,0	39,7	39,1
Rondônia	35,6	33,3	36,0	39,4	41,0	45,7
Acre	27,7	34,3	43,8	40,2	46,0	51,3
Amazonas	28,2	32,9	36,6	33,7	39,2	39,6
Roraima	38,3	42,2	46,6	47,2	50,4	50,3
Pará	22,5	25,3	28,4	33,1	35,1	31,6
Amapá	41,7	47,9	48,3	49,1	57,6	54,5
Tocantins	33,5	36,9	44,9	42,2	51,9	55,2
Região Nordeste	27,9	30,1	33,1	34,5	36,4	39,2
Maranhão	25,5	28,8	31,9	36,0	33,4	40,2
Piauí	22,4	25,8	32,4	29,8	36,0	34,4
Ceará	34,0	38,2	43,1	42,2	45,5	49,6
R. G. do Norte	36,2	39,6	34,1	38,4	35,5	39,9
Paraíba	24,3	22,7	29,6	31,3	37,4	37,7
Pernambuco	27,2	29,8	32,3	33,5	32,5	38,2
Alagoas	20,5	21,6	25,4	25,6	32,9	33,3
Sergipe	29,6	25,7	29,2	32,8	36,0	36,5
Bahia	27,4	29,7	31,5	33,1	35,3	36,1
Região Sudeste	58,0	57,4	57,9	58,8	61,9	60,5
Minas Gerais	49,7	50,7	50,5	51,1	56,0	54,4
Espírito Santo	50,3	45,8	52,0	44,8	52,0	54,4
Rio de Janeiro	46,7	45,7	49,0	52,7	53,6	49,1
São Paulo	66,5	65,9	65,8	66,3	69,2	68,8
Região Sul	53,4	53,6	54,9	55,0	56,4	57,4
Paraná	52,3	52,3	52,8	57,1	57,9	59,5
Santa Catarina	58,3	62,7	62,0	56,8	59,8	60,9
R. G. do Sul	51,6	49,5	52,5	51,6	52,7	53,1
Região Centro-Oeste	44,9	45,9	48,3	49,6	51,8	54,7
M. G. do Sul	40,2	43,5	44,1	38,3	47,5	47,7
Mato Grosso	43,7	44,8	47,3	47,8	50,2	53,3
Goiás	45,6	45,2	47,9	53,3	53,4	54,5
Distrito Federal	49,5	51,4	54,3	54,6	54,9	64,1

Fonte: IBGE/Pnad, 2009



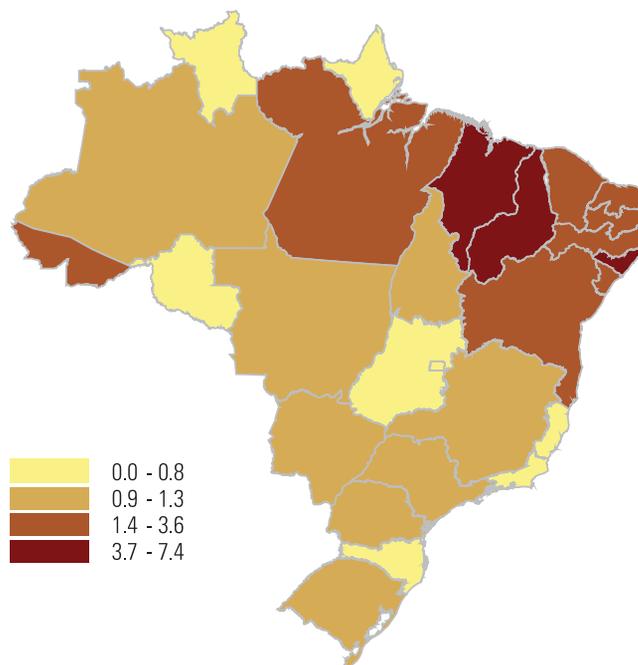
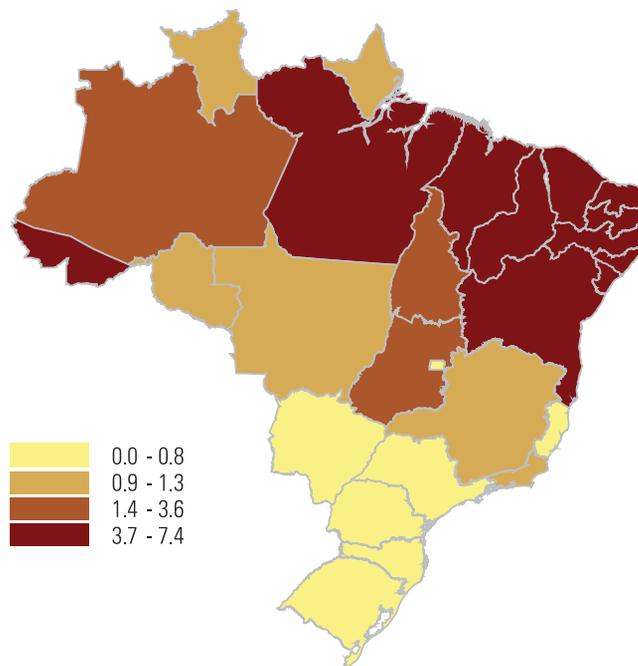
Área	Taxa de abandono no ensino médio					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	16,0	15,3	14,2	13,2	12,8	11,5
Região Norte	21,6	20,8	18,6	16,4	17,5	16,4
Rondônia	16,9	15,5	14,4	13,2	12,7	11,6
Acre	19,0	18,9	16,9	14,9	14,3	12,8
Amazonas	21,9	21,4	16,3	11,2	14,1	13,4
Roraima	15,3	12,7	10,8	8,9	8,7	7,8
Pará	23,9	22,9	21,5	20,0	22,0	20,7
Amapá	21,3	20,4	20,0	19,6	18,4	17,5
Tocantins	16,7	16,1	13,9	11,7	11,3	8,7
Região Nordeste	20,9	20,1	19,7	19,3	18,1	16,4
Maranhão	23,3	18,5	18,0	17,5	16,2	13,8
Piauí	20,4	21,9	20,8	19,7	22,2	20,2
Ceará	18,0	17,6	16,2	14,7	13,8	13,0
R. G. do Norte	23,9	23,6	23,9	24,2	22,7	20,9
Paraíba	19,9	19,3	19,1	18,9	18,8	17,8
Pernambuco	20,0	20,3	21,2	22,0	18,0	14,0
Alagoas	21,7	20,3	20,1	19,9	17,0	19,2
Sergipe	26,0	20,4	19,4	18,3	18,4	16,2
Bahia	21,0	20,9	20,4	19,9	19,8	18,5
Região Sudeste	11,8	10,9	9,9	8,9	8,3	7,4
Minas Gerais	15,9	14,4	13,2	12,0	11,0	9,3
Espírito Santo	21,1	16,5	14,5	12,5	11,5	10,7
Rio de Janeiro	17,0	15,6	14,8	14,0	14,8	13,8
São Paulo	7,2	7,0	6,1	5,2	4,3	3,9
Região Sul	13,9	13,2	11,7	10,2	10,6	9,2
Paraná	13,5	13,5	11,3	9,0	10,3	8,3
Santa Catarina	11,4	10,8	8,9	7,1	7,3	6,8
R. G. do Sul	15,8	14,2	13,6	13,0	12,4	11,7
Região Centro-Oeste	19,0	17,6	16,1	14,6	14,0	12,0
M. G. do Sul	18,3	16,1	14,4	12,7	11,9	11,8
Mato Grosso	25,9	26,4	22,2	17,9	19,4	15,8
Goiás	19,3	16,2	16,1	15,9	15,1	12,0
Distrito Federal	10,2	10,2	9,1	8,0	5,0	7,3

Fonte: IBGE/Pnad, 2009



Área	Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos não alfabetizados					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	2,4	2,1	1,8	1,9	1,8	1,6
Região Norte	3,3	2,9	2,8	2,0	1,9	2,0
Rondônia	1,2	0,9	1,4	0,6	0,9	0,8
Acre	3,7	5,0	4,2	4,9	2,0	2,6
Amazonas	2,3	1,2	1,8	1,7	2,0	1,2
Roraima	1,0	0,6	1,2	1,0	0,7	0,3
Pará	4,6	4,5	4,0	2,4	2,4	3,1
Amapá	1,3	0,9	0,3	0,4	0,0	0,0
Tocantins	2,5	1,6	2,3	1,5	1,1	1,2
Região Nordeste	5,0	4,2	3,6	3,9	3,5	2,9
Maranhão	7,4	6,1	4,6	6,9	5,6	4,0
Piauí	7,1	7,1	5,6	4,0	4,5	4,5
Ceará	3,9	3,6	3,6	3,4	3,6	2,5
R. G. do Norte	6,9	4,6	5,0	3,5	3,1	3,0
Paraíba	4,1	4,0	3,6	5,2	2,5	2,3
Pernambuco	4,8	4,1	3,1	3,7	4,1	2,8
Alagoas	6,3	6,2	4,6	6,0	5,9	4,9
Sergipe	4,8	5,2	3,2	1,6	2,3	2,4
Bahia	3,8	2,4	2,5	2,4	2,0	2,1
Região Sudeste	0,9	0,9	0,7	0,8	0,9	0,9
Minas Gerais	1,2	1,1	1,1	0,9	0,8	1,3
Espírito Santo	0,8	1,2	1,3	1,2	1,2	0,8
Rio de Janeiro	1,1	1,1	0,6	0,9	0,8	0,4
São Paulo	0,7	0,7	0,5	0,7	0,9	0,9
Região Sul	0,8	1,0	0,6	0,8	1,0	0,8
Paraná	0,8	1,1	0,6	0,8	1,0	0,9
Santa Catarina	0,6	0,5	0,3	0,5	0,9	0,4
R. G. do Sul	0,8	1,1	0,9	0,9	1,0	0,9
Região Centro-Oeste	1,0	0,9	0,7	0,7	1,2	0,7
M. G. do Sul	0,5	0,8	0,7	0,9	0,4	1,3
Mato Grosso	1,1	1,2	0,3	0,8	1,7	1,0
Goiás	1,4	0,8	1,0	0,7	1,3	0,4
Distrito Federal	0,5	0,7	0,5	0,5	1,0	0,2

Fonte: IBGE/Pnad, 2009



## LISTA DE FONTES E ORGANIZAÇÕES CONSULTADAS

*Nosso agradecimento a todos e todas as especialistas, fontes, pessoas e organizações consultadas.*

**Aldinete Silvino** (Educatora, coordenadora de educação do Serviço de Tecnologia Alternativa – Serta)

**Alexandre Dezen Arena** (Coordenador pedagógico do Instituto Esporte Educação)

**Alexandre Le Voci Sayad** (Jornalista, educador e secretário executivo da Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação – Rede CEP).

**Alexandre Reis** (Coordenador geral do ProJovem Adolescente, do Ministério do Desenvolvimento Social)

**Ana Cecília Minuto** (Coordenadora da ONG Fala Negão, Fala Mulher)

**Ana Claudia Bortolozzi Maia** (Professora assistente da Unesp – Bauru)

**Ana Luiza Lemos** (Coordenadora técnica do programa Saúde do Jovem e Adolescente, do Ministério da Saúde)

**Ana Moser** (Presidente do Instituto Esporte e Educação)

**Andrea Teixeira Matheus** (Psicóloga e pesquisadora do Instituto de Psicologia da UFRJ).

**Ariel de Castro** (Advogado, especialista em segurança pública pela PUC-SP e presidente da Fundação Criança de São Bernardo do Campo)

**Bete Fernandes** (Psicóloga, atua no Fórum de Transexuais, do Hospital das Clínicas de Goiânia – GO)

**Charlene Ribeiro** (Coordenadora de projetos da ONG OELA)

**Claudia Werneck** (Jornalista e fundadora e superintendente geral da ONG Escola de Gente)

**Cristiane Bertotti** (Assistente social, trabalha no Departamento de Proteção Especial, do Ministério do Desenvolvimento Social, na área do Peti).

**Daniel Cara** (Coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

**Deise Alves** (Coordenadora do Programa Cientistas do Futuro, do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra)

**Eduardo Felinto** (Educador da ONG Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário)

**Eliena Francisca de Barros** (Coordenadora da ONG Giração)

**Evelyn Eisenstein** (Médica pediatra e professora adjunta da Uerj e no Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente – Nesa)

**Fábio Senne** (Gerente do Núcleo de Qualificação da ONG ANDI – Comunicação e Direitos)

**Gil Giardelli** (Cofundador da Gaia Creative)

**Gilbert Scharnik** (Diretor de Projetos do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC)

**Gilson Scharnik** (Diretor Executivo do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC)

**Gislaine de Carvalho** (Coordenadora de educação ambiental do Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê)

**Gloria Moreira Salles** (Fundadora da ONG Carpe Diem)

**Gustavo Bernardes** (Coordenador geral LGBT da Secretaria de Direitos Humanos)

**Iane Petrovich** (Diretora do Instituto Tribos Jovens)

**Isa Maria de Oliveira** (Socióloga, secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI).

**Janice Tirelli** (Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea)

**Jaqueline Moll** (Diretora de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica, do Ministério da Educação)

**João Batista do Espírito Santo Júnior** (Coordenador adjunto do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco)

**Jocimar Borges** (Educador e fundador da ONG Pé no Chão)

**Jorge Lyra** (Psicólogo e cofundador e coordenador geral do Instituto Papai).

**José Antônio Moroni** (Filósofo e membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc)

**Karina Figueiredo** (Secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes)

**Karyna Sposato** (Advogada, especialista em Direitos Humanos)

**Laís Bodanzky** (Cineasta e roteirista. Foi entrevistada pelos jovens do Viração)

**Marcelo Amorim** (Coordenador executivo da ONG Matraca)

**Marcelo Neri** (Economista, chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)

**Márcia Acioli** (Coordenadora do projeto Onda, do Inesc)

**Márcio Sanchez** (Sócio-fundador do Cedeca/DF e especialista em direitos da criança e do adolescente)

**Marco Antônio Carvalhaes Pereira** (Diretor Administrativo do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC)

**Maria Adrião** (Psicóloga, consultora para o UNICEF na coordenação do Joint Program Segurança Humana da Plataforma dos Centros Urbanos)

**Maria das Graças Souza** (Coordenadora geral de educação ambiental do Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê)

**Maria de Jesus Bomfim de Carvalho** (Assistente social, assessora do Departamento de Proteção Social Especial da prefeitura de São Luís – MA)

**Maria Helena Franco** (Coordenadora do projeto “Escola sem Homofobia” na Ecos – Comunicação em Sexualidade)

**Maria do Rosário** (Ministra da Secretaria de Direitos Humanos)

**Martha Klumb Rabelo** (Coordenadora do Programa Saúde na Escola no âmbito do MEC)

**Michelle Falcão** (Psicóloga, gerente do Adolescentro/DF).

**Mirian Goldenberg** (Antropóloga e professora da UFRJ)

**Mutua Mehinaku** (Professor na Aldeia Kuikuro de Ipatse/MT)

**Neilza Buarque** (Assistente social, assessora de saúde na ONG Visão Mundial)

**Palmira Eugênia Vanacôr** (Diretora da Escola de Meninos e Meninas do Parque)

**Paulo Lima** (Coordenador geral e fundador da ONG Viração Educomunicação)

**Rachel Trajber** (Coordenadora Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação)

**Rafael Mesquita** (Coordenador de Gestão do Instituto da Juventude Contemporânea)

**Regina Cabral** (Diretora do Instituto Formação – Centro de Apoio à Educação Básica)

**Rejane Penna Rodrigues** (Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte)

**Renato Mendes** (Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - Ipec, da OIT no Brasil)

**Renato Roseno** (Advogado, especialista em Direitos Humanos)

**Ricardo Castro** (Psicólogo e coordenador executivo do Instituto Papai).

**Rita Cavalcante** (Professora da UFRJ, tutora do Programa PET-Saúde Mental Crack, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde)

**Rita Segato** (Antropóloga, professora da UnB)

**Rodrigo Nascimento** (Psicólogo, especialista em saúde coletiva e pesquisador do Observatório de Favelas)

**Rosana Heringer** (Professora da Faculdade de Educação da UFRJ)

**Salete Barbosa** (Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário de Palmeira dos Índios)

**Samanta Fluture** (Coordenadora de conteúdo da Gaia Creative)

**Samira Bandeira de Miranda Lima** (Consultora da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares da Educação Básica, do Ministério da Educação)

**Sergio Ozella** (Psicólogo e pesquisador da PUC-SP)

**Suzana Herculano-Houzel** (Neurocientista, professora adjunta do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Suzana Pádua** (Presidente e cofundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê)

**Téo Araújo** (Coordenador de projetos da ONG Ecos – Comunicação em Sexualidade)

**Veet Vivarta** (Secretário executivo da ONG ANDI – Comunicação e Direitos)

**Vera Simonetti** (Coordenadora da ONG Ecos – Comunicação em Sexualidade)

**Vilma Reis** (Socióloga, coordenadora executiva na ONG Ceafro/Ufba)

## **ADOLESCENTES ENTREVISTADOS PARA ESTE RELATÓRIO**

*Nosso agradecimento especial aos adolescentes e jovens que contribuíram para a preparação deste relatório.*

**Adla Priscila Alves da Silva**, 18 anos, Granito/PE

**Airton Silva Ribeiro Rocha**, 17 anos, Fortaleza/CE

**Aline Czezacki**, 16 anos, Ponta Grossa/PR

**Anderson Ferreira**, 14 anos, Comunidade de Negros do Osso/PE

**Carlos Eduardo da Silva**, 15 anos, Cabo de Santo Agostinho/PE

**Cristina Pereira do Nascimento**, 24 anos, Natal/RN

**Danilo de Jesus Lacerda**, 15 anos, Aldeia Coroa Vermelha/BA

**David Sousa de Almeida**, 22 anos, Fortaleza/CE

**Deivson Alves**, 17 anos, Juripiranga/PB

**Denise Fernandes**, 14 anos, Palmas/TO

**Diego Gomes de Moraes**, de 17 anos, São Paulo/SP

**Eguinaldo Pereira**, 16 anos, Belo Horizonte/MG

**Fabiana dos Santos Monteiro de Castro**, 16 anos, Belo Horizonte/MG

**Franciele Xavier Lima**, 18 anos, Almenara/MG

**Gisele Poncio Nascimento**, 24 anos, Santana de Parnaíba/SP

**Gustavo Henrique Soares Dantas**, 17 anos, Rio de Janeiro/RJ

**Isaque Guimarães de Moraes**, 17 anos, Nazaré Paulista/SP

**Israel Victor de Melo**, 16 anos, Brasília/DF

**Jhons Phyllyppe Paz Rodrigues**, 15 anos, Natal/RN

**Kennedy Salles dos Santos**, 17 anos, Samambaia/DF

**Landerson Siqueira Soares**, 18 anos, Rio de Janeiro/RJ

**Liliane Fróis Rocha**, 17 anos, Itamarandiba/MG

**Malena Portela de Oliveira**, 16 anos, Salvador/BA

**Manoel Sebastián Roa Gomes**, 17 anos, Manaus/AM

**Marcos Vinícius Cumacurra**, 18 anos, Carapó/ MS

**Mariana Ribeiro da Silva**, 17 anos, São Sebastião/DF

**Mayara Ingrid Martins de Oliveira**, 15 anos, Rio de Janeiro/RJ

**Mércia Alves**, 16 anos, Juripiranga/PB

**Monica Barbosa de Barros**, 25 anos, Palmeira dos Índios/AL

**Monikeyt Ferreira da Silva**, 17 anos, Granito/ PE

**Murilo Barbosa de Queiroz**, 16 anos, Tacaratu/PE

**Rafael Faria da Silva**, 16 anos, São Paulo/SP

**Renata Fernandes Caldas**, 17 anos, Fortaleza/CE

**Renato Walleyton Gomes da Silva**, 15 anos, Natal/ RN

**Renê Silva Dos Santos**, 17 anos, Rio de Janeiro/RJ

**Rodrigo Alcino Bueno do Nascimento**, 13 anos, Cuiabá/MT

**Ronald Brito**, 16 anos, Manaus/AM

**Sabrina Plácido dos Santos**, 18 anos, Rio de Janeiro/RJ

**Thais da Silva Dantas**, 13 anos, São Paulo/SP

**Thalita de Oliveira**, 17 anos, Santa Maria/DF

**Thomas Gutemberg**, 17 anos, Brasília /DF

**Vinícius Balduino**, 19 anos, São Paulo/SP

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> IBGE/Pnad, 2009. População entre 12 e 17 anos de idade. Esse recorte etário baseia-se na definição de adolescente do Estatuto da Criança e do Adolescente e será usado ao longo deste relatório. No caso do uso de indicadores sociais e estatísticas, o recorte etário de 12 a 17 anos será usado sempre que os dados disponíveis permitirem. Em alguns casos, serão usados dados do intervalo entre 10 e 19 anos, definição adotada pela Organização Mundial da Saúde. *Adolescent Friendly Health Services: An agenda for change*. Genebra: WHO, 2002, p. 13

<sup>2</sup> MS/Ripsa, 2009

<sup>3</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>4</sup> MEC/Inep. Censo Escolar. Brasília, 2010

<sup>5</sup> UNICEF. *A voz dos adolescentes*. Brasília, 2003 et UNICEF/IAS/FIAS, *Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política*. Brasília, 2008

<sup>6</sup> Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Desigualdade de Renda na Década*. Rio de Janeiro, 2011

<sup>7</sup> MEC/Inep. Censo Escolar. Brasília, 2009

<sup>8</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>9</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>10</sup> MEC/Inep. Censo Escolar. Brasília, 2009

<sup>11</sup> IBGE/Pnad, 2009. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, v.30. Rio de Janeiro, 2009. A classificação segundo os anos de estudo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) foi obtida em função da série e do nível de ensino ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. Os anos repetidos não são contabilizados no total

<sup>12</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>13</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>14</sup> Ministério do Trabalho e Emprego/Rais, 2009

<sup>15</sup> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília, 2009

<sup>16</sup> Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/pesquisa-do-conanda-revela-as-condicoes-de-vida-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 17 ago, 2011

<sup>17</sup> IBGE/Munic. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*. Rio de Janeiro, 2009

<sup>18</sup> Nos grandes levantamentos estatísticos, para conhecer as relações entre os moradores de um domicílio, é tradição que, primeiro, se identifique o chefe ou responsável ou a pessoa de referência e, depois, as pessoas restantes, de acordo com sua relação com o chefe ou pessoa responsável ou pessoa de referência. Essa pessoa é aquela reconhecida pelos demais moradores como tal. A denominação que se dá a esta primeira pessoa identificada no questionário varia entre os países. No caso do Brasil, os censos e pesquisas domiciliares utilizaram, du-

rante muitos anos, a denominação “chefe do domicílio” e “chefe da família”. O termo chefe do domicílio ou chefe da família sempre esteve associado à autoridade e responsabilidade pelos negócios da família e, na maioria dos casos, a mais importante fonte de sustento. Os dados mostraram, ao longo dos anos, a predominância de pessoas do sexo masculino nessa escolha. Com o passar dos anos e a crescente participação de todos os membros da família nas decisões de âmbito familiar e, também, o crescimento do número de pessoas economicamente ativas por domicílio e o conseqüente compartilhamento no sustento da família, a palavra chefe passou a ser considerada inadequada e foi abandonada. No início da década de 90, as novas pesquisas domiciliares lançadas pelo IBGE passaram a utilizar o termo “pessoa de referência” para identificar a primeira pessoa do questionário, a partir da qual seriam verificadas as relações entre os moradores do domicílio e observadas as estruturas familiares. Os pesquisadores, no entanto, estavam muito críticos a essas denominações, devido à dificuldade de muitas pessoas para entender o significado da palavra “referência”. Na primeira prova-piloto do Censo 2000, ainda foi usado o termo “pessoa de referência”, mas a avaliação dos pesquisadores levou a alterar, na segunda prova, para “pessoa responsável”, termo que foi amplamente aceito pelos entrevistados e recomendado para o questionário definitivo. As instruções de preenchimento dos questionários no Censo orientam para que a pessoa responsável pelo domicílio seja aquela reconhecida como tal pelos demais moradores, seja homem ou mulher, e será a primeira pessoa do domicílio a ser registrada no questionário

<sup>19</sup> FONTOURA, Natalia et PINHEIRO, Luana. *Síndrome de Juno : gravidez, juventude e políticas públicas*, in *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, CASTRO, AQUINO et ANDRADE. IPEA: Brasília, 2009

<sup>20</sup> Ministério da Saúde/Sinasc, 2009

<sup>21</sup> A Lei 12.015/2009 modificou o Título VI do Código Penal, que tratava “Dos Crimes Contra os Costumes” para “Crimes Contra a Dignidade Sexual”, definindo que a prática sexual é, em qualquer hipótese, uma violação da liberdade e dignidade sexual do ofendido quando este tiver menos de 14 anos

<sup>22</sup> Ministério da Saúde/Sinasc, 2009

<sup>23</sup> Ministério da Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites virais. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/noticia/em-queda-nos-grandes-centros-urbanos-epidemia-cresce-no-interior-do-pais>. Acesso: 20 out, 2011

<sup>24</sup> Ministério da Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites virais. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=dados-sobre-feminiza%C3%A7%C3%A3o-da-epidemia-de-aids-e-outras-dst>. Acesso: 20 out, 2011

<sup>25</sup> Ministério da Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites virais; com o apoio do Centro de Informação Científica e Tecnológica (LIS/CICT) da Fundação Oswaldo Cruz. *Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira de 15 a 64 anos de idade*. Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/hiv/pcapx\\_2008.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/hiv/pcapx_2008.pdf). Acesso em 20 out, 2011

<sup>26</sup> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; et IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Rio de Janeiro, 2009

<sup>27</sup> DUARTE, P. C.A.V, STEMLIUK, V. A, BARROSO, L. P. (org.). *Relatório brasileiro sobre drogas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Presidência da República; e IME USP. Brasília, 2009

- <sup>28</sup> Confederação Nacional dos Municípios (CNM). *Pesquisa sobre a situação do crack nos municípios brasileiros*. Brasília, 2011
- <sup>29</sup> ONU. *Youth and Youth and drugs: a global overview*, Report of the Secretariat. Disponível em: [http://www.unodc.org/pdf/document\\_1999-01-11\\_2.pdf](http://www.unodc.org/pdf/document_1999-01-11_2.pdf). Acesso em 16 set, 2011
- <sup>30</sup> O IHA foi desenvolvido pelo Observatório de Favelas e realizado em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e o Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj) e publicado em julho de 2009
- <sup>31</sup> IBGE/Pnad, 2009
- <sup>32</sup> IBGE/Pnad, 2009
- <sup>33</sup> IBGE/Pnad, 2009
- <sup>34</sup> Inesc. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/suicidio-adolescente-entre-indigenas-e-tema-de-informe>. Acesso em 17 jun, 2011
- <sup>35</sup> Disponível em: <http://ajindo.blogspot.com/2010/10/jornal-ajindo.html>. Acesso em 6, set, 2011
- <sup>36</sup> IBGE/Pnad, 2009
- <sup>37</sup> IBGE/Pnad, 2009
- <sup>38</sup> MEC/Inep. Censo Escolar, 2010
- <sup>39</sup> IBGE. Censo 2000
- <sup>40</sup> MEC/Inep. Censo Escolar, 2010
- <sup>41</sup> Fipe. *Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. Brasília: MEC/Inep, 2009
- <sup>42</sup> IBGE/Pnad/2009
- <sup>43</sup> MEC/Inep. Censo Escolar, 2009
- <sup>44</sup> Ministério da Saúde/SIM, 2009
- <sup>45</sup> Ministério da Saúde/SIM, 2009
- <sup>46</sup> Em 10 de março de 2005, o Ministério da Integração Nacional instituiu uma nova delimitação do Semiárido brasileiro, tomando por base três critérios: Precipitação pluviométrica média anual, Índice de aridez; e Risco de seca maior que 60%. Baseado nesses novos critérios, a área classificada como Semiárido brasileiro aumentou de 892.309,4 Km<sup>2</sup> para 969.589,4 Km<sup>2</sup>, representando 1.133 municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma população de 20.858.264 pessoas, sendo 44% residindo na área rural. Corresponde a 10,5% do território nacional e 53,9% do território nordestino
- <sup>47</sup> MEC/Inep/Censo Escolar, 2010
- <sup>48</sup> Ministério da Saúde/SIM, 2009
- <sup>49</sup> UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2011: Caderno Brasil*. Brasília, 2011
- <sup>50</sup> IBGE/Pnad, 2009

<sup>51</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) estabelece mecanismos para gerar recursos para todas as etapas da Educação Básica (da educação infantil, ensino fundamental e médio)

<sup>52</sup> Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Motivos da Evasão Escolar*. Rio de Janeiro, 2009

<sup>53</sup> O Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) é uma avaliação internacional que foi desenvolvida em conjunto pelas economias participantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e administrada a adolescentes de 15 anos de idade nas escolas. Já ocorreram quatro avaliações, nos anos 2000, 2003, 2006 e 2009, esta última divulgada em 7 de dezembro de 2010, incluindo 65 países. Os testes normalmente são administrados para entre 4.500 e 10.000 estudantes em cada país e avaliam o desempenho em leitura, matemática e ciências dos estudantes. Fonte: OCDE (2009), *Pisa 2009 Assessment Framework – Key Competencies in Reading, Mathematics And Science*

<sup>54</sup> Ministério da Educação/ CNE/CEB. *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Brasília, 2007

<sup>55</sup> Confederação Nacional dos Municípios (CNM). *Pesquisa sobre a situação do crack nos municípios brasileiros*. Brasília, 2011

<sup>56</sup> IBGE/Munic. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*, 2009

<sup>57</sup> Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.entreguesuaarma.gov.br/noticias/namidia/campanha-recolheu-ate-25-mil-armas-ate-setembro>. Acesso em 12 out, 2011

<sup>58</sup> Secretaria de Direitos Humanos; UNICEF; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência/UERJ. *Índice de Homicídios na Adolescência: uma análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. Brasília, 2009

<sup>59</sup> Secretaria de Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Brasília, 2011

<sup>60</sup> Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília, 2009

<sup>61</sup> MEC/Inep. Censo Escolar, 2010

<sup>62</sup> Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Estatística do eleitorado*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em 13 set, 2011

<sup>63</sup> Ministério da Saúde/ Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais; et Unaid. Disponíveis em: [www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br) e [www.unaids.org.br](http://www.unaids.org.br). Acesso em 22 out, 2011

<sup>64</sup> Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana. *Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas*. Brasília, 2009

<sup>65</sup> Fipe. *Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. Brasília: MEC/Inep, 2009

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, M. *A escola como lugar de pensar e fazer política*. In blog Inesc, Brasília, 2009. Disponível em <http://blog.inesc.org.br/2009/11/10/a-escola-como-lugar-de-pensar-e-fazer-politica>

Anced. *Relatório 'participativo' da sociedade civil sobre os direitos da criança no Brasil*. Brasília, 2009

Aprendiz. *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas*. Disponível em: <http://www.conexaoaprendiz.org.br>

BÄCHTOLD, F. *Número de eleitores com 16 e 17 anos diminui 20%*. Agência Folha, 29/08/2008

BIELCHOWSKY, C.; *Tecnologia da informação e comunicação das escolas públicas brasileiras: o programa ProInfo integrado*. Revista e-curriculum (PUC), São Paulo v.5 n.1 Dez, 2009

CALLIGARIS, C. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000

CARVALHO, G. S. ET all. *Jovens Econscientes: Trabalhando o Potencial dos Jovens em Ações de Conservação Ambiental e Sustentabilidade no Pontal Do Paranapanema, SP*. São Paulo: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2007

CGI. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil*. São Paulo, 2010.

Confederação Nacional dos Municípios (CNM). *Pesquisa sobre a situação do crack nos municípios brasileiros*. Brasília, 2011

DE PAULA, M.; Heringer, R. (Orgs): *Caminhos convergentes. Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll e ActionAid Brasil, 2009

FGV/CPS. *Desigualdade de Renda na Década*. Marcelo Cortês Neri (coord.). Rio de Janeiro, 2011.

FGV/IBRE, CPS. *O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola*. Marcelo Cortês Neri (coord.). Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009

Fipe. *Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. Brasília, MEC/Inep, 2009

FONTOURA, N. et PINHEIRO, L. *Síndrome de juno : gravidez, juventude e políticas públicas, in Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, CASTRO, AQUINO et ANDRADE. Brasília: IPEA, 2009.

Fundação Perseu Abramo. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais*. São Paulo, 2009

GOLDENBERG, M.; *O discurso sobre o sexo: diferenças de gênero na juventude carioca*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, Censo 2000 (deficiência)*. Rio de Janeiro, 2009

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2009

IBGE. *Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic)*. Rio de Janeiro, 2006

IBGE. *Suplemento Especial de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009 (Munic)*. Rio de Janeiro, 2009

IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010

Inesc. *Suicídio adolescente entre indígenas é tema de informe*. Disponível em: <http://www.jovensindigenas.org.br/suicidio-adolescente-entre-indigenas-e-tema-de-informe>. Acesso em: 15 junho 2011

Ipea. *Pnad 2009. Primeiras Análises. Educação, Juventude Raça/Cor, Volume 4*. Comunicado da Presidência número 12. Brasília, 2008

Ipea. *Pnad 2009: Primeiras análises. Situação da educação brasileira - avanços e problemas*. Co-

- municados do IPEA Nº 66. Brasília, 2010
- LEP. *Uma caracterização da extrema pobreza no Brasil*. Relatório de Pesquisa nº 8. Santos, A.; Manso, C.; Marino, C. (autores). Fortaleza, 2011
- LIMA, C. G. de. *O Impacto do Trabalho Precoce na Vida de Crianças e Adolescentes: Aspectos da Saúde Física e Mental, Cultural e Econômico*. Ribeirão Preto, 2002
- LOBATO, E.; GOIS, A. *Professor sem preparo trava uso de computador na escola*. Folha de São Paulo, 22/04/2009
- LYRA-DA-FONSECA, Jorge C. *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. São Paulo: PUC, 1997
- LYRA-DA-FONSECA, Jorge C.; *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. Recife: Fundação Oswaldo Cruz, 2008
- MAIA, A. C. B.; CAMOSSA, D. A. *Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias*. Revista Paidéia (USP), 2003, 2(24), 205-214
- MAIA, A.C. B.; RIBEIRO, P. R. M. *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai.-Ago., 2010
- Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação – Razões, Princípios e Programas*. Brasília, 2007
- Ministério da Educação. *Sinopse das Ações do Ministério da Educação*. Brasília, 2010
- Ministério da Educação/ CNE/CEB. *Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais*. Brasília, 2007
- Ministério da Educação/ Inep. *Censo Escolar*. Brasília, 2010
- Ministério da Saúde. *Marco Legal: Saúde, um Direito de Adolescentes*. Brasília, 2009
- Ministério da Saúde. *Pesquisa sobre Comportamento, Atitudes e Práticas Relacionadas à DST e Aids na População Brasileira de 15 a 64 anos*. Brasília, 2008
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos*. Brasília, 2009
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília, 2009
- Ministério do Esporte. *Balanco dos Programas e Ações – Gestão 2003/2010*. Brasília, 2010
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Rio de Janeiro, 2009
- Ministério do Trabalho e Emprego/SIT/SPPE/ASCOM. *Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz*. 4. ed. Brasília, 2009
- Ministério Público do Trabalho do Ceará. *Ranking Nacional do Trabalho Infantil (5 a 17 anos)*. Fortaleza, 2010
- OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J.; *Desmistificando a Concepção de Adolescência*. São Paulo: PUC. In Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008
- Presidência da República. *Balanco de Governo 2003-2010*. Brasília, 2010
- Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana. *Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas*. Brasília, 2009
- SANTOS, E. N. *Adolescência, homossexualidade, gênero: a psicologia sócio-histórica como um novo caminho*. In *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), São Paulo: Unesp, 2008
- SAYAD, A. *Por uma educação que entenda o jovem: a contribuição da Educomunicação*. In *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*. Oliveira, I. São Paulo: USP, 2011

Secretaria de Direitos Humanos/Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília, 2009

Secretaria de Direitos Humanos; UNICEF; Observatório de Favelas; Laboratório de Análise da Violência/UERJ. *Índice de Homicídios na Adolescência: uma análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes*. Brasília, 2009

Secretaria de Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. *Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes*: DDN 100. Brasília, 2010

Secretaria de Direitos Humanos/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília, 2009

Secretaria de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília, 2009

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Presidência da República; e IME USP. *Relatório brasileiro sobre drogas*. Brasília, 2009

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Presidência da República; Cebrid. *V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras*. Brasília, 2004

SILVA, E. R. A. et AQUINO, L.M.C. *Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária*. IPEA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_11/ENSAIO3\\_Enid.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO3_Enid.pdf)

SILVÉRIO, V. *Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento* In *Caminhos convergentes*. Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll e da ActionAid Brasil, 2009

SOUSA, J. T. P. *As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído* In *Cadernos de Pesquisa*, UFSC, Nº 32, Fev 2003

TEIXEIRA F. F.; MARRETTO, C. A. R. *Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências* In *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 2008

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Estatística do eleitorado*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/eleicoes/estatisticas-do-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em out/2011

Unfpa; Secretaria Nacional de Juventude, Presidência da República; Caixa Seguros; e Universidade de Brasília. *A Juventude Brasileira no Contexto Atual e em Cenário Futuro*. Rosemary Barber-Madden e Taís de Freitas Santos (org.). Brasília

UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2011*. Nova Iorque, 2011

UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2011: Caderno Brasil*. Brasília, 2011

Visão Mundial. *Estudo sobre as políticas públicas de proteção à saúde infantil e materna no Brasil: um olhar especial para os filhos de mães adolescentes*. Recife, 2011

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011 : os jovens no Brasil*. São Paulo : Instituto Sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011

WERNECK, C. *A Convenção da ONU e a era de Aquário*. Por uma sociedade inclusiva: o conceito e a proposta da Escola de Gente – Comunicação em Inclusão. International Congress All Inclusive, Diakonie Stetten, Alemanha, 2011